



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADE E  
DESENVOLVIMENTO

ELIZANGELA SANTANA PINTO

“AQUI EU FUI GUERREIRA!”: RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E GERAÇÃO NO  
PROCESSO DE TRABALHO NAS CASAS DE FARINHA FAMILIAR/COMUNITÁRIA.  
GOVERNADOR MANGABEIRA – RECÔNCAVO SUL DA BAHIA.

CACHOEIRA  
2014

**ELIZANGELA SANTANA PINTO**

**“AQUI EU FUI GUERREIRA!”: RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E GERAÇÃO NO  
PROCESSO DE TRABALHO NAS CASAS DE FARINHA FAMILIAR/COMUNITÁRIA.  
GOVERNADOR MANGABEIRA – RECÔNCAVO SUL DA BAHIA.**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, desenvolvida sob a orientação da Profa. Dra. Ana Paula Comin de Carvalho.

Linha de Pesquisa: Identidade e Cultura.

CACHOEIRA

2014

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

P659a Pinto, Elizangela Santana  
"Aqui eu fui guerreira!": relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira - Recôncavo Sul da Bahia / Elizangela Santana Pinto. – Cachoeira, 2014.  
192 f. : il. ; 22 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Comin de Carvalho.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

1. Mudanças sociais. 2. Trabalho familiar agrícola. 3. Agricultura familiar. 4. Governador Mangabeira (BA). I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD: 306.36

**ELIZANGELA SANTANA PINTO**

**“AQUI EU FUI GUERREIRA!”: RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E GERAÇÃO NO  
PROCESSO DE TRABALHO NAS CASAS DE FARINHA FAMILIAR/COMUNITÁRIA.  
GOVERNADOR MANGABEIRA – RECÔNCAVO SUL DA BAHIA.**

Aprovada em 11 de junho de 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ana Paula Comin de Carvalho – Orientadora.  
Doutora em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

---

Clóvis Roberto Zimmermann – Avaliador  
Doutor em Sociologia – Universidade Estadual de Campinas  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

---

Nilson Weisheimer – Avaliador  
Doutor em Sociologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CACHOEIRA  
2014

## **DEDICATÓRIA**

A Deus, por abraçar-me fielmente.  
Ao meu amado irmão Danilo (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Os caminhos que andei até chegar aqui, não foram fáceis. Por isso, devo reconhecer que as dificuldades foram os “atalhos” mais necessários que precisei tomar, ao longo de minha trajetória acadêmica, para ascender aos meus propósitos enquanto iniciante nas Ciências Sociais. Neste momento, ao conceber o produto da minha insistência racional diante das questões aqui abordadas, devo vislumbrar, imensa gratidão aos sujeitos colaboradores desta Pesquisa Social.

Em primeiro lugar agradeço a Deus. Ele me ajudou a não desistir. Confortou-me nos silêncios mais profundos do meu eu, todas as vezes que precisei transformar as dificuldades em aspirações férteis. A Deus, eu dedico toda a minha alegria de saber e sentir a sua presença em minha vida.

Agradeço imensamente a toda minha família pelo apoio incondicional, pela felicidade que me causa quando estou perto de todos vocês. Em especial agradeço ao meu pai Jurcélvio Souza Pinto pela alegria de viver e encontrar em tudo um motivo para expressar sua bondade e afeto. Agradeço igualmente a minha mãe Antonieta Santana Pinto por ser meu exemplo de vida, por ser forte em todos os momentos que precisou ser. Aos meus amados pais, obrigada.

Ao meu amor e companheiro de todas as horas, principalmente, nos momentos difíceis. Obrigado Welington Santiago Leite por me acompanhar no campo de pesquisa e por ser o meu maior incentivador. Exemplo de força e coragem.

Aos meus irmãos, Anaildes, Claudia, José Renato e Maricélio, meu agradecimento especial, pois ao seu modo souberam entender a minha ausência.

Aos pequeninos, Miguel, Davi e Mirella, meus amores. Refúgio seguro de alegria ingênua e sincera.

Devo tecer incontestáveis agradecimentos a minha querida orientadora, Ana Paula Comin de Carvalho, por ter acreditado no meu trabalho, por todos os momentos de conversas, sugestões, discussões e dedicação nos direcionamentos das orientações pontuais. Obrigada por dividir as ideias e os livros, por fazer parte da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da Bolsa de Mestrado, que viabilizou a continuidade dos meus estudos e pesquisas no Curso. Neste contexto, oportunizou ainda, o meu engajamento com apresentações de trabalhos em eventos regionais e nacionais, sem as quais não seria possível de socializar minhas ideias em outros universos acadêmicos.

Obrigado à Lucicleide, Manoel Bento e Thainan, jovens estudantes e lavradores, que contribuíram de forma brilhante com a pesquisa me acompanhando na localização das casas de farinha e dos agricultores entrevistados. É de fundamental importância, reconhecer a participação destes e dos demais agentes sociais como Dona Dionízia que se envolveram e contribuíram sabiamente para esta pesquisa. Obrigada pela acolhida em seus espaços de trabalho, suas moradas e pela disponibilidade de ceder às informações necessárias à compreensão da dinâmica social proposta.

Aos professores colaboradores Nilson Weisheimer, Clóvis Zimmermann e Luís Flávio Godinho pelas sugestões frutíferas e esclarecedoras que só fizeram com que este trabalho adquirisse contornos mais sólidos.

Ao professor Jânio Roque Barros de Castro e Luís Carlos Borges da Silva pela confiança e incentivo despendido em todos os momentos que busquei auxílio.

Aos colegas do Mestrado pela convivência. Em especial, agradeço a Joselane Brandão, Marcelino Melo, Ana Carla Evangelista e Antonia Vieira, pela produtividade, amizade, risos, erros, acertos... Pela certeza de que jamais serei a mesma depois de ter aprendido e compartilhado esses momentos com vocês.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as relações sociais de gênero e geração na agricultura familiar no que se refere ao trabalho familiar agrícola. O enfoque é problematizado a partir dos impactos das mudanças sociais relacionadas às alterações nas dinâmicas de gênero e geração. Nesta perspectiva, buscou-se conhecer o processo de trabalho em contextos de produção tradicionais e mecanizados, entender as dinâmicas de gênero e geração inerentes ao processo de trabalho e entender as mudanças sociais que ocorreram nestes contextos no que se refere às suas implicações nas dinâmicas de gênero e geração. O universo de pesquisa é composto por duas localidades rurais – Lagoa da Rosa e Queimadas Nova – município de Governador Mangabeira, estado da Bahia. A análise se estabeleceu numa perspectiva comparativa e, isto mostrou que as dinâmicas de gênero e geração produzem distintas formas de participação no processo de trabalho familiar agrícola em ambos os contextos. Desse modo, compreende-se que a participação feminina e juvenil é mantida em condição de invisibilidade social na hierarquia familiar. Com isso, as evidências permitiram levar à conclusão que as mulheres estão se tornando pluriativas e os jovens estão escapando deste trabalho. Com base nestas mudanças sociais, entende-se que ocorreram alterações, demandando para o grupo familiar estratégias de rearranjos dos papéis sociais no trabalho familiar agrícola.

**Palavras chave:** Agricultura Familiar. Trabalho familiar agrícola. Gênero e Geração. Mudanças sociais.

## ABSTRACT

This research has like theme the social relations of gender and generation in the family farming with regards to farming family work. The approach is questioned from impacts of social changes related to adjustment in the dynamics of gender and generation. This way, sought know the process of work in the context of traditional and mechanized production, understand the dynamics of gender and generation inherent to process of work and understand the social changes that occurred in these contexts from its implications in the dynamics of gender and generation. The universe this research has like base two rural localities - Lagoa da Rosa and Burning New - Governador Mangabeira - BA city. The analysis established in a comparative perspective, this way, it showed that the dynamics of gender and generation produce different forms of participation in the process of farming family work in both contexts. This way, understood that female and juvenile participation is maintained in a condition of social invisibility in the family hierarchy. Thus the evidence allowed to get conclusion that women are becoming pluriactive and young people are escaping this work. Based this social changes understood that happened adjustment, demanding for the family group strategies rearrangements of social roles in farming family work.

**Key words:** Family Farming . Farming family work. Gender and Generation . Social changes.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Mapa da Região do Recôncavo da Bahia – Municípios.....p. 15
- Figura 02** – Croqui sem escala do Município de Governador Mangabeira.....p. 16
- Figura 03** – O trabalho na lavoura de mandioca..... p. 44
- Figura 04** – Casa de farinha tradicional de Dona Marlene em Lagoa da Rosa.....p. 55
- Figura 05** – Prensa esculpida em madeira de jaqueira.....p. 55
- Figura 06 e 07** – Prensa hidráulica e forno elétrico - Casa de farinha tradicional/mecanizada do Senhor Joquinha em Lagoa da Rosa.....p. 56
- Figura 08 e 09** – Prensa manual e cevadeira elétrica - Casa de farinha tradicional/mecanizada do Senhor Roque em Queimadas Nova .....p. 56
- Figura 10 e 11** – Casa de farinha comunitária de Lagoa da Rosa e seu forno elétrico.....p. 57
- Figura 12 e 13** – Casa de farinha Comunitária de Queimadas Nova e sua produção de farinha..... p. 57
- Figuras 14, 15, 16 e 17** – Produção de farinha para comercialização na casa de farinha comunitária de Queimadas Nova..... p. 58
- Figura 18** – Socialização das experiências e saberes no processo de desnuda da raiz de mandioca..... p. 61
- Figura 19:** Casa de farinha tradicional/mecanizada que pertence ao Senhor Roque.....p. 63
- Figura 20** – Lavradores inseridos no processo de desnuda da raiz de mandioca.....p. 66
- Figura 21 e 22** – Produção de beiju na casa de farinha tradicional de Dona Dionízia em Lagoa da Rosa .....p. 89
- Figura 23 e 24** – Produção de beiju na casa de farinha tradicional de Dona Marlene.....p. 89
- Figura 25** – Produção de beiju na casa de farinha tradicional de Dona Dionízia em Lagoa da Rosa..... p. 90
- Figura 26** – Dona Dionízia produzindo “bolo de vara” em sua casa de farinha tradicional em Lagoa da Rosa.....p. 92
- Figura 27** – Transporte manual de lenha e palhas de licuri: Uma das tarefas atribuídas às raspadeiras de mandioca.....p.153
- Figura 28** – Continuação do trabalho na unidade de produção da família após ter chegado da DANCO.....p.163

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b> – Sistemas produtivos.....	p.43
<b>Gráfico 02</b> – Área total dos estabelecimentos.....	p.46
<b>Gráfico 03</b> – Propriedade da terra.....	p.48
<b>Gráfico 04</b> – Sexo dos entrevistados.....	p.50
<b>Gráfico 05</b> – Faixa etária dos agricultores.....	p.51
<b>Gráfico 06</b> – Identificação étnico/racial .....	p.52
<b>Gráfico 07</b> – Escolaridade dos agricultores .....	p.53
<b>Gráfico 08</b> – Escolha das sementes para plantio.....	p.123
<b>Gráfico 09</b> – Preparo do solo para o plantio .....	p.125
<b>Gráfico 10</b> – Plantio .....	p.126
<b>Gráfico 11</b> – Colheita .....	p.127
<b>Gráfico 12</b> – Transporte de sementes/mudas/raízes.....	p.128
<b>Gráfico 13</b> – Cuidado com a horta.....	p.131
<b>Gráfico 14</b> – Cuidado com animais de pequeno porte .....	p.132
<b>Gráfico 15</b> – Trabalho doméstico.....	p.134
<b>Gráfico 16</b> – Compras de sementes.....	p.135
<b>Gráfico 17</b> – Venda da produção .....	p.137
<b>Gráfico 18</b> – Comercialização da produção.....	p.138
<b>Gráfico 19</b> – Decisão referente à quantidade destinada para o consumo doméstico.....	p.139
<b>Gráfico 20</b> – Decisão referente à quantidade destinada para comercialização.....	p.140
<b>Gráfico 21</b> – Decisão referente à aplicação de recursos para melhorias na propriedade....	p.141
<b>Gráfico 22</b> – Participação em reuniões e sindicatos.....	p.142
<b>Gráfico 23</b> – Solicitação de recursos financeiros e créditos rurais.....	p.144
<b>Gráfico 24</b> – Solicitação de assistência técnica.....	p.145

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	p.10
<b>1 TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA: O LAVRADOR, OS SABERES E O SEU COTIDIANO</b> .....	p. 34
1.1 Contextualizando a agricultura familiar local.....	p.41
1.1.2 Casas de farinha: Espaços de produção da família.....	p.55
1.1.3 Lagoa da Rosa e Queimadas Nova: Laboratórios de experiências e saberes.....	p.60
1.1.4 A relação da família no trabalho familiar agrícola.....	p.65
<b>2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA</b>	71
2.1 Sociabilidade e reciprocidade.....	p.73
2.1.2 “Porque dar é pra receber!”: Uma leitura a partir do sistema de ajuda mútua.....	p.80
2.1.3 Entre o parentesco e o compadrio: vínculos sociais das relações de reciprocidade.....	p.85
2.1.4 Sociabilidade e cultura alimentar.....	p.87
2.1.5 A dádiva nos “digitórios” e nas partilhas da produção.....	p.95
<b>3 DINÂMICAS DE GÊNERO E GERAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR</b> .....	p.106
3.1 Contextualizando gênero e geração .....	p.107
3.1.2 Discutindo gênero e geração no processo de trabalho familiar agrícola.....	p.113
3.1.3 Hierarquia familiar e divisão trabalho familiar agrícola.....	p.116
3.1.4 Negociações de gênero e geração no trabalho familiar agrícola em Lagoa da Rosa e Queimadas Nova.....	p.120
<b>4 DA PLURIATIVIDADE AO PROBLEMA DA NÃO SUCESSÃO GERACIONAL</b>	148
4.1 “Aqui fui guerreira!”: A construção social da invisibilidade do trabalho feminino.....	p.149
4.1.2 A pluriatividade como um processo de mudança social na família.....	p.154
4.1.3 O trabalho feminino no contexto da pluriatividade.....	p.158
4.1.4 “Os jovens estão escapando”.....	p.165
4.1.5 Realidade vivida: Sonhos e perspectivas do jovem lavrador.....	p.167
4.1.6 O problema da não sucessão geracional .....	p.174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	p.181
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	p.187

## I. INTRODUÇÃO

Este trabalho dissertativo se desenvolveu a partir do interesse em discutir as relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho familiar agrícola. As primeiras apreensões sobre este tema surgiram ainda na graduação em Geografia, quando foram desenvolvidas pesquisas de campo para produzir monografia no ano de 2010. No entanto, o olhar investigativo estava direcionado para os impactos causados a partir da inserção da mecanização nas casas de farinha no município de Governador Mangabeira, sobretudo, na localidade de Lagoa da Rosa que na época se destacava por possuir vocação agrícola para o desenvolvimento da lavoura de mandioca, bem como, para a produção de farinha.

A partir deste envolvimento com a questão, optou-se por realizar um estudo numa perspectiva comparativa acrescentando a localidade rural de Queimadas Nova no contexto de estudo. Com isso, pretendeu-se ampliar a abordagem acerca do fenômeno de forma que se tornasse compreensível o processo de trabalho familiar agrícola e os papéis sociais.

Neste estudo, as primeiras inquietações de pesquisa buscavam verificar se a mecanização propiciava possibilidades de maior visibilidade e autonomia do trabalho das mulheres e jovens nas casas de farinha. Acreditava-se, por um lado, que a mecanização possibilitava a ausência das mulheres para realizar outras atividades como o comércio do produto nas feiras, por exemplo. Por outro lado, pensava-se que a mecanização atraia os jovens tão conectados com as novas tecnologias de produção para realização do trabalho nas casas de farinha em localidades rurais contempladas com os projetos de mecanização agrícola no município de Governador Mangabeira, estado da Bahia.

Por isso, pensou-se inicialmente no contexto de mudança social apenas como sinônimo de modernização de equipamentos e processos de produção voltados para o mercado. Neste contexto, as mudanças sociais começaram a se desdobrar sutilmente através das melhorias introduzidas no campo a partir da década de 1960 – 1970 com o advento da mecanização da produção, da própria diversificação agrícola incentivada pelo Governo do estado da Bahia, como também pela elaboração de políticas públicas para os lavradores, a exemplo, da concessão de créditos rurais e financiamentos para compra de maquinários e insumos que deveriam ser usados diretamente nas propriedades para melhoria qualitativa e quantitativa da produção.

A orientação dessas políticas tem por finalidade “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda” (PRONAF, [Decreto nº 1.946/1996](#), p. 01).

Com este intuito, a mecanização das casas de farinha – casas comunitárias – foi financiada pelo município de Governador Mangabeira com recursos municipais próprios associados a recursos públicos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF através do Programa de Mecanização Agrícola no ano de 2001.

Com a mecanização da produção de farinha os agricultores familiares ou lavradores além de se organizarem por meio do mercado de subsistência, correspondendo à uma lógica tradicional vinculada à produção familiar quase que exclusivamente voltada para o consumo (CHAYANOV, 1974). Atualmente se articulam com a integração parcial a outros mercados, desenvolvendo a produção também em casas de farinha familiares mecanizadas e comunitárias.

As casas de farinha tradicionais funcionam basicamente pela participação da família no desenvolvimento do trabalho e são tradicionais no manejo e nas técnicas de produção. Atualmente algumas já incorporaram elementos de mecanização como fornos elétricos, prensas hidráulicas, cevadeiras elétricas, entre outros e são conhecidas como casas de farinha familiares mecanizadas.

As casas de farinha comunitárias são, do ponto de vista técnico, mais desenvolvidas e foram implantadas no ano de 2001 por meio dos projetos de incentivo à mecanização agrícola no município de Governador Mangabeira financiada pelo Governo do Estado através da Companhia de Desenvolvimento e Ações Regionais – CAR e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (PINTO, 2010).

Após sua implantação a produção de farinha foi dinamizada e ampliou-se a inserção no mercado de produtos beneficiados pelos lavradores. Neste contexto, pensou-se que essa nova dinâmica – mecanização – fosse responsável por alterar os papéis sociais atribuídos aos sujeitos. No entanto, na realização deste estudo atinou-se para outras questões.

A primeira trata da lógica do processo de trabalho familiar agrícola em curso nessas casas de farinha. Sejam elas mecanizadas ou não, mais voltadas para o mercado ou não, constitui-se na noção da dádiva. Dessa forma, as relações sociais correspondem claramente à tríplice obrigação de dar, receber e retribuir (MAUSS, 2008), diferenciando-as da troca ou da lógica capitalista.

A tríplice obrigação é percebida por Sabourin (2011) como expressão da própria reciprocidade. A dádiva ao ser entendida como relações de reciprocidade produz valores humanos. Diferentemente de uma lógica capitalista na perspectiva da teoria da reciprocidade os valores humanos “devem ser constituídos, precisamente por meio de relações estruturadas de reciprocidade simétrica” (SABOURIN, 2011, p. 57). Isto requer uma relação cúmplice entre as famílias em todo o processo de trabalho.

Dessa forma, Sabourin (2011) assim como Temple (2009) entende que a reciprocidade simétrica tem a ver com valores éticos. Conforme compartilham dessa ideia, tem-se que “são as conjunções dessas relações que criam um sentimento específico de si mesmo que, por sua vez, se traduz num valor ético” (SABOURIN, 2011, p. 63). Estes valores na relação social adensam os sentimentos humanos através da dádiva compartilhada entre os grupos sociais.

Portanto, entende-se que as relações de reciprocidade simétrica “não levam para nenhuma forma de dominação e, assim, não aparecem em nenhuma relação de poder. Ela é fundamento de uma sociedade mais humana” (TEMPLE, 2009, p. 5). Entretanto, segundo este autor, ao nível das relações de reciprocidade o sentimento de humanidade pode apresentar-se de forma distinta em cada sociedade adquirindo diversas expressões.

Por isso, buscou-se nas especificidades da agricultura familiar o entendimento de que o processo de trabalho familiar agrícola é mediado pela lógica da dádiva porque distinguir-se pelo seu caráter familiar mesmo quando submete-se às novas técnicas de produção. Neste contexto, entre os lavradores as relações de reciprocidade são constituídas ao nível das relações de parentesco e estabelecem-se como a principal singularidade e o sentido do trabalho familiar.

A segunda questão que se verificou no desenvolvimento deste estudo é que a mecanização não alterou os papéis de mulheres e jovens no processo de trabalho, ainda que tenha atraído inicialmente a atenção dos jovens. Outros processos se mostraram relevantes na alteração destes papéis.

Quanto aos mais jovens, verificou-se que a valorização imobiliária e o conjunto de obras para a copa do mundo que impulsionaram o setor da construção civil, atinou o interesse de jovens do sexo masculino e com baixa escolaridade das regiões rurais do nordeste para o trabalho nas obras nas capitais.

Por isso, para além da mecanização, essa realidade aparece na pesquisa como uma mudança, uma vez que, antes não se apresentava no contexto social destes. Mas, atualmente tornaram-se oportunidades de trabalho atrativas para os jovens lavradores intensificando a abandono do trabalho familiar agrícola por este grupo geracional.

No que se refere às mulheres, verificou-se também como um processo de mudança social a possibilidade destas estarem se tornando pluriativas com a instalação de empresas como a DANCO. A absorção da mão-de-obra feminina pela empresa ampliou as possibilidades destas em inserir-se, em outros contextos produtivos através do trabalho assalariado temporário.

A inserção da mão-de-obra das lavradoras na empresa fumageira DANCO situada na localidade rural de Mão Divina aproximadamente a 2 km de distância do centro urbano do município de Governador Mangabeira, levou-se a considerar a pluriatividade neste estudo como um fenômeno novo que possibilitou compreender as alterações nas dinâmicas de gênero e geração inerentes ao processo de trabalho familiar agrícola a partir do entendimento de como os lavradores lidam com a ausência destas mulheres ao se inserirem em atividades temporárias fora da unidade de produção da família.

Estes mecanismos indicam que a agricultura familiar que “se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas sociedades, que a obriga a realizar modificações importantes na forma de produzir e em sua vida social tradicionais”, conforme discute (WANDERLEY, 1996, p. 02). Desse modo, a pluriatividade é neste contexto entendida como uma das estratégias de reprodução social na agricultura familiar.

Do ponto de vista da reprodução social Schneider (2003), autor que tem discutido sobre a questão da pluriatividade na agricultura familiar corrobora para o entendimento desse fenômeno como uma forma de ressignificação social da dinâmica das relações no meio rural. Por isso, seu ponto de vista é interessante na análise desse processo. O mesmo compreende a pluriatividade da seguinte maneira:

[...] refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003, p.23).

No contexto da agricultura familiar a pluriatividade apresenta-se como uma mudança no modo de vida e nas relações sociais daqueles que convivem nos espaços rurais. Segundo este autor, a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas são cada vez mais frequentes e isto implica dizer que alguns membros da família – neste caso as mulheres – estão dedicadas também à realização de atividades não-agrícolas fora do estabelecimento da família.

Ressalta-se que a questão da pluriatividade nestes universos de pesquisa não havia sido prevista inicialmente como elemento de apreensão. A experiência empírica foi que possibilitou percebê-la inerente à dinâmica social destes grupos como evento que mobiliza a ausência sazonal das mulheres na agricultura familiar em virtude de sua inserção no trabalho temporário ligado à atividade fumageira assalariada.

Esses eventos são abordados ao longo deste estudo afastando qualquer dúvida acerca da sua relevância que se manifesta no entendimento das diferentes formas de participação no processo do trabalho familiar agrícola e alterações nas relações sociais de gênero e geração no contexto de mudança social. Portanto, carecia a ampliação do debate a partir de pesquisas empíricas no município de Governador Mangabeira, visto que, as marcas deste fenômeno são invisíveis aos seus, mas, aos olhos de um pesquisador isso lhe é peculiar.

## **NOTAS SOBRE O UNIVERSO DE PESQUISA**

O município de Governador Mangabeira localiza-se na região do Recôncavo no estado da Bahia a aproximadamente 136 km de distância da capital Salvador. De acordo com o mapa de localização geográfica, verifica-se que as terras deste município são parcialmente banhadas pelas águas do Rio Paraguaçu.

Trata-se de uma região que apresenta solos férteis e propícios para o desenvolvimento das lavouras de fumo, mandioca, milho e feijão demonstrando grande potencial agrícola desde muito tempo quando ainda era uma vila conhecida por “Cabeças”.

Porém, foi a lavoura de fumo que projetou a antiga “Vila de Cabeças” no contexto econômico a nível global, pois, segundo o historiador Luis Carlos Borges da Silva (2004) toda a produção era destinada para a Europa no período entre 1950-1970.



Figura 01 – Mapa do Recôncavo – municípios – com destaque para Governador Mangabeira/BA. Adaptado por (Pinto, 2013). Fonte: SEI, 2007.

Deve-se tecer uma breve alusão histórica à Vila de Cabeças sem a qual, o atual município de Governador Mangabeira não poderia ser estudado. Existem vestígios na história deste lugar que fundamentam a origem do nome “Vila de Cabeças”. Todos são variados e, do ponto de vista de Silva (2004), o nome “Cabeças” é fruto de uma invenção de tradição. Portanto, são construções sociais que têm como referência o imaginário das pessoas.

Uma das versões relatadas por um de seus populares moradores, senhor Antonio Pereira da Mota Júnior (1962), atribui aos tempos da “lei do mais forte”, em uma descrição “mágica” da realidade, o que levou a denominar o lugar por nome de Cabeças. “[...] *quando os raios de certa manhã, ao levantar o manto da noite que findava, chocaram-se e estremeceram-se de espanto ao descobrir os olhos esbugalhados das cabeças humanas enfiadas em pontas de estacas [...]*” (MOTA, 1962, p. 04).

Várias estórias versam sobre representações de cabeças em pontas de estacas, porém, segundo Silva (2004), o fenômeno do tropeirismo é relevante aspecto explicativo, haja vista que, esta região era trajeto principal de ligação entre o estado de Minas Gerais e o Recôncavo, pois, as idas e vindas dos tropeiros transportando mantimentos se davam frequentemente por estas estradas. O fato é que este fenômeno contribuiu para que os indivíduos elaborassem, a partir de seu imaginário, explicações para os eventos que ocorreram como o aparecimento das cabeças humanas decapitadas nessa região.

A vila, que na época pertencia ao município de Muritiba, alcançou representação política por meio de seus comerciantes e coronéis os quais, promoveram sua desvinculação político-administrativa no ano de 1962, por meio da Lei Estadual nº 1640 que sanciona o desmembramento e emancipação da vila agora legalmente nomeada por Governador Mangabeira por que os políticos locais optaram em homenagear o ex-governador da Bahia Otávio Mangabeira.



Figura 02 – Croqui sem escala do município de Governador Mangabeira/BA. Adaptado (Pinto, 2013).  
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Mangabeira, 2001.

A vocação agrícola deste município hoje é caracterizada pela produção de alimentos da agricultura familiar dos quais, a mandioca, farinha e seus derivados são os principais itens. Com isso, a escolha das localidades que compõem o campo de pesquisa privilegia contextos

dinâmicos de produção de farinha em Governador Mangabeira, porém, em perspectivas produtivas discrepantes, uma vez que os sujeitos lidam com atividades mecanizadas e tradicionais em Lagoa da Rosa e se utilizam apenas de práticas mecanizadas de produção de farinha na localidade de Queimadas Nova.

Ambas as localidades conforme figura de localização, favorece a reflexão acerca das formas sociais de produção agrícola no contexto da agricultura familiar devido à organização do processo de trabalho centrada em torno dos membros da própria família, peculiaridade que se desenvolveu com base nas heranças coloniais da região do Recôncavo.

Para Brandão (1998) foi na região do Recôncavo que se desenvolveu os primeiros traços da influência colonizadora no Brasil. Desse modo, para compreender a dinâmica atual das formas sociais de produção agrícola na região, é inevitável recorrer a essas heranças.

Neste contexto, no estado da Bahia mesmo que Salvador sua capital, tenha centralizado as referências econômicas, políticas e sociais, o Recôncavo se desenvolveu e se constituiu por atributos próprios. Por isso, é uma região dinâmica que deste o começo se mostrava atraente e fortemente apta ao desenvolvimento econômico por vias de sua aptidão agrícola tendo como seus principais produtos a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca.

O engenho de açúcar era o principal aglutinador de pessoas em seu entorno. A lavoura da cana-de-açúcar situou-se inicialmente, na área mais próxima do litoral, dada a necessidade de escoar a produção pelo porto de Salvador, a fim de poder se expandir, em seguida, para o interior. Em torno do sistema canavieiro-açucareiro, desenvolveram-se na região, o sistema produtivo fumageiro, *o de subsistência* e o pecuário.

A diversidade dos sistemas produtivos conforme aponta Brandão (1998), faz do Recôncavo uma região promissora onde, o pluralismo das atividades aqui desenvolvidas favorece à identificação de várias faixas de transição na agricultura familiar. As fronteiras sociológicas que se inter cruzam nas especificidades próprias de cada área que o compõe e de áreas circunvizinhas, revela a região como um grande mosaico que se expressa por meio de elementos culturais, sociais, econômicos singulares.

Dessa forma, o Recôncavo conseguiu absorver da mais complexa à mais singular das formas de desenvolver-se social e economicamente. Igualmente, a dinâmica de suas formas sociais de produção é para Brandão (1998) um misto que transita do “primitivo ao moderno, do medieval ao contemporâneo, do pré-industrial ao super capitalista, do ato consumo ao

consumo conspícuo” (BRANDÃO, 1998, p. 107). Para esta autora “aqui o tempo, parece, não fluiu sincronicamente e deixou atrás de si grandes vazios, hiatos enormes” (BRANDÃO, 1998, p. 107). O Recôncavo é então,

Um *processos*, que, em lento porém contínuo desenvolvimento, sedimentou uma sociedade regional bem definida, assentada numa economia extremamente variada nos tipos e níveis de atividade, sociedade cujo corpo é um sistema de estratificação social complexo, mas perfeitamente discernível e cuja cúpula, encimando e coroando a estrutura, é um conjunto de instituições e de valores sociais engendrados pelo seu próprio funcionamento histórico, instituições e valores em que se traduzem o seu estilo de vida e a psicologia social de sua gente (BRANDÃO, 1998, p. 108 grifo da autora).

Dada à complexidade de sua formação, no plano da agricultura familiar, a população do Recôncavo produz e reproduz as condições materiais necessárias à sua existência com base em conhecimentos arraigados a uma referência tradicionalmente vinculada ao modo de vida da família camponesa e o uso sustentável dos recursos.

Essas características reforçam a ideia de Brandão (1998) em pensar a região como promissora. Isto porque, essas formas sociais de produção que envolvem o trabalho familiar na região contribuem mais eficazmente com a conservação do meio ambiente, uma vez que suas práticas produtivas não são expressivamente capitalistas ou agressivas e visam, sobretudo, a reprodução social do seu patrimônio – terra/família/trabalho.

Portanto, este estudo tem como referência o tema da agricultura familiar. É preciso situar que em torno de sua construção teórica o debate tem alcançado projeções consideráveis no âmbito das ciências sociais e, por isso, discutir sobre este contexto não é menos tenso que outros já polemizados.

Para Wanderley (1996) a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem uma categoria analítica nova na Sociologia Rural. Conforme Wanderley atualmente no Brasil essa categoria vem sendo utilizada com significado e abrangência e assume ares de novidade e renovação. A autora sustenta a hipótese de que “a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares” (WANDERLEY, 1996, p. 02). A partir da abertura teórica sobre este tema, o trabalho familiar agrícola tornou-se possível de ser pensado como uma de suas expressões.

Segundo Schneider (2003), os primeiros estudos sociológicos e antropológicos, que deram relevo às questões no mundo rural, foram elaborados a partir da década de 1950. Neste

período, as demandas acadêmicas e políticas do Brasil repousavam seus esforços analíticos em compreender os processos de reforma agrária e as suas repercussões no território.

Para o autor, estes temas mobilizavam os intelectuais e incorporavam à pesquisa social uma nova perspectiva de conhecimento que fora silenciado pelo Golpe Militar de 1964, retomando o debate só a partir de 1980 e 1990. Atualmente o termo agricultura familiar “vem ganhando legitimidade social e científica no Brasil, passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por seguimentos do pensamento acadêmico” (SCHNEIDER, 2003, p. 21).

Por isso, o autor afirma que foi num contexto recente – 1990 – que o Brasil constituiu sua literatura sobre a expressão agricultura familiar em torno de referências distintas. As primeiras referem-se aos rumos mais expressivos de um contexto político nacional associados à força política e ideológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e engendradas em termos de legitimação das famílias ao acesso à terra por vias de reconhecimento do papel dos pequenos produtores rurais no Sul do país. Por outro lado, as contribuições teóricas de pesquisas voltadas para o entendimento das dinâmicas sociais no meio rural serviram como referência para as discussões (SCHNEIDER, 2003).

Nesta conjuntura, a participação e representação política sindical são elementos essenciais na constituição social do próprio agricultor familiar. Igualmente defende que nestas condições e através dessa categoria analítica “esses agricultores passaram a constituir uma nova identidade política e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural” (SCHNEIDER, 2003, p. 31).

Segundo contribuições do autor, o sindicalismo rural promoveu um novo olhar do Estado em relação aos agricultores, viabilizando a elaboração e “execução” de políticas públicas específicas para regiões como o Nordeste brasileiro. Esta concepção se estende ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e à Confederação Nacional dos Trabalhadores da agricultura – CONTAG em seus movimentos políticos de legitimação e luta pelos trabalhadores que lidam com a agricultura familiar.

A agricultura familiar, segundo dados da CONTAG, contribui com 70% da produção de gêneros alimentícios no Brasil. Na região Nordeste a produção de alimentos oriundos da agricultura familiar tem grande expressividade e vem crescendo no contexto nacional, pois, nas últimas décadas os direcionamentos das políticas públicas se intensificaram nessa região.

O Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE (2010), através do Banco do Nordeste, apresentou um relatório técnico sobre a agricultura familiar na região no ano de 2010, traçando seu perfil e trazendo números de financiamento e valor bruto da produção gerado pelo setor, mostrando sua importância para a economia e o desenvolvimento da região.

Segundo este relatório foi a partir do ano 2000 que o perfil socioeconômico dos agricultores familiares tornou-se um dado quantitativo de pesquisa. Esses dados foram coletados em convênio com a *Food and Agriculture Organization* – FAO e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA que permitiram gerar o “Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil”. Através destas informações ficou-se sabendo que:

O Nordeste detém a metade dos estabelecimentos de agricultura familiar do País (2.187.295) e 35,3% da área total deles (28,3 milhões de hectares), segundo a Lei da Agricultura Familiar. Dentro da Região, estes representam 89% do total de estabelecimentos e 37% da área. Cinco dos dez maiores estados brasileiros em termos de número de estabelecimentos de agricultura familiar, segundo a Lei de 2006, são nordestinos, com destaque para Bahia, em primeiro lugar, com 665.831 (ou 15,2% do total nacional) e o Ceará, em quarto (341.510 ou 7,8% do total). Pernambuco, Maranhão e Piauí estão em sexto, sétimo e oitavo lugares, respectivamente (ETENE, 2010, p.04).

Como se observa, a agricultura familiar no Nordeste é suficientemente representativa e oferece a este estudo a clareza de que, mesmo em virtude dos incentivos à mecanização como estratégia de integração ao mercado e aumento da produtividade, o trabalho agrícola no interior de cada propriedade dessa região tem em suas bases a lógica interna familiar.

Em síntese, a literatura que se constituiu sobre o tema da agricultura familiar e suas expressões contribuiu neste estudo para o entendimento do trabalho familiar agrícola como um processo de reprodução social dedicado às construções de relações sociais de trabalho marcadas pela singularidade das relações de reciprocidade (WOORTMANN, E., 1995; MAUSS, 2008; TEMPLE 2009; SABOURIN, 2011; ) e pela participação unânime do grupo familiar através de relações de trabalho não assalariado mas que, ao seu modo é dinâmico e mutável ao reproduzir-se no contexto atual (CHAYANOV, 1974; LAMARCHE, 1998; SCHNEIDER, 2003, 2009; WANDERLEY, 1996, 2009; WEISHEIMER, 2009).

Desse modo, concorda-se com a discussão feita por Wanderley (2009) ao afirmar que “destas relações resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família” (WANDERLEY, 2009, p. 204), cujas relações tomam forma

no processo de trabalho familiar onde, mais especificamente, os lavradores estabelecem seus vínculos sociais.

Portanto, entende-se que na agricultura familiar a relação entre a família e o trabalho é uma referência fundamental ao estreitamento dos laços familiares porque ela também aparece em contextos que tem um passado ligado ao modo de produção camponês (LAMARCHE, 1998) e essa característica reforça a importância do envolvimento do grupo doméstico na participação de todo o processo de trabalho realizado nos estabelecimentos de agricultura familiar.

Em síntese, o trabalho familiar agrícola é pensado neste estudo como “uma forma social particular de organização da produção” baseado na tríade que compõe sua dinâmica produtiva estabelecida pela relação entre “propriedade, trabalho e família” (WANDERLEY, 1996, p.03) e que vem passando por mudanças do ponto de vista das alterações nas dinâmicas de gênero e geração.

No contexto da agricultura familiar local, a compreensão dessa questão foi orientada partindo-se do entendimento de que a dinamização do processo produtivo acarretaria em possibilidades de reorientação hierárquica dos papéis sociais porque como hipótese inicial acreditava-se que a mecanização da produção alteraria as relações sociais de produção na casa de farinha, sobretudo, as dinâmicas de gênero e geração inerentes ao processo de trabalho contribuindo para maior visibilidade, autonomia e participação de mulheres e jovens.

Desse modo, entendia-se que os jovens e as mulheres estavam desempenhando papéis de mais destaque e autonomia nas casas de farinha. Diante disto, os impactos das mudanças sociais no processo de trabalho familiar agrícola, em especial nas dinâmicas de gênero e geração constituiu o problema de nossa pesquisa.

No entanto, a experiência empírica mostrou que na agricultura familiar local houve sim alterações nas dinâmicas de gênero e geração, mas, não foram essas. As hipóteses de trabalho mostraram que tais alterações estavam relacionadas ao fato das mulheres se ausentarem em partes do ano, para desenvolverem atividades assalariadas fora das unidades de produção da família. Com isso os homens passaram a fazer atividades tipicamente femininas nesse período ou tiveram que contar com o trabalho das mulheres mais velhas.

As hipóteses apontaram ainda como um aspecto relevante de mudança na dinâmica interna destes grupos que, mesmo face à mecanização da produção, os jovens tornam-se raros

nesse contexto, ocasionando um hiato porque quando crianças estão presentes aprendendo pela observação e ajuda as técnicas e saberes da produção, mas quando em idade mais avançada estão buscando profissões não agrícolas.

Por aqui se vê imediatamente, que a agricultura familiar local enquanto tema problematizado passa por implicações sociais importantes. Isto porque, os papéis de gênero e geração sujeitos a uma lógica familiar que se estrutura de forma hierárquica no processo de trabalho atualmente, face à pluriatividade e a saída dos jovens, estão sendo alterados.

A partir desses acontecimentos acredita-se que as lavradoras e raspadeiras de mandioca tenham, ao longo das mudanças, adquirido maior autonomia e representatividade no grupo familiar quanto às decisões. E, entende-se que os jovens lavradores tenham encontrado no trabalho não agrícola o meio de realização de suas expectativas quanto ao aumento de sua renda e realização pessoal.

Por isso, o objetivo geral desta pesquisa social é entender quais são os impactos da mudança social nas dinâmicas de gênero e geração no processo de trabalho familiar agrícola. Para se alcançar o objetivo proposto, norteou-se o olhar investigativo a partir dos seguintes objetivos específicos:

- 1- Caracterizar a agricultura familiar nas localidades estudadas;
- 2- Conhecer o processo de trabalho familiar agrícola nas casas de farinha, mecanizadas ou tradicionais;
- 3- Analisar as dinâmicas de gênero e geração inerentes ao processo de trabalho familiar agrícola;
- 4- Compreender as mudanças sociais ocorridas nesses contextos no que se refere a suas implicações nas dinâmicas de gênero e geração entre os agricultores familiares.

Uma vez estabelecidos estes objetivos, o problema de pesquisa e as hipóteses direcionou-se para dentro do cotidiano dessas pessoas com o objetivo de compreender suas falas, seus gostos e suas experiências de vida (RICHARDSON, 1985).

Isto levou a considerar que em ambos os espaços empíricos se desenvolvem atividades que intensificam as relações hierárquicas dos papéis sociais atribuídos aos sujeitos demandando principalmente aos jovens lavradores e às raspadeiras de mandioca sua atuação, por vezes, subalterna no processo de trabalho.

A hierarquia familiar uma vez sendo estabelecida dessa maneira, invisibiliza a participação de ambos. Nesta perspectiva, atentou-se para a constituição desigual dos papéis sociais e para os possíveis conflitos e tensões desenvolvidos por meio de situações que levaram às mudanças.

Na primeira situação considerou-se que as tensões surgiram com o aumento das mulheres empregadas no trabalho temporário assalariado. Ao focalizar nesta questão ver-se-á que os lavradores procuraram lidar com essas ausências transferindo para os esposos, pai e idosos as tarefas que eram realizadas por elas nas unidades de produção da família. Além disso, essas famílias passaram a recorrerem mais à vizinhança sob a forma de ajuda mútua.

Quer-se-ia, com isso, mostrar que as dinâmicas de gênero e geração inerentes ao trabalho familiar agrícola são alteradas onde a pluriatividade se estabelece como uma das estratégias de reprodução social destes grupos.

Na segunda situação, as dinâmicas de gênero e geração foram alteradas à medida que os jovens não estavam mais desejando permanecer ligados ao trabalho familiar em função do fator renda e das dificuldades para a realização desse trabalho considerado por eles e por seus pais como exaustivo.

Nessas situações, as tensões geradas pelo desejo do jovem em não continuar envolvido no trabalho familiar levam seus pais a concordarem com a sua saída e, em consequência disto, tem de se adaptar a conduzir praticamente todo o processo produtivo de forma compartilhada entre pai e mãe.

Contam ainda com o retorno dos avós que passaram a realizar atividades anteriormente atribuídas a estes jovens principalmente, nos estabelecimentos voltados apenas para o consumo. No caso das unidades de produção mais integradas ao mercado, as famílias recorrem também à ajuda da vizinhança para realização do trabalho.

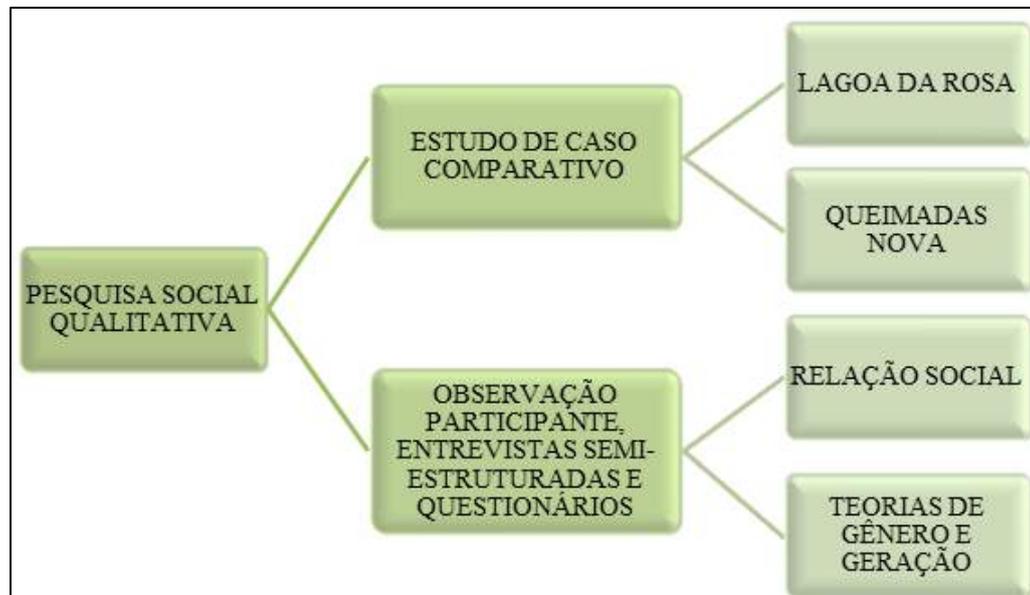
Assim, buscou-se elementos para explicar que as dinâmicas de gênero e geração incorporadas no trabalho familiar tem conhecido tanto na pluriatividade das mulheres quanto na saída dos jovens, relevantes implicações nas relações sociais destes grupos.

## AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS

A condução de toda e qualquer pesquisa social repousa necessariamente na escolha de métodos e técnicas relevantes ao estudo. Estas escolhas se apresentam de forma tão significativa quanto à própria essência das análises e interpretações que se elaborou em torno do objeto estudado.

Começa-se repensando acerca do objeto: “As dinâmicas de gênero e geração inerentes ao processo de trabalho familiar agrícola”. Diante do objeto, assume-se uma postura metodológica que favorece a problematização dos papéis sociais hierarquicamente imbricados no fazer cotidiano das casas de farinha, refletidos na constituição da vida social a partir dos significados e sentidos atribuídos na sociabilidade e no trabalho.

Considerando a dimensão da problematização deste estudo, procurou-se compreender as relações sociais e o sentido destas na elaboração da divisão social das tarefas no âmbito do trabalho familiar agrícola sob a perspectiva de grupos sociais que reproduz ou são cercadas por elementos de construções sociais e históricas acerca do gênero e da geração. Neste sentido, conforme esquema interpretativo apresentam-se as principais estratégias metodológicas que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.



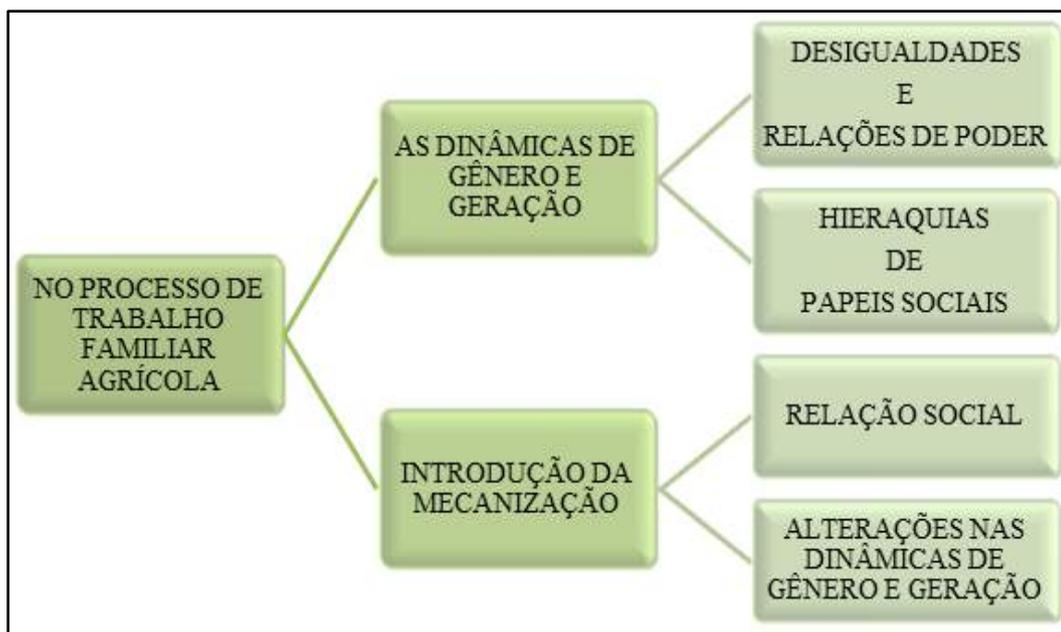
Quadro 01: Esquema interpretativo – procedimentos metodológicos. Fonte: Elaborado por (Pinto, 2013).

Em Gonçalves (2006), a perspectiva interpretativa “supõe a imersão do cientista no objeto de investigação, para assim, poder captá-lo em sua realidade concreta, cultural e

histórica” (GONÇALVES, 2006, p. 21). Ainda corrobora no sentido de que o paradigma interpretativo vincula às concepções fenomenológico-hermenêuticas da realidade. Isto implica a apreensão das subjetividades que cercam o fenômeno, ou seja, os sentidos e representações que os sujeitos imputam acerca dos objetos e de suas práticas cotidianas.

Essas questões sugeriram a apreensão da realidade por meio do estudo de caso, haja vista que, estabelecer uma aproximação com o universo de estudo é de fundamental importância para que a pesquisa possa ser produzida numa base empírica rica de dados que possam explicar a realidade em profundidade, isso é sem dúvidas “o objetivo prático e a luta constante do pesquisador em campo” (ZALUAR, 1986, p. 116).

Desse modo, perseguiram-se na realidade social os elementos explicativos acerca do fenômeno, conforme quadro interpretativo.



Quadro 02: Esquema interpretativo conceitual. Fonte: Elaborado por (Pinto, 2013).

Um estudo de caso que se dirija nestas condições “oferece descrições, interpretações e explicações que chamam a atenção pelo seu imediatismo” (MARTINS, 2008, p. 02). Para este autor a pesquisa qualitativa desenvolvida adotando-se o estudo de caso é arguciosa por que:

Busca-se criativamente apreender a totalidade de uma situação – identificar e analisar a multiplicidade de dimensões que envolvem o caso – e de maneira engenhosa, descrever, discutir e analisar a complexidade de um caso concreto, construindo uma teoria que possa explicá-lo e prevê-lo (MARTINS, 2008, p.9).

Portanto, debruçou-se não somente com o interesse em compreender os seus mecanismos, mas também, no sentido de afastar quaisquer resultados imprecisos. Neste contexto, a escolha do método e das técnicas responde efetivamente pelo êxito deste estudo fazendo-se necessário proceder utilizando o método comparativo.

Por isso, julgou-se relevante tais dimensões conceituais, porque a sua abordagem aos olhos das Ciências Sociais nos permitiu entender construções sociais e históricas que mantém minorias sociais imersas na invisibilidade, refletindo processos pelos quais puderam significar mudanças. Neste sentido, o estudo de caso revelou-se pela sua profundidade, pois, seus recortes apresentam situações muito semelhantes.

Em termos comparativos não se limitou a análise a uma ou a outra casa de farinha. Investigou-se, em ambos os contextos, as relações sociais de gênero e geração que se estabelecem no âmbito do processo produtivo e reproduzem as representações sociais no trabalho e na sociabilidade.

A metodologia qualitativa proposta sugeriu a adoção de técnicas como a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas para se ter acesso às informações no campo. Ambas as escolhas ofereceram a possibilidade de na pesquisa social apreender as falas e as subjetividades dos sujeitos em seus contextos de vivência. Nesta perspectiva, foi na vida cotidiana do grupo que se observou as dinâmicas de gênero e geração incorporadas nas posições ocupadas diariamente no processo de trabalho.

A observação participante tanto para Becker (1994) quanto para Gil (2007) consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. O observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Para Florence Kluckhohn (1946), *apud* Gil (2007), a observação participante é uma técnica que viabiliza o acesso rápido aos dados que refletem a situação habitual em que os indivíduos estão envolvidos. Para o autor muito destes dados são considerados pelos seus membros como informações de domínio privado então, dificilmente por meio de técnicas convencionais seriam acessados.

De acordo com May (2004), “a forma como as pessoas gerenciam e interpretam as suas vidas cotidianas é uma condição importante para o entendimento de uma cena social” (MAY, 2004, p. 184). Portanto, as escolhas metodológicas requerem um esforço construtivo e

empírico como forma de testar as hipóteses levantadas e apresentar respostas ao problema considerado.

Segundo Richardson (1985), “se o pesquisador está interessado em estudar as aspirações, interesses ou rotina de trabalho de um grupo de operários, na forma de observação participante. Ele terá de se inserir nesse grupo de operários como se fosse um deles” (RICHARDSON, p. 215,1985). A utilização da observação participante nesta pesquisa contribuiu para a inserção da pesquisadora no universo dos agricultores familiares tomando parte do seu trabalho na casa de farinha e na lavoura, das suas práticas e de seus comportamentos.

Tal como Zaluar (1985) conclui, “da viagem não saí a mesma, nem aos olhos alheios nem aos meus” (ZALUAR, 1985, p. 11). Por isso, o método da observação participante para o desenvolvimento desta pesquisa foi muito significativo, visto que, por meio deste, enquanto pesquisadora interessada nas ações dos sujeitos, buscou-se expor a realidade social em sua essência.

A avaliação das informações se dá de maneira sistemática. Por exemplo, dispõe-se sistematicamente a relação entre determinadas tarefas e quem seriam os responsáveis em realizá-las. A partir daí, na análise observou-se comparativamente as obrigações de cada sujeito no processo de trabalho realizado em Lagoa da Rosa e Queimadas Nova. Desse modo, percebem-se o gênero e a geração como critérios que ressaltam os papéis de cada sujeito.

A sistematização das análises foi realizada por grupo de atividades que foram quantificadas na fase inicial de pesquisa e posteriormente observadas cotidianamente possibilitando abordá-las numa perspectiva qualitativa. Dessa forma, perceberam-se nas evidências do trabalho de campo as distinções nas formas de participação que apontaram o gênero e a geração como elementos sobrepostos na divisão interna do trabalho familiar agrícola.

Com isso, buscou-se que o leitor possa “acompanhar os detalhes da análise e ver com e em que bases se chegou a qualquer das conclusões. Isto daria ao leitor, como dão os métodos estatísticos de apresentação atuais, a oportunidade de fazer seu próprio julgamento” (BECKER,1994, p. 63).

Outra técnica cerca este estudo como forma de exibir os dados coletado no intuito de atestar a veracidade das evidências encontradas. Associado à observação participante,

procedeu-se também utilizando entrevistas semi-estruturadas. Com base em Gaskell (2002) sabe-se que os sujeitos constroem o seu mundo social cotidianamente e neste sentido, a entrevista qualitativa foi importante meio de compreender as falas e interpretações destes. Para o autor,

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca. [...] ela é uma interação, uma troca de idéias e de significados, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas (GASKELL, 2002, p. 73)

As entrevistas semi-estruturadas possibilitam o direcionamento das abordagens ao tempo em que se procurou incorporar as falas dos sujeitos dispostas de maneira espontânea. Por vezes, suas falas se sobrepuseram aos valores inculcados na hierarquia familiar. Por isso, essa técnica de coleta de dados contribuiu de forma relevante para a pesquisa no sentido de que os registros das falas dos sujeitos capturou-se indicadores para compreender o fenômeno.

Na realização deste estudo, participaram da pesquisa famílias de lavradores que se encontravam inseridos na agricultura familiar local no município de Governador Mangabeira, Estado da Bahia. Principalmente as famílias que lidam com a produção de farinha e beijus sem, no entanto, invisibilizar os que participam de outras fases do processo de trabalho não executado nos espaços das casas de farinha.

As entrevistas foram realizadas com a participação de 18 agricultores familiares que trabalham com a produção de beijus e farinha, sendo 09 agricultores por localidade. As entrevistas foram executadas tanto nas casas de farinha onde estavam trabalhando, quanto nas residências aos sábados e domingos. Ressalta-se que das 18 entrevistas, apenas 02 foram realizadas na casa de farinha por causa dos ruídos, perigo no manejo dos instrumentos de trabalho e intensidade das tarefas ali realizadas.

Por isso, a maioria das entrevistas foi realizada fora do espaço das casas de farinha, exceto, a observação participante que se constituiu entre a casa de farinha e a lavoura voltada para a observação de algumas tarefas que constavam nos questionários e que estavam sendo realizadas pelos sujeitos diariamente.

As entrevistas foram aplicadas de forma diferenciada e o critério para isto foi a faixa etária. Desse modo, dividiu-se por grupos de representação: 2 idosos, 3 jovens e 4 adultos por localidade com o objetivo de abranger as diferentes percepções dos sujeitos em relação às suas experiências, expectativas e conhecimentos sobre o trabalho familiar agrícola.

A primeira tentativa de inserção deveu-se às visitas exploratórias iniciadas no período de agosto de 2013. Em cada localidade foram realizadas 02 (duas) visitas com o objetivo de conhecer melhor os lavradores e identificar as pessoas que pudessem colaborar com o processo de pesquisa. Neste momento, os idosos, os donos de casas de farinha foram muito citados pelos moradores das localidades.

Em meio às conversas com os agricultores sempre surgiam convites para conhecer a casa de farinha, conhecer o quintal e a roça de mandioca. Mas antes disso, serviam beijus, mostravam a farinha em seus mantimentos orgulhosos e extremamente alegres. A simplicidade com que recebiam a pesquisadora era contagiante. Os idosos faziam questão de explicar tudo que sabiam. Ensinar a ser um deles foi a primeira e melhor forma de aproximação.

As crianças cortejavam todos os passos dados. Curiosas e inteligentes se apossaram da câmara fotográfica e registraram momentos que por vezes foram presenciados. Sobre as crianças regista-se: à luz de seus olhares, fotografaram seus avós, seus pais e suas famílias inseridas no processo do trabalho familiar agrícola. Os registros visuais realizados pelas crianças são importantes neste contexto pela oportunidade de enxergar a realidade social a partir de suas próprias percepções.

Nessa etapa de pesquisa verificou-se que em Lagoa da Rosa havia 06 (seis) casas de farinha familiares – 03 (três) totalmente manuais, 03 (três) familiares, porém, com investimentos em mecanização e 01 (uma) comunitária quase sempre fechada durante o período de dois meses e duas semanas. Em Queimadas Nova, eram 05 casas de farinha, sendo 01 (uma) casa de farinha familiar que ainda preserva a sua arquitetura vernácula, mas, em seu interior aderiu à mecanização 03 (três) tradicionais manuais fechadas e sem uso e 01 (uma) casa de farinha comunitária muito utilizada pelos agricultores.

Diante das informações, tomou-se a liberdade de associar à pesquisa qualitativa a aplicação de questionários para caracterização dos agricultores familiares, tendo em vista que foi muito desafiador incorporar um universo como Queimadas Nova o qual, não era tão conhecido quanto Lagoa da Rosa onde foi realizada a pesquisa empírica no ano de 2010. Assim, preferiu-se lançar mão de uma metodologia também quantitativa, pois, a localidade de Queimadas Nova carecia de dados fundamentais para se conhecer melhor o próprio perfil dos agricultores e de suas unidades de produção da família.

Enquanto técnica de coleta de dados quantificáveis, procedeu-se, por meio do uso de 60 questionários, sendo 30 aplicações em cada localidade (Lagoa da Rosa e Queimadas Nova). A coleta de dados dessa natureza foi realizada com o objetivo de fazer a caracterização dos agricultores familiares. Por isso, acrescenta-se neste estudo essa tomada metodológica como uma relevante estratégia de se situar diante do universo de Queimadas Nova.

Produzir conhecimento sobre essa localidade sem esses dados gerou insatisfação, por isso, optou-se por aplicar os questionários em ambos universos de pesquisa para então poder conhecer a disposição espacial de suas propriedades, os sistemas produtivos desenvolvidos, a forma como acessaram suas terras, o sexo e a idade, a auto identificação étnica e o grau de escolaridade desses agricultores.

Além disso, em ambas as localidades, esse procedimento metodológico contribuiu no sentido de apresentar as tarefas diariamente realizadas. Associado a esta metodologia, a compreensão das dinâmicas de gênero e geração foi pautada no exame qualitativo destas tarefas apontando para as distinções nas formas de participação no trabalho familiar agrícola.

Após essa etapa de conhecimento, iniciou-se o segundo momento da pesquisa através da observação participante e realização de entrevistas no mês de setembro e outubro, finalizando o estudo de campo no início de novembro de 2013. Dessa forma, coloca-se em evidência um debate que exige uma abordagem teórica metodológica qualitativa, utilizando-se, de métodos de pesquisa como a observação participante e entrevistas semi-estruturadas com o objetivo de compreender os significados que os sujeitos atribuem aos eventos no contexto social, em seus próprios termos.

Em resumo, a inserção da pesquisadora no campo não foi facilitada pelas escolhas metodológicas que foram feitas. Neste estudo de caso, as informações produzidas pela observação participante, pelas entrevistas e a apreensão qualitativa acerca dos dados gerados foram os mais importantes meios de apreender a realidade social destes grupos.

Portanto, estes não são meios mais fáceis nem mais frágeis de se conduzir uma pesquisa científica. Pelo contrário, exigiram uma postura comprometida com o cotidiano, com as práticas e ideias naturalmente reproduzidas pelos sujeitos. Por consequência, demandaram um esforço teórico, metodológico e pessoal para dar conta da dimensão destes eventos.

## ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No primeiro tratou-se de apresentar o contexto social em que se desenvolve o estudo, procedendo com a caracterização da agricultura familiar local. Por meio da concepção teórica sobre o processo de trabalho familiar agrícola foi considerada a forma como os agricultores familiares são inseridos no trabalho familiar. Desse modo, no desenvolvimento deste capítulo apresentam-se os sujeitos que se articulam e constroem a sua relação com a família através dos processos de sociabilidade no trabalho.

No segundo capítulo, tratou-se de explorar os aspectos da sociabilidade dos grupos que frequentam as casas de farinha, destacando o hábito das partilhas das quartas de farinha e as formas de ajuda mútua como elementos das relações de reciprocidade que demandam uma reflexão acerca da dádiva de “dar, receber e retribuir”. Abordam-se as relações sociais que se constituem entre os lavradores, refletindo como estas remetem à ideia de reciprocidade e, de igual forma, estabelecem entre si múltiplos vínculos sociais que se adensam no cotidiano do trabalho.

No terceiro capítulo, coloca-se em evidência as distinções nas formas de participação tecidas a partir das relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho familiar agrícola. Trata-se neste capítulo a ideia de que gênero e geração sobrepostos produzem e reproduzem desigualdades nas relações sociais. A percepção dessas questões gira em torno da constituição de diferenciações dos papéis sociais hierarquizados e naturalizados no âmbito do trabalho familiar.

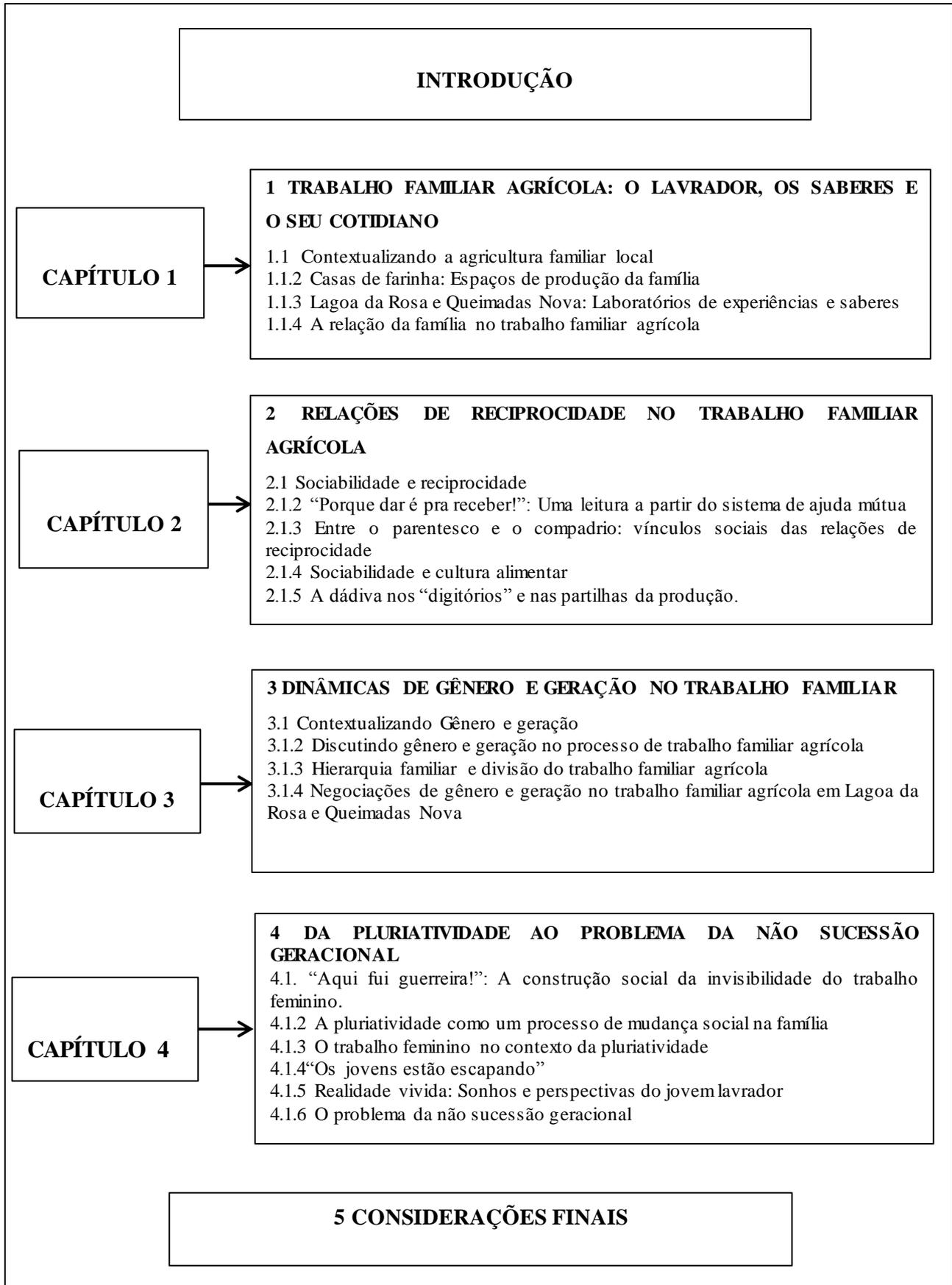
Ver-se-á neste capítulo que uma vez reproduzidas, as desigualdades corroboram para que o trabalho das lavradoras seja considerado como “ajuda” ou como “forças marginais”, assim como, o trabalho do jovem lavrador. Nesta concepção, não trabalham, apenas auxiliam os esposos e seus pais em todo o processo produtivo invisibilizando-os no contexto social.

Atenta-se no quarto e último capítulo para os processos observados como fatores que engendram alterações nas relações de gênero e geração, como o desligamento temporário das lavradoras do trabalho familiar ao inserir-se no trabalho assalariado temporário, afetando tais relações ou, promovendo à sua maneira novas formas de se relacionar entre os sujeitos.

Nesta abordagem discute-se também o problema da não sucessão geracional como processo das representações sociais que os jovens tecem no trabalho familiar agrícola. Desse modo, apreende-se a realidade em conjunto e examina-se, nas expressões cotidianas, as mudanças na dinâmica das relações sociais que se desenrolam no espaço rural.

Quanto às conclusões, é necessário que se ofereça a oportunidade de continuar com os estudos que envolvem as pequenas localidades rurais e seus interlocutores na região do Recôncavo. Isto proporciona experiências de vida tão surpreendentes que, nesta dissertação não se ocupou em trazer respostas definitivas, mas como contribuição à pesquisa social, abrindo-se precedente para que o diálogo continue sendo estabelecido democraticamente.

## QUADRO SÍNTESE DA ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO



## **1 TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA: O LAVRADOR, OS SABERES E O SEU COTIDIANO**

Este capítulo trata do trabalho familiar agrícola, de sua dinâmica e sobre os sujeitos que se articulam no âmbito dessa forma social de produção. No trabalho familiar agrícola considera-se que a dinâmica do processo de produção evidencia-se pelo trabalho não assalariado, pelo envolvimento dos membros da família neste processo e pelas relações de reciprocidade entre os lavradores. Esses elementos se articulam ao processo produtivo e constitui-se numa forma social singular de produção.

A família compõe relações sociais essenciais neste contexto de trabalho. De acordo com Alexander V. Chayanov (1974), “na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens” (CHAYANOV, 1974, p. 137). Desse modo, a família de lavradores ou camponeses pode ser entendida como unidade que é ao mesmo tempo produtora e consumidora, constituída basicamente por laços de parentesco.

Conforme aponta Chayanov (1974), por meio do trabalho da família é possibilitada a reprodução social destes grupos. É exatamente este um dos aspectos que mantém a produção agrícola da farinha, beijus e derivados vinculada a este modo de produção singular. Neste sentido, a composição da família é bastante significativa, pois, quanto mais numerosa e ativa no processo de trabalho familiar maior a sua capacidade produtiva.

No processo de trabalho familiar agrícola o grupo familiar mesclados de seus sentimentos de confiança e amizade apresenta-se na realidade social subordinado ao modo de produção capitalista. Esta subordinação é de tal maneira absorvida pela produção familiar que nas propriedades economicamente mais produtivas as relações sociais de trabalho além da satisfação das necessidades básicas do grupo doméstico, visam também manter a sua produção nos mercados regionais comercializando num circuito curto a preços baixos o produto social da exploração da mão de obra da família.

Segundo Carneiro (2007) o trabalho realizado pelo grupo familiar pode ser apreendido sob dois aspectos fundamentais. O primeiro deles trata-se da divisão do trabalho ou das etapas das tarefas desenvolvidas pela família. O segundo aspecto refere-se à “intensidade da utilização das diferentes frações de mão-de-obra tanto na unidade de produção quanto fora

dela” (CARNEIRO, 2007, p. 240). Assim, a intensidade com que a exploração da força de trabalho dos membros da família ocorre é fundamental porque dessa relação depende diretamente o trabalho familiar agrícola e a reprodução social destes na agricultura familiar.

O trabalho familiar agrícola demonstra a sua singularidade ao estabelece-se por relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares. Desse modo, as relações produtivas não visam relações salariais nem tem por interesse direto a geração de mais valia ou de excedente. Desconhece, portanto, as categorias chaves do capitalismo. (CARNEIRO, 2007). Uma de suas principais substâncias é a garantia da reprodução social da família e de sua unidade produtiva.

Essas condições demonstram a forma de subordinação com a qual a pequena produção familiar encontra-se vinculada. Neste contexto social, o lavrador tem acesso ao mínimo para a satisfação das necessidades do grupo familiar e é desse modo que continuam envolvidos neste trabalho.

Os lavradores são, dessa forma, explorados à medida que toda força de trabalho mobilizada para a realização das atividades que compõem o trabalho familiar agrícola não é igualmente compensada pelas condições que o mercado oferta como pagamento do produto de seu trabalho.

Ao longo da história social dos agricultores familiares, a subordinação dessa atividade ao modo de produção capitalista, reproduz a ideia de que estes desenvolvem a pequena produção, atuam sob condições de trabalho e técnicas simples em pequenas propriedades de terra e gerem o pequeno capital.

As dinâmicas capitalistas através da reprodução destas desigualdades é que contribui para a conformação dos limites de acesso impostos a grupos sociais com o dos lavradores, tornando complexa a sua reprodução social.

Dessa forma, mesmo ao despender um grande número de membros da família e este aspecto é fundamental para a sua existência, os lavradores em ambas localidades possuem baixa rentabilidade econômica, pouco acesso a recursos e, portanto, baixa acúmulo de capital. Por isso, Carneiro (2007) afirma com base em formulações marxistas, que os agricultores familiares estão subordinados ao modo de produção capitalista como produtores simples de mercadorias.

Pode-se compreender esse modo de produção através do pensamento sociológico marxista, destacando seu principal aspecto na reprodução social do grupo e da terra como seu principal instrumento de trabalho. Além disso, para Karl Marx nestes grupos ou nestas sociedades camponesas:

A finalidade deste trabalho não é *criação de valor*, embora eles possam realizar trabalho excedente de modo a trocar por trabalho estrangeiro ao grupo, isto é, por produtos excedentes alheios. Seu propósito é a manutenção do proprietário individual e sua família bem como da comunidade como um todo. A posição do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico. (MARX, 1964, p.66).

Nestes termos, o que caracteriza o trabalho familiar agrícola desenvolvido pelos lavradores é o fato deste possuir como principal aspecto a criação de *valor de uso*. Dessa forma, o processo de trabalho não é marcado por categorias-chaves como salário, mais-valia, entre outros.

Conforme ele argumenta entende-se que a forma social de produção elaborada por esses agricultores distingue-se da universalização da relação mercantil, a qual na visão sociológica marxista não resulta apenas na produção de mercadorias, mas, sobretudo, gera respectivamente valores de troca (MARX, 2005).

Ao contrário, o trabalho familiar agrícola gera uma relação de vinculação dos lavradores ao produto de seu trabalho. Dessa forma, eles conhecem e participam do início ao fim do processo de produção. Constituindo nessa relação saberes, conhecimentos em comuns ao grupo entre outras expectativas que atravessam o processo de trabalho e qualifica-o como familiar.

Por isso, entende-se que na lógica de produção desenvolvida por estes grupos os indivíduos se consideram como membros de uma comunidade por meio do trabalho vivo permitindo através do trabalho da família criar e reproduzir sua existência na prática diária.

Ao expressar-se em relação às formações econômicas pré-capitalistas, Karl Marx (1964) faz referência a um tipo de relação muito comum nestas sociedades que nos remete à ideia anterior. Segundo as suas percepções, nestes contextos sociais os indivíduos estabelecem “relações ingênuas” com a terra que é o seu principal instrumento de trabalho.

De fato, a terra é o principal laboratório de trabalho e ali os vínculos sociais se estabelecem por meio de relações recíprocas entre as famílias dos lavradores. Portanto, não

parece ingênua quando se considera ser essa condição essencial para a reprodução social dos lavradores.

Isto porque a categoria social dos lavradores expressa-se, com base na experiência empírica, por apresentar uma importante dinâmica de produção que não se caracteriza apenas para o autoconsumo, mas tem-se produzido largamente para atender ao mercado.

Estes, racionalmente, em função da intensa dinâmica de produção de farinha e derivados, por exemplo, criaram estratégias interessantes para garantir sua reprodução social utilizando a terra, a família e o trabalho destes como meio para isto.

1) Os lavradores que plantam mandioca em menor quantidade, fracionam a sua produção para o consumo, para a comercialização direta em feiras e mercados municipais. Mais recentemente, diante da demanda, vêm fornecendo a raiz *in natura* para outros lavradores com maior potencial de produção mercantil; Isto resulta de uma coerência forte entre estes que se organizam e se estabelecem através de relações de confiança e reciprocidade. Pois, os que produzem menos, aumentaram a produção sob a garantia de compra por aqueles que possuem maior potencial produtivo. Nessa lógica, todos garantem a reprodução social.

2) Aqueles com maior potencial produtivo têm buscado suprir a demanda comprando raízes também em outros municípios ou outras localidades do entorno geográfico; Estes recorrem a outros grupos apenas quando a produção entre a vizinhança não conseguiu suprir a demanda, ou seja, primeiramente “exploram” a capacidade produtiva no universo familiar, fortalecendo as relações na vizinhança e os vínculos sociais através desse trabalho.

3) É notória a inserção da mecanização da produção e o estabelecimento de relações de produção economicamente mais produtivas; Ainda assim, todo o processo de trabalho é mediado pela lógica da dádiva, falaremos sobre isso no próximo capítulo.

Conforme menciona a socióloga Maria de Nazareth Braudel Wanderley, o personagem principal deste mundo rural é o agricultor familiar em suas diversas expressões, considerando-se em termos locais ser o lavrador.

A agricultura familiar local resulta de suas atividades e de seu modo de vida atualmente associado às transformações que têm promovido constante “ressignificação de

suas próprias funções sociais” (WANDERLEY, 2009, p.212) demandando, uma interpretação relacional deste espaço com a sociedade englobante.

Em outras palavras, enquanto categoria social os lavradores se reinventam e são responsáveis por reproduzir-se estrategicamente de forma racional, fortalecendo sua existência através das relações de reciprocidade, da atividade familiar, do conhecimento e saberes que emprestam à vida cotidiana uma gama de eventos que os torna simplesmente em verdadeiros articuladores de sua própria reprodução num contexto de mudança social.

Portanto, este labor não somente garante a sobrevivência. Ele é uma importante estratégia de reprodução social na agricultura familiar. Dessa forma, a seu modo uma série de relações sociais e também econômicas – porque não – estão associadas ao processo de trabalho familiar, conforme aponta Chayanov:

O camponês ou artesão que dirige a sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto, devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o *produto do seu trabalho* (CHAYANOV, 1974, p. 138, grifo do autor).

Com base nesse aporte teórico são essas relações sociais e econômicas que “controlam a organização de cada uma das distintas unidades agrícolas naturais e padronizam sua estrutura de produção” (CHAYANOV, 1974, p. 145). Essa dinâmica é comumente vivenciada entre os lavradores que produzem farinha e beijus na localidade de Lagoa da Rosa e Queimadas Nova, mobilizando os membros das famílias dos quais depende a realização do trabalho na “roça” e, sobretudo, a sua reprodução social.

Como indica Chayanov (1974) nas unidades econômicas familiares o produto do trabalho é uma relevante categoria possível de sistematizar objetivamente a organização do trabalho agrícola desenvolvido por camponeses.

Para ele, o produto do trabalho familiar pode variar de acordo com as condições de mercado, localização da unidade familiar em relação aos mercados, disponibilidade de meios de produção além da quantidade de terra que possuem.

Geralmente em situações favoráveis como essas o camponês consegue gerar excedentes que serão comercializado, mas o autor atenta para distinguir que este excedente não possui a mesma natureza daquele gerado no capitalismo.

O produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, tende a equilibrar os fatores econômicos internos de sua granja, pois, com menor auto exploração de sua capacidade de trabalho ele satisfaz melhor as necessidades de sua família com menor dispêndio de trabalho e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1974, p. 141).

Desse modo, não se trata de trocas que se baseiam em lógicas capitalistas, mas estas são resultado da prosperidade da exploração familiar tal como Chayanov (1974) propõe pensar a dinâmica social do trabalho realizado pelas famílias de lavradores. Por causa de especificidades como essas que o trabalho familiar agrícola pode ser entendido como uma forma social singular de produção criadora de valor de uso por que nele se conhece o esforço depreendido pela mão-de-obra da família.

Isto porque, o trabalho se desenvolve na família e para a família. Nesta perspectiva, conforme menciona o autor, o camponês tende a equilibrar a exploração da capacidade produtiva dos membros da família de acordo com as necessidades demandadas pelo grupo, uma vez que estes trabalham como artesãos e não como operários que a máquina suga suas energias.

Apesar de se concordar com o autor e verificar que a força de trabalho da família é indispensável no processo de trabalho familiar agrícola, no contexto estudado, equilibrar a capacidade produtiva da família para amenizar a intensidade de exploração da força de trabalho e satisfazer melhor as necessidades do grupo familiar é uma questão relativa, porque essa lógica não se processa tão facilmente para estes grupos.

Isto porque, como produto histórico e social, o trabalho familiar agrícola vem passando por constantes alterações em sua dinâmica. Um exemplo disso é a subordinação das atividades tradicionais da produção de farinha às lógicas economicamente mais produtivas, levando os lavradores à exaustão da capacidade produtiva de sua família, uma vez que estes não recorrem à mão-de-obra externa.

Muitos relatos indicaram que para satisfazer a necessidade do grupo seja a produção desenvolvida apenas para o consumo ou seja mais intensamente voltada para a comercialização, todo processo de trabalho exige intenso sacrifício, desgaste e exploração da força de trabalho da família. Conforme se pode entender no discurso desta lavradora: *“botava 3,4 caixas de mandioca e lá eu labutava minha filha lutava pra acabar essas 4 caixas de mandioca, era uma cadeia”*<sup>1</sup>.

Atualmente, uma parte da produção de farinha e beijus ou grande parte dela é destinada ao mercado, implicando maior necessidade de familiares envolvidos no desempenho das atividades cotidianas, portanto, há maior necessidade de intensificar a exploração da sua mão-de-obra. O problema é que, mesmo com a mecanização, as tarefas geralmente realizadas ao longo do processo de trabalho nas casas de farinha são penosas, limitando-os, forçando-os a este equilíbrio, portanto, impedindo-os de gerar excedente com a mesma lógica que as relações capitalistas de produção geram.

Esta noção aplicada à realidade social investigada permite reconhecer que a subordinação da produção familiar agrícola no contexto capitalista atual não significa que estes grupos estão desvinculando-se das dimensões mais singulares que envolvem este processo de trabalho.

Desse modo, admite-se com veemência que o trabalho familiar agrícola reproduz em si expressões de uma produção familiar fortemente centrada na lógica das relações de reciprocidade entre seus membros. No interior dessas relações percebe-se que a sociabilidade no trabalho orienta os sujeitos e qualificam as relações sociais uns com os outros.

Mediante essas questões é importante aqui buscar nas contribuições de Lamarche (1998) o entendimento de que: o fato da agricultura ter deixado de ser camponesa, por todos os processos pelos quais passou e vem passando, não retira dela a essência de ser familiar.

Na próxima seção do texto, com base nos dados e na experiência empírica, pretende-se mostrar como se desenvolve a agricultura familiar local, considerando seus sistemas produtivos, suas unidades de produção e alguns indicadores sociais.

---

<sup>1</sup> Informação verbal coletada por meio da observação participante. Parte da fala de Dona Rosângela de Oliveira, lavradora, 42 anos, residente em Lagoa da Rosa.

## 1.1 Contextualizando a agricultura familiar local

Sempre que se discute sobre o conceito de agricultura familiar há uma referência a um debate recente e em processo de construção e nesse contexto inúmeros são os autores que têm se interessado em investir suas contribuições no entendimento desta categoria social, reconhecendo nela a sua diversidade. Só para se ter um exemplo disso, para Picolotto (2012), em torno de sua concepção enquanto um modelo de agricultura e como identidade política de grupo de agricultores esse debate se complexifica ainda mais.

Não se pretende pautar neste tópico a discussão nas políticas que levaram a um reconhecimento institucional da Agricultura Familiar no Brasil, mas é relevante situar que a conquista do PRONAF e das demais políticas foram importantes neste processo seguido da formação do MDA e a promulgação da Lei da Agricultura Familiar.

Menciona Picolotto (2012), a criação e o desenvolvimento dessas políticas públicas possibilitaram um reconhecimento institucional para os agricultores que passaram a ser identificados e se identificar como familiares.

Essas qualidades caracterizam a agricultura familiar e demonstram no contexto do Brasil a “reversão de valores que estão intimamente vinculados ao processo de construção da agricultura familiar enquanto modelo de agricultura do tempo presente e o agricultor familiar, seu sujeito, passa a ser um personagem político importante” (PICOLOTTO, 2012, p. 159).

Como já antecipou-se no Brasil esse reconhecimento, é produto de uma luta política e social entre agentes sindicais, não governamentais e também pela força das contribuições dos estudiosos interessados em fortalecer o discurso acadêmico sobre a agricultura no país. (WANDERLEY, 1996, 2003, 2009; VEIGA, 1996; SCHNEIDER, 2001, 2003; PICOLOTTO; 2012; CARNEIRO, 2014).

Desse modo, tendo em vista a configuração política e social em que se instituiu a agricultura familiar e sua singularidade preservada nas noções de solidariedade e reciprocidade no interior de suas relações sociais, ela tem-se tornado uma categoria social amplamente estudada.

Geralmente a forma como estes autores pensam a agricultura familiar atinam a ideia de que ela é uma forma social de produção favorável ao estreitamento dos laços familiares.

Portanto, tende a aparecer em contextos que tem um passado ligado ao modo de produção familiar. Concepção vinculada ao modelo alternativo que Lamarche (1998) propôs ao explicar o que vem a ser esse tipo de agricultura.

Em suas conclusões ela se caracteriza por tender a estabelecer-se em diversos contextos socioeconômicos, por isso, a agricultura familiar é um modelo alternativo da agricultura moderna. Desse modo, entende-se que ela associa na mesma unidade de produção da família aspectos que podem transitar entre as formas sociais de produção da agricultura camponesa e as formas sociais de produção da agricultura empresarial. Ainda assim, a família permanece sendo o principal núcleo envolvido no processo de produção.

Dessa forma, reconhece-se que a agricultura familiar nos universos de pesquisa também transita entre um e outro contexto. Essas características colocadas pelos atores apresentam semelhanças nas localidades estudadas, uma vez que, a agricultura familiar local figura um universo em que as unidades de produção agrícola empregam a mão-de-obra familiar e aderem ao mesmo tempo à mecanização da produção.

A agricultura familiar local se diferencia do campesinato tradicional no sentido de apresentar especificidades como, por exemplo, certo grau de integração ao mercado, caracterizando um leve direcionamento econômico. Haja vista que, neste caso específico – no processo de trabalho familiar agrícola nas casas de farinha do município de Governador Mangabeira/Ba – a produção é parcialmente comercializada.

Os lavradores no contexto estudado não são meros produtores de mercadoria. Procuram produzir para suprir as necessidades do grupo como primeira demanda. Posteriormente, destinam parte de sua produção para a comercialização em feiras locais, mercados e supermercados dos municípios circunvizinhos.

Conforme essas relações se articulam no interior das unidades de produção da família em ambos universos de pesquisa identifica-se uma relevante semelhança à concepção de que na agricultura familiar a família “ao mesmo tempo que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p.02). Para a autora esse caráter familiar é uma importante referência à forma como a agricultura familiar vai se desenvolver no contexto social.

Visto que na agricultura familiar articulam-se família e trabalho no interior dos estabelecimentos no que concerne aos dados de caracterização da agricultura familiar local,

tomou-se como referência informações sobre o sistema produtivo, a estrutura fundiária e a origem da propriedade da terra.

Quanto aos agricultores familiares apresenta-se alguns indicadores sociais como a idade, o sexo, escolaridade, identificação étnico/racial. Sua análise produzirá um panorama do contexto social da agricultura familiar local.

Através da seguinte pergunta: “*Quais as culturas agrícolas são plantadas neste estabelecimento?*”. Verificou-se que em ambas as localidades os lavradores fazem da mandioca a sua principal fonte de sustento ao destinar boa parte se suas terras à plantação da raiz.

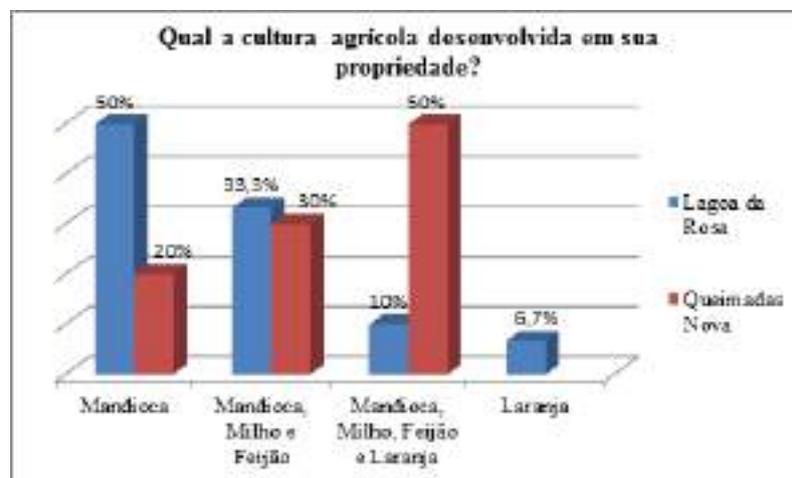


Gráfico 01: Sistemas produtivos. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

Em Lagoa da Rosa, a mandioca é cultivada isoladamente em 50% dos estabelecimentos, mas aparece também em 33,3% dos estabelecimentos associada à cultura do milho e do feijão. Em outros 10% dos estabelecimentos a raiz é cultivada junto com a cultura do milho, feijão e laranja. Em apenas 6,7% dos estabelecimentos a mandioca foi totalmente substituída pela plantação de laranja.

A mesma pergunta levou-se a verificar que Queimadas Nova apresenta características discrepantes quanto ao volume de produção da raiz. Os dados mostram que a cultura da mandioca desenvolvida sozinha é menos expressiva porque ela é cultivada em apenas 20% destes estabelecimentos. Na maioria dos estabelecimentos 50% tem-se organizado o sistema produtivo em torno da cultura de mandioca, milho, feijão e laranja. E em 30% destes cultivava-se mandioca, milho e feijão.

Nessa localidade apesar da mandioca ser encontrada em todos os estabelecimentos, o cultivo deste tubérculo encontra-se sempre associado a outras culturas agrícolas. Isso é indicativo que explica a menor influência da localidade na dinâmica produtiva de farinha para fins de comercialização. Em termos comparativos, destes dados pode-se compreender porque a localidade de Lagoa da Rosa se destaca do ponto de vista produtivo e de integração ao mercado por meio da comercialização de farinha e derivados.

Na realidade local, observa-se que a importância da cultura de mandioca em ambas localidades não se fundamenta apenas por seu valor de mercado, pelo contrário, a ela se atribui primeiramente valor simbólico.



Figura 03: O trabalho na lavoura de mandioca. Fonte: Registro fotográfico feito pela autora em trabalho de campo realizado em outubro de 2013.

Basta observar a paisagem rural para identificar o quanto a cultura da mandioca é importante na região. Por isso, o lavrador que se preze tem de ter “roça de mandioca” no seu quintal. Roças que se expandem desde a entrada aos fundos dos sítios, contornando as humildes residências em todos os seus limites geográficos.

Parece ser uma prática comumente realizada pelos lavradores dessas localidades que sabidamente dispõem a plantação no terreno de acordo com o ciclo de cultivo, assim sendo, tem-se mandioca boa para colheita durante o ano inteiro. Com isso, é possível observar que a produção nas casas de farinha não cessa.

A mandioca mais cultivada característica dessa região é a do tipo “Cigana”. Segundo os lavradores, *“a mandioca melhor que tem é a cigana porque a farinha é mais alva. A farinha melhor que dá é a cigana”* [...] *“Quando a raiz dá boa qualquer tanto dá pra garantir<sup>2</sup>”*.

Do ponto de vista dos lavradores, chama-se assim porque pode ser encontrada em qualquer lugar, basta plantar, pois, esse tipo é resistente à chuva e ao sol além de que cada planta *“carrega muito”* de raízes. Além disso, é de excelente qualidade para o cultivo e principalmente, para a produção da *“farinha branquinha”* comumente consumida e comercializada nas feiras livres e nos mercados da região.

Existe na agricultura familiar local uma variação maior de tipos de raízes que são cultivadas e, posteriormente transformadas em farinha e beijos. Todas elas são classificadas pelos lavradores que atribuem valor simbólico a cada variação da raiz de acordo com a sua relevância para o grupo familiar.

Neste sentido, a mandioca do tipo *“Pai Antonio”* e *“Cria Menino”* são bastante cultivadas porque seu valor reside na fartura e urgência com que brotam da terra, servindo como garantia de subsistência porque, para fins de comercialização, ambas não são adequadas haja vista que têm como característica o fato de serem bastante *“molhadas”*. Dessa forma, ao serem prensadas para retirada da água da mandioca, perde-se muito líquido, restando pouca massa, conseqüentemente, reduzida produção.

Esses dois tipos de raízes assim foram batizadas principalmente porque são cultivadas num período curto equivalente há seis meses, enquanto que as outras demoram em torno de um ano e seis meses para amadurecimento, ou seja, a farinha e os derivados, obtidos através do processamento desse tipo de raiz, foram incorporados no cotidiano destes lavradores que se valem delas para garantir a produção para o consumo doméstico: *“ela é rápida, com seis meses ela dá farinha então, antigamente o povo botou o nome cria menino”*.

Cigana, Pai Antonio, Cria Menino, Cidade Rica, Pai João, Correnteza, Vassoura todas essas classificações requerem um conhecimento elaborado dos lavradores que apuram, em sua vida cotidiana, a habilidade de reconhecer e diferenciá-las por meio da cor e textura da casca, da quantidade de água que contém a raiz, cor interna da raiz, rendimento médio da

---

<sup>2</sup> Informação verbal coletada por meio da observação participante em agosto de 2013 em trabalho de campo realizado na localidade rural de Lagoa da Rosa.

composição sólida, ou seja, da massa, tamanho e cor das hastes para identificar o período de colheita e diferenciá-las do aipim.

Este último trata-se de uma variação comestível mais comumente conhecida no Brasil como macaxeira. Segundo os lavradores, suas raízes podem ser consumidas após cozimento em forma de purês, sopas, caldos, bolos ou acompanhados com carne seca. Todos esses pratos são elementos da cultura alimentar tradicional da região Nordeste e, evidentemente, da região do Recôncavo.

Quanto à estrutura fundiária local, nos dados dispostos no gráfico 2 consideramos que 1 hectare equivale a uma tarefa de terra, conforme indicado pelo lavradores. “Na Bahia, 1 tarefa de terra equivale a 30 braçadas quadradas, ou 4.352 metros quadrados. E, 1 braçada equivale a 2,20 metros” (SCHWARTZ, 1988, p. 16 *apud* SANTOS, 2010, p. 38).

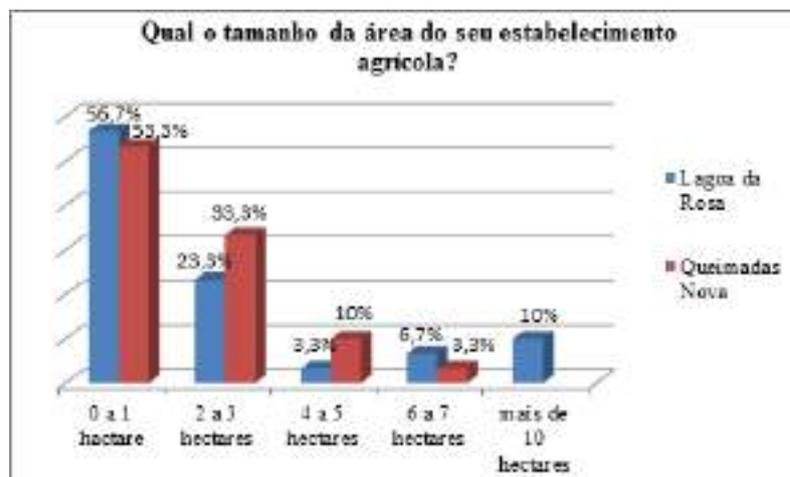


Gráfico 02: Área total dos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

Como é possível de se verificar em ambos contextos os estabelecimentos agrícolas possuem áreas pequenas. Em Lagoa da Rosa 56,7% dos estabelecimentos possuem o tamanho da área correspondente a um 1 hectare de terra. Realidade similar a de Queimadas Nova onde, 53,3% dos estabelecimentos agrícola equivalem a 1 hectare.

Pode-se observar que em Queimadas Nova foi encontrado mais estabelecimentos com o tamanho da área em torno de 2 a 3 hectares 33,3% em comparação com Lagoa da Rosa onde 23,3% destes possuem esse tamanho da área. Realidade que se repete em relação aos estabelecimentos com área de 4 a 5 hectares, pois foi também em Queimadas Nova que

registramos 10% dos estabelecimentos com essa área em comparação com Lagoa da Rosa com apenas 3,3% destes.

Por outro lado, as propriedades que possuem áreas maiores, no contexto de pesquisa, foram pouco mencionadas, mas encontradas em sua maioria em Lagoa da Rosa. Nessa localidade registramos 6,7% dos estabelecimentos com área em torno de 6 a 7 hectares e em Queimadas Nova foram 3,3% do total. Os estabelecimentos com o tamanho da área com mais de 10 hectares também foram registrados apenas em Lagoa da Rosa em 10% destes.

Embora o tamanho da área dos estabelecimentos agrícolas nas duas localidades seja variado é interessante observar que essa situação se caracteriza pelo fato dos universos de pesquisa corresponder a um contexto onde, a estrutura fundiária da região guarda heranças do acesso desigual à terra fruto da concentração de grandes propriedades nas mãos de famílias dos coronéis locais que geralmente, lidavam com a atividade do fumo e criação de gado.

No contexto brasileiro, Wanderley (2009) considera que o meio rural foi, historicamente, constituído por “espaços diferenciados” (WANDERLEY, 2009, p. 265). Por um lado, as formas sociais baseadas na grande propriedade rural aqui na Bahia remetem às fazendas que desenvolviam atividades fumageira, cacaueteira e da cana-de-açúcar como referências imediatas.

Por outro lado, como “os pequenos agrupamentos” (WANDERLEY, 2009, p. 265), no contexto do Recôncavo Sul a antiga Vila de Cabeças, atual município de Governador Mangabeira, é um bom exemplo. Portanto, a conformação do acesso à terra nessa região reflete a concentração de grandes propriedades em poder de uma minoria favorecida. Aos lavradores restaram-lhe lavar o pequeno pedaço de terra que engenhosamente, transformou-o na sua principal condição de vida para o trabalho familiar agrícola.

São nessas propriedades pequenas, quanto a área, que o grupo social dos lavradores reúne seus membros familiares para realizar o trabalho diariamente. A observação empírica mostra que as terras são totalmente aproveitadas para o cultivo. Não há se quer uma faixa de terra sem plantação.

Na lida constante com a terra o lavrador desenvolveu a capacidade de gerir utilizando geralmente recursos próprios dos quais, como vimos até aqui, o trabalho da família é fundamental. Nestes aspectos, a agricultura familiar local se assemelha ao que Veiga (1996)

afirma ser uma de suas características: o trabalho e a gestão da propriedade estão intimamente relacionados.

Quanto à propriedade da terra, os dados refletem a sua qualidade de patrimônio familiar necessário à reprodução social destes grupos. Portanto, verifica-se que a terra se caracteriza como propriedade legítima dos lavradores.



Gráfico 03: Propriedade da terra. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

Evidentemente pode-se observar que a terra como condição de vida para o trabalho familiar foi acessada por meio de herança em 76,7% dos estabelecimentos em ambas as localidades. A acentuada realidade de ter acesso a terra por meio de herança reflete o caráter familiar da agricultura local.

Como herança, ao longo das gerações a terra constitui o patrimônio da família onde estes agricultores desenvolvem suas práticas diárias, encontram nela seus principais instrumentos de trabalho e meios de produzir para reproduzir a família. Portanto, nestes contextos constitui-se nela valor simbólico.

.Nota-se também que, o que caracteriza o acesso à propriedade da terra é também o fato de fazer-se por meio da combinação que associa parte por herança e parte por compra de parente em 16,6% dos estabelecimentos em Queimadas Nova e em 6,7% destes em Lagoa da Rosa.

Quando o acesso à propriedade de terra faz-se por meio de compra de parente, Lagoa da Rosa se destaca com 16,7% dos estabelecimentos acessados dessa forma, enquanto que em

Queimadas Nova foi registrado em 6,7% dos estabelecimentos o acesso à terra por meio desta combinação.

De modo geral, ambas localidades apresentam semelhanças quanto a forma de acesso à terra. Estes contextos levaram-se a considerar que a maioria dos estabelecimentos foi sucessoriamente transmitida adquirindo ao longo dos contextos históricos e sociais a combinação entre herança e compra de parentes ou compra de parentes como outras formas e estratégias de reprodução social da agricultura familiar local.

Quanto aos indicadores sociais, dados secundários mostram que no censo demográfico realizado pelo IBGE (2011), a população do município de Governador Mangabeira era composta por 19.818 mil habitantes, com estimativa para alcançar 19.926 mil habitantes no ano de 2012. Deste total 12.401 mil, cerca de 60%, são residentes em propriedades rurais. Quanto à estrutura etária, considerando-se a variável sexo, 6.048 mil deste total são homens e 6.353 mil são mulheres.

Segundo dados do IBGE (2011) a correlação com a variável idade indica que as mulheres adultas, entre 30 e 50 anos correspondiam à maior parte da parcela populacional rural. São 2.205 mil mulheres em relação aos homens adultos que correspondem a 1.896 mil pessoas. Na categoria juvenil, as mulheres são minoria, correspondendo a 1.697 mil pessoas em relação à população jovem do sexo masculino, equivalente a 1.991 mil pessoas.

Considerando-se os dos primários coletados no campo, quanto à estrutura etária no grupo de lavradores que participaram da pesquisa a variável sexo, reflete a realidade do total da população rural (6.048 mil são homens e 6.353 mil são mulheres) conforme dados do IBGE.

Na grande maioria dos estabelecimentos rurais visitados as mulheres adultas foram quem receberam a pesquisadora e responsabilizaram-se pelas informações ofertadas ao questionário. Ao procurar saber se haveria outro responsável pelo estabelecimento os esposos ou pais eram apontados como aqueles que não estariam presente no momento em virtude de sua ocupação no trabalho na casa de farinha.

Não parece estranho encontrá-las envolvidas com o espaço da casa, contidas primeiramente com a obrigação de preparar o almoço antes mesmo de ir para a lida na casa de farinha. Por isso, antes mesmo de serem por maioria as responsáveis pelos estabelecimentos

visitados conforme o gráfico 4, demonstra-se nesta ocasião a sua ocupação subalterna na hierarquia familiar.

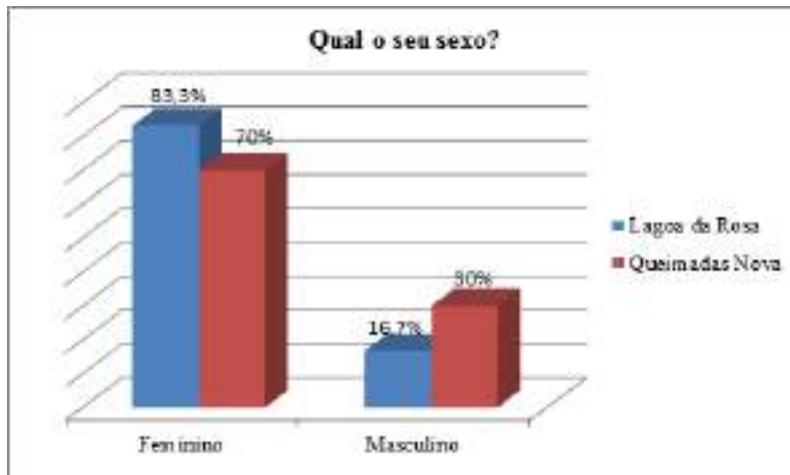


Gráfico04: Sexo dos entrevistados. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

Conforme se observa as lavradoras em ambas as localidades correspondem à maioria dos entrevistados. Elas estavam presentes em 83,3% dos estabelecimentos agrícolas em Lagoa da Rosa e em 70% dos estabelecimentos em Queimadas Nova. Quanto aos homens, foram também responsáveis por responder aos questionários em 16,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em 30% destes em Queimadas.

Enquanto construção social o gênero acarreta diferenças sociais entre os sexos no desenvolvimento do trabalho familiar. Desse modo, por um lado, a presença predominante das lavradoras nos estabelecimentos da família permite-se afirmar a sua ocupação nas tarefas da casa embora esse trabalho seja visto, no contexto social, apenas como ajuda.

Por outro, no âmbito do trabalho familiar agrícola, a reduzida presença masculina reflete o gênero ao reproduz na vida social a inserção destes como responsáveis por conduzir o processo produtivo. Tem-se no plano da agricultura familiar que as diferenças de gênero se sobrepõem às diferenças de geração mediados nas relações sociais, ambos são refletidos na divisão interna das atividades desenvolvidas por homens ou mulheres, por jovens ou adultos, voltaremos a falar sobre isso no capítulo 3.

Em relação à idade, os dados primários coletados também refletem a realidade apontada pelo IGBE (2011). Dessa forma, verifica-se que a agricultura familiar local é caracterizada pela maior presença de lavradores adultos.

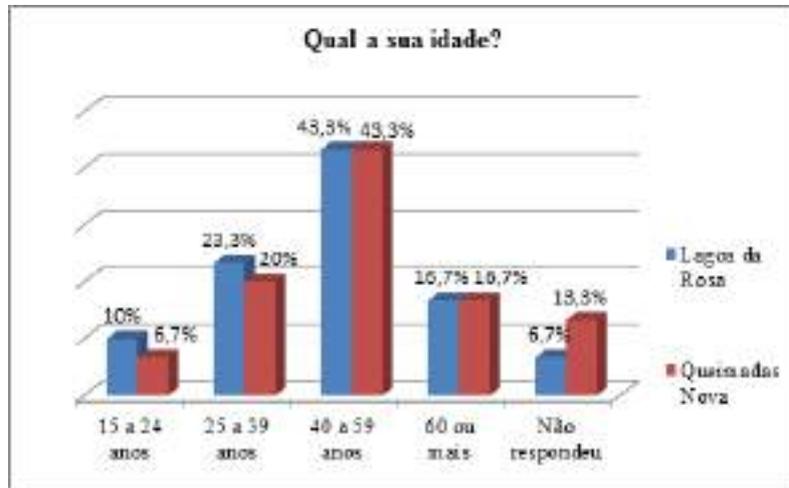


Gráfico 05: Faixa etária dos Agricultores. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

. Em comparação como se pode observar, os dados dispostos no gráfico 5 demonstram maior contingente de lavradores em idade adulta nestes estabelecimentos e essa é uma realidade igualmente marcante nas duas localidades. Desse modo, em 43,3% dos estabelecimentos visitados os lavradores tinham idade entre 40 a 59 anos em ambas localidades.

Tanto em Queimadas como em Lagoa da Rosa todos os grupos de faixa etária aparecem nos dados numa disposição bem semelhante. Observa-se que foram poucos os estabelecimentos onde lavradores jovens entre 15 a 24 anos eram os responsáveis pelas informações, principalmente em Queimadas Nova 6,7%, seguidos de 20% com idade em torno de 25 a 29 anos. Em Lagoa da Rosa esse percentual correspondeu a 10% do total de entrevistados numa faixa etária entre 25 a 29 anos, seguido de 23,3% com idade entre 25 a 39 anos.

O exame destes números requer consideração acerca da dinâmica de geração enquanto construção social, tal como gênero. Os adultos não são simplesmente maioria na agricultura familiar. Em ambos universos empíricos os adultos estão à frente da gestão dos estabelecimentos agrícolas, posicionando-se na hierarquia familiar como responsáveis pelas

unidades de produção da família. Neste conjunto, os idosos 16,7% também exercem essa referência.

Buscou-se saber também como os lavradores se auto identificam em relação a sua cor. O gráfico 6 representa a distribuição das respostas.



Gráfico 06: Identificação étnico/racial. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

Os agricultores familiares que participaram da pesquisa se declaram em sua maioria de cor preta. Esse percentual equivale a 70% dos trabalhadores na localidade de Lagoa da Rosa e outros 56,7% em Queimadas Nova. A declaração pela cor parda também aparece evidente entre os lavradores em 30% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e 40% em Queimadas Nova. O menor índice foi de 3,3% indicativo dos que se declararam brancos, registo referente a Queimadas Nova.

Do ponto de vista comparativo as localidades correspondem a uma realidade social que aproxima uma da outra. Por isso, pode-se considerar com base nos dados, no que se diz respeito à identificação étnico/racial, que a agricultura familiar local é desenvolvida pela presença de uma população rural “negra” significativa. Estes agricultores lidam, sobretudo, com a produção de farinha, beijus e derivados. Reproduzem no cotidiano do trabalho conhecimentos legados por toda uma tradição de forte influência indígena e africana presente na referência familiar, na cultura alimentar, e outros saberes, conforme daremos maior visibilidade no capítulo 2 deste estudo.

Por último, buscou-se saber a respeito da escolaridade dos agricultores. Conforme as respostas foram distribuídas no gráfico 7 verifica-se que o indicador social escolaridade aponta para um nível de escolarização baixo entre os lavradores.



Gráfico07: Escolaridade dos Agricultores. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”. Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Gov. Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013)

A maioria dos agricultores em Lagoa da Rosa 53,3% possui ensino fundamental incompleto, sendo que as mulheres adultas correspondem em maior número a este índice. Quando inqueridas acerca dessa escolaridade revelaram ter parado de estudar muito cedo sem mesmo ter completado a 5ª série. Índice que se expressa também entre os mais idosos 23,3% destes em Lagoa da Rosa afirmaram que nunca estudaram.

Em termos comparativos os lavradores em Queimadas Nova compactuam a mesma situação. Uma parcela importante que corresponde a 73,3% destes possui apenas o ensino fundamental incompleto. Outros 16,7% que se refere aos idosos sequer tiveram oportunidade de estudar.

De modo geral, os dados mostram que poucos são os agricultores que possuem nível de escolaridade referente ao ensino fundamental completo. Em Lagoa da Rosa esse percentual é menor ainda 6,7% dos agricultores que responderam ao questionário em comparação com Queimadas Nova que se refere a 10% destes com ensino fundamental completo.

Para os outros níveis de escolaridade apenas foi registado lavradores que possuem ensino médio incompleto 3,3% e ensino médio completo 13,3% em Lagoa da Rosa. Estes

possuem melhor escolaridade. A realidade social mostra que a melhor escolaridade registrada nestes dados está em geral, relacionada às mulheres mais jovens.

Por fim, ao serem inqueridos sobre a pouca escolaridade, os lavradores de ambos sexos atribuíram à inserção precoce no processo de trabalho na agricultura familiar o principal motivo por não terem concluído os estudos. Atualmente, as crianças continuam a ser inseridas muito cedo neste contexto, no entanto, a baixa escolaridade vem sendo transformada ao passo em que aos lavradores mais jovens desde a infância, em ambas localidades, foram possibilitados o acesso aos estudos com a implantação de escolas e ampliação do sistema de ensino público local.

Em conjunto os dados referentes a este grupo social, mostram que os agricultores familiares entrevistados são em sua maioria do sexo feminino, correspondem a um grupo considerável de adultos e constitui uma parcela negra da população rural com baixa escolaridade.

Quanto a discussão sobre a agricultura familiar local, as observações de campo e os dados da pesquisa mostram ser aspectos relevantes verificados na agricultura local a forma com que os agricultores lidam com a terra, que é considerada como patrimônio e possui pequena extensão territorial. Nestas se desenvolvem um sistema produtivo predominante em torno da cultura de mandioca, mas, como se trata de um contexto de agricultura familiar caracteriza-se por apresenta-se diversificado.

A existência de sistemas produtivos diferenciados não coloca em evidência a relevância de uma localidade em relação à outra. Introduce, sobretudo, as especificidades com que organizam e trabalham na terra, possibilitando a existência de uma agricultura familiar plural. Entretanto, os dados levam a situar em Lagoa da Rosa a maior parte dos estabelecimentos voltados tanto para o consumo quanto para fins de comercialização. Enquanto os dados conduzem ao entendimento de que em Queimadas Nova a diversificação indica a presença de maior número de estabelecimentos voltados para o consumo doméstico.

Neste tópico conhece-se sobre os sistemas produtivos desenvolvidos pelos lavradores, sobre a estrutura fundiária de suas terras e as formas de acesso à propriedade. Acrescentaram-se à análise alguns indicadores como a idade e o sexo dos lavradores, identificação étnico/racial e escolaridade. Visto que essas referências permitiram caracterizar a agricultura

familiar local, detalhar-se-á a seguir o contexto social em que se desenvolve grande parte da produção agrícola realizada pela família.

### 1.1.2 Casas de farinha: Espaços de produção da família

Na região Norte e Nordeste, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada são em unidades de produção pouco tecnificadas que atualmente o processo produtivo de transformação da raiz de mandioca se desenvolve (CEPEA, 2012, p. 01). As casas de farinha visitadas reúnem semelhanças mesmo acrescentando-se algumas mudanças como a mecanização. Desse modo, pode-se caracterizá-las também em três grupos distintos: As casas de farinha tradicionais, as casas de farinha tradicionais/mecanizadas e as casas de farinha comunitárias.

As casas de farinha tradicionais compõem-se por casas sobre esteios também chamados de escoras em madeira que ajudam a sustentar o telhado coberto com telhas de cerâmica branca, paredes de adobes, alguidares de barro cozido, cochos esculpidos em madeira de Jaqueira, prensas em madeira e bola de cevar movida a energia elétrica.



Figura 04: Casa de farinha tradicional de Dona Marlene em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro Fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.



Figura 05: Prensa esculpida em madeira de Jaqueira - Casa de farinha tradicional de Dona Dionízia em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro fotográfico realizado pela jovem lavradora Lucicleide dos Santos Lopes em trabalho de campo, setembro de 2013.

Nessas casas de farinha todos da família podem participar mediante partilha da produção e do custo com a energia gasta. São instaladas ao lado ou nos fundos das casas de morar. Nas casas de farinha tradicionais as famílias produzem para consumo e

comercialização em feiras livres da região do Recôncavo Sul, mas o foco do trabalho é a produção de beijos para comercialização. Nestes espaços são poucos os acessórios dos quais a cevadeira conhecida com “bola” é o único elemento que corresponde à mecanização.

As casas de farinha tradicionais/ mecanizadas compõem-se por casas sobre esteios ou estruturas feitas com tijolinhos de cerâmica branca, telhados cobertos com telha de cerâmica branca, umas com paredes de abobes outras com paredes de bloco de cerâmica vermelha, fornos elétricos, cochos construídos com madeira comum ou com blocos e revestidos de azulejo, prensas hidráulicas ou de madeira com parafuso de ferro, cevadeira elétrica.



Figura 06 e 07: Prensa hidráulica e forno elétrico - Casa de farinha tradicional/mecanizada do Senhor Joquinha em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.



Figura 08 e 09: Prensa manual e cevadeira elétrica - Casa de farinha tradicional/mecanizada do Senhor Roque em Queimadas Nova. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, outubro de 2013.

Em Lagoa da Rosa estão instaladas nos fundos ou ao lado da casa de morar, com produção para o consumo, mas são fortemente voltadas para a produção e comercialização de farinha. Em Queimadas Nova, encontra-se instalada na entrada da propriedade do senhor

Roque ao lado da Associação de moradores onde todos da comunidade podem utilizá-la mediante partilha da produção e dos custos com a energia gasta. Produz também para a comercialização, porém o foco da produção é o consumo doméstico.

As casas de farinha comunitárias compõem-se por casas construídas em terreno comprado pela Prefeitura Municipal no ano de 2001, por intermédio e negociações das associações de moradores.



Figura 10e 11: Casa de farinha comunitária de Lagoa da Rosa e seu forno elétrico. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.



Figura 12 e 13: Casa de farinha Comunitária de Queimadas Nova e sua produção de farinha. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, outubro de 2013.

As casas de farinha comunitárias em ambas as localidades possuem paredes feitas com bloco de cerâmica vermelha, rebocadas e com pinturas padronizadas, telhados cobertos com telhas de cerâmica vermelha, banheiros, fornos elétricos, cochos construídos de blocos e revestidos de azulejo branco, prensas com estrutura de ferro e cevadeiras elétricas. Produz menos para o consumo doméstico porque o foco da produção é direcionado à comercialização, mediante partilha da produção.

Segundo os lavradores para cada 20 litros de farinha produzidos, 3 litros têm de ser doado para as associações. Nesse contexto, a casa de farinha comunitária tem uma produção importante – consumo e comercialização – mas os lavradores sofrem com a interferência dos atravessadores.



Figuras 14, 15, 16 e 17: Produção de farinha para comercialização na casa de farinha comunitária de Queimadas Nova. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, outubro de 2013.

No que concerne à atuação dos atravessadores, desde muito tempo na história da agricultura brasileira, o lavrador sofre com a ação desses atores que “intermediam” o circuito de venda da farinha de mandioca. Em *A lavoura Amaral* (1958) se reporta às dificuldades e limitações que essa relação pode vir a trazer quando pensa ser a intervenção dos atravessadores uma forma de “esterilizar o esforço do lavrador” (AMARAL, 1958, p. 351).

Apesar de ser essa uma elaboração construída com base num contexto histórico remoto<sup>3</sup>, reconhece-se no seu discurso, que a situação vivenciada alude ao contexto atual

<sup>3</sup> Sociedade Nacional de Agricultura. *A Lavoura* (1897-1910). Rio de Janeiro. (Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura. Imprensa Nacional).

relacionado à “desigualdade na disputa pelos mercados locais” e “desvalorização do produto”, pois, negocia-se a farinha a preços muito baixos na região.

O lavrador “se resigna por lhe parecer que não há outro meio de vender os seus produtos, ou abandona o gênero da cultura que lhe deu prejuízo, ou se liberta de um intermediário para ser explorado por outro” (AMARAL, 1958, p.351). Nestas condições a situação passa a ser vista numa certa relação de dependência.

Neste contexto, o homem do campo é “apenas um desanimado e com razão”. Entretanto, “deem-se-lhe porém meios de ganhar e ele se revelará ativo, perspicaz, engenhoso, em suma com as boas qualidades para o trabalho” (AMARAL, 1958, p. 351).

Reafirma-se a necessidade de entender o lavrador enquanto categoria social que precisa ser reconhecida para além do discurso político acerca de sua autonomia no âmbito da agricultura familiar. Pois, lhe deram o reconhecimento, mas não ofereceram as condições necessárias de acessar e permanecer vinculado ao mercado, inibindo a ação dos atravessadores.

Os lavradores da localidade de Queimadas Nova quando não produzem na casa de farinha comunitária, dirigem-se para a única casa de farinha tradicional mecanizada em funcionamento na localidade. Nessa casa de farinha reúnem-se e produzem tanto para o consumo quanto para a comercialização direta em feiras locais.

Em Lagoa da Rosa, nota-se uma espécie de diferenciação no processo produtivo, pois ao passo em que as outras duas casas de farinha tradicionais foram incorporando elementos da mecanização, a produção de farinha nas casas totalmente tradicionais passou a ser desenvolvida em menor escala, concentrando-se então na produção de beijus.

Sem a pretensão de se ser exaustivo é importante lembrar que nos universos de pesquisas somam-se cerca de quatorze casas de farinha das quais sete são tradicionais. Dentre estas, 03 estão localizadas no espaço rural de Queimadas Nova, porém encontra-se totalmente em desuso há quase cinco anos por ausência de recursos e desgaste de sua estrutura intensificado pela transferência das atividades ali realizadas para a única casa de farinha mecanizada da localidade ou para a casa de farinha comunitária.

Atualmente a principal diferença entre as casas de farinha encontra-se relacionada ao maior ou menor nível de mecanização empregada no processo de trabalho além da dinâmica produtiva voltada para a comercialização.

Outrossim, é relevante pensar no valor da casa de farinha por vias da representação social que possui o seu dono (a) na localidade rural. Desse modo, a casa de farinha é tanto mais importante para os sujeitos quando da pertença ao mais experiente, ao qual se relaciona o conhecimento e os saberes de toda uma categoria: a dos lavradores.

Orientados por essa representação foi que se observou, estudou-se e verificou-se na trama social como são produzidas diferenciações de papéis sociais no âmbito do trabalho familiar agrícola com maior intensidade na casa de farinha de Dona Dionízia e na casa de farinha do Senhor Joquinha na localidade de Lagoa da Rosa. Com igual pretensão, em Queimadas Nova adensou-se o olhar sobre essas questões na casa de farinha do Senhor Roque e na casa de farinha Comunitária, conforme se vê a seguir.

### **1.1.3 Lagoa da Rosa e Queimadas Nova: Laboratórios de experiências e saberes**

A localidade rural de Lagoa da Rosa é reconhecidamente importante quanto à produção de farinha e beijus. Boa parte do que produz abastece mercados e feiras livres de municípios circunvizinhos dos quais, Santo Estevão, Cruz das Almas e Muritiba são as principais rotas de comercialização, respectivamente.

Em Lagoa da Rosa muitas pessoas participam do trabalho nas casas de farinha. Essa é a atividade mais importante para os lavradores seguida da lavoura de milho, feijão e laranja. Com fundamento, sua importância está vinculada principalmente, à representação social da lavoura de mandioca – “cria menino”, “pai antonio” – elas são o “pão da terra”.

Para muitos lavradores a farinha é um alimento fundamental e, por isso, não pode faltar. Muitos dos seus foram “criados” comendo a farinha empregada como ingrediente em diversas receitas. Sua importância é também reconhecida porque na sua produção abarca-se boa parte da força laborativa familiar.

A localidade possui aproximadamente 660 habitantes – dados da Secretaria de Saúde do município de Governador Mangabeira, 2010. A experiência de campo mostra uma forte relação familiar entre seus moradores, pois a grande maioria possui entre si laços de

parentesco. Todos são filhos, sobrinhos, cunhados, noras, primos, sogros, sogras, irmãos, padrinhos, enfim, um verdadeiro laboratório de saberes e transmissão de conhecimentos entre gerações.

Nesta localidade, por exemplo, os mais novos e os adultos abordados num primeiro contato falavam sobre a casa de farinha, sobre o trabalho na lavoura, mas sempre faziam referência à Dona Dionízia (78 anos) e a Dona Conrrada (73 anos) como porta vozes da experiência e saberes aplicados no trabalho familiar agrícola. Ambas são irmãs e possuem, uma casa de farinha tradicional cada.

Em todos os cantos, mencionam uma referência familiar, facilitando a identificação e o estabelecimento do diálogo. Foi quando se passou a frequentar mais intensamente “a casa de farinha tradicional de Dona Dionízia”, “a casa de farinha tradicional mecanizada de seu Joquinha”, “a casa de farinha tradicional de Dona Conrrada” e a casa de farinha comunitária.



Figura 18: Socialização das experiências e saberes no processo de desnuda da raiz de mandioca. Fonte: Registro fotográfico realizado pelas crianças em Lagoa da Rosa em setembro de 2013.

Nas casas de farinha, onde o processo de trabalho é visivelmente dividido, foi mostrada cada etapa da produção, sinalizando quem é o responsável para realização da tarefa. Houve o convite para que a pesquisadora integrasse o grupo da “raspação” como chamam o processo de desnuda da raiz.

Encontravam-se ali várias mulheres reunidas em volta da “ruma”<sup>4</sup> de raízes de mandioca. Os mais experientes conduziram a pesquisadora justamente para essa etapa do processo de trabalho que se juntou a essas hábeis mulheres e desconfiadas pareciam duvidar das suas habilidades com os instrumentos de trabalho.

A socialização dessas experiências tornou-se evidente no processo de produção que só é finalizado quando as matriarcas ou o dono que controla o forno dizem qual o ponto certo para retirar as fornadas. Em suas ausências, forçadas apenas por restrições físicas e de saúde, as filhas ou noras adultas também possuidoras destes conhecimentos que tocam a produção.

Há neste processo, uma cumplicidade muito forte entre os sujeitos. Neste sentido, não se produz apenas com o objetivo de comercialização, mas sobretudo, produzem porque gostam, porque é um momento de socialização, de encontros e diversão embora, seja marcado por muitas dificuldades como o peso excessivo, as horas exaustivas, a exposição ao calor e o pouco lucro retirado com a produção.

Em contraponto, a casa de farinha comunitária de Lagoa da Rosa, com uma dinâmica de produção tão interessante constatada no ano de 2010, estava fechada. Durante o período de dois meses e três semanas em que foi realizado o campo, apenas encontrou-se em pleno funcionamento por quatro ou cinco vezes. Está abandonada.

Houve uma antecipação ao expor esses registros fotográficos por um lado sobre a inserção da pesquisadora, por outro lado, para mostrar como a participação dos membros da família é indispensável no processo de trabalho familiar agrícola. Estes elementos ajudam a romper com a ideia de que a subjetividade dos dados empíricos pode falsear a concepção realista do fenômeno. Do ponto de vista sociológico, tem-se nesta trama social uma diversidade de implicações: desde a não remuneração salarial às questões de reprodução das distinções de gênero e geração.

Em Queimadas Nova frequentou-se mais intensamente “a casa de farinha do senhor Roque” e a casa de farinha comunitária. A localidade apresenta realidade social semelhante a de Lagoa da Rosa no que se refere às relações de parentesco. Sua população é formada por aproximadamente 472 moradores que em sua maioria são ligados por este vínculo indispensável à compreensão da dinâmica social do trabalho familiar agrícola.

---

<sup>4</sup> Termo nativo usado para expressar a quantidade de mandioca para raspar. Este termo tem igual significado de muita, pois, as raízes ao serem dispostas no chão da casa de farinha formam uma elevação caracterizando pequenos montes, cada monte é em termos nativos uma ruma.

É notável a participação da família, embora ao se intensificar as observações em campo, o que se percebe é um grande “vazio juvenil” no processo de trabalho familiar agrícola nessa localidade. Não que em Lagoa da Rosa não se tenha percebido; sim, no entanto, os poucos que ficam estão cotidianamente participando. Uns porque gostam de estar envolvidos ajudando as famílias na realização das tarefas diárias e outros porque não têm outra opção ou por conta da pouca idade.

Nessa situação, ao se chegar em Queimadas Nova causou estranheza porque deparou-se com um profundo silêncio e residências fechadas, aparentemente sem nenhum sinal de interação entre a vizinhança.

Poucas eram as casas de farinha que estavam funcionando. Aliás, foram direcionadas as observações apenas em duas casas de farinha “a casa de farinha tradicional mecanizada de seu Roque” e a casa de farinha comunitária mecanizada porque reuniam um número maior de participantes.



Figura 19: Casa de farinha tradicional/mecanizada que pertence ao Senhor Roque. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo realizado em Queimadas Nova em outubro de 2013.

Foi na casa de farinha tradicional mecanizada que pertence ao senhor Roque que foi aprofundado o contato com os sujeitos participantes desta pesquisa em Queimadas Nova.

Imponente por preservar sua arquitetura vernacular, na casa de farinha do senhor Roque vários lavradores se reúnem cotidianamente.

Diante da beleza de sua estrutura tradicional, a mecanização do processo de trabalho realizado nessa casa de farinha, apresenta-se como elemento modificador do espaço, agregando a este uma cultura de produção relativamente mais dinâmica associado aos traços que se manifestam pelas suas conexões entre o tradicional e o mecanizado. O resultado disso tem sido, para a localidade, uma contínua perda de espaço das casas de farinha tradicional que estão em desuso.

Ela marca a paisagem rural de Queimadas Nova como um elemento que remonta à cultura ancestral dos escravos que sabidamente elaboraram essa tecnologia de construção feita de taipas<sup>5</sup> e adobes<sup>6</sup> de barro batido, certamente produzido em mutirões<sup>7</sup>.

Lá, foram encontradas quatro senhoras que descansavam deitadas no chão de barro batido da casa de farinha, enquanto o senhor Roque estava na roça, enchendo a simples carroça com raízes de mandioca e lenha para alimentar o forno. A carroça era conduzida por um burro dócil que da roça até a casa de farinha realizava duas, três até quatro viagens num só dia. Essa é a principal forma de transportar a mandioca colhida.

Quanto às senhoras, gentis no recebimento apresentaram o seu ambiente de trabalho, explicando como se produz a farinha. Explicaram ainda que apesar daquela casa de farinha pertencer à família de seu Roque todos os conhecidos podem usá-la: *“todo mundo da redondeza faz farinha aqui ou então na comunitária quando quer fazer em quantidade pra vender. Tem mais três lá pra baixo, mas ninguém usa não porque é no rodo, só vive fechada<sup>8</sup>”*.

Neste contexto, fortalece-se a casa de farinha comunitária. Esse é o espaço em que se proliferam relações de produção mais dinâmicas cujo interesse é a venda e comercialização

---

<sup>5</sup> Cipós finos retirados da vegetação existente na região. Espécies comuns da Mata Atlântica que eram aproveitados pelos lavradores para construção de suas residências e também das casas de farinha. Poucas são as casas de farinha que preservam hoje este elemento do conhecimento tradicional de aplicação de cipós para erguer casas de taipas.

<sup>6</sup> Blocos artesanais feitos com barro vermelho batizados com água e muita alegria no processo de sua confecção, pois, para prepará-lo as pessoas ali reunidas pisoteiam o barro descalços, formando uma massa espessa que é usada juntamente com os cipós. Essa técnica é tradicional e, as casas construídas com essa técnica e conhecimento podem resistir muito tempo.

<sup>7</sup> Pessoas reunidas para realização de atividades em prol do grupo social. Prática muito comum no trabalho familiar agrícola sobre a forma de ajuda mútua.

<sup>8</sup> Informação verbal coletada por meio da observação participante em outubro de 2013, fornecida pela senhora Maria Clementino dos Santos, lavradora, 57 anos, residente na localidade de Queimadas Nova.

direcionada, principalmente, para atender ao município de Cabaceira do Paraguaçu e Santo Estevão. Por isso, é muito frequentada por seus moradores principalmente por homens adultos e jovens que resistem inseridos no trabalho familiar agrícola, mediante a saída de muitos deste da agricultura familiar.

Ainda assim, a sua produção alcança condições inferiores a de Lagoa da Rosa que se posiciona melhor em relação ao mercado. Apesar das discrepâncias, os universos de pesquisas enquanto laboratórios de experiências e saberes apresentam em sua dinâmica de produção, nas relações sociais e nos interesses dos sujeitos sociais semelhanças que os aproximam e ajudam a compreendê-los através destas relações tão singulares. Nesta perspectiva, o subcapítulo a seguir, procura dialogar, como a família se estabelece no âmbito do trabalho familiar agrícola.

#### **1.1.4 A relação da família no trabalho familiar agrícola**

A família e sua relação com o trabalho familiar agrícola são tomadas como categorias sociais indispensáveis no entendimento dos sistemas econômicos não capitalistas por Chayanov (1974) assim como Woortmann (1995) ao dirigir sua análise à dimensão do parentesco como uma das importantes categorias sociais que qualifica as relações sociais.

No contexto da família, ser lavrador ou lavradora é uma forma de reconhecimento social do grupo envolvido porque articula a ideia de ser justo, companheiro, sábio, trabalhador, forte, provedor (a) do próprio sustento e, portanto, guerreiro (a) no seu cotidiano. Tais atributos são mencionados como elementos de uma identidade que se constitui no desempenho de suas tarefas cotidianas para a qual, a família representa toda uma categoria de sujeitos envolvidos em prol da própria reprodução social. Pode-se identificar elementos desta representação social na fala da lavradora.

Eu fui pro cartório em Muritiba na época tirar da identidade dela (filha) a profissão de doméstica. Labutei bastante pra trocar e botar lavradora. Era feio aí eu troquei. Todo mundo aqui se serve da atividade de lavar então eu lutei e hoje ela é reconhecida no RG como lavradora que é a profissão dela, né. Lavra aí até umas hora que é a profissão que papai e mamãe deixou. (Informação Verbal)<sup>9</sup>. (D. R. S., lavradora, 73 anos).

---

<sup>9</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato de Dona Dionízia Rocha dos Santos, lavradora, 78 anos, residente na localidade de Lagoa da Rosa.

Trata-se de uma identidade social, haja vista que, para os lavradores quanto mais envolvidos com estes propósitos mais status social e reconhecimento diante da família. Na concepção de Dona Dionísia ser lavradora é ser portadora de uma referência familiar cercada de atributos que não podem ser desvirtuados e que são adquiridos na construção contínua da relação familiar no trabalho agrícola.

É no envolvimento de todos os membros do grupo familiar neste labor que se constitui a referência da identidade defendida pela lavradora. Nesta perspectiva, é que o trabalho na “roça” se expressa através das relações de parentesco. Sem incluir nessa discussão as relações de parentesco, a família camponesa não pode ser compreendida em sua totalidade. Tome-se como exemplo este registro de campo:



Figura 20: Lavradores inseridos no processo de desnuda da raiz de mandioca. Fonte: Registro fotográfico feito pelas crianças em Lagoa da Rosa em setembro de 2013.

Trata-se de uma das etapas do trabalho familiar agrícola. Esse é o processo de desnuda da raiz de mandioca. À direita, mais ao fundo desta fotografia, esposo e esposa trabalham na casa de farinha e quando estão na roça também trabalham juntos. À esquerda, mãe e filha atuam mutuamente todos os dias e não é diferente quando o trabalho é realizado na lavoura. À frente, estes adolescentes têm em comum o fato de serem primos e estão “ajudando” a

vizinha. Observa-se que o processo de trabalho familiar agrícola tem a marca social de sua produção e reprodução nas relações sociais constituídas por laços de parentesco.

Os estudos etnográficos e historiográficos evidenciam que “em todas as formações camponesas ocidentais a reciprocidade entre famílias é um componente central dos valores culturais e expressa sempre relações de parentesco” (WOORTMANN, 1995, p. 40). Portanto, a participação da família é um dos elementos explicativos da dinâmica do trabalho familiar agrícola.

Em ambos os universos de pesquisa, a relação da família no trabalho familiar agrícola é iniciada desde a infância. Dessa forma, as crianças são inseridas no processo de trabalho familiar agrícola bem cedo através dos processos de socialização. Na lavoura, na casa de farinha, no cuidado com animais de pequeno porte e nas tarefas domésticas, os “pequenos” são paulatinamente envolvidos na dinâmica do trabalho incorporando a ideia do que é ser lavrador no cotidiano, conforme verifica-se neste relato.

Desde nova que eu trabalho na roça minha fia. Ôxe! meus pais saia pra lavar, pra ir pra casa de farinha e eu ia atrás. Desde meus nove anos eu aprendi o trabalho com farinha. Agente nunca largou de lavar a mandioca, nunca. E até hoje, agente cultiva tudo desse trabalho da roça, tudo. Mandioca, feijão, milho tudo da roça, agente cultiva tudo. Ôxe! desde nova que eu aprendi.(Informação Verbal)<sup>10</sup>. (M.G.B.P., lavradora, 51 anos).

Ao expor as lembranças que tinha sobre quando começou a trabalhar a lavradora emocionada não só descreve como se produziu a sua inserção, mas também, remete-se à representação social que este trabalho tem para o seu grupo familiar. Neste contexto social, a inserção se dá por meio da transmissão de saberes que se produz pela interação no grupo entre sujeitos de diferentes gerações e, como tal, permite aos iniciantes a construção de sua experiência social.

Dado o exposto, percebe-se que a principal referência contida no discurso da lavradora se baseia na lógica familiar porque em seu contexto histórico social a família é a principal instituição que, direta ou indiretamente, reproduz na vida cotidiana os discursos sociais dos quais, chama particularmente a atenção às negociações de gênero e geração sobrepostas nas formas de participação nas tarefas realizadas legitimadas na hierarquia familiar por meio do processo de socialização.

---

<sup>10</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do relato de Dona Maria da Glória Barros de Paula, lavradora, 51 anos, residente em Queimadas Nova.

O exame detalhado vai mostrar que determinados grupos se reproduzem socialmente com base em um conjunto de tarefas relacionadas ao trabalho familiar, as quais têm sentidos estabelecidos nas diferenciações de gênero e geração naturalizados, embora boa parte dos sujeitos que dele participa não se deem conta disto.

Bourdieu (1989) vai chamar essas relações de economia de reflexividade porque tais comportamentos aparecem nas relações sociais como representação das predisposições incorporadas pelos lavradores acerca da construção social elaborada na sociabilidade no trabalho familiar. Desse modo, é na perspectiva do conceito de *habitus* elaborado por Bourdieu (1989) que se explicita o engajamento destes sujeitos à uma lógica subjetiva do trabalho.

Este autor conceitua *habitus* como sendo princípios cravados na “estrutura social” que mantém os indivíduos compactuando os seus costumes. Assim, nos universos estudados não existe apenas a participação no processo de trabalho, além disso, há uma lógica e um simbolismo incorporados naquelas atividades fazendo com que se produza e reproduza conforme suas apreensões. Por isso, o *habitus* é constituído de “esquemas de percepção, de avaliação e de ação” (BOURDIEU, 1989, p. 49).

O que não significa dizer que não existam tensões e conflitos. Pois, ver-se-á no capítulo 4 que diante da recusa ou da incorporação de outros valores e significados certos membros do grupo entram em conflito com a lógica familiar ao incorporar como *habitus* outras referências que não sejam as mesmas do seu grupo social.

Ainda assim, a relação mais intensa tecida no cotidiano dos lavradores remete ao fato de que “o indivíduo, encaixado desde seu nascimento numa rede de obrigações reproduz, quando ao essencial às injunções da tradição e do costume” (CASTEL, 2008, p. 48). Desse modo, as formas como os lavradores se inserem no seu universo de trabalho e na vida social através da sociabilidade reportam às práticas sociais ancestrais e prescrições que os laços de parentesco cultivam.

Portanto, não se tratam de práticas corriqueiras. Os lavradores reproduzem esses comportamentos no grupo como um *habitus* porque são “moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade” (BOURDIEU, 1989, p. 49). Nisso é que se resguarda a disposição reflexiva do sujeito ao reconhecer nas próprias ações e

nas de seus pares os sentimentos afetivos e tradicionais que cercam o trabalho familiar, legitimando-os.

Na observação da dinâmica cotidiana dessas famílias e também pela análise de seus discursos, compreende-se que desde muito novas, as crianças são incitadas a aprender com base nessas referências. As crianças acompanham o trabalho, mas não se envolvem diretamente porque estão ali para apreender com seus pais porque na visão dos lavradores, estas ainda não são consideradas como uma força de trabalho.

Assim, como se estivessem imitando-os, brincam especialmente de “peneirar a massa” na casa de farinha ou de colher raízes e cereais como o andu<sup>11</sup> para o consumo da própria família. “*É uma diversão, eu acho divertido quando eu tô ajudando minhas tias na casa de farinha*”<sup>12</sup>. Neste plano, certamente os “pequenos” constroem sua referência e identidade de lavrador.

Por todos os aspectos, parece relevante entender a forma de inserção destes lavradores no trabalho agrícola familiar a partir da conceituação de processo de socialização fundamentada nas discursões de Dubar (2005):

[...] o processo de socialização estrutura “os discursos dos indivíduos” sobre suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio de um vocabulário à interiorização de “receitas”, à incorporação de um programa, em suma, à aquisição de um saber legítimo que permita a um só tempo a elaboração de “estratégias práticas” e a afirmação de uma “identidade reconhecida” (DUBAR, p. 129, 2005).

Os processos de socialização ocorrem em diferentes contextos e ao longo de toda vida. Estes sujeitos transportam estas experiências sociais que orientam a sua participação na vida social. Nestas condições, “a infância entre os sítantes tradicionais tem uma duração muito breve e não ultrapassa a idade de seis, sete anos. Depois desse limite de idade, meninos e meninas tornam-se responsáveis por determinadas tarefas” (FUKUI, 2009, p. 291).

Deve-se lembrar que na infância a participação no trabalho familiar figura como ajuda aos pais através da execução de algumas tarefas compatíveis com a sua capacidade laborativa. Por isso, a autora menciona que a participação das crianças é progressiva respeitando o crescimento de sua força física e de suas habilidades. Portanto, “ela aprende um pouco ao

<sup>11</sup> Espécie de vagem semelhante ao feijão. Muito cultivada e consumida pelos lavradores.

<sup>12</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte relato de Lucicleide dos Santos Lopes, 16 anos, estudante e lavradora, residente em Lagoa da Rosa.

acaso a semear o milho, feijão, a plantar mandioca, a fazer roçado e a cuidar dos animais” (FUKUI, 2009, p. 92).

Somente são inseridos em tarefas mais complexas quando, no interior da unidade de produção da família, estas passam a ser consideradas como “força de trabalho familiar num grau ótimo” conforme Chayanov (1974) ou como “forças plenas” no processo de trabalho segundo Tepicht (1973), neste caso, marca a passagem da infância para a vida adulta.

Sobre essa questão o sociólogo Nilson Weisheimer (2009) explica em sua tese sobre “A situação juvenil na agricultura familiar” que este fenômeno se processa pela produção de um novo papel social para o jovem agricultor embora estes ainda não sejam socialmente reconhecidos como adultos.

Tal reconhecimento só se estabelece mediante os processos de individualização a partir da “constituição de uma unidade produtiva autônoma, após o casamento ou após a passagem sucessória do estabelecimento familiar de pai para filho (a)” (WEISSHEIMER, 2009, p. 112). Suas percepções refletem a necessidade de distinguir a concepção de forças plenas tal como define Tepicht (1973) da condição social de adulto porque:

[...] os jovens agricultores, como todos os outros jovens, estão apenas parcialmente integrados no “mundo adulto”, mas não contam com o reconhecimento de um agricultor pleno. [...] isto envolve ainda o domínio de um saber agrícola que será transmitido no próprio trabalho. Neste sentido, a inserção no processo de trabalho da agricultura familiar não é suficiente para superar sua condição juvenil, isto é, como sujeito subalterno nas hierarquias do grupo doméstico (WEISSHEIMER, 2009, p. 112).

O conteúdo de suas formulações examina na relação social construída a partir do trabalho da família que os jovens lavradores realizam tarefas condicionadas pela dinâmica geracional e de gênero até que sejam socialmente produtores de sua própria autonomia.

A distinção proposta por ele figura como elemento indispensável neste processo. Por isso, sua participação ao mesmo tempo em que deve ser compromissada com a obrigatoriedade do trabalho na unidade familiar reflete na relação social, sua condição de sujeito subalterno.

Deste modo, a construção dos papéis sociais começa a ser delineada conformando o conteúdo de sua existência, por vezes, marcado por negociações de gênero e também de

geração como é o caso da inserção destes em específicas etapas do trabalho familiar agrícola, conforme se discutirá no capítulo 3.

Visto que é na relação da família no processo de trabalho iniciada tão logo na infância através da socialização, que as crianças aprendem a serem lavradores imitando seus pais, enquanto os jovens aguçam suas percepções em torno do que é ser lavrador participando do desenvolvimento do trabalho familiar agrícola, ver-se-á no seguimento deste texto que os vínculos familiares se adensam neste contexto através das relações de reciprocidade.

## 2 RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE NO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA

Neste capítulo, busca-se apreender a relação social tecida entre os lavradores inseridos no trabalho familiar quanto à sua abordagem simbólica através das relações de reciprocidade. Nesta perspectiva, entende-se que as famílias dos lavradores participam de todo o processo de trabalho de forma cúmplice e compartilhada. Nessa relação, a qual se qualifica como de reciprocidade, são tecidas essencialmente a referência da identidade do lavrador. Dessa forma, constitui-se na agricultura familiar local uma dinâmica social baseada na celebração das dádivas, do trabalho coletivo e da ajuda mútua. Portanto, as relações de reciprocidade figuram a forma singular com que os sujeitos se estabelecem neste contexto social.

As percepções dos lavradores incutem na centralidade deste processo um dos elementos fundamentais: a cooperação. Em Marx (2009), a cooperação é um exemplo de força produtiva. Essa relação, numa perspectiva marxista é marcada pela troca entre homem e natureza em que, do ponto de vista sociológico, os indivíduos encontram-se subordinados à natureza. Uma vez que, nessa relação se estabelece uma troca em que o trabalho de um é trocado pelos produtos da outra.

Conforme pode-se avaliar no discurso da lavradora sobre sua participação no processo de trabalho junto à sua família, em sua fala a noção de força produtiva não está totalmente explícita no fragmento entre aspas: *“Pra mim é um trabalho bom de fazer! É um divertimento tem hora”*. *“Imprenso, torro, cesso, de cada pouco eu tenho uma participação”*<sup>13</sup>. É possível de ser observado no sentido que contém a sua descrição: pessoas reunidas para executar as

---

<sup>13</sup> Fragmento do relato da lavradora Andeia de Santana dos Santos, 24 anos, coletado em trabalho de campo na localidade de Lagoa da Rosa por meio de entrevista semi-estruturada. Essa é a descrição do processo de trabalho familiar agrícola sob a perspectiva de um de muitos lavradores que estão inseridos no contexto de produção da farinha, beijus e derivados.

tarefas, instrumentos sendo manuseados, terra e matéria-prima sendo compartilhadas, referindo-se àquilo que se está chamando de processo de trabalho familiar agrícola pela sua complementariedade com as relações sociais de reciprocidade entre os sujeitos envolvidos, mencionado de forma mais evidente na fala da lavradora.

Por isso, entre os grupos sociais mais tradicionais, no processo de trabalho familiar agrícola a relação de reciprocidade não é estabelecida apenas entre os indivíduos, mas também, com a terra de onde, provêm os principais recursos. Para os membros destes grupos uma forte relação costuma depreender-se da ideia de respeito aos ciclos naturais de plantio e colheita, aos ciclos religiosos que garantem a fartura como dádiva “sagrada” na prática familiar agrícola, aos conhecimentos dos antepassados como elementos que imprimem no processo de trabalho familiar um de seus aspectos de singularidade.

Para além do ciclo natural ou da relação subordinada a este, têm-se nestes eventos diversas formas, socialmente construídas, de saberes cultivado pelos lavradores como na identificação dos “lotes” bons para a colheita. Estes são identificados com os nomes dos responsáveis pelo plantio a exemplo de: “*a mandioca de seu João é pra dezembro*” “*a de minha prima tá boa em março*”. Embora pertença a um ou a outro, a raiz de mandioca ou o seu produto – a farinha – é compartilhada.

A doação é realizada na proporção de 50% do que foi obtido para aqueles que não colheram face à obediência ao ciclo natural ou por motivo de alguns “lotes” não vingarem, então, deve-se presentear os respectivos donos das lavouras que não alcançaram boa colheita.

Sobre a forma como que os lavradores constroem as suas relações sociais no trabalho familiar é pertinente recorrer aqui às contribuições do Sociólogo Eric Sabourin (2006, 2011). Para o autor, “na maioria das sociedades rurais contemporâneas, uma parte importante do trabalho agrícola é ainda objeto de relações de ajuda mútua” (SABOURIN, 2006, p. 01).

Em seu artigo sobre a “Ajuda mútua rural, intercâmbio e reciprocidade” o sociólogo discorre que nas sociedades contemporâneas rurais as formas de ajuda mútua na agricultura correspondem ao princípio de reciprocidade sendo que, os princípios que regulam essas práticas entre os agricultores não correspondem às categorias de intercâmbio ou da troca.

Desse modo, a reflexão assentada na referência familiar, historicamente construída e amparada na forma cúmplice como se relacionam no trabalho familiar agrícola, permite

colocar em evidência as relações de reciprocidade entre os membros das famílias quando das observações, se examinou a maneira como os lavradores se mobilizam e produzem a vida social local no envolvimento uns com os outros. Em resumo, depara-se com a essência de uma relação fundamentada na lógica da dádiva que se estende ao alcance das localidades estudadas sob as formas de ajuda mútua e partilhas da produção de farinha e beijus e até mesmo das lavouras.

## **2.1 Sociabilidade e reciprocidade**

Os estudos acerca das relações de reciprocidade intensificaram-se desde o início do século XX. Neste período, o mais importante é que muitos estudiosos interessados na temática já percebiam na relação de reciprocidade uma condição das relações humanas. Atualmente, há uma diversidade de estudos como os desenvolvidos pelos clássicos (MALINOWSKI, 1978; MAUSS, 2008; WEBER, 2005; TEMPLE, 2009) que introduziram as primeiras ideias sobre as relações de reciprocidade em sociedades holistas no campo da pesquisa social.

As apreensões de Ellen Woortmann (1995,1997), por exemplo, são importantes referências às relações de vizinhança e parentesco nas relações de reciprocidade. Antonio Cândido (2009) fala como as formas de ajuda mútua ou mutirões entre camponeses no Brasil, evidencia a constituição das relações sociais entre estes sujeitos através da solidariedade uns com os outros entre grupos da vizinhança. Eric Sabourin (2011) oferece a percepção socioantropológica acerca das relações de reciprocidade entre os camponeses em seus estudos.

A aproximação teórica destes autores com as apreensões empíricas possibilitou entender que na vida social, a sociabilidade vicinal aproxima os indivíduos. Desse modo, compactuam ideias, valores, ritmos e costumes em comum, bem como, adensam os vínculos de pertencimento local e familiar.

Cabe sublinhar, que não se irá ater a uma discussão histórica sobre as relações de reciprocidade, mas faz-se necessário uma discussão sobre a sua abordagem na compreensão de fenômenos sociais, sobretudo, aqueles que se manifestam no contexto da agricultura familiar, visto que ajudará posteriormente quando da análise das informações coletadas na pesquisa de campo.

Em “*O Barulho da Terra: nem Kalungas nem camponeses*”. Rosy de Oliveira (2010) estuda os valores culturais dos Kalungueiros, que são famílias de quilombolas localizados em Mimoso do Tocantins e menciona que a casa de farinha “é um lugar de sociabilidade onde as regras da participação e expressão final incidem sobre as relações de interesse” (OLIVEIRA, 2010, p.115). Segundo a sua interpretação, são essas relações que determinam o prestígio de cada família de lavradores.

Concorda-se com a leitura desta autora e verifica-se especificamente essas relações nas localidades rurais de Lagoa da Rosa e Queimadas Nova ao se observar que os lavradores são reconhecidos, por exemplo, pelo seu potencial produtivo.

O reconhecimento é mensurado, neste contexto, não somente pelo lucro, haja vista que a farinha nessa região possui baixo valor de mercado além de coexistir com as influências dos atravessadores. Sobretudo, em ambas as localidades, entre os lavradores o reconhecimento e o prestígio das famílias são constituídos nas relações de reciprocidade pela capacidade destas reunirem os membros da vizinhança no processo de trabalho.

Para Oliveira (2010), “a escolha de uma determinada casa e não de outra para processar um determinado lote de farinha é então, determinada pela história das relações sociais” (OLIVEIRA, 2010, p. 152). Sendo assim, tanto os trabalhadores rurais Kalungueiros quanto os lavradores que participaram desta pesquisa nas localidades de Lagoa da Rosa e Queimadas Nova constrói na relação social o prestígio entre seus pares.

Estes oferecem sua contribuição através do trabalho, geralmente, recebem dos donos das casas de farinha parte da produção quando da oportunidade de não pagamento em dinheiro. Essas ações cotidianas adensam os vínculos entre ambos fazendo com que as relações de reciprocidade sejam contínuas e norteadas pelo compartilhamento de valores como a confiança, a amizade e o prestígio do lavrador na localidade.

A dinâmica das relações de reciprocidade encontra nas relações de parentesco e do compadrio a constituição diária de sua existência, uma vez que todas essas atividades que compõem o trabalho familiar se desenvolvem na articulação do grupo em conjunto, unidos por esses laços. Dessa forma, as relações de reciprocidade abarcam uma totalidade de indivíduos.

Isto se justifica porque as “famílias nucleares não são isoladas, pelo contrário, existem no interior de relações de parentesco e/ou de vizinhança, em comunidades onde a troca de

trabalho é um dos componentes centrais do padrão de reciprocidade” (WOORTMAN, 1995, p. 49). A troca de trabalho cotidianamente realizada fortalece os laços entre as famílias e garante a reprodução social destes grupos. São essas práticas que fundamentam as relações de reciprocidade entre os lavradores.

Desse modo, na desventura de uma família qualquer da vizinhança, a fartura do outro não deixa um dos seus sem colher da terra o próprio pão. Neste contexto, a relação de reciprocidade é um processo social dinâmico constituído cotidianamente pelo ato de dar, emprestar, trocar lances de mandioca, trocar trabalho, apadrinhar os filhos entre os lavradores como elementos de sua dinâmica.

Primeiro os lavradores se organizam para desenvolver o processo de trabalho com fundamento na hierarquia familiar, conforme se irá analisar no próximo capítulo. Convidam a vizinhança para plantar, colher, raspar mandioca, fazer farinha e beijus. Depois, o dono da casa de farinha, geralmente um(a) idoso (a) ou adulto juntamente com a esposa separam a porção a ser comercializada e começa a distribuir um a um o produto de seu trabalho destinado ao consumo doméstico.

Antes mesmo de retornar para suas casas, combinam o retorno para a próxima lida. Quando não, no dia seguinte mandam os filhos ou afilhados às casas dos seus compadres avisarem o convite para o trabalho. Existem situações em que quando lhe falta o convite para qualquer atividade familiar agrícola, o lavrador interessado oferece sua participação que nunca é recusada pelo dono da propriedade.

A recusa é uma situação que compromete a história das relações sociais no grupo, pois figura desfeita ou quebra de uma relação que deveria ser recíproca e contínua, estabelecendo um desconforto entre ambos a ponto de por em risco os sentimentos de confiança no grupo.

Nestes casos, eles são orientados pela tradição e interesses em comum que cercam o trabalho agrícola dos quais oferecer-se para trabalhar, não recusar o convite de ajudar no trabalho e retornar para as próximas lidas em conjunto com outras famílias é fundamental na relação de reciprocidade.

Aqui se deve então, fazer referência ao que Max Weber (2005) fala sobre a forma como as pessoas agem em sociedade. Suas colocações permite inferir que nestas sociedades

camponesas a relação social entre as pessoas para além de dividirem seus objetivos materiais levam a compartilhar seus sentimentos, desejos e experiências.

Os lavradores agem dessa maneira por causa da *racionalidade conforme valores*. Segundo o autor ela é “determinada pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer outra forma que se interprete – próprio e absoluto de uma determinada conduta, sem relação alguma com o resultado, ou seja, puramente em virtude desse valor” (WEBER, 2005, p.116).

Outrossim, os lavradores agem mutuamente por conta da tradição. Assim, a ação social será sempre “determinada por um costume arraigado” (WEBER, 2005, p. 116). Nestes termos, “a vinculação costumeira pode manter-se consciente em diversos graus e sentidos” (WEBER, 2005, p. 117).

Dessa forma, não somente na casa de farinha, mas num contexto mais amplo do trabalho familiar agrícola, reunir-se para realizar determinadas tarefas remete necessariamente ao sentido de que o interesse dos lavradores não está relacionado propriamente aos fins econômicos, mas o sentido está no interesse de buscar na forma compartilhada de realizar o trabalho, a sua própria reprodução social. Este que é o sentido da dádiva nas relações de reciprocidade entre os lavradores.

Sabe-se que é reconhecidamente importante nas ciências sociais à perspectiva teórica de Marcel Mauss (2008) quanto ao sentido da dádiva. Este clássico afirma se tratar de um processo de circularidade em que “dar, receber e retribuir” constitui a lógica da reciprocidade nas sociedades não capitalistas. Dessa forma, segundo este autor, a vida social se organiza pelo constante ato de dar e receber.

Na vida material e moral, a troca, funciona aí sob uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Além disso, esta obrigação exprime-se de maneira mítica, imaginária ou, se se quiser, simbólica e coletiva: assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas não estão nunca completamente desligadas dos seus agentes de troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissociáveis. Na realidade, esse símbolo da vida social – a permanência de influência das coisas trocadas – não faz senão traduzir bastante diretamente a maneira como os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo (MAUSS, 2008, p. 106).

Essa representação necessariamente é a noção constituinte das obrigações realizadas pelo grupo social e nela, figura a singularidade do trabalho nas casas de farinha. Uma reflexão

mais profunda a este respeito permite entender que as obrigações estabelecidas no grupo são concebidas e realizadas de acordo com o contexto histórico em que estes sujeitos estão inseridos, por isso neste caso estudado, as relações de parentesco é que são norteadoras dessas práticas. Esse possivelmente é o argumento essencial da dádiva entre os lavradores.

Para Mauss (2008), ao estabelecer o contrato entre os indivíduos na vida social, estes grupos estarão possivelmente permitindo a circulação de valores que não precisam ser basicamente materiais, mas também a circulação de valores simbólicos carregados de subjetividades que representam para o grupo o nexo da sociabilidade e da comunicação tão fundamentais para aproximá-los e fazer com que a dinâmica da vida social funcione dessa maneira. É exatamente essa lógica que se estabelece como reciprocidade.

Nesta perspectiva, as relações de reciprocidade são constituídas também por alianças formadas com base em atributos socialmente construídos na família acerca das trocas laborais enquanto símbolo de confiança entre os lavradores. Por isso, no desenvolvimento das tarefas as alianças cercam a organização do parentesco e da vizinhança complementando-se por meio das partilhas, das formas de ajuda mútuas e das trocas de trabalho, constituindo-se como práticas sociais que simbolizam a dádiva no universo dos lavradores.

Do mesmo modo, Bronislaw Malinowski chamou de *kula* tais relações como um sistema constituído a partir de prestações que utilizavam alimentos, conchas e outros objetos e símbolos como forma de garantia econômica motivada e fortalecida pela relação de reciprocidade entre os grupos. Segundo Malinowski (1978), as habilidades comerciais desses grupos estão organizadas num sistema de valores complexo e a partir deste pressuposto, o autor passa a descrevê-lo.

Nestas condições, Malinowski (1978) em sua investigação qualitativa acerca do fenômeno econômico conhecido como “*kula*” praticado por nativos das ilhas da Nova Guiné, sul do Pacífico, observa e conclui que seus habitantes possuem vasta habilidade no estabelecimento de relações comerciais entre diversos grupos sociais motivadas e fortalecidas pela reciprocidade entre os grupos que comercializavam seus objetos.

O autor observa que estas práticas se constituem pelas formas com que os nativos se relacionam socialmente através da comercialização de objetos artesanais e de outros materiais que possuem valor simbólico. Tais práticas despertaram um olhar investigativo do fenômeno, haja vista que, extrapolam a ideia de fins comerciais e expressa, sobretudo, com relevante

representatividade a constituição da vida social e de sua reprodução cotidiana baseada nesse sistema de comércio.

Na agricultura familiar local, os lavradores providenciam garantir a produção e a renda do trabalho desenvolvendo estratégias que possibilitem prestações compartilhadas entre a vizinhança. Assim, os lavradores que produzem menos têm assegurado o desenvolvimento da cultura familiar agrícola mandiocqueira através de prestações da raiz *in natura* para os lavradores com maior potencial produtivo. Essa troca vem garantindo a reprodução familiar de ambos na agricultura familiar voltada para a produção de farinha.

As prestações também são feitas entre lavradores de localidades diferentes no município de Governador Mangabeira. Em Queimadas Nova, por exemplo, as relações de reciprocidade vislumbram prestações em forma de trabalho, prestação de raiz de mandioca e outras sementes com os lavradores da localidade do Encruzo. Ambas, “obrigações e/ou prestações” (MAUSS, 2008; MALINOWSKI, 1978) remetem à reciprocidade como elemento da singularidade do trabalho familiar agrícola local.

Dessa forma neste estudo, a dádiva nas relações de reciprocidade entre os lavradores não são concebidas apenas enquanto fenômeno econômico, mas, sobretudo, por sua natureza simbólica, pois envolve sujeitos que buscam relacionar-se por meio da reprodução de suas práticas familiares. Assim, pode-se afirmar as relações de reciprocidade encontradas envolvem e conservam ideias, crenças, valores e símbolos comuns aos grupos sociais que dele participam cotidianamente.

Na organização da vida social estes valores arraigados constituem a lógica e o caráter político das dádivas que se fundamentam em ambos os contextos na forma singular com que estes sujeitos experienciam o social. A reciprocidade é então, um produto social tal como aponta Weber (2005). Ela resulta da “conduta plural – de várias pessoas – que pelo sentido que encerra se apresenta como reciprocamente referida e se oriente por essa reciprocidade” (WEBER, 2005, p. 118-119)

Entretanto, sua concepção teórica interpõe que embora a conduta seja plural e coletiva, as pessoas não necessariamente atribuem o mesmo sentido numa ação mutuamente referida. Por isso, afirma o autor, aquilo que para um é “amizade”, “amor”, “piedade”, “fidelidade contratual”, “sentimento de comunidade nacional” pode encontrar-se, no outro, como atitudes completamente diferentes (WEBER, 2005, p. 119). Assim sendo, ressalta-se que o sentido das

relações de reciprocidade nem sempre é na relação social repercutido, sentido ou vivenciado pelos sujeitos de igual maneira.

No âmbito da Sociologia outras reflexões têm ajudado a sistematizar esses desajustes nas relações de reciprocidade, pensando as sociedades ou organizações camponesas contemporâneas. Neste campo investigativo, o sociólogo Eric Sabourin (2006, 2011) considera que de forma muito corriqueira a reciprocidade encontra-se sempre relacionada à amizade.

Este sentimento é que influencia nestas sociedades as prestações de serviços pelo reconhecimento recíproco entre os sujeitos. Dessa forma a “reciprocidade é sinônimo de solidariedade: dependência mútua, fato de ser solidário ou de mutualidade. A mutualidade corresponde a sistemas de solidariedade social baseada na ajuda mútua recíproca dos membros que cotizam” (SABOURIN, 2011, p. 21).

Essa forma de compreender a dinâmica das relações de reciprocidade ainda hoje norteia boa parte dos discursos antropológicos. No entanto, sensíveis mudanças de paradigmas cercam esse debate pelo fato de recair as relações sociais de reciprocidade na “lógica binária que convém à troca” (SABOURIN, 2011, p. 22). Tal racionalidade, não remete em nenhum instante à racionalidade econômica tal como no contexto capitalista de produção. Aqui há o interesse pela racionalidade da ação do lavrador frente a essas escolhas.

Do ponto de vista socioantropológico, Sabourin (2011) não se opõe à teoria da dádiva de Marcel Mauss, mas problematiza que *o princípio da reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra dádiva entre seus pares ou grupos sociais simétricos*. Para este autor, o sentimento gerado pela dádiva é submetido ao princípio da troca porque geralmente atina o retorno do que foi dado. Por outro lado, as relações de reciprocidade quando se constituem em relações simétricas não procura levar a essa dependência. Nesta perspectiva, “a teoria da reciprocidade opõe dialeticamente um princípio de reciprocidade ao princípio de troca”. (SABOURIN, 2011, p. 24).

Traçando um paralelo entre o que aponta Sabourin (2011) em relação à dádiva e contra dádiva proposta por Mauss (2008), entende-se que os contornos diversos que tomaram a noção da dádiva nas relações sociais constituem-se na importância que tem os paradigmas para a ciência. Quando um paradigma emerge no contexto de uma pesquisa científica, ele

amplia as possibilidades de reelaboração dos conhecimentos em função de novas descobertas, colocando em questão a natureza cumulativa da ciência.

Kuhn (2009) considera que as mudanças, as revoluções científicas e as crises no campo da ciência são influenciadas pelo contexto em que estas inquietações ocorrem, pois, trata-se de um processo que vem sempre associado às resistências dos grupos. Este processo inclui “a consciência prévia da anomalia, a emergência gradual e simultânea de um reconhecimento tanto do plano conceitual como no plano da observação e a consequente mudança de categorias e procedimentos paradigmáticos” (KUHN, 2009, p. 89). Neste contexto, problematiza-se: Quais outros motivos senão a contra dádiva os fariam permanecer realizando esse trabalho coletivo?

Conforme mencionado a seguir, os lavradores agem mutuamente e prestam ajuda mútua uns aos outros porque nestas relações constituem-se valores que são compartilhados entre si. Desse modo, a obrigação de ofertar a ajuda mútua para realizar o trabalho na lavoura ou na casa de farinha, aceitá-la e retribuir através do produto de seu trabalho ou em forma de reconhecimento através do apadrinhamento dos filhos figuram, neste contexto, enquanto dádiva como uma demonstração das relações de reciprocidade.

Práticas que não remetem à contra dádiva enquanto princípio de troca com a qual as sociedades costumam lidar. Pelo contrário, entre os lavradores, as trocas simbolizam na relação social o princípio de reciprocidade como símbolo de uma relação de mutualidade descompromissada com o retorno, embora ele ocorra. Visto que o conjunto dessas ações remete à ideia da dádiva, mais especificamente, performatizadas nas relações de reciprocidade no próximo tópico examina-se os sentidos imersos nessas relações sociais.

## **2. 1.2 “Porque dar é pra receber!?”: Uma leitura a partir do sistema de ajuda mútua.**

As relações de ajuda mútua colocam em jogo laços sociais, sentimentos e símbolos. Nos contextos em que os indivíduos atuam por meio da ajuda mútua haverá sempre a expectativa de retorno dessa cooperação (SABOURIN, 2011). Outrossim, o ato de receber mobiliza-os para continuar envolvidos sob essas formas de prestações porque dar é pra receber: A recusa, por outro lado, soa como descomprometida à cooperação.

Entende-se que a ajuda mútua se estabelece com fundamento nas relações de reciprocidade que para Sabourin (2006, 2011) possuem níveis e formas distintas. Quanto ao seu nível elas são constituídas no plano o real, ou seja, através das relações de parentesco e dos valores humanos que as concernem.

No plano simbólico expressa-se o princípio de união ou de oposição. Desse modo, aquele que reparte uma porção de sua produção perde o que dar, no entanto, ganha prestígio no grupo social. Quem recebe a dádiva alimenta o desejo de reconquistar prestígio devolvendo de novo o que ganhou. Dessa forma se traduz o nível simbólico da dádiva nas relações de reciprocidade entre os lavradores.

No plano do imaginário, as relações de reciprocidade encontram-se envoltas em sentidos que levam à alienação da dádiva, fazendo com que ela sempre circule. Um exemplo claro disso é a ideia de prestígio vinculada àqueles lavradores que sempre presenteiam a vizinhança com o produto do seu trabalho.

Desse modo, envolvem os membros da vizinhança que participam do trabalho caracterizado por não ser pago com salário porque sua singularidade reside no fato de ser um trabalho ofertado, recebido e retribuído simbolicamente através das partilhas, dos digitórios ou da ajuda mútua, principalmente, em contextos mais tradicionais da produção. Percebe-se que o sentido dessas trocas e os sentimentos incutidos nestas se sobrepõem na lógica da dádiva.

As relações de reciprocidade permeiam também os contextos de produção mecanizados. Nestes, os lavradores associam à dádiva a um pagamento em moeda, sem que este descaracterize o trabalho familiar ou desconstrua a lógica da mutualidade entre seus pares. Como se buscou mostrar, mesmo que um dos interesses da participação em casas de farinha mecanizadas esteja em torno deste pagamento, neste entendimento ele é irrisório, portanto, não figura câmbio ou troca no sentido capitalista.

Entre os lavradores as relações de reciprocidade correspondem uma busca pelo equilíbrio quanto ao seu nível e sua forma com o objetivo de garantir a reprodução social do grupo que se baseia nestas trocas. Isto se torna claro à medida que se considera ser a reciprocidade simétrica a lógica evidenciada na relação social entre os lavradores.

A reciprocidade simétrica mobiliza-os para que trabalhem de forma compartilhada e cúmplice seja entre famílias ou na família. Dessa forma, quanto à dádiva lidam com a

capacidade de não gerar no outro a obrigação de retribuir ao tempo em que procuram abrandar as tensões geradas no grupo por conta de certas concepções cravadas na hierarquia familiar, como a produção da distinção quanto ao gênero e geração na realização do trabalho familiar.

Nesta perspectiva, quanto às formas os sujeitos podem estabelecer-se na relação social com referência na: 1) Reciprocidade positiva; 2) Reciprocidade negativa; 3) Reciprocidade simétrica. Ver-se-á como se constitui cada uma delas para, então, prosseguir a abordagem.

A forma de reciprocidade positiva “tende a estabelecer um laço social, para uma implicação positiva ou uma inclusão do outro” (SABOURIN, 2011, p. 49). Neste sentido, tem-se nas relações de parentesco ou compadrio, nas prestações recíprocas de alimentos ou mesmo de trabalho a forma de construir a relação entre os lavradores, buscando reproduzir-se por meio destas trocas. Essa é a forma positiva de reciprocidade que se movimenta na vida social destes grupos. Ela ocorre com fundamento nas ações e como referência aos valores do grupo.

Entretanto, considera-se que a relação social entre os grupos não se resume às dádivas, ou seja, às reciprocidades positivas. Nestes contextos, a reciprocidade negativa também pode ocorrer. Isto porque, as sociedades vivenciam também conflitos e tensões no jogo diário da vida.

Com isso, considerando o objeto de estudo, nos universos onde o gênero e a geração podem ser critérios para a distinção nas formas de participação no trabalho familiar agrícola, verifica-se que as diferenciações, desigualdades e relações de poder entre os indivíduos possibilitam o descontentamento de uma das partes, levando às tensões cotidianas. Desse modo, “a forma chamada de negativa corresponde a um laço social paradoxal, um laço de implicação negativa, de exclusão do outro” (SABOURIN, 2011, p. 49).

Por fim, a forma de reciprocidade simétrica. Esta encontra-se comedida entre ambas já mencionadas porque ela tende a promover o equilíbrio na relação social. É através dessa forma de reciprocidade que se busca desviar o compartilhamento face a face entre os lavradores do sentimento de obrigação que possui a dádiva na forma positiva de reciprocidade.

Do mesmo modo, as relações de reciprocidade simétricas procuram eliminar os conflitos presentes nas formas negativas de reciprocidade. Sendo assim, nas relações de reciprocidade simétricas encontra-se a lógica que media a relação social em todo o processo

de trabalho familiar agrícola porque se entende que entre os lavradores as trocas ao serem realizadas fazem-se desta maneira porque “cada um dá para o outro, sem procurar submetê-lo e obrigá-lo” (SABOURIN, 2011, p. 49).

Verifica-se, portanto, que na realidade local as relações de reciprocidade são constituídas numa relação direta entre os lavradores tecidas por meio da lógica fundamental da dádiva entre os sujeitos. Ainda assim, se deve reconhecer também formas agonísticas caracterizada pela insatisfação e tensões no grupo principalmente no que tange à hierarquia familiar, às relações de poder dos adultos sobre os mais jovens, por exemplo, resultando numa relação conflituosa, de recusa e de não engajamento com o trabalho familiar.

Diante do exposto, considera-se que na relação social os lavradores estabelecem os laços e vínculos com a vizinhança através da reciprocidade simétrica. Porque estes buscam lidar da melhor forma com esses conflitos que surgem na família com o objetivo de reestabelecer a unidade do grupo, bem como, expressam-se de maneira desapegada quanto à obrigação de retribuir as dádivas.

Isto fica evidente quando se vê o lavrador apresentar um de seus pares com a farinha ou beiju, por exemplo, sem que isto denote a obrigação de retribuição, assim as trocas são sempre compartilhadas num contato face a face entre os sujeitos.

Desse modo, além de caracterizar-se como simétrica ela é binária. As relações simétricas binárias “produzem um sentimento indiviso” (SABOURIN, 2011, p. 53-55), contido nas referências das relações de confiança e amizade entre estes sujeitos e é no contexto do trabalho familiar agrícola. Por isso, na reciprocidade simétrica binária estabelecida na relação face a face, encontram-se o compartilhamento ou as partilhas.

Nesta perspectiva, a dinâmica social as relações sociais têm como referência a “ação afetiva” entre os indivíduos porque o sentido das relações aportar-se nos valores e em comportamentos tradicionais. Definidos como algo que é “irrefletido e habitual, esse tipo é sancionado porque “sempre foi feito assim”, sendo, portanto considerado como conduta adequada” (WEBER, 1979, p. 75), por isso ocorre de forma voluntária.

Examinando nas práticas cotidianas dos agentes sociais que participam das atividades numa casa de farinha fica evidente que essa representação é parte constituinte das obrigações organizadas pelo grupo social em particular. Sobre essa questão Mauss (2008), conclui que a atuação voluntária se deve à “maneira como os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de

tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo” (MAUSS, 2008, p. 106).

O caráter voluntário destas ações é aparentemente livre e gratuito. Isto porque, para o autor ele também é forçado e interessado uma vez que:

Elas revestiram quase sempre a forma do presente, da prenda oferecida generosamente mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, não há senão ficção, formalismo e mentira social, e quando há, no fundo, obrigação e interesse econômico. Além disso, ainda que indiquemos com precisão todos os diversos princípios que deram este aspecto a uma forma necessária da troca – isto é da própria divisão do trabalho social (MAUSS, 2008, p.55-56).

Desse modo, respeitando sua concepção teórica, no processo de trabalho familiar agrícola em ambos contextos, tradicional e mecanizado, atenta-se para o fato de que a dádiva não é simplesmente uma troca de produtos ou de trabalho, entre os lavradores ela constitui o sentido da sociabilidade no trabalho.

Qual seja, entende-se que a ajuda mútua e as partilhas se estabelecem como princípios que regulam as trocas da produção, principalmente quando se trata das casas de farinha tradicionais ou tradicionais mecanizadas. Nos contextos de produção mecanizada, a observação deixa claro que, há também trocas contínuas entre os seus participantes, mas são reduzidas porque nestes espaços os vínculos sociais são mais fluídos.

. Sob este mesmo interesse, fazendo referência às ideias de Marcel Mauss, Strauss (2008) supõe que nas coisas trocadas há virtudes que obrigam a dádiva a circular. Essas virtudes não existem objetivamente porque o que circula pela lógica das três obrigações não são simplesmente bens físicos, mas também dignidades.

Entre os lavradores esse sentimento é cultivado nas relações da família com o trabalho expressas na sociabilidade, na construção da identidade social do lavrador. Postas enquanto subjetividade a sociabilidade no trabalho é que responde pelas ações destes levando-os a atuar de forma que a dádiva cumpra a lógica fundada nas três obrigações: dar, receber e retribuir.

Como se pode examinar as relações de reciprocidade nas formas de ajuda mútua ou das partilhas têm a ver com valores cultivados entre os sujeitos. Valores éticos que envolvem confiança e amizade adensados no cotidiano do trabalho, criando um sentimento específico sobre este e sobre si mesmos.

### **2.1.3 Entre o parentesco e o compadrio: vínculos sociais das relações de reciprocidade**

Parece ser a fronteira sociológica das relações de reciprocidade entre os lavradores delimitada pela parentela porque os laços de parentesco levam a prestarem ajuda mútua no trabalho familiar agrícola entre si. Todos eles são lavradores e o trabalho familiar agrícola é desenvolvido em suas tarefas de terra diariamente, principalmente, nas lavouras ou nas casas de farinha onde se encontrou o maior quantitativo de pessoas reunidas em prol de sua realização. Em Lagoa da Rosa, por exemplo, a própria referência dos lavradores em termos de ajuda mútua faz-se mediante referência a um tio, avó ou irmão ou compadres.

Inicialmente, para entender a dinâmica das formas de ajuda mútua entre os lavradores de Queimadas Nova faz-se necessário esclarecer, segundo informações de seus moradores, que a localidade originou-se da “separação” da localidade de Queimadas Velha. Porém, tal separação figura uma espécie de “desarticulação simbólica” das relações sociais entre os moradores das áreas geograficamente delimitadas como Queimadas Nova e Queimadas Velha.

Este processo carece de maior investigação para que de fato seja esclarecido e comprovado, haja vista que o que se sabe até aqui tem como base as informações de campo prestadas pelos seus moradores, haja vista que documentos ou informações oficiais sobre essa questão não estão disponíveis ou não existem na Prefeitura de Governador Mangabeira ou em seu Arquivo Público.

Mesmo assim, trata-se de uma desarticulação “legitimada”, pois, sabe-se da existência das duas áreas no município, conforme croqui de localização apresentado na seção introdutória. No entanto, partindo do princípio que norteia a visão dos moradores de Queimadas Nova, considera-se como uma “desarticulação simbólica”.

Tal concepção simbólica foi construída porque Queimadas Nova foi crescendo na redondeza de Queimadas Velha, mas segundo seus moradores mais experientes, os benefícios que chegavam até a localidade de Queimadas Velha não atendiam igualmente às demandas dos moradores de suas adjacências.

Por exemplo, a distribuição de sementes feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou pela Secretaria de Desenvolvimento Rural através da Prefeitura Municipal, aparece nas

falas dos lavradores da seguinte forma: *“nunca chegava pra agente daqui, distribuía por lá mesmo e até hoje é assim ninguém se lembra da gente aqui não”*.

Mesmo fazendo parte de Queimadas Velha, os moradores de Queimadas Nova se sentiam e se sentem mais envolvidos com a localidade rural vizinha chamada de Encruzo, ou seja, nesse processo social de pertencimento se construiu a noção de uma “separação” territorial simbólica.

Não se está aqui negando de forma alguma a existência de relações sociais entre moradores de Queimadas Nova e Queimadas Velha, mas segundo seus moradores, “não se sentem de lá” “se sentem de cá” pela proximidade afetiva e pelo compartilhamento de valores entre as famílias. Esse sentimento justifica maior articulação dos lavradores de Queimadas Nova com a localidade do Encruzo ao participar de reuniões na Associação do Encruzo, de seus festejos religiosos e, se necessário, trabalhar em suas casas de farinha.

Um exemplo interessante do compartilhamento de valores é a participação dos jovens lavradores de Queimadas Nova em espaços de sociabilidade frequentados na localidade vizinha. Estes jovens participam do “grupo de jovem” da localidade do Encruzo, ensaiam juntos as dramatizações e cantos religiosos para serem apresentados ao público nos dias de festa. Nessa localidade a ajuda mútua é igualmente motivada pela relação de amizade entre os moradores. São próximos uns dos outros porque a referência que os tornam familiar é também simbólica.

A coexistência destas famílias em Queimada Nova e Encruzo na realização do processo de trabalho de igual forma se estreita por força dos laços de amizade e consideração, tal como se constitui os laços de afetividade entre os lavradores em Lagoa da Rosa.

Desse modo, verifica-se que através do compartilhamento de valores entre essas famílias é que se constitui o parentesco algo que remete ao que Mccallum (1998) considera ser “gerado ao longo do tempo, a partir de inumeráveis atos de cuidado e carinho que parentes co-residentes dispensam uns aos outros e às crianças. É a memória desse zelo que constitui as relações de parentesco” (MCCALLUM, 1998, p. 157).

Essas questões levam a compreender as formas de ajuda mútua que estamos basicamente interessados, pois, nos chama atenção a maneira como estas constituem as relações sociais de reciprocidade os sentidos de confiança entre os sujeitos. No âmbito do

trabalho familiar agrícola estes elementos se complementam se misturam e atuam de modo a constituir vínculos sociais fortes.

[...] os padrões de reciprocidade entre famílias, ou grupos domésticos, no interior da comunidade, são fundamentais para a produção econômica de cada família, assim como para a “produção” da comunidade de se sua identidade. Em muitos casos, a comunidade é um entrelaçamento de relações de parentesco (WOORTMANN, 1995, p. 39-40).

As relações de parentesco são os sentidos básicos da reprodução social no trabalho familiar agrícola, por isso quando é necessário alargar as dimensões do processo de trabalho para outras demandas como a comercialização bastante realizada nessas localidades considera-se que, nessas situações, o trabalho familiar é frequentemente realizado pela articulação de boa parte da parentela. Em ambos os contextos, do ponto de vista simbólico, o parentesco é estabelecido pela participação contínua da vizinhança no trabalho familiar agrícola realizado nas casas de farinha.

Ademais, se se quiser entender a natureza das relações de reciprocidade deve-se verificar nas formas de ajuda mútua o sentido prático desempenhado no trabalho da família. Sendo assim, para compor o seguimento desse texto examinar-se-á nos aspectos da sociabilidade elementos das relações de reciprocidade.

#### **2. 1. 4 Sociabilidade e cultura alimentar**

As casas de farinha tradicionais em funcionamento localizadas em Lagoa da Rosa absorvem o trabalho das famílias que produzem primeiramente para satisfazer as necessidades do grupo familiar e, posteriormente, para a comercialização direta em feiras livres sem a interferência dos atravessadores. Nestes espaços a sociabilidade no trabalho é elemento que qualifica-o como uma atividade prazerosa.

Em Queimadas Nova, embora o processo de mecanização tenha penetrado este universo, levando ao desuso as casas de farinha tradicionais, a representação simbólica das atividades ali desenvolvidas são igualmente densas tal como em Lagoa da Rosa, contribuindo para a existência das relações de reciprocidade no cotidiano do fazer da farinha, conforme se verifica no depoimento de Dona Maria da Glória, na localidade de Queimadas.

Ah! Eu gosto muito de trabalhar na casa de farinha, eu gosto de fazer tudo da casa de farinha, eu gosto demais daquele trabalho. É uma coisa que eu gosto é quando eu tô na casa de farinha. Eu passo o dia todo lá. Eu fico por lá, eu me lambuzo de massa, eu chego em casa toda lambuzada porque eu gosto de trabalhar na casa de farinha. Agente trabalha também no dia a dia em casa né, mais, quando agente vai pra lá tem de se dedicar aquela mandioca. Porque o dia agora é da mandioca, tem de fazer des preocupada. Aí, joga uma conversinha fora, uma conversinha aqui outra ali, vixe Maria! eu gosto demais (Informação Verbal)<sup>14</sup> (M.G.B.P, lavradora, 51 anos).

Tendo em vista o depoimento de Dona Maria da Glória, mesmo com a mecanização, as casas de farinha são espaços de sociabilidade compartilhados entre os lavradores. Nestes espaços, para além de desenvolver a produção de farinha ou de beiju, os lavradores constroem relações sociais de amizade e de significância simbólica acerca do produto de seu trabalho.

O foco da produção nestes espaços quase que totalmente desenvolvido pelas mulheres é sem dúvida o beiju de goma ou de massa. Segundo o conhecimento das lavradoras existem algumas diferenças entre ambos.

A primeira diferença é que o beiju de goma é mais alvo e delicado feito só depois de peneirar bem a massa utilizando goma em maior quantidade ou acrescentando fécula de mandioca (uma espécie de amido ou goma comprada nos mercados em cidade circunvizinhas) e, por isso, torna-se um produto mais caro que é geralmente comercializado a R\$ 3,00 a dúzia.

Já o beiju de massa possui flocos mais grosseiros e são comercializados nas feiras livres por R\$ 2,50 a dúzia. Para as lavradoras o beiju de massa é mais vendido se comparado ao beiju de goma porque é mais saboroso. Ele é produzido com a própria massa que faz a farinha quando, depois de prensada, as mulheres cessam ou peneiram a massa apenas uma vez colocando-a no forno aquecido.

Com ajuda da vassoura de palha espalham a massa no forno, aguardam o tempo necessário, viram o lado da massa com auxílio da vassoura de palha e procedem com os cortes na diagonal que mais lembram figuras geométricas.

Nestes grupos cada um faz uma determinada tarefa. As mães ou tias controlam a produção de beijus, prensam, peneiram a massa e cuidam do forno. As mais jovens, filhas ou sobrinhas, “ajudam” também na atividade de peneirar a massa, mas são hábeis em selecionar

---

<sup>14</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do fragmento relatado por Dona Maria da Glória Barros de Paula, lavradora, 51 anos, residente na localidade de Queimadas Nova.

os beijus sem defeito para empacotamento em sacos plásticos lacrados manualmente por um nó torcido.



Figura 21 e 22: Produção de beiju na casa de farinha tradicional de Dona Dionízia em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.



Figura 23 e 24: Produção de beiju na casa de farinha tradicional de Dona Marlene em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.

Segundo as lavradoras os beijus “quebrados” não perdem sua qualidade e também são aproveitados e ensacados de igual forma para a comercialização. Estes últimos são comercializados pelo mesmo valor porque a quantidade de beijus disposta em cada saquinho é maior que os beijus selecionados e arrumados nos saquinho por dúzia.

As lavradoras não utilizam balança de precisão para saber, mas, equilibram a quantidade deduzindo o peso ao dispor os saquinhos nas mãos realizando um movimento de cima pra baixo como se estivessem conferindo o equilíbrio de peso dos pacotes. Na casa de

farinha familiar totalmente tradicional pertencente a Dona Dionízia, encontrou-se Dona Jacinta que entre uma fornada e outra cantava versos como “*Glória a Deus e paz aqueles da terra que trabalham todos os dias*” “*E paz aqueles homens que trabalham todo dia, ô Glória a Jesus Cristo*”.

Recorrendo volta e meia a este canto Dona Jacinta retalhava várias fornadas de beijus de massa para serem vendidos na feira livre.



Figura 25: Produção de beiju na casa de farinha tradicional de Dona Dionízia em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.

Os cantos de trabalho, segundo as lavradoras, já foram muito mais intensos antigamente. Recordam estas mulheres que gostavam de acompanhar suas mães na casa de farinha porque todos reunidos ali trabalhavam e cantavam ao mesmo tempo. “Era uma alegria”<sup>15</sup>, afirma dona Dionízia.

Por este ângulo, acrescentava-se à sociabilidade no trabalho realizado na casa de farinha cantos e versos proferidos coletivamente ou individualmente, preenchendo este lugar pelos valores e alegria do fazer da farinha e beijus, conforme podemos examinar em seu relato.

Eu cantava...eu cantava assim: tim dô lê lê, tim dô lê lê lá lá, cantava assim pra poder investir no tempo. Eu entrava no meio e cantava...Ô meu São João não deixa o

<sup>15</sup> Informação verbal coletada por meio da observação participante. Parte da fala de Dona Dionízia Rocha dos Santos, lavradora, 78 anos, residente em Lagoa da Rosa.

mês de maio passar, me dá um bêjo, me dá um bêjo, para me casar. Hoje não tem mais cantiga. A casa sem a mulé não vale de nada, a mulé faz tudo. Eu tenho que tá no meio, aqui é a casa da família. Nessa estória eu tenho 38 neto, casado, lá fora em Vitória, São Paulo, Paraná... tudo bem criado (informação verbal)<sup>16</sup>. (D.R.S., lavradora, 78 anos).

Na fala desta lavradora a ludicidade está sobreposta ao trabalho realizado como forma de “*investir no tempo*”. O sentido desta fala remete ao fato de que as longas horas expostas ao trabalho nas casas de farinha tornava-o exaustivo: “*quando a gente cantava animava a lida. Ôxe, era uma beleza*”<sup>17</sup>, “*a gente cantava pra não dar sono, era tanta gente cantando senão! Quem aguenta ficar calado até a boca da noite trabaçando?*”<sup>18</sup>.

Cientes disto cantavam visando esquecer a forma desgastante com que tinham de empregar sua força de trabalho neste processo. Por isso, do ponto de vista simbólico, em sua fala cantar entre seus pares remete-os à celebração do grupo às formas de ajuda mútua tornando o trabalho um processo simbolicamente mais prazerosa para as famílias.

Embora os lavradores se recordem dos cantos de trabalho, nisso tudo, porém, há mudanças. Atualmente são poucas as casas de farinha em que se encontram indícios destes elementos nas relações de reciprocidade entre os sujeitos expressas em forma de cantos e cantorias. Neste contexto, são as prosas que configuram elementos da sociabilidade entre estes grupos, pois evidenciam-se durante todo o processo de trabalho uma vez que as pessoas ali reunidas tagarelam o tempo todo.

Conversam sobre os esposos, sobre os filhos, sobre casamento. Sempre que os altos ruídos do trabalho cessam estes ouvem o som da música que vem de lá da casa de morar e comentam sobre ela expondo os seus gostos, aprovando ou não a canção.

Dessa forma, reinventando as formas de sociabilidade investem no tempo e dão conta da produção ajudando uns aos outros. Nestes casos, pode-se observar a importância das prosas, que estas sim, mobilizam o grupo social envolvido no trabalho na casa de farinha e reflete ao mesmo tempo como um conjunto.

---

<sup>16</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista. Fala de dona Dionísia Rocha dos Santos, lavradora, 78 anos. Fonte: Pinto, 2010.

<sup>17</sup> Informação Verbal coletada por meio de observação participante. Fala de dona Vera Eunice Gregório da Silva, lavradora, 63 anos, residente em Queimadas Nova, outubro de 2013.

<sup>18</sup> Informação Verbal coletada por meio de observação participante. Fala do Senhor Antonio dos Santos Pereira, 60 anos, lavrador, residente em Queimadas Nova, outubro de 2013.

Enquanto suas filhas, noras e vizinhas estão envolvidas com a produção de beijus, a matriarca proprietária da casa de farinha, se ocupava em preparar “bolinhos de vara”<sup>19</sup> para serem consumidos no café ao anoitecer.



Figura 26: Dona Dionízia produzindo “bolo de vara” em sua casa de farinha tradicional em Lagoa da Rosa. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.

Outro elemento que define as relações de reciprocidade e sociabilidade familiar é a cultura alimentar. Aqui o trabalho familiar é nortado geralmente para a família nuclear “enquanto padrão residencial” (WOORTMANN, 1995, p.48) por se tratar da realização de atividades que cabem à casa e ao roçado.

Tome-se como exemplo este registro de campo. Nesta atividade a primeira providência é preparar a “massa puba”<sup>20</sup> para isso, os lavradores colhem as raízes depositam numa área alagada ou de brejo e deixam imersas na água para amolecer. Após 15 ou 17 dias vão ao mesmo lugar onde haviam depositado as raízes para recolher e levar pra casa. Na área de esteio da casa de farinha, as mulheres ou idosas removem com as mãos a casca da raiz com muita facilidade.

Explicam as lavradoras que as raízes ficam bem alvas e amolecidas. Estas exalam um odor forte, por isso, são lavadas ao tempo em que são esmagadas manualmente ao serem

<sup>19</sup> Bolinho preparado com “massa puba”. A puba é extraída da mandioca, passa por um processo de descanso até atingir uma espécie de fermentação.

<sup>20</sup> Massa extraída da raiz de mandioca.

coadas utilizando um pano de prato. Duas senhoras seguram as extremidades do pano paralelo uma à outra enquanto, uma terceira lavradora aperta e espreme incansavelmente a massa.

Ao passo em que se joga água limpa para ajudar a lavar a água da mandioca amolecida, como se estivessem coando, as lavradoras conseguem deixar no pano de prato apenas a massa da mandioca que será utilizada na preparação de uma das refeições diárias. Composta por muita goma, após extraída a massa é misturada a outros ingredientes como coco, leite e açúcar até tomar consistência para a preparação dos bolinhos envoltos na folha fresca de bananeira para serem assados no forno de barro.

A tarefa de produzir os bolinhos é realizada pela matriarca dessa família conhecida como Dona Dionízia, 78 anos, porém, suas filhas mais experientes também podem realizar essa tarefa. Ao término do preparo destes alimentos, cada filha recebe porções destes bolinhos para levar para suas casas.

Para Woortmann (2013) a comida expressa meios de sociabilidade e aponta para as distinções sociais. Nesse sentido, a autora interpreta a comida como uma linguagem. Ao reporta-se para algumas dimensões sociais da comida propõe desnaturalizá-la. Isto se torna possível a partir da apreensão de seus significados que variam de acordo com os contextos locais e regionais em que são produzidas. A autora afirma nas mais diversas sociedades “os alimentos são não apenas comidos, mas também pensados, quer dizer, a comida possui um significado simbólico” (WOORTMANN, 2013, p. 06).

Essa colocação feita pela autora figura como uma das razões pelas quais as famílias de lavradores investem em seu alimento diário a compreensão de que dele se faz a família. Porque reside na lógica simbólica o motivo pelo qual os lavradores “batizam” as raízes de mandioca de “cria menino” ou “pai João” como se expressou no capítulo 1, o sentido dessa afirmação.

Complementando o raciocínio, a comida ainda se constitui como *habitus*, pois consumir farinha, beijus, bolinhos de vara, entre outros que carregam como ingredientes derivados da raiz de mandioca trata-se de um saber social que através da sociabilidade todos os membros aprendem a conhecer e compartilhar reciprocamente. Dessa forma, a comida representa a forma como família de lavradores constroem seus hábitos alimentares cotidianos.

Outra contribuição simbólica relevante às relações de reciprocidade entre os lavradores é o fato de que nos lares das famílias rurais da região do Recôncavo, é comum

encontrar nos mantimentos onde guardam a farinha “o pãozinho de Santo Antonio”. No dia 13 de junho várias famílias realizam a trezena em homenagem ao Santo Casamenteiro.

Nesse evento festivo, os pãezinhos são distribuídos para que seja guardado junto à farinha, invocando fartura o ano inteiro. Desse modo, a referência religiosa também justifica a significância desse tipo de raiz para os lavradores, portanto, tais comportamentos refletem o significado simbólico deste alimento.

.Como aponta Andrea Lima Duarte Coutinho (2012), num estudo sobre a identidade sertaneja da comunidade camponesa Lagoa do Saco (Monte Santo – Bahia) sobre a produção e consumo da farinha e derivados os quais chama de “comensalidade” a autora reflete o consumo desses alimentos enquanto “definidor” de uma cultura alimentar. Desse modo, “a comida deve também ser pensada enquanto um forte demarcador identitário” (COUTINHO, 2012, p. 02).

Segundo a autora, “a comida possui um significado simbólico e enquanto elemento cultural, ela demarca identidades, configura representações familiares, contextos sócio-culturais e a própria prática do *habitus* alimentar” (COUTINHO, 2012, p. 02). Neste sentido, compreende-se porque nas casas de farinha visitadas, não importando o contexto, há sempre a preocupação de retirar a parte que vai ser destinada ao consumo doméstico porque ela é como um símbolo o “pão da terra”, que os remetem à subsistência, a criação dos filhos em épocas de fartura e desventuras.

Sobre isto, em trabalho realizado no município de Cabaceiras do Paraguaçu, Baiardi (2011) sinaliza que a mandioca possui esse valor simbólico porque é vista pelos lavradores como garantia de segurança alimentar.

A mandioca desempenhou importante papel na alimentação das populações indígenas da América do Sul e desde os primórdios da colonização do Brasil vem também sendo um importante componente da dieta alimentar para a população brasileira. Sua produção se dá não apenas como uma cultura de subsistência, mas também como matéria prima de valor comercial, visto a importância da farinha na alimentação, sobretudo junto das populações de baixa renda. (BAIARDI *et al.*, 2011, p. 05)

A propósito de sua relevância simbólica, atribui-se a ela o valor de “o pão da terra”, uma vez que o consumo doméstico da farinha e de seus derivados ao longo das gerações é

reportado pelos sujeitos como um hábito alimentar pela regularidade com que é empregado em suas refeições diárias e em variados “quitutes”<sup>21</sup> regionais.

Portanto, os sentidos construídos sobre suas práticas alimentares evocam a concepção de que dali se garante a subsistência do grupo familiar, bem como, estabelece-se entre os participantes contatos sociais cotidianos em que a sociabilidade entre eles, a troca de saberes e a ajuda mútua é sua principal característica.

Desse modo, embora o trabalho seja exaustivo, as pessoas aproximam-se umas das outras, comunicam-se com maior intensidade, gostam de estar ali, divertem-se e, contudo, estreitam os laços afetivos na sociabilidade no trabalho e nas relações de reciprocidade.

Bem verdade, a sociabilidade e a reciprocidade vislumbrada na construção cotidiana dos saberes aplicados ao trabalho familiar agrícola fortalecem-se na relação entre os lavradores com seus pares e com o produto de seu trabalho. Desse modo, filia-se adiante à abordagem da reciprocidade como uma dádiva compartilhada entre as famílias de lavradores.

### **2.1.5 A dádiva nos “digitórios” e nas partilhas da produção**

Cogita-se que o lavrador participa do processo de trabalho familiar agrícola por uma questão de solidariedade ao grupo. No que se refere às formas de ajuda mútuas, pode-se falar dos digitórios como termo nativo que se estabelece pela convocação da parentela para a participação do trabalho quando da necessidade de produzir para fins além do consumo doméstico.

Verifica-se como tais formas de ajuda mútua se processam na fala de Dona Francisca do Amor Divino dos Santos. Lavradora experiente participava de forma assídua do processo de trabalho em casas de farinha da localidade de Queimadas Nova e ali alimentou vínculos sociais importantes.

Os pessoal de dentro de casa que ajudava. As vezes agente pedia “digitório” desse pessoal quando tinha muita mandioca. Agente pedia aos pessoal assim pra ajudar. Era gente, mais tanta gente que vinha ajudar e se chamava “digitório” naquela época. Ai juntava todo mundo pra trabaiaá, rapar, pra ajudar e terminar o trabaio logo. Ai agente vendia a farinha depois, agente ajudava eles também entendeu!

---

<sup>21</sup> Bolinhos, doces, bolos, mingaus e caldos comumente degustados pela população do Nordeste/Recôncavo.

Trocava no trabalho sabe?. Agente dividia a farinha só quando não era pra vender. (Informação Verbal)<sup>22</sup>. (F. A. D., lavradora, 67 anos)

Considerando para a análise as informações coletadas nas entrevistas examina-se que a fala da lavradora resgata a memória de um tempo em que as práticas de ajuda mútua eram mais intensas entre os lavradores da localidade. Seu discurso evidencia que nos “digitórios” a cooperação reflete a confiança e amizade entre pessoas que ofertavam sua força de trabalho em prol de uma determinada família e, de igual modo, seria então retribuído.

Chama a atenção o fato de que nessa forma de ajuda mútua se ofertava trabalho e se retribuíam também pelo trabalho, exceto se a razão de o digitório acontecer fosse motivada para o consumo doméstico. Isto expressa, sobretudo, que a ajuda mútua por um lado, remete às especificidades das estratégias de reprodução social através do trabalho; e por outro lado, resultava na partilha das quartas de farinha, das tiragens de beiju ou qualquer outro produto da lavoura ao final da lida.

As informações contidas na fala de Dona Francisca remete ao fato de que os valores são cultivados na relação de reciprocidade e vem da prática cotidiana. Dos vínculos sociais de amizade, de vizinhança e de solidariedade é que a troca frutifica-se diariamente em torno do objeto do trabalho familiar incorporando seu valor subjetivo e simbólico.

Outra forma de ajuda mútua entre os lavradores se expressa no depoimento de Dona Luciene, lavradora residente na localidade de Lagoa da Rosa:

cada qual tem sua roça e cada qual cuida da sua é assim. A não ser que agente troca, hoje eu trabaio pra você e amanhã você trabaia pra mim. Assim, se hoje eu trabalho pra ele amanhã ele vem e trabaia pra mim. Agente paga é no trabaio. Ô se agente trocou foi no trabalho! É no trabalho que agente tem que pagar. (Informação Verbal)<sup>23</sup>. (L. R. S, lavradora, 53 anos).

Através das negociações entre os indivíduos na vida social a circulação de valores que não são exatamente materiais, mas também, a circulação de valores simbólicos carregados de subjetividades, representa para o grupo o nexos da sociabilidade e da comunicação entre seus pares, pois é o que os aproximam fazendo com que a organização da vida social funcione dessa maneira.

<sup>22</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do fragmento relatado por Dona Francisca do Amor Divino, lavradora, 67 anos, residente na localidade de Queimadas Nova.

<sup>23</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Dona Luciene Rocha dos Santos, lavradora, 42 anos, residente em Lagoa da Rosa.

A troca aqui é motivada mutuamente por gerar na relação de confiança entre seus pares a responsabilidade de não deixar de assistir à altura a família que lhes convidaram para participar do processo de trabalho, bem como, de não deixar de retribuir com igual intensidade. O exame das informações ofertadas por Dona Luciene evidencia que as ações cotidianas se fundamentam para além do ato de dar e receber, pois fica explícito em sua fala a obrigação de retribuir como parte constituinte da relação social estabelecida entre os lavradores no contexto do trabalho.

Desse modo, não são os alimentos, as colheitas e os recursos trocados como no sistema de prestações de conchas entre os nativos da Nova Guiné, mas sim, a ligação que os mesmos estabelecem face a face gera formas mútuas de participação no trabalho familiar agrícola, fazendo com que parte do produto do trabalho seja partilhada posteriormente, gerando necessariamente, a obrigação da dádiva.

As vezes arrancava mandioca pra fazer 1 saco de farinha e dividia. Quando eu prantava no meu pedacinho ai juntava todo mundo pra rancar, todo mundo junto. Ai na hora de torrar dividia cada qual o seu poquinho e o que sobrava vendia. Mas também agente fazia, caso a pessoa não rancava naquela semana precisava de 1 quarta de farinha ai agente dava, quando ela fazia a dela ai ela me devolia.(Informação Verbal)<sup>24</sup>. (J. S. S, lavradora, 51 anos).

A ajuda mútua como bem descreve Dona Jacira mobiliza os membros que participam das atividades numa casa de farinha. Estes *ofertam* a força de trabalho e em troca *recebem* parte da produção e deseja-se a *retribuição* através do retorno destes para colaborar na próxima produção. O mesmo ocorre com as atividades que envolvem o plantio e a colheita.

No contexto da ajuda mútua ou trabalho familiar compartilhado quebrar esse ciclo significa colocar em risco a relação de mutualidade que os envolvem, dinamizam e sustentam essas práticas através das relações de reciprocidade. Na fala da senhora Jacira pode-se destacar evidências dessa construção quando a mesma explica que presenteia a lavradora, que por algum motivo não conseguiu colher e a mesma lhe retribui posteriormente.

Aqui cabe um questionamento: seriam ambos motivados apenas pela concepção de solidariedade entre os lavradores? Tal similitude parece evidente. Para tanto, é preciso entender como que a ajuda mútua e as partilhas são concebidas e praticadas de acordo com o

---

<sup>24</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do fragmento relatado por Dona Jacira Silva dos Santos, lavradora, 51 anos, residente em Queimadas Nova.

contexto histórico em que estes sujeitos estão inseridos. Dessa forma, tais manifestações podem apresentar variações em função do tempo e do lugar.

No contexto das casas de farinha tradicionais mecanizadas como a casa de farinha do Senhor Joquinha, importante produtor da localidade de Lagoa da Rosa, por exemplo, aglomeram-se muitas mulheres e homens para desenvolver a produção de farinha. Apesar de jovem (31 anos), ele possui reconhecimento acentuado entre os lavradores porque se destaca na produção de farinha, possui os meios de produção “necessários” e, por isso, em seu estabelecimento agrícola a participação na casa de farinha, na sua lavoura de mandioca e no transporte das raízes amplia as possibilidades de “ajuntar” a vizinhança.

Desse modo, a vizinhança, formada necessariamente pela parentela, na relação social cotidiana do trabalho em sua casa de farinha, estreita os seus vínculos sob uma referência familiar. Ao observar o envolvimento dos lavradores na participação do trabalho familiar agrícola na propriedade rural administrada pelo senhor Joquinha e por sua esposa, verifica-se que ao tempo em que as pessoas participam do processo de trabalho se estabelece uma relação social de confiança intensa entre os mesmos.

O proprietário também se junta aos trabalhadores para realizar o trabalho, seja no transporte das raízes, seja no forno elétrico ou manuseando a prensa hidráulica ele está sempre envolvido no processo de trabalho. Sua esposa realiza de igual forma o trabalho de raspção da raiz juntamente com as mulheres convidadas para ajudá-los.

Todo o processo está ancorado na cumplicidade, comunicação, risos e estórias que contagiam a relação social, tornando as casas de farinha um espaço de sociabilidade onde os laços de afetividade são o seu conteúdo primário.

A ideia de que ele é, nesse contexto, o proprietário dos meios de produção em segundo plano tem, de certo modo, garantido que os lavradores continuem plantando mandioca, pois, parte da produção das raízes é vendida ao senhor Joquinha, contribuindo, sobretudo, para a permanência destes lavradores no desenvolvimento da cultura de mandioca, haja vista que, no primeiro semestre do ano de 2013 vivenciaram uma forte crise por conta da estiagem na região do Recôncavo, contornando a situação de desventura através das relações de reciprocidade nestas trocas cúmplices.

Nesse período muitos deixaram de plantar e os preços da farinha se elevaram, chegando a ser vendida por até R\$ 7,50 em alguns mercados locais. Com dificuldades para

continuar produzindo, tendo que viajar para trazer mandioca de outras áreas como Santo Amaro e Santo Antonio o senhor Joquinha encontrou na vizinhança a oportunidade para não cessar a produção de farinha.

Afetado com o aumento dos custos em desajuste com a redução de sua produção, começou a comprar raízes na própria localidade de Lagoa da Rosa. De cada sítio comprava um lance<sup>25</sup>, incentivando-os a continuar plantando. Na oportunidade, convidava-os a participar do processo de trabalho do qual o seu produto – a farinha – é o principal bem comercializado por ele.

Nessa relação, os lavradores vendem a raiz, participam do processo de trabalho e são “pagos” por ofertar a sua mão de obra. Tal remuneração equivale a R\$ 1,50 por caixa da raiz raspada. A limitação biológica do corpo desses trabalhadores faz com que alcance em torno de 6 a 10 caixas por dia.

Neste contexto, a ajuda mútua torna-se fundamental, por isso, os lavradores (as) seguem para casa de farinha por volta de 6:00 hora da manhã acompanhados de suas filhas ou de vizinhas ou muito raramente as esposas vão acompanhadas de seus esposos e se juntam para raspar a maior quantidade possível, chegando a tirar num dia inteiro de lida aproximadamente R\$ 9,00 a R\$ 15,00 reais por grupo. Como trabalham de três a quatro dias na semana, conseguem retirar em torno de R\$ 36,00 e R\$ 60,00 reais, respectivamente.

A necessidade de ajuda amplia as relações de reciprocidade nestes espaços de produção da família, pois mesmo frente à mecanização, diversas etapas do processo de trabalho ainda são manuais. Associado à crescente demanda, a necessidade de reunir a parentela para prestar ajuda mútua simbolizada pelos digitórios pode também envolver “retribuição eventual” (CÂNDIDO, 2009, p. 195).

A experiência empírica mostra que, mesmo no contexto de mecanização, em ambas localidades, a relação social cotidiana acontece entre pessoas amigas, parentes, vizinhança numa afinidade sempre motivada pela cumplicidade, pela ajuda mútua, pela comunicação, isso por si só, se constitui como evidência de estreitamento dos laços de solidariedade entre seus pares. Desse modo, mesmo sendo “pagos” os primeiros a terminar de raspar a quantidade de raiz da pilha de mandioca, ou melhor, da ruma de mandioca, de forma solidária se junta aos demais para ajudá-los.

---

<sup>25</sup> Equivale a uma roça de mandioca, também chamado de “um caminho de roça”.

Na fala de Dona Rosa, que há muitos anos frequenta essa casa de farinha, pode-se examinar como e porque essa relação se constitui no cotidiano. Segundo a lavradora “*a gente ajuda por que nós não somos os estranhos não, somos amigos é todo mundo conhecido aí a gente não deixa lá não. É sempre um costume que a gente já pegou mesmo, agente não deixa mandioca no terreiro não*<sup>26</sup>”. Sem, teoricamente desejar nada em troca, na prática aquele que recebeu ajuda se vê motivado em ofertar sua ajuda no dia seguinte a qualquer que seja um de seus pares como forma de retribuir.

É evidente em sua leitura sobre a ajuda mútua que os valores arraigados à tradição familiar nutrem os laços de confiança entre os membros da vizinhança. Tal comportamento reflete sem dúvidas nas relações de reciprocidade simétricas através destas formas de ajuda mútua face a face.

Quaisquer que sejam elas, também estão presentes nas casas de farinha mecanizadas, sobretudo, naquelas que foram aos poucos incorporando essas mudanças, mas que ainda preservam os valores familiares. Finalmente, integra-se à dimensão simbólica constitutiva das relações de reciprocidade a dádiva das partilhas da produção.

O “chefe” da casa de farinha dá parte da produção aos seus participantes; este ato gera a expectativa de retorno para a próxima “lida”. O ato contínuo de repartir a produção não se realiza puramente por uma ação motivada pela bondade alheia em considerar os indivíduos como semelhantes, mas existem interesses associados a esta prática.

São os interesses (individuais e coletivos) que motivam esses sujeitos sociais a permanecer participando das próximas atividades e, contudo, garantindo a produção, para isto é de fundamental que os laços entre os sujeitos sejam reforçados através das trocas não econômicas, mas sim, daquelas de natureza simbólica carregadas de valores da sociabilidade, como as partilhas.

Com efeito, é este o aspecto central das trocas nestes universos. Tal como informa Dona Rosa “*as vezes aqui se faltar alguma farinha busca emprestado na mão do outro da família e assim um vai busca, quando tem sobrando dá. Aqui é tudo unido*”. Verifica-se no ato das partilhas da produção relevante relação de solidariedade e cooperação. Seguir-se por

---

<sup>26</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Dona Rosângela de Oliveira, lavradora, 42 anos, residente em Lagoa da Rosa.

esta pretensão constitui o fundamento da lógica simbólica das partilhas no contexto da casa de farinha.

Em ambos os casos estudados, a instituição família têm importância central nas relações de reciprocidade. Na família assim como em outras sociedades constituídas nas relações de reciprocidade, os valores que asseguram a dádiva na ajuda mútua e nas partilhas, são as regras de direito e de interesse que criam a expectativa da retribuição (MAUSS, 2008). Estes valores se manifestam na relação do parentesco e são representativos na realidade estudada.

Eu tinha muita mandioca aqui mais dei a minha tia porque a dela tava verde aí tive que dividir [...] Quer dizer assim: se eu prantei e a senhora prantou aí quando amadurecer a gente vai dividir, a gente é irmã e por isso agente divide né! Quando a gente ranca aí vai eu e a senhora vender. Se a gente vender a mandioca toda, a gente divide aí fica eu e a senhora com o dinheiro. É assim, ninguém fica puro, só fica se quiser, porque trabalho tem. (Informação Verbal)<sup>27</sup>. (L. S. L, lavradora e estudante, 16 anos)

Os sujeitos sociais que participam deste grupo apesar da chegada da mecanização, ainda desempenham suas atividades de forma simples configurando-se como um grupo social tradicional que vinculam suas práticas aos valores familiares. Em teoria, servem para regular o comportamento, na práxis dinamizam a lógica interna da categoria social dos lavradores, a partir disso, criam suas próprias regras internas que, obviamente variam no tempo e no espaço e produzem diferentes formas de os lavradores atuarem na dinâmica social.

Desse modo, é preciso considerar que essa concepção justifica relações sociais de reciprocidade mais densas na localidade de Lagoa da Rosa, onde a grande maioria dos moradores participa da lida em casas de farinha tradicionais e naquelas que são tradicionais, mas que atualmente incorporaram elementos de mecanização.

Já na localidade de Queimadas Nova, a casa de farinha comunitária por ser muito frequentada, tem promovido transformações nas formas de se relacionar entre os sujeitos e, portanto, essas mudanças são reproduzidas nesse contexto social com menos evidência. Ainda assim, a ajuda mútua e as partilhas são corriqueiras nessa localidade, principalmente, entre os lavradores que participam das atividades realizadas na casa de farinha familiar mecanizada da localidade.

---

<sup>27</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Lucicleide dos Santos Lopes, lavradora e estudante, 16 anos, residente em Lagoa da Rosa.

Em ambos os universos de estudo, verificou-se que as partilhas ocorrem de forma acentuada e figura atos que simbolizam a “gradidão” pela participação através da ajuda mútua. Tudo o que se produz é primeiramente destinado para o sustento familiar, e o restante é comercializado em feiras livres. De forma simbólica, o “chefe” da casa de farinha da parte do produto de seu trabalho aos colaboradores convocados ou ajuntados espontaneamente.

O grupo que recebe muitas vezes também faz parte da família do “chefe” e estão sempre vinculados a esta circularidade na dinâmica social porque não podem recusar o seu recebimento. Os lavradores se sentem felizes ao partilhar aquilo que lhes garante o sustento cotidiano (o trabalho e o seu produto), por isso, não se pode recusar a dádiva presente nas partilhas. Ao dar parte da produção o “chefe” incita a obrigação de retribuir naquele que recebeu.

Seja membro da família, da vizinhança ou qualquer outro estranho como o próprio pesquisador, a recusa à sua generosidade soa como ofensa. Por isso, a partilha também gera o retorno do participante. A forma mais evidente de retribuição figura na participação no trabalho familiar ou na devolução daquilo que foi dado conforme fica evidente na fala da lavradora:

Se eu prantar uma saca de mandioca e eu tenho uma entrega pra fazer e se eu não tiver a mandioca certa, aí eu busco na roça de minhas irmãs. Aí eu digo: Quando a minha amadurecer fulana aí eu te pago, aí divide meio a meio. Ou senão eu falo assim: tu quer a mandioca ou o dinheiro! Aí ela fala assim: eu quero a mandioca. Aí eu digo: quando amadurecer, tu vai rancar na minha roça. É assim! Ai agente troca quando a mandioca não tá boa. Quando a mandioca tá boa agente vende, colhe pra gente e o resto deixa na roça. Agente faz com outras pessoas também. (Informação Verbal)<sup>28</sup>. (L. S. L. lavradora e estudante, 16 anos).

Quebrar esse ciclo seria colocar em risco os mecanismos internos de atuação da categoria dos lavradores na vida social. Portanto, são costumes que envolvem os valores de amizade, da vizinhança e do parentesco na sociabilidade entre esses sujeitos e, uma vez inculcados como o *habitus*, mantêm e garantem a reprodução social.

Dividir a farinha, dividir a roça de mandioca porque a de fulano não vingou é uma das formas de partilha bem disseminada entre estes lavradores. Neste processo, numa relação de reciprocidade específica do grupo, um cobre o outro sem deixar faltar pra ninguém.

---

<sup>28</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Lucicleide dos Santos Lopes, lavradora e estudante, 16 anos, residente em Lagoa da Rosa.

Percebe-se a partilha também como um ato ritualizado, porque examinou-se a crença em que ao repartir, receberão em dobro, favorecerão à fartura dos próximos encontros. Assim, as partilhas estão vinculadas às crenças religiosas na subjetividade vinculada ao fato de que a fartura acontece do ato de dividir com seus semelhantes desde o plantio até a produção.

O interesse por essa “dádiva” ascende em seus participantes uma importante ligação com as crenças religiosas. Em experiência empírica todos os lavradores admitem recorrer aos santos católicos como São José, o qual na literatura cristã popular é o santo da fartura e protetor dos lavradores, para pedir chuva e garantir a colheita. Repartir seria o símbolo da retribuição ao santo pela “mágica” da fartura. Neste aspecto, a vida social se traduz num sistema de relações de valor simbólico que manobra as ações de um determinado grupo.

Para finalizar, a partilha é feita de forma proporcional à contribuição prestada, em outros termos, o ato de repartir a produção dar-se também de acordo com a proporção em que os sujeitos oferecem a sua força de trabalho. Neste sentido, verifica-se que, por mais que sejam fatos ritualizados estes trazem uma carga de objetividade e racionalidade muito interessante que é necessário para o seu funcionamento.

As dificuldades em analisar as práticas sociais e identificar as formas que elas adquirem na dinâmica social se mostram à medida que se propõe investigar a lógica em que estas se fundamentam. Em resumo, verifica-se na importância dos valores familiares e locais que a ajuda mútua e as partilhas, embora disponham de todo um comportamento racional e objetivo, lança mão de manter os hábitos e costumes que dão vida e movimento aos fenômenos sociais os quais, pretendia-se compreendê-los.

As questões aqui analisadas figuram o ato em que, entre os lavradores, aquilo que é repartido não pode ser recusado. As mulheres, homens, jovens e idosos que se vinculam a estas práticas agem, por assim dizer, perturbados por uma generosidade recíproca, por isso, a ajuda mútua e as partilhas se constituem como dinâmica social capaz de penetrar todo o processo de trabalho em seu mecanismo diário.

Quando se apresentou a casa de farinha como o *locus* de muitos dos principais momentos do processo de trabalho familiar, queria-se contudo, expressar através deste estudo que o estreitamento dos laços ou vínculos sociais constitui uma percepção coletiva da vida social dos lavradores através da sociabilidade no trabalho.

As noções de reciprocidade no interior das relações sociais evidenciadas mediam todo o processo de trabalho familiar. Este é um dos elementos relevante que conferem valor familiar às formas sociais de produção desenvolvida por estes grupos, porque qualifica na relação social a forma como os sujeitos interagem uns com os outros no processo de trabalho.

Desse modo, a dádiva possui sentido e alimenta as relações de confiança e amizade entre os lavradores por isso, ela norteia a lógica do trabalho familiar. No entanto, é preciso ressaltar o seu caráter relativo na realidade social que se internaliza e se autonomiza em relação à supremacia dos homens adultos reproduzindo relações de poder.

Uma vez que a dádiva é permeada de obrigações e no contexto da agricultura familiar a atuação da família sobre a natureza é o que constitui o processo de trabalho deve-se relativizar a natureza das obrigações propostas por Mauss (2008). Isto porque em conjunto, a unidade familiar e as relações sociais constituídas conformam ações e comportamentos também divergentes, produzidos pelo conflito de ideias e interesses entre os sujeitos.

Cumprido ressaltar que em Mauss identificou-se que o trabalho familiar agrícola em ambas localidades foi destacado pela existência da lógica da dádiva. Neste sentido, as relações revelam um nível de cumplicidade e valores familiares presentes nas relações sociais.

No entanto, deve-se atentar para o fato de que, do ponto de vista das posições subalternas geradas pelo mecanismo da divisão interna do trabalho tem-se que a lógica da dádiva é também imbricada por elementos sociais que produzem a diferenciação entre os sujeitos e a sujeição de sua força de trabalho não assalariada à uma lógica familiar reprodutora de papéis sociais distintos.

A forma relativa com que se deve ater à lógica da dádiva mediando este processo de trabalho infere que as obrigações familiares sofreram ou sofrem rupturas significativas ao longo dos processos sociais de reprodução destes grupos. O caminho apontado nesta abordagem permite serem as relações de reciprocidade o elemento que se destaca nas relações sociais no trabalho. No entanto, estas não são estanques ou se resumem simplesmente nas trocas cúmplices e compartilhadas entre os sujeitos.

É preciso entender que estas relações se alteram e expressam relações de poder que igualmente marcam o processo de trabalho. Tais relações enfatizam a subordinação de determinados sujeitos (mulheres e jovens) neste processo. Estas considerações apontam para o

fato de que a lógica do trabalho também é permeada por divergências e conflitos constituintes das relações sociais constituídas nas obrigações familiares.

Em ambas localidades boa parte das atividades na casa de farinha e no roçado é coordenado pelo homem adulto. Geralmente o pai ou o marido assume o papel de chefe do processo produtivo porque são possuidores de saberes agrícolas singulares, por isso, dominam o saber fazer da farinha e de diversas outras etapas que compõem o processo de trabalho.

Este saber é socializado entre as diferentes gerações de lavradores que apreendem no desempenho das tarefas diárias o conhecimento necessário à realização do trabalho. Possuir este conhecimento é um dos elementos que produz essa distinção entre papéis sociais e valores do grupo.

Mas também, reproduzem relações de poder porque em sua dinâmica diária as relações sociais ali constituídas, apesar da cumplicidade entre os membros realizadores deste trabalho, mostra que os sujeitos mais jovens encontram-se subordinados ao poder e à autoridade dos adultos.

Neste campo de tensão, o exame das relações sociais que se estabelecem neste contexto social mostra que associadas às relações de reciprocidade e do trabalho coletivo encontram-se as relações de poder, sob as quais se estabelecem as posições ocupadas pelos sujeitos no processo de trabalho. Ambas, atuam de forma equivalente.

Dessa forma, ver-se-á que a lógica da dádiva sob estes aspectos correlacionados é neste universo de relações recíprocas sujeita a uma série de comportamentos que produzem noções de subalternidade reveladoras. Essas diferenças entre os sujeitos na hierarquia familiar são possíveis de serem percebidas ao tomar as dinâmicas de gênero e geração como referências para entendimento das distintas formas de participação no processo de trabalho familiar.

Em resumo, ainda que se possa identificar na noção da dádiva que “dar, receber e retribuir” constitui as relações sociais entre os lavradores deve-se ater às fronteiras e incertezas que permeiam a circulação destas dádivas. Isto porque, mesmo num universo em que as relações de reciprocidade são fortemente cultivadas há situações em que essas obrigações familiares deixam de serem cumpridas.

### 3 DINÂMICAS DE GÊNERO E GERAÇÃO NO TRABALHO FAMILIAR

*“Os homem não gosta de ir pra casa de farinha não. Não gosta não! Eles fala: Ah! Em casa de farinha quem trabaia é mulé!”<sup>29</sup>*

*“Meu filho mesmo não quero que fique dentro disso aqui não. O serviço é muito pesado. Eu quero que ele conheça outras coisas, outra profissão”<sup>30</sup>.*

Neste capítulo, procura-se examinar na relação social a singularidade do trabalho familiar agrícola, articulando às situações de gênero e geração as quais acarretam implicações sociais relevantes na hierarquia familiar para o grupo dos lavradores. Isto porque, sem perder os traços de sua lógica endógena, pautada nas relações de reciprocidade e no trabalho não assalariado, estes grupos reproduzem essas dinâmicas na vida social, através das desigualdades de papéis sociais e relações de poder no processo de trabalho.

Neste sentido, a problematização dessa abordagem se deu a partir da análise das construções sociais de gênero e geração como critérios que articulam distintas formas de participação no trabalho familiar agrícola com o interesse de entender como o gênero e a geração estabelecem-se como critérios de distinção dos papéis sociais que nos parecem relevantes no processo de trabalho.

Considera-se que a partir destes estabelece-se na relação social posicionamentos marcadamente categóricos quanto à condição e posição dos papéis sociais assumidos pelos lavradores e lavradoras. A título de proposta central investigada, neste estudo os termos gênero e geração estão presentes em diferentes momentos da experiência empírica realizada, porém, detalhar-se-á neste capítulo tendo em vista dados e informações de campo.

A propósito, os fragmentos que introduzem este capítulo fazem muito sentido à proposta deste estudo. O primeiro é a opinião descrita pela lavradora conhecida como Dona Rosa em relação à participação dos lavradores no processo de trabalho, especialmente daquele realizado dentro da casa de farinha. Sua fala é clara e avança na direção da construção naturalizada das diferenças de gênero.

---

<sup>29</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013: Parte do relato de Dona Rosa, lavradora, 42 anos, residente na localidade de Lagoa da Rosa.

<sup>30</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013: Parte do relato do senhor Joquinha, lavrador, 31 anos, dono de casa de farinha familiar mecanizada localizada na zona rural de Lagoa da Rosa.

Assim como sua posição tem decorrência evidente na construção de papéis sociais de gênero, a segunda fala expressa em alto e bom tom que a categoria social dos jovens lavradores vislumbra outras perspectivas. Principalmente, quando se trata da continuidade das atividades laborais realizadas nas unidades de produção da família que se constitui como problemática que compete à teoria da geração compreender os processos que surgem desta condição.

Eventos semelhantes a estes contidos nas falas selecionadas são construídos e reproduzidos cotidianamente na relação social no trabalho familiar, produzindo distinções nos papéis sociais, atribuídos aos sujeitos.

Autores como Rosaldo (1979), Aguiar (1997), Karl Mannheim (1993), Joan Scott (1995), Brumer (1996), McCallum (1998), Woortmann (2001) e Weisheimer (2009) entre outros, têm buscado em suas abordagens plausíveis reflexões sobre gênero e geração, no entanto, só foram introduzidos recentemente no discurso acadêmico contemporâneo.

Diante de suas contribuições é preciso justificar porque gênero e geração ocupam neste estudo dimensões fundamentais na hierarquia conceitual: Reconhece-se no encontro destes conceitos ampla relevância na compreensão das dinâmicas sociais na agricultura familiar quanto à divisão interna das atividades realizadas pela família, por isso busca-se neste contexto social os indicadores de sua dinâmica. No próximo tópico refletiremos acerca das discussões já elaboradas sobre gênero. Em seguida, procura-se contextualizar o tema enquanto teoria que se propõe significar as distinções nas relações sociais baseadas no sexo.

### **3.1 Contextualizando Gênero e Geração**

Diferentes momentos na história marcaram a elaboração e reelaboração deste termo enquanto categoria social de análise. Ao tempo em que os sujeitos vêm mudando, conquistando ou não o seu espaço este conceito se torna representativo na elaboração de conhecimentos no campo das ciências humanas e sociais numa perspectiva em que ele é pensado como “elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, em sua complementariedade, gênero também é “uma forma primária de dar significados as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Joan Scott (1995) é uma das estudiosas do tema “gênero” e procura expor uma leitura crítica e reflexiva sobre essas questões. Nas palavras da autora, “o uso do termo “gênero” visa

indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres” (SCOTT, 1995, p. 07), mas só recentemente o uso deste termo ganha respaldo no campo das pesquisas científicas podendo ser tratado por diferentes perspectivas de análise,

[...] o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico (SCOTT, 1995, p.03)

A autora expõe variados enfoques que as discussões sobre o tema introduziram nos últimos anos. No seu ponto de vista o termo gênero é pensado de forma que não se limita à oposição entre os sexos porque sua abordagem assenta-se numa dimensão relacional tomando-os em conjunto.

Dessa forma, o gênero pode ser compreendido como uma construção social acerca das relações que se estabelecem no cotidiano no trabalho, nos discursos dos sujeitos, nas representações sobre o outro ou sobre seus pares, inseridos num contexto que favorece histórica e culturalmente essas elaborações sociais sobre os sexos.

Ademais, e talvez o mais importante, o “gênero” era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente (SCOTT, 1995, p.03).

Dessa forma, pensa-se que não abordar no contexto da agricultura familiar as peculiaridades do trabalho familiar agrícola, enfocando as dinâmicas de gênero e geração como categorias analíticas atuantes deste processo tornaria a discussão rasa e insuficiente para explorar as desigualdades, as relações de poder e hierarquias sociais que se instauram num contexto visto por vezes como simples, mas que é complexo, conflituoso e dinâmico.

O estudo das relações sociais que produzem diferenças entre os sujeitos quanto ao sexo para muitos estudiosos envolvidos com a questão foi na década de 1960 que o mundo ocidental transformou a forma de pensar os papéis sociais. Trabalhos como o de Célia Regina

J. Pinto (2010) mostram que enquanto os Estados Unidos estavam interessados em disseminar o seu poder em território vietnã, utilizando soldados jovens, intensificaram-se o movimento hippie em território norte americano.

A efervescência dos movimentos sociais libertários do período transcenderam as fronteiras étnicas, religiosas e sociais através da voz das minorias que nas ruas, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos, lutavam por um mundo menos injusto e opressor, aspirando possíveis mudanças sociais. Foi neste mesmo período que se fortaleceu o movimento feminista nos Estados Unidos e na Europa, visando “uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, C. 2010, p. 16). .

Enquanto isso, no Brasil, a década de 1960 foi silenciada pela repressão do estado brasileiro. Neste contexto, agricultores familiares/lavradores, negros, músicos, mulheres permaneceram em condição de invisibilidade social (PINTO, C., 2010). No entanto, é nos anos 80 e 90 que muitos direitos já reivindicados, porém sem interesse do estado em garanti-los, adquiriram maior visibilidade política e social.

Esse período ficou conhecido como “redemocratização dos anos 80” marcado pela luta aos direitos do trabalho, contra o racismo, sobre a sexualidade, acesso à terra, religião, entre outros. Foi neste contexto histórico que as reivindicações feministas se intensificaram no país (PINTO, C.R., 2010, p. 17).

Ainda assim, as políticas públicas conquistadas pela força do movimento continuaram a reproduzir uma relação desigual porque soam simplesmente como medidas protetivas e reparadoras criadas para coibir a ação de um sobre o outro onde a mulher é quase sempre o sujeito a ser protegido. Isso não deixa de exprimir a ideia de sua condição subordinada na sociedade seja na esfera pública ou privada.

Não é aqui de interesse marcar a discursão em seu contexto histórico de formação, mas situar-nos brevemente é fundamental para entender como essa categoria se desenvolveu como é pensada e reelaborada ao longo da história. Neste contexto, a sociologia e a antropologia têm muito a contribuir por que de forma mais justa e precisa têm envidado esforços para discutir a questão de gênero sem escapar à reflexão sobre as relações sociais dessa natureza em distintas sociedades.

Acerca das relações sociais dos sexos Rosvaldo (1979) reconhece que os contextos sociais podem mostrar uma variedade de papéis sexuais. Os papéis generificados são para o autor uma construção social, por vezes, influenciada pela tradição sociológica que “trata a mulher como essencialmente desinteressante e irrelevante, aceitando como necessário, natural e profundamente problemático o fato de que em toda a cultura humana, a mulher de alguma forma é subordinada ao homem” (ROSVALDO, 1979, p. 33).

Para este autor os contextos sociais e culturais podem transpor a relação que enquadra as mulheres como sujeito submisso no desempenho de suas funções. Parece transparente em sua análise que as situações de gênero se constituem de diferentes formas, dependendo da referência histórica destes sujeitos. Dessa forma, o gênero se constitui nas informações que variam de sociedade para sociedade como a classe, a identificação étnico/racial e os costumes.

As abordagens de Rosvaldo (1979) tal como as formulações de Scott (1995), avançam na complexidade do termo. Com vista nestas perspectivas, que o conceito de gênero ajuda a compreender as distintas formas de participar das atividades laborativas desenvolvidas pelos agricultores familiares das localidades de Lagoa da Rosa e Queimadas Nova ao produzir nestas papéis sociais marcadamente generificados.

Quanto à questão das gerações na pesquisa social este conceito é um aporte seguro na compreensão das mudanças sociais que vem ocorrendo no campo. Assim como o gênero a dinâmica de geração abarca diferentes composições de lavradores que atuam e percebem o mesmo contexto de trabalho de forma diferenciada.

A Expressão “geração” remete às contribuições de Karl Mannheim (1982) como grande clássico que traz em seu discurso a necessidade de não conceber isoladamente a questão da geração ao ponto de vista biológico, pois alude à teoria positivista do século XIX.

Neste contexto, Comte sugere quantitativamente que uma geração pode substituir a outra considerando um tempo médio de 30 anos de idade sem, no entanto, considerar os aspectos qualitativos como na teoria histórico-romântico de Dilthey em que a geração é em comum construída no cotidiano dos sujeitos, apresentando sensações e percepções do contexto em que estão inseridos.

Para Mannheim (1982), que se utilizou da base filosófica histórico-romântica reformulando-a para uma perspectiva histórico-social, tais ações independem da idade do

grupo geracional e está intimamente ligada aos vínculos que os sujeitos das distintas gerações cultivam em seus grupos sociais.

Carles Feixa e Carmem Leccardi (2010) trabalham o conceito de geração nas teorias da juventude e situam de forma clara e precisa o desenvolvimento das bases filosóficas deste conceito no pensamento social contemporâneo. Conforme posiciona os atores, nos anos de 1920 (período entreguerras) as primeiras discussões sobre o tema começam a adquirir notoriedade no contexto acadêmico.

Neste contexto, “o revezamento geracional”, “a sucessão” e “coexistência de gerações” figuraram as formulações acerca da teoria da geração tendo como principais articuladores Ortega e Gasset (1923) e Mannheim (1928). Mais adiante, nos anos de 1960, época caracterizada por inúmeros protestos, o foco do debate foi direcionado para a questão do “problema geracional” e “conflito geracional” presentes nos enfoques de Feuer (1968) e Mendel (1969).

Por fim, as mais recentes abordagens sobre o termo geração foram depreendidas do contexto histórico vivenciado nos anos de 1990 em que a concepção de sociedade em rede influenciou os enfoques teóricos para o entendimento da “sobreposição de geração”.

Neste contexto, as ideias dos autores Tapscott (1998) e Chisholm (2005) enriqueceram as discussões sobre o tema da geração enquanto categoria sociológica (FEIXA; LACCARDI, 2010). Com base nestas sucessões de debates os autores entendem que cada geração cessa quando:

[...] novos e grandes eventos históricos – ou, mais frequentemente, quando lentos e não catastróficos processos econômicos, políticos e de natureza cultural – tornam o sistema anterior e as experiências sociais a ela relacionadas sem significado (FEIXA; LACCARDI; 2010, p.191)

Percebe-se que uma geração pode ser entendida a partir de inúmeras perspectivas, por isso, todas as formulações contextuais elaboradas ao longo do percurso histórico dessa categoria de análise podem ser consideradas, haja vista que, nem todas as sociedades ou grupos sociais vivenciam da mesma forma o mesmo período histórico.

Para Feixa e Leccardi (2010), a geração em contextos mais tradicionais, por exemplo, aglomera apenas uma geração sociológica. Neste caso em estudo, é a geração dos lavradores composta por diferentes sujeitos com diferentes concepções acerca do contexto social.

Portanto, os diferentes processos sociais que ocorrem no íntimo das situações cotidianas são vivenciados de forma distintas entre os sujeitos.

Conforme aponta Forquim (2003), a concepção de gerações pode resultar em três sentidos básicos. O primeiro sugere uma lógica mais fundamental em que geração tenha “sentido genealógico”, ou seja, remete ao grau de filiação que pode variar sequencialmente entre a primeira geração, segunda geração e assim por diante.

A segunda concepção do conceito, muito utilizado por estudiosos franceses, remete ao “sentido de classe”, isso porque é atribuído ao grupo características como a idade ao posicionar tal categoria. Assim, tem-se “jovem geração”, “antiga geração” e “geração adulta” (FORQUIN, 2003, p. 03).

E a terceira concepção que o autor expõe sobre o termo considera “o conteúdo histórico e sociológico” (FORQUIN, 2003, p.03). Esta lógica qualifica os indivíduos que são de uma mesma época e, por tanto, desenvolvem experiências em comum em virtude da proximidade cultural que compactuam. A concepção vinculada neste estudo refere-se ao terceiro enfoque porque nele está vinculada a principal ideia de Karl Mannheim.

Apesar de ser um clássico neste campo teórico a visão de Mannheim (1982) é bastante contemporânea. Citando este autor Feixa e Leccardi (2010) enfatizam que o principal interesse dele foi o de “incluir as gerações em sua pesquisa sobre as bases sociais e existenciais do conhecimento em relação ao processo histórico-social” (FEIXA; LECCARDI, 2010, p. 189). Desse modo, a perspectiva sociológica de Mannheim abrange o campo das ações entre os sujeitos.

Dessa forma, tem-se que na relação social, tais ações limitam, mas também, norteiam os indivíduos a construírem no cotidiano os seus modos de vida, as suas crenças, saberes e, consequentemente, as suas percepções.

É neste sentido que se percebe a dinâmica de gênero e geração inerente ao processo de trabalho familiar agrícola, entendendo a complexidade do universo dos lavradores (as) num contexto histórico-social, conforme sejam as relações sociais no contexto da agricultura familiar.

### 3.1.2 Discutindo gênero e geração no processo de trabalho familiar agrícola

As relações sociais de gênero e geração sobre as quais as abordagens neste capítulo recaem são percebidas nas formas como os sujeitos lidam e atribuem uns aos outros papéis sociais a partir de percepções acerca dos sexos e da idade, submetendo os sujeitos a participar de forma diferenciada no processo de trabalho.

Nesta perspectiva, as relações sociais implicam em hierarquias de gênero e geração no desenvolvimento deste trabalho. Desse modo, as mulheres e os jovens lavradores envolvidos nesse contexto de trabalho, participam de boa parte das atividades mencionadas na condição de ajudantes. Assim, as filhas ajudam as suas mães ou tias no processo de trabalho; mães ou tias ajudam os seus esposos numa relação social marcadamente constituída pela diferença de gênero e geração.

Ellen Woortmann (1995), tomando como referência as ideias de Tepicht sobre forças marginais e forças plenas expõe ser o trabalho da mulher ou dos jovens concebido como ajuda, uma vez que são consideradas como forças marginais devido à divisão sexual do trabalho que é socialmente estabelecida no contexto do trabalho familiar agrícola.

Nas palavras da autora, “se estas não são “produtivas”, são seguramente reprodutivas, isto é, centrais para a reprodução do grupo doméstico e do próprio trabalho” (WOORTMANN, 1995, p. 35). Ainda assim, vê-se que o gênero e a geração nas relações sociais no trabalho familiar agrícola norteiam a distinção dos papéis sociais entre os lavradores ao atribuir a estes ocupações subordinadas.

Em pesquisa realizada sobre sistemas de produção e gênero na agricultura familiar em Santa Catarina, Aguiar e Rosa (2008) estudaram a questão tomando como referência o PPAPEM/MICROBACIAS que é um projeto de desenvolvimento rural do Governo do Estado. Segundo as autoras este projeto tem como objetivo promover o alívio da pobreza a partir de ações integradas para o desenvolvimento econômico, ambiental e social no meio rural.

A partir deste estudo as autoras afirmaram que “em diversas esferas como trabalho, renda, autonomia, sexualidade, liberdade, lazer, dentre outros, a mulher jovem encontra-se ainda numa posição de desfavorecimento” (AGUIAR; ROSA, 2008, p. 04). Por certo, essas condições encontram-se naturalizadas e figuram nos discursos na realidade social a sua

posição assumida no grupo que reflete quase sempre essa condição de invisibilidade em relação a pai.

Algo que Scott (1995) examina como resultado de um “sistema de significados” que influencia as sociedades a representar o gênero de forma diferente. Neste sentido, a articulação de gênero implica em “regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência” (SCOTT, 1995, p. 15).

Jardim (2010), autora que se interessa pela questão da juventude rural e sua relação com a condição de gênero, analisou as escritas de meninas sobre seu cotidiano no assentamento Bela Vista do Chibarro em Araraquara – São Paulo e se utilizou para isto da categoria gênero considerando-a como:

[...] uma construção social que atravessa a família, a escola, a igreja, o trabalho, rompendo com toda forma de polarização. Trata-se de uma categoria que está em constante processo de construção conforme os estudos avançam e se ampliam. O seu aspecto relacional permite pensar as diferenças nas relações humanas, relações que têm historicidade própria e, portanto, são mutantes (JARDIM, 2010, p.06).

Na análise dos papéis sociais construídos pelos lavradores no desempenho cotidiano de certas tarefas as dinâmicas de gênero e geração como coloca a autora, atravessam as relações sociais e constroem as diferenciações entre os mesmos. Dessa forma, aparecem nas escritas destas moças, por exemplo, o que elas podem ou não fazer nestes assentamentos.

A elaboração dessas diferenciações constitui a forma de dominação dos lavradores adultos como uma construção social simbólica que se estabelece como um processo já naturalizado tanto para os homens quanto para as mulheres.

Enquanto processo social encontra-se como fundamento da reprodução da posição subalterna das mulheres e jovens no contexto da agricultura familiar social. Para Bourdieu (1989) tais concepções são sustentadas em virtude de que:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou no interior desta entre a parte

masculina, com o salão e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais [...] (BOURDIEU, 1989, p. 16).

A construção social das diferenças entre os sexos e as idades, neste caso, apresenta-se como produto da relação que caracteriza o papel de cada sujeito no contexto social. Dessa forma, no âmbito da agricultura familiar as diferenças resultam da dominação dos homens sobre as mulheres, dos adultos sobre os jovens.

Essas relações se inscrevem na realidade social cotidiana “enquanto estrutura fundamental da ordem social” (BOURDIEU, 1989, p. 16). Isto porque para o autor, essas relações se constituem de forma objetiva e também subjetiva incorporada como um *habitus* no desempenho dos papéis de cada sujeito em seu grupo social.

No âmbito da agricultura familiar a dinâmica de geração, por exemplo, estabelece a condução do processo produtivo, o direcionamento da produção e a gestão dos estabelecimentos visivelmente sob a autonomia dos homens adultos. Neste contexto, somente por meio dos processos sucessórios, marcados pela saída das gerações dos mais velhos do controle destes estabelecimentos ou pelos processos de individualização dos mais jovens (WEISHEIMER, 2009) que é possível estabelece-se no trabalho em posições consideradas relevante dando continuidade ao trabalho familiar.

Percebe-se que na agricultura familiar a dinâmica de gênero abarcar em sua totalidade a dinâmica de geração, pois não se trata apenas de suceder o direcionamento das atividades nas unidades de produção da família, impõem-se neste processo, que o principal sucessor seja o filho.

Dessa forma, a dinâmica de gênero e geração no trabalho familiar agrícola se estabelece em diversas ocasiões socialmente atribuídas aos adultos do sexo masculino o papel relevante, como a força de trabalho plena munida de condições para desempenhar o trabalho da família, colocando as mulheres e os jovens no oposto dessa condição, haja vista que o trabalho destes não é percebido da mesma maneira que o trabalho dos seus esposos ou pais.

Por isso, examina-se que o trabalho familiar agrícola vincula-se cotidianamente às atividades ligadas à natureza reprodutiva às mulheres e as atividades secundárias são atribuídas aos mais jovens. A forma com que produzem essas distinções dos papéis sociais no

trabalho agrícola está legitimada e instituída na hierarquia familiar de acordo com o que se discute na abordagem a seguir.

### 3.1.3 Hierarquia familiar e divisão trabalho familiar agrícola

As hierarquias familiares cercam as “obrigações” entre os lavradores no desenvolvimento das atividades laborativas realizadas nas dependências de seus estabelecimentos agrícolas. Seus propósitos reforçam nas relações sociais de gênero e geração a maneira como se produzem e reproduzem diferentes papéis sociais na divisão social do trabalho. Como um processo social legitimam as relações de poder marcadas pela preeminência dos homens adultos no processo de trabalho em detrimento dos demais membros da família.

Os costumes familiares associados ao labor dos lavradores nas localidades de Lagoa da Rosa e Queimadas Nova são as principais referências deste trabalho familiar. A reprodução destes aparece nas falas dos entrevistados ao descreverem o seu cotidiano no trabalho.

Minha fia meu dia a dia é lutar todos os dias bem cedinho na roça trabaiando, cuidando das prantas, das lavoras viu! É isso o meu dia a dia de lavrador eu faço isso de manhã. De tarde eu tô em casa né! Cuido da casa, varro, lavo roupa, amanhã novamente na roça todos os dias. Eu gosto também de cuidar dos meus bichinhos, minhas galinhas né! Porco eu criava, agora não tô criando mais não porque dá muito trabalho. Na roça eu pranto mandioca, milho, feijão, batata, aimpim, tudo o que você quiser me perguntar, abóbora, jerimum, melancia e vou lá todos os dias dá uma olhadinha pra conferir se tá tudo lá perfeitoinho ou se alguém levou (risos). Ah! eu gosto muito. (Informação verbal<sup>31</sup>). (L. R. S, lavradora, 53 anos).

O trabalho das lavradoras se desenvolve entre a casa, a lavoura e a casa de farinha. A fala de Dona Luciene que desde muito jovem aprendeu a plantar, colher, vender em feiras livres e a labutar<sup>32</sup> todos os dias na casa de farinha transporta indicadores de que há maior envolvimento das mulheres nessas atividades.

Conformada com o desenvolvimento habitual de suas tarefas a lavradora construiu uma representação acerca de sua participação no processo de trabalho e, esta elaboração

<sup>31</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato de Dona Luciene Rocha dos Santos, lavradora, 53 anos, residente em de Lagoa da Rosa.

<sup>32</sup> Termo nativo que corresponde a trabalhar.

social figura sua aceitação naturalmente enraizada na representação social de seu papel social que construiu no trabalho familiar.

Ao explicar porque havia um número expressivo de mulheres trabalhando nas casas de farinha seu discurso traz alguns indicadores de que essa condição naturalizada figura um conjunto de percepções predispostas em sua aceitação quanto ao seu papel no cotidiano do trabalho.

As mulé trabaia mais que os homem (risos) desculpa! (risos). As mulé trabaia mais que os homem. Os homem tão trabalhando mais nas construção. E as mulheres continua na casa de farinha, na lavora [...]. Eu acho que as mulheres são mais apegadas né ao campo e os homem não porque realmente os homem quando aposenta eles nem quer mais saber da roça quer saber de curtir, descansar, dizer que ele já fez, que tá cansado e eu tô o quê? As vezes eles fica de boa, toma um banho, joga uma roupa ai se arruma, quer sair, vai descansar, bater um papo e as mulheres não tá ali cultivando, em casa, na roupa, tal, na comida, as vezes lá no quintalzinho capinando, não pára, né não heim! É porque agente gosta de fazer e é obrigação também. Praticamente é como eu te falei eu gosto de fazer tudo as vezes eu digo né: estou agoniada, esse terreno tá me deixando em depressão porque eu nunca deixei meu terreiro assim. As mulheres sempre gosta, sempre elas são mais apegadas do que os homem em tudo, fala a verdade! (risos). (Informação verbal<sup>33</sup>). (L. R. S., lavradora, 53 anos).

De acordo com o relato, a fala de Dona Luciene remete o papel das esposas e filhas aos elementos construtivos da condição subalterna e reprodutiva naturalizada na aceitação de tarefas como as obrigações com a limpeza do quintal, da casa, o preparo dos alimentos, a lavagem das roupas e o maior apego das mulheres ao campo em oposição ao comportamento dos lavradores.

Os lavradores adultos quando não estão inseridos no trabalho familiar se envolvem em atividades de lazer na vizinhança. Estes “jogam conversa fora”<sup>34</sup> aos sábados e domingos, apostam em jogos de sinuca nas pequenas vendas<sup>35</sup> da localidade ou vão para o baba<sup>36</sup> retornando para o almoço. Nota-se que na hierarquia familiar as diferenciações de papéis sociais produzidos são determinadas, antes de tudo, pelo gênero.

<sup>33</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato de Dona Luciene Rocha dos Santos, lavradora, 53 anos, residente em de Lagoa da Rosa.

<sup>34</sup> Expressão nativa que significa não fazer nada durante o dia inteiro ou deixar o tempo passar sem compromissos.

<sup>35</sup> Estabelecimentos comerciais comparados às pequenas mercearias. Nestes espaços os lavradores compram alguns alimentos e bebidas.

<sup>36</sup> Expressão nativa que tem o mesmo significado de futebol.

Na medida em que expõe uma realidade marcada pela hierarquia familiar pode-se verificar na fala de Dona Dionízia que também o trabalho das jovens possui pouca importância em relação ao trabalho do marido.

A mulher dele coitadinha ela tinha um bom emprego mais pegou a tomar conta de marido, não achou trabalho ainda. Ela é professora e tem o emprego de vender livro na livraria lá em Itacaré. Ela trabalhava nesse dois turno de trabalho mais chegou aqui não achou trabalho. O trabalho dela é dá de comer aos porco, capinar a beira da casa, cuidar da casa e das duas filhinhas dela né! Essas coisas que ela faz. (informação verbal<sup>37</sup>). (D. R. S, lavradora, 78 anos).

. Percebe-se que nas relações sociais, as hierarquias demarcam e restringem os papéis na vida familiar e na comunidade, por isso, as tarefas das lavradoras mais jovens assim como das mulheres adultas, recaem sobre atividades como as descritas neste relato.

Na prática social o labor se articula numa coletividade, mas não isentam certos grupos de participar de forma diferenciada do processo produtivo. Os critérios que produzem essa divisão fundamentam-se na dinâmica de gênero e geração. Desse modo, no trabalho familiar agrícola cabe às mulheres adultas e às mais jovens a realização destas tarefas. Por isso, antes mesmo de irem para casa de farinha tradicional ou para lavoura, cuidam da casa e da comida. Preparam seus filhos pequenos para acompanhá-las ou transferem essa obrigação às filhas mais velhas ou às avós.

A partir daí, apresenta-se o processo produtivo estabelecido em ambas as localidades em torno do plantio, manutenção da lavoura, colheita, transformação da raiz de mandioca em farinha ou beiju e comercialização, ou seja, as obrigações domésticas não aparecem explícitas na divisão sistemática das tarefas. Quanto aos homens adultos estes, geralmente, circulam entre a casa de farinha familiar mecanizada e a casa de farinha comunitária.

Geralmente os homem vai mais pra outra atividade mais pesada que as mulé não pode ir né! Coisa como carregar caminhão, movimentar aqueles forno mais moderno, negociar mandioca por ai afora, arroxar prensa que é o serviço mais pesado. Então a mulé fica lá sentada pela casa de farinha raspando, ajuda a colher, plantar que é mais leve né! (Informação Verbal<sup>38</sup>). (A. S. P, 63 anos, lavrador).

<sup>37</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato de Dona Dionízia Rocha dos Santos, lavradora, 78 anos, residente em de Lagoa da Rosa

<sup>38</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do relato do Senhor Antonio dos Santos Pereira, lavrador, 63 anos, residente em Queimadas Nova.

No processo produtivo é principalmente nas tarefas de transformação da matéria-prima utilizando máquinas pesadas ou máquinas que requerem conhecimento técnico que homens e jovens lavradores ali inseridos. E por isso, são reconhecidamente valorizados, do ponto de vista de seu grupo social, pela habilidade e destreza com que realizam o seu trabalho.

Ressalta-se que a inserção dos homens adultos e jovens é evidenciada com maior frequência na casa de farinha comunitária de Queimadas Nova pela sua intensa dinâmica produtiva com destino à comercialização. Já em Lagoa da Rosa a casa de farinha comunitária é utilizada eventualmente, pois sua capacidade produtiva encontra-se comprometida pelo abandono ou falta de interesse político/associativo de seus interlocutores junto à esfera pública local.

Mas também, por uma questão cultural a localidade ainda resguarda a existência de casas de farinha totalmente tradicionais, apesar das mudanças e da chegada da mecanização. Desse modo, aqueles que esporadicamente têm se dirigido para a casa de farinha comunitária de Lagoa da Rosa são mal vistos pelos lavradores como aqueles que não gostam de compartilhar.

Não se tem simplesmente que sinalizar estes comportamentos, por isso, ao investigar o sentido desta forma de lidar com o “novo” a experiência empírica mostra que apesar da casa de farinha comunitária ter sido construída em 2001 na localidade pela reivindicação de seus moradores através da associação de produtores rurais – que hoje está parcialmente desarticulada, sem sede própria nem representante legal – o sentimento de boa parte dos lavradores sempre foi de estranhamento.

Em suas falas esse sentimento se expressa através da não aceitação e desqualificação de comportamentos relacionados ao egoísmo dos que produzem farinha na casa comunitária apenas com o interesse de comercializar já que ali uma fornada pode ser retirada rapidamente sem a ajuda dos outros membros da vizinhança.

A casa de farinha comunitária dessa localidade pareceu aos lavradores aguçar o sentimento de individualização do sujeito ao disputarem entre si horários e dias para trabalhar. Alguns moradores relataram que nem todos que a frequentavam respeitavam esse tempo de cada um produzir e por isso, muitos não gostavam e desistiram de ir para lá.

Na casa de farinha comunitária cada produtor que tenha o objetivo de produzir para consumo doméstico ou para comercializar, usa o espaço da casa e seus objetos de forma “rotativa” o que não impediu os conflitos, pois quem produz para comercializar busca o direito de permanecer na casa comunitária por mais tempo, quem produz para o consumo da família se sente prejudicado por ter que ceder o espaço para uma produção maior.

O descontentamento de quem produz em menor quantidade aparece na fala do senhor Félix ao relatar que *“aquela comunitária tem gerado lucro mais é muito desorganizada, todo mundo quer fazer farinha ao mesmo tempo, desse jeito eu prefiro fazer farinha em casa”*. (PINTO, 2010, p.60).

Numa situação oposta, nas casas de farinha tradicionais sem mecanização de Lagoa da Rosa a etapa de transformação da raiz em farinha que está se referindo é realizada apenas por mulheres. Desde “arroxar a prensa” até a comercialização em feiras livres é a sua atribuição. Realidade idêntica ocorre nas casas de farinha tradicionais com mecanização de Queimadas Nova onde o maquinário é igualmente manuseado pelas lavradoras. Verifica-se nas formas de participação dos sujeitos no processo produtivo que as mulheres adultas e jovens transitam com maior intensidade nos contextos mais tradicionais e tradicionais/mecanizados de produção, ambos remetem à família, ao lar.

De acordo como a construção generificada dos papéis sociais se reproduz na hierarquia interna e produz certas divisões internas no trabalho realizado pelos lavradores, pretende-se entender as dinâmicas de gênero e geração nas distintas formas de participação no trabalho na próxima seção do texto.

### **3.1.4 Negociações de gênero e geração no trabalho familiar agrícola em Lagoa da Rosa e Queimadas Nova**

Identificou-se várias tarefas realizadas pelos lavradores nos estabelecimentos agrícolas nos universos de pesquisa e para melhor compreender como se organiza a divisão dessas tarefas, analisamos a participação dos lavradores em cada tarefa que compõe o trabalho familiar agrícola por grupos de atividades. Assim, com base na tabela 1 identificou-se as tarefas que têm finalidades administrativas, agrícolas e reprodutivas.

Tabela 1 – Principais tarefas do trabalho familiar agrícola realizadas nas unidades de produção da família em Lagoa da Rosa e Queimadas Nova

<b>LAGOA DA ROSA</b>											
<b>Atividades Agrícolas Essenciais</b>	Pai	Mãe	Pai/Mãe	Filho	Filha	Avós	Tios Noras	Vizinhos	Todos	Não se Aplica	Total
1.Escolha das sementes	1	4	22	2	1	0	0	0	0	0	30
2.Preparar o solo para plantio	5	2	10	3	2	0	0	1	7	0	30
3.Plantio	2	0	9	0	0	0	0	1	15	0	30
4.Colheita	2	1	9	2	1	0	0	1	15	0	30
5.Transporte das raízes/sementes	15	1	7	3	3	0	0	1	0	0	30
<b>Atividades Agrícolas Acessórias</b>											
6.Cuidado com os pequenos animais	2	4	0	5	2	13	4	0	0	0	30
7.Cuidado com a horta	0	11	3	4	5	7	0	0	0	0	30
<b>Atividades Reprodutivas</b>											
8.Trabalho doméstico	0	8	1	0	11	7	3	0	0	0	30
<b>Atividades Administrativas</b>											
9.Compra de semente/mudas/insumos	18	0	0	5	7	0	0	0	0	0	30
10.Venda da produção agrícola	13	6	3	3	5	0	0	0	0	0	30
11.Comercialização da produção agrícola	13	5	5	4	6	0	0	0	0	0	30
12.Decisão referente à quantidade da produção destinada para o consumo doméstico	2	12	6	2	2	6	0	0	0	0	30
13. Decisão referente à quantidade da produção destinada para a comercialização	5	7	10	2	2	4	0	0	0	0	30
14. Decisão referente à aplicação desse capital em melhorias para a propriedade	10	3	7	2	2	6	0	0	0	0	30
15. Participação em reuniões	6	13	0	0	6	0	0	0	0	5	30
16.Solicitação de assistência técnica	8	7	0	0	7	0	0	0	0	0	30
17.Solicitação de recursos financeiros e outros créditos rurais	5	7	0	2	4	0	0	0	0	0	30
<b>QUEIMADAS NOVA</b>											
<b>Atividades Agrícolas Essenciais</b>	Pai	Mãe	Pai/Mãe	Filho	Filha	Avós	Tios Noras	Vizinhos	Todos	Não se Aplica	Total
1.Escolha das sementes	3	7	14	3	0	3	0	0	0	0	30
2.Preparar o solo para plantio	3	5	14	3	2	1	0	2	0	0	30
3.Plantio	4	4	14	0	0	4	0	4	0	0	30
4.Colheita	4	1	13	3	3	4	0	2	0	0	30
5.Transporte das raízes/sementes	10	0	8	7	3	0	2	0	0	0	30

<b>Atividades Agrícolas Acessórias</b>											
6.Cuidado com os pequenos animais	5	8	3	1	3	10	0	0	0	0	30
7.Cuidado com a horta	0	16	2	4	3	5	0	0	0	0	30
<b>Atividades Reprodutivas</b>											
8.Trabalho doméstico	3	10	5	0	8	5	0	0	0	0	30
<b>Atividades Administrativas</b>											
9.Compra de semente/mudas/insumos	16	3	0	8	3	0	0	0	0	0	30
10.Venda da produção agrícola	9	1	2	4	3	0	0	0	0	11	30
11.Comercialização da produção agrícola	7	8	0	1	2	0	0	0	0	12	30
12.Decisão referente à quantidade da produção destinada para o consumo doméstico	5	12	6	0	0	7	0	0	0	0	30
13. Decisão referente à quantidade da produção destinada para a comercialização	7	5	6	1	2	4	0	0	0	8	30
14. Decisão referente à aplicação desse capital em melhorias para a propriedade	4	6	7	0	0	6	0	0	0	7	30
15. Participação em reuniões	6	13	0	0	6	0	0	0	0	4	30
16.Solicitação de assistência técnica	7	4	3	0	4	0	0	0	0	12	30
17.Solicitação de recursos financeiros e outros créditos rurais	4	4	2	2	4	0	0	0	0	14	30

Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Nota-se que uma série de atividades compõe o processo de trabalho familiar que agrupadas dessa maneira podem ser compreendidas a partir da abordagem teórica elaborada por Weisheimer (2009) acerca da função de cada uma dessas atividades nas unidades de produção da família.

Quanto às tarefas administrativas o autor considera ser um relevante “indicador das posições na hierarquia familiar” (WEISHEIMER, 2009, p.184). Nestas, verifica-se a realização de tarefas consideradas essenciais para a reprodução social do grupo centrada na autoridade do dono do estabelecimento agrícola.

As tarefas agrícolas são para este mesmo autor aquelas que “correspondem a um conjunto de tarefas voltadas ao cultivo e à criação e para as quais é mobilizada a força de

trabalho de todos os membros da família” (WEISHEIMER, 2009, p. 184). Neste estudo, optou-se por subdividi-las em tarefas agrícolas essenciais e tarefas agrícolas acessórias, por entendê-las, de igual modo, que no âmbito do trabalho, estas indicam posições na hierarquia familiar.

Por fim, as atividades domésticas são para Weisheimer (2009) “um conjunto de tarefas indispensáveis ao funcionamento da unidade produtiva que se realizam no âmbito doméstico”. Também para o autor, tais atividades “são necessárias para a reprodução da força de trabalho da família” (WEISHEIMER, 2009, p. 185).

Os dados foram produzidos através de 17 perguntas. Cada qual, diz respeito a uma atividade específica realizada cotidianamente e tem como objetivo entender as dinâmicas de gênero e geração inerentes no processo de trabalho.

Começa-se por entender quem realiza as tarefas contidas no grupo das atividades agrícolas essenciais. O gráfico 08 mostra quem faz a escolha das culturas agrícolas para o plantio.

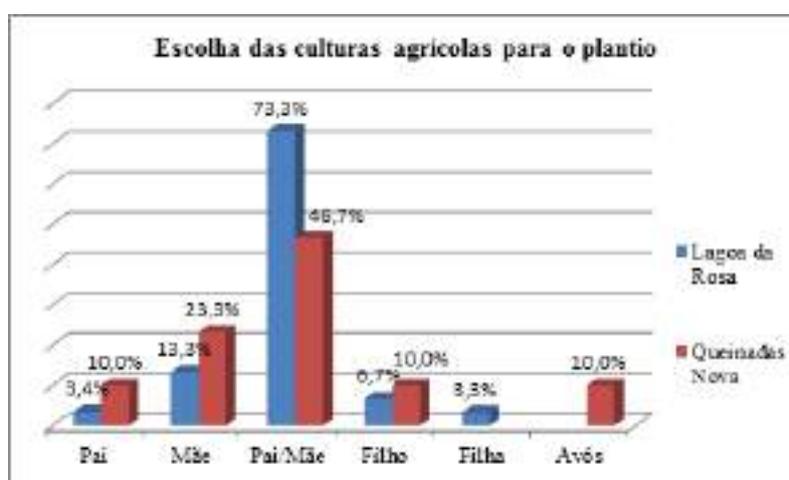


Gráfico 08: Participação em atividades agrícolas essenciais nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Verificou-se que este trabalho é realizado intensamente de forma compartilhada entre os pais adultos em 73,3% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa. Do mesmo modo, em Queimadas Nova essa atividade é centrada na participação dos adultos em 46,7% dos estabelecimentos. Embora ocorra de forma mais expressiva em Lagoa da Rosa, ambas

apresentam semelhanças quanto a responsabilidade por decidir sobre o que vai plantar na propriedade determinado pela geração dos adultos.

Ainda que a tarefa não seja realizada de forma compartilhada é a geração dos lavradores adultos que monopoliza essas escolhas nas localidades. Como é possível observar em Lagoa da Rosa essa tarefa é realizada pela mãe em 13,3% dos estabelecimentos. Essa tarefa acentua maior participação das mães em Queimadas Nova onde, em 23,3% dos estabelecimentos escolher o que plantar é responsabilidade delas.

O pai sozinho participa pouco dessa etapa do trabalho. Observa-se que em Lagoa da Rosa ele é encarregado de fazer essas escolhas em apenas 3,4% dos sítios e em Queimadas Nova são responsáveis pela atividade em 10% destes, seguidos dos avós em 10% dos estabelecimentos.

Quanto à participação dos jovens lavradores, o filho participa mais do que as filhas. Em Lagoa da Rosa o jovem lavrador decide em 6,7% destes e em Queimadas Nova escolhem o que plantar em 10% dos estabelecimentos. As jovens participam pouco dessa atividade, apresentando-se registro de sua participação em 3,3% dos estabelecimentos apenas em Lagoa da Rosa.

A responsabilidade pela realização dessa tarefa é assentada no controle e na autonomia dos adultos com destaque para as mulheres. Na realidade social a ênfase à maior participação das lavradoras nessa etapa se deve ao fato de que a escolha das culturas agrícolas está fortemente relacionada à ideia do que plantar para satisfação da necessidade do grupo do ponto de vista reprodutivo, subsistência. Nessas condições, a atribuição da tarefa aos adultos é influenciada pela sobreposição das dinâmicas de gênero e geração como critérios que produzem essa distinção entre pai e mãe ou mesmo entre pais e avós em relação aos filhos que como podemos observar são pouco solicitados para decidir sobre etapa do trabalho, uma vez que, os dados indicam ser a participação dos jovens lavradores nessa etapa exercida com menos frequência.

Percebe-se que na divisão interna do trabalho da família a questão de gênero e geração é indicador dessa diferença. Isso porque, mesmo participando de forma menos expressiva, os dados aludem uma realidade em que ainda são os filhos do sexo masculino os sucessores dos pais. Nestes casos, destaca-se sua autonomia e responsabilidade no âmbito do trabalho familiar apenas nestes casos para o qual Weisheimer (2009), afirma ser uma autonomia

alcançada por um processo de individualização que pode ser alcançada também por meio do casamento.

Outra atividade agrícola essencial relevante que envolve todo o grupo familiar é a etapa de preparo do solo para o plantio. Observa-se que também se trata de uma atividade desenvolvida pelos adultos na maioria dos estabelecimentos.



Gráfico 09: Participação em atividades agrícolas essenciais nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Na realização dessa atividade a dinâmica de atuação é semelhante. Nota-se que nas unidades de produção da família o preparo do solo é responsabilidade compartilhada entre pai e mãe. Porém, em termos comparativos em Queimadas Nova a estratégia de trabalho compartilhado é mais intensamente realizada e foi registrado em 46,7% dos estabelecimentos em relação a Lagoa da Rosa com 33,3% das famílias que contam com a participação mútua entre pai e mãe. Essa etapa do trabalho também é realizada apenas pelo pai em 16,7% dos sítios em Lagoa da Rosa e em 10% dos sítios em Queimadas Nova. A mãe participa em 6,7% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 16,7% dos estabelecimentos de Queimadas Nova.

Percebe-se que a participação dos mais jovens nessa atividade é menos expressiva, sendo que as moças são as responsáveis por desempenhar esse papel em 6,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em 6,3% em Queimadas; Em outros 10% dos estabelecimentos são rapazes que realizam essa tarefa. Em Queimadas Nova as famílias têm recorrido aos vizinhos em 7% dos estabelecimentos face à diminuição da mão de obra

familiar principalmente por causa da saída dos filhos do trabalho familiar; Estes realizam essa atividade também em 3,3% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa.

É importante destacar que essa é uma atividade que demanda maior número de pessoas da família envolvido no trabalho. Neste propósito, percebe-se uma discrepância visivelmente apontada nos dados, uma vez que Lagoa da Rosa é a localidade que resguarda a maior participação de todos os membros nesta etapa do trabalho em 23,3%, dos estabelecimentos, contrastando com a realidade de Queimadas Nova onde não foi registrado em nenhum estabelecimento o envolvimento de todos os membros da família na realização dessa tarefa.

A atividade de plantio, tal como o preparo do solo demanda um quantitativo maior de pessoas envolvidas no trabalho.

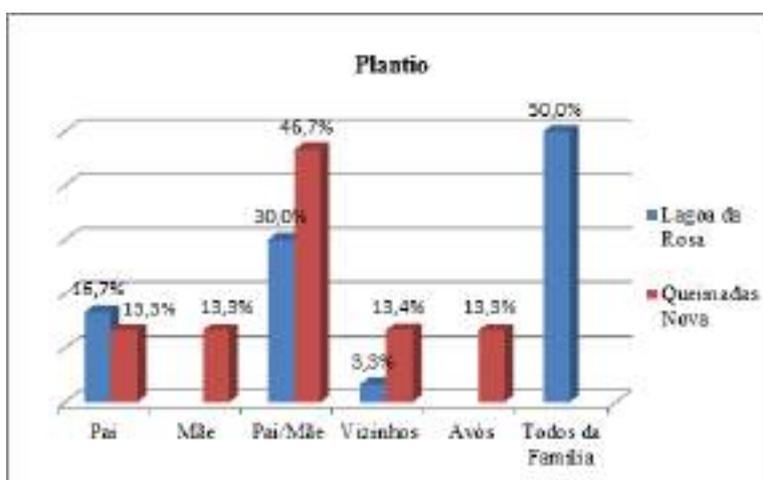


Gráfico 10: Participação em atividades agrícolas essenciais nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados "Aqui eu fui guerreira!": Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Nota-se significativo envolvimento de todos os membros da família nessa atividade em 50% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa. Reproduzindo a realidade da agricultura familiar local observa-se o domínio dos pais sobre o controle da atividade seja através da atuação conjunta entre pai e mãe em 30% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 46,7% destes em Queimadas Nova ou seja isoladamente, a geração dos adultos controla a realização dessa atividade em detrimento dos jovens que nem foram citados.

Em Lagoa da Rosa a mãe sozinha também não foi citada na realização dessa tarefa. Já em Queimadas Nova elas são responsáveis pelo plantio em 13,3% dos estabelecimentos.

O pai sozinho realiza essa tarefa em 16,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa em 13,3% dos estabelecimentos em Queimadas Nova. Percebe-se ainda a inserção dos avós 13,3% como responsáveis pelo plantio apenas em Queimadas Nova. Os vizinhos participam em 13,4% dos estabelecimentos em Queimadas Nova e em 3,3% em Lagoa da Rosa.

Assim como o plantio, a colheita reflete a divisão interna do trabalho marcada, sobretudo, pela dinâmica de geração ao posicionar os adultos como responsáveis ou no controle de mais uma tarefa do grupo das atividades agrícolas essenciais.

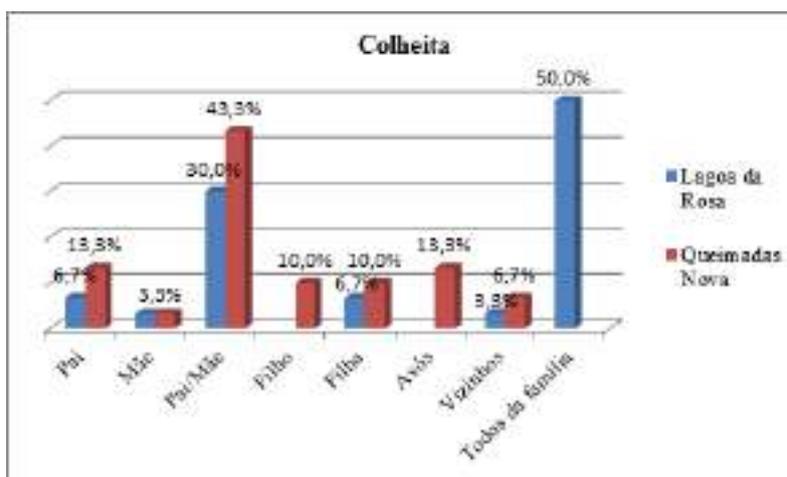


Gráfico 11: Participação em atividades agrícolas essenciais nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Nota-se que a colheita é realizada de forma compartilhada entre os pais em 30% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 43% dos estabelecimentos em Queimadas Nova. No entanto, como diferença relevante no processo de trabalho familiar agrícola entre as localidades, a dinâmica que caracteriza o trabalho realizado em grupo foi registrada apenas em Lagoa da Rosa em 50% dos sítios. Neste contexto, observa-se que diminui a frequência de realização dessa atividade quando feita isoladamente pelas mães 3,3% e pelo pai 6,7% nessa localidade.

Em Queimadas Nova, também ocorre pouca participação individual do pai 13,3% e da mãe 3,3%. Nessas situações nota-se que ampliaram as estratégias de atuação conjunta nessa etapa processo de trabalho para garantir a reprodução social do grupo familiar. Neste contexto, é notória a permanência e maior participação dos avós 13,3% nessa localidade.

Na atividade de colheita os jovens também participam, mas, é uma atividade visivelmente monopolizada pela geração dos adultos. Aqui os dados apontam para uma diferença relevante: Em Lagoa da Rosa os filhos não foram apontados nas respostas já em Queimadas eles participam dessa atividade em 10% do total dos estabelecimentos. As filhas, por sua vez, foram apontadas como as responsáveis por participar mais da tarefa de colheita em 6,7% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 10% destes em Queimadas Nova.

Percebe-se nestes dados que as relações sociais de gênero produzem a diferença entre a maior participação das moças em relação aos rapazes e maior participação do pai em relação a mãe. Enquanto a dinâmica geracional posiciona os mais jovens como minoria na realização de tarefas agrícolas essenciais porque, de modo geral estão em desvantagem em relação aos seus pais e avós.

Quanto ao transporte das raízes e de outras matérias-primas percebe-se o gênero como critério que produz a distinção na participação nesta etapa de trabalho. Considerada como uma atividade “mais penosa” pelos lavradores o transporte das raízes é praticamente realizado pelo chefe do estabelecimento.

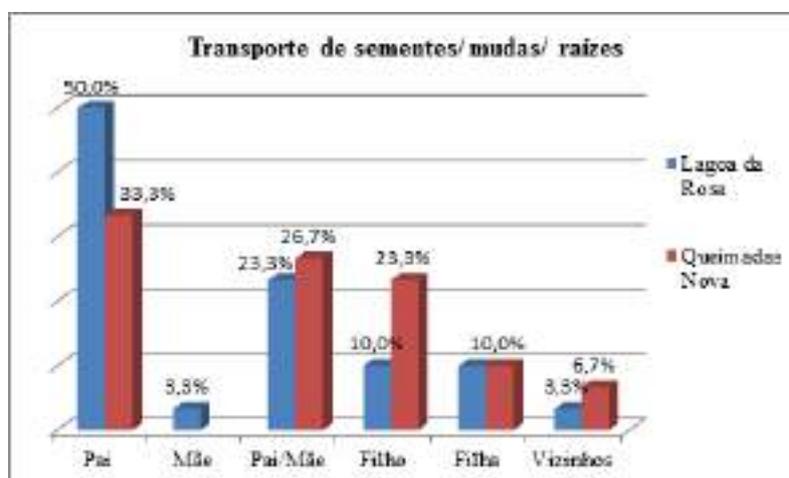


Gráfico 12: Participação em atividades agrícolas essenciais nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Os dados mostram que essa é uma atividade efetivamente realizada pelo pai em quase todos os estabelecimentos visitados. Em Lagoa da Rosa em 50% dos estabelecimentos o pai é o responsável por transportar as raízes de mandioca, mudas e lenha para ser utilizado no forno

da casa de farinha e em Queimadas Nova essa atividade também concentra maior participação do pai em 33,3% dos estabelecimentos.

Quando o transporte das raízes não é realizado pelo dono do estabelecimento, faz-se em conjunto entre pai e mãe em 23,3% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e 26,7% destes em Queimadas Nova. Seguido da relevante participação do filho em 23,3% em Queimadas e com menor frequência eles estão envolvidos em 10% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa.

Quanto à participação das filhas nessas tarefas vale salientar que se responsabilizaram por esse trabalho face à condição de terem assumido o estabelecimento juntamente com sua genitora. Trata-se de jovens com idade em torno de 25 a 28 anos e que já possuem filhos. Ainda assim, as filhas em ambos universos de pesquisa, pouco participa desta etapa do processo de trabalho em 10% destes estabelecimentos.

Examina-se que na atividade de transportar as raízes para a fabricação de farinha, por exemplo, a dinâmica de gênero estabelece a atuação da mãe apenas de forma compartilhada com seus esposos. Verifica-se desse modo, que a mãe sozinha quase não realiza esse trabalho, registrou-se apenas em 3,3% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa. Ou seja, as negociações de gênero estabelecem como atribuição do pai e dos filhos a capacidade de realizá-las.

Desse modo, o gênero é claramente indicativo da distinção na divisão do trabalho familiar agrícola porque a responsabilidade dessas atividades encontra-se direcionada com frequência ao pai e ao filho. O gênero reflete a diferença na condição associada à força e resistência destes. Essa diferença entre os sexos é reproduzida cotidianamente de forma naturalizada na divisão do trabalho familiar.

Em síntese, o conjunto dos dados revela que nas tarefas classificadas como atividades agrícolas essenciais, de acordo com a tabela 01 (Itens de 01 a 05), predomina a realização do trabalho familiar agrícola em comum acordo entre pai e mãe contrastando com a pouca participação dos mais jovens nessas etapas do processo de trabalho. Portanto, a diferença nas posições ocupadas no trabalho familiar é marcada pela supremacia e autonomia dos adultos em relação aos demais na condução das atividades agrícolas essenciais em unidades de produção da família.

As diferenças de gênero refletem todas essas tarefas uma vez que as mulheres adultas sozinhas, em sua maioria, não são responsáveis em realizá-las. Desse modo, por de traz da forte presença do trabalho compartilhado entre pai e mãe em todas as tarefas desse grupo reside a participação desta numa condição de invisibilidade em relação aos seus esposos porque estes realizam o trabalho juntos, mas, a esposa acompanha o marido para ajudar na lida na roça, conforme afirmaram os lavradores ao serem inqueridos sobre a atuação compartilhada entre pai e mãe, geralmente, a mãe sempre era citada dessa forma por ela e pelos demais. Ou seja, é algo que já está predisposto em seus esquemas de percepções individuais e coletivos como uma diferença naturalizada de seu papel social.

Além disso, percebe-se que a frequência com que as atividades essenciais aparecem sendo realizadas pelo pai e pela mãe está relacionada com a dificuldade da maioria das famílias conseguirem mobilizar a participação de todos os membros da família face à intensa saída destes da lida na roça. Essa é uma questão que refletia a preocupação dos lavradores com o pouco envolvimento dos jovens. Em relação a essa mudança este lavrador, por exemplo, menciona que: *“os que foi não queria conta com a roça e os que estão nem se importa só quer completar maior idade para cair no vão do mundo”*<sup>39</sup>. A experiência empírica mostra que essas tarefas tornaram-se responsabilidade frequente dos lavradores adultos com pouca participação de filhos e filhas, principalmente em Queimadas Nova. Embora ocorra também em Lagoa da Rosa, lá os filhos que permanecem continuam participando do trabalho, mas o desejo deste é de não continuar envolvidos nessas atividades.

Nesse contexto, a maior participação dos adultos em todas essas etapas do trabalho reflete a ausência de sucessores por falta de interesse dos jovens lavradores em continuar ligados ao patrimônio familiar, principalmente, quando se trata da atividade mandioqueira. Por tanto, a saída dos jovens para outros estados para trabalhar no setor da construção civil aponta para uma significativa mudança na dinâmica de gênero e geração no trabalho familiar.

Os dados apontam importantes diferenças entre os universos de pesquisa quanto a participação das mulheres nas atividades agrícolas essenciais. As observações levam a crer que o trabalho parcial na agricultura familiar tenha influenciado essas respostas porque se observou menos envolvimento das mães nessas atividades em Lagoa da Rosa. No entanto, é preciso reconhecer, com base nas observações de campo e nos dados que nessa localidade as

---

<sup>39</sup> Informação verbal coletada por meio da observação participante em outubro de 2013. Fala do senhor Vadilon, 47 anos, lavrador.

atividades agrícolas essenciais são também desenvolvidas com a participação de todos os membros da família onde as mulheres estão reunidas na realização do trabalho. Enquanto em Queimadas Nova a expressão de sua participação em atividades agrícolas essenciais demonstra ser mais atuante, porque o trabalho envolvendo todos da família não foi registrado nestes estabelecimentos face à saída mais acentuada dos filhos e devido a característica de boa parte de seus estabelecimentos voltados apenas para o consumo da produção. Desse modo, elas realizam mais as tarefas agrícolas essenciais sozinhas ou de forma compartilhada com os esposos.

Quando se examina as tarefas classificadas no grupo das atividades agrícolas acessórias, conforme tabela 01 (Itens 06 a 07), tomou-se como referência duas tarefas e a análise dos dados apontam para algumas mudanças no contexto do trabalho.

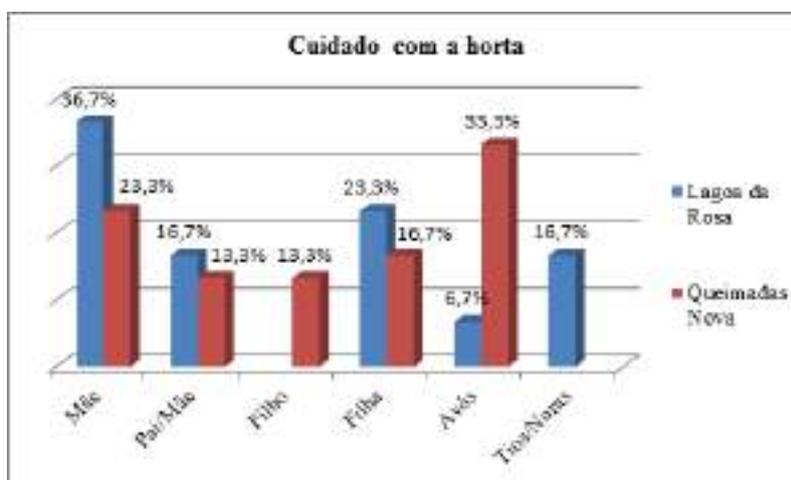


Gráfico 13: Participação em atividades agrícolas acessórias nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

O cuidado com a horta entre os lavradores não é considerado como trabalho porque na visão dos lavradores qualquer um pode fazer, portanto, é uma atividade que não tem relevância no âmbito do trabalho familiar. No entanto, em ambas localidades as mães estão em maior número envolvidas com a tarefa de cuidado com a horta. Em Lagoa da Rosa, elas realizam esse trabalho em 36,7% do total dos estabelecimentos visitados e em Queimadas Nova elas são responsáveis por realizar essa tarefa em 23,3% destes estabelecimentos.

De igual forma as filhas nos estabelecimentos em Lagoa da Rosa são responsáveis por cuidar da horta em 23,3% dos casos e em Queimadas estão afrente dessa atividade em 16,7%

dos estabelecimentos. Nota-se que a responsabilidade com a horta é uma tarefa pouco realizada ao filho. Sua participação foi registrada apenas em Queimadas Nova em 13,3% dos estabelecimentos.

O pai que tem autonomia destacada nas atividades agrícolas acessórias não foi citado como responsável por cuidar da horta. Nessa etapa do trabalho sua participação se dá mediante atuação compartilhada entre pai e mãe em 16,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e 13,3% em Queimadas Nova. Outros 16,7% referem-se aos tios ou noras que também são inseridos nessa etapa de trabalho.

Quanto à participação dos idosos percebe-se que estes continuam ainda inseridos no trabalho familiar e a sua participação é expressivamente direcionada à realização de atividades acessórias como esta em 33,3% dos estabelecimentos em Queimadas Nova. Eles ocupam essa posição no trabalho familiar em apenas 6,7% dos estabelecimentos visitados em Lagoa da Rosa.

Na divisão do trabalho no interior destes estabelecimentos as diferenças de gênero ficam evidentes também quando se analisa as respostas apresentadas em relação a quem é o responsável por realizar o cuidado com os animais da propriedade.

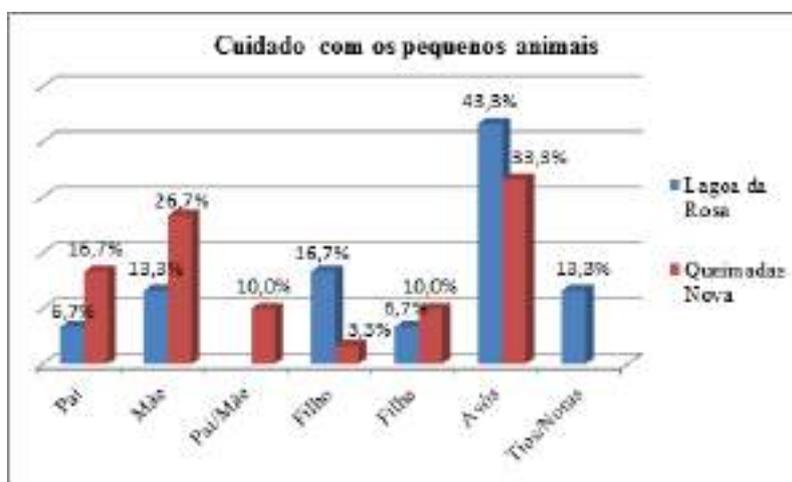


Gráfico 14: Participação em atividades agrícolas acessórias nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Conforme foram distribuídas as respostas no gráfico 14, as avós em ambos os contextos de pesquisa são maioria na ocupação dessa tarefa nos estabelecimentos visitados. Em Lagoa da Rosa participam unanimemente em 43,3% dos estabelecimentos seguidos de

33,3% em Queimadas Nova. Estes continuam contribuindo com a reprodução social da família ao serem apontados como os responsáveis por participar de diversas etapas do processo de trabalho inclusive, o trato com os animais de pequeno porte. Nestes contextos, cuidar dos animais cogita maior participação dos adultos.

As mães realizam essa tarefa em 13,3% dos estabelecimentos visitados em Lagoa da Rosa e 26,7% destes em Queimadas Nova. Essa diferença de menor participação das mães entre as localidades figura a situação de inserção destas na pluriatividade em Lagoa da Rosa. O pai, geralmente centrado nas atividades agrícolas essenciais, ocupa-se também da tarefa de cuidar dos animais em 6,7% dos estabelecimentos agrícolas em Lagoa da Rosa e em 16,7% destes em Queimadas Nova. A realização dessa tarefa de forma compartilhada só foi registrada em Queimadas Nova em 10% dos estabelecimentos.

Percebe-se que os jovens do sexo masculino são responsáveis por esse trabalho em apenas 16,7% em Lagoa da Rosa sendo pouco identificados como os responsáveis por sua realização também em 3,3% dos estabelecimentos de Queimadas Nova. Tal realidade também é refletida na saída ou não envolvimento destes no trabalho familiar.

Em ambos os contextos, percebe-se que cuidar da horta e cuidar dos animais de pequeno porte, de certo modo abarca todos os membros da família sem que haja uma concentração discrepante na responsabilidade somente dos adultos. Geralmente essas atividades são consideradas sem a importância relativa às tarefas do grupo das atividades agrícolas essenciais onde o pai é quem monopoliza a sua realização.

Ainda verificou-se que a geração dos idosos encontra-se inserida nessas atividades consideradas de relevância secundária e, por isso mesmo eram sempre atribuídas aos mais jovens, sobretudo, aos rapazes que saíram em maior número do trabalho familiar em busca de emprego não-agrícola. Tem-se ainda que a diferença de gênero constitui-se ao posicionar a maioria das mulheres, filhas e noras nessas atividades acessórias, as quais na visão dos lavradores poderiam ser realizadas por todos devido a sua irrelevância no contexto produtivo.

Quanto à ocupação nas atividades reprodutivas conforme tabela 01(Item 08), verifica-se o posicionamento dos sujeitos fortemente marcado pela diferença de gênero porque parecem emoldurar as mães e filhas em uma condição restrita à casa e ao roçado.

Assim como as atividades agrícolas acessórias, as tarefas que compõem o trabalho doméstico passam despercebidas, uma vez que são socialmente concebidas como ajuda. Por isso, no contexto da agricultura familiar a ocupação em certas atividades colocam as mulheres muitas vezes em condições de desigualdade do ponto de vista da hierarquia familiar.

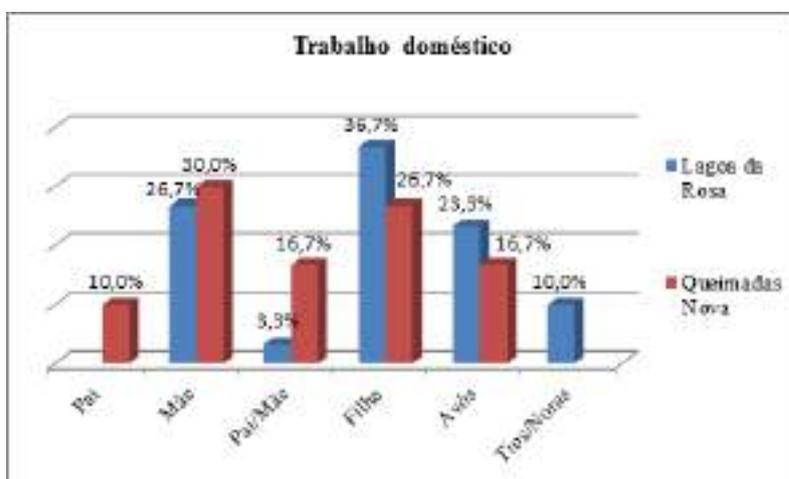


Gráfico 15: Participação em atividades reprodutivas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Identifica-se que na realização dessa atividade as mães atuam em 26,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em Queimadas Nova elas são responsáveis por desempenhar essa tarefa em 30% dos estabelecimentos, seguidas das filhas que em ambas as localidades, têm participação relevante, 36,7% destas em Lagoa da Rosa e 26,7% envolvidas no trabalho doméstico em Queimadas Nova.

Neste contexto, a diferença de gênero enquanto construção social faz com que os filhos não sejam inseridos nessa etapa do trabalho, bem como o pai, que só foi apontado com o responsável por realizar o trabalho doméstico em 10% das unidades de produção da família em Queimadas Nova. Mas, é interessante atentarmos para a realização dessa atividade também de forma compartilhada entre pai e mãe em 3,3% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e, mais notadamente em Queimadas Nova onde 16,7% participam mutuamente dessa tarefa. Outros são representados pelas noras em 10% dos estabelecimentos dessa mesma localidade. Observa-se que as alterações nas relações sociais de gênero e geração são mais visivelmente percebidas em Queimadas Nova. Tem-se na saída dos filhos deste trabalho uma importante mudança social que forçou os pais a criar estratégias de organização em torno dos que ainda permanecem como é o caso dos avós. Estes realizam o trabalho doméstico em

23,3% dos estabelecimentos visitados em Lagoa da Rosa e em 16,7% dos estabelecimentos em Queimadas Nova. Outros 10% referem-se aos tios ou noras inseridos na tarefa doméstica em Lagoa da Rosa.

O trabalho doméstico não se restringe apenas ao espaço da casa, estende-se ao cuidado com o quintal, cuidado com as crianças, a lavagem de roupas, o preparo dos alimentos entre outros, e são atividades necessariamente desempenhadas pelas mulheres. As atividades domésticas são tão essenciais quanto às demais tarefas realizadas no estabelecimento agrícola, no entanto, cozinhar, varrer a casa e o quintal, lavar roupas, buscar água para abastecer as talhas ou filtros de barro e cuidar das crianças fazem parte do trabalho atribuído em sua maioria às mães, filhas e avós.

Na realidade social, mães e filhas afirmam que cuidam da casa e tem sobre ela a sua autoridade. Percebe-se que o gênero estabelece a sua posição nessa tarefa como a forma mais expressiva de exercer o seu poder de decisão com relativo reconhecimento diante do grupo em detrimento do pai ou do filho nesta relação é que se produz a diferença entre os sexos porque se considera esses posicionamentos reproduzem referências ao seu papel reprodutivo na família.

Quanto as atividades administrativas apresentadas na tabela 01 (Itens 9 a 17), nota-se que a participação do chefe da família é destacada, por exemplo, nas tarefas referentes à compra de insumos e sementes que foram escolhidas de forma compartilhada entre pai e mãe.

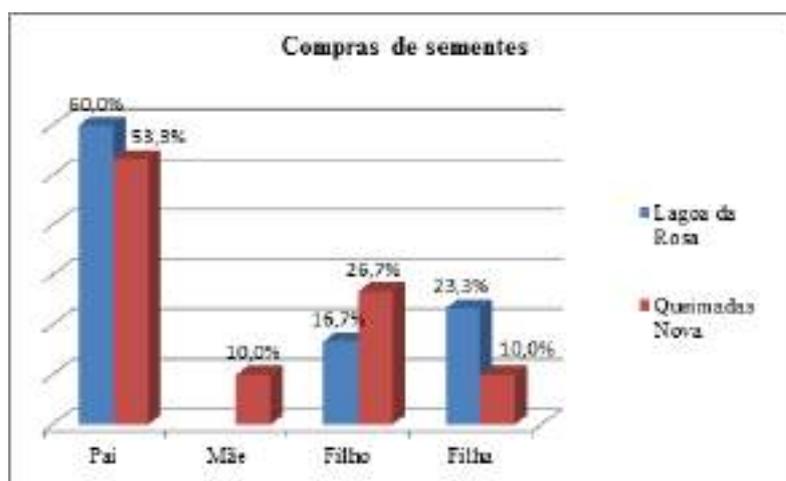


Gráfico 16: Participação em atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados "Aqui eu fui guerreira!": Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

As respostas distribuídas no gráfico 16 mostram que a dinâmica de gênero é tão visivelmente instituída na hierarquia familiar e refletida na divisão das tarefas que na maioria dos estabelecimentos o pai sozinho é o responsável em efetuar a compra de insumos e sementes no centro da cidade.

Realidade que aparece de forma semelhante em ambas localidades. Em Lagoa da Rosa são responsáveis por essa atividade em 60% dos estabelecimentos e em Queimadas Nova eles se destacam por realizar a compra das sementes em 53,3% dos estabelecimentos.

Os dados referentes a essa atividade ainda apontam para a reduzida inserção das mulheres adultas. Estas foram mencionadas como responsáveis pela sua realização apenas em Queimadas Nova em 10% dos estabelecimentos.

Observa-se que essa tarefa também é realizada pelos filhos. De igual modo, o gênero é o critério que produz a diferença entre moças e rapazes. Em Lagoa da Rosa o filho efetua a compra das sementes em 16,7% dos estabelecimentos e em Queimadas essa realidade é semelhante 26,7% dos filhos do sexo masculino é que se ocupam dessa tarefa em detrimento das filhas que são responsáveis por realizar a compra de sementes e insumos em 23,3% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em menor número as moças participam dessa atividade em Queimadas Nova 10%.

Estes índices mostram que a inserção das mulheres em tarefas classificadas como administrativas que, neste caso, são realizadas fora das unidades de produção da família não é uma realidade comum e conquistada no âmbito do trabalho familiar porque os lavradores percebem a realização dessa tarefa como uma responsabilidade dos homens.

Mesmo que as filhas tenham maior participação em relação a situação da mãe, por exemplo, nota-se que a frequência com que essa atividade foi atribuída ao pai e ao filho posiciona-os em condição de pessoa que é socialmente recomendada a realizá-la na hierarquia familiar. Essas informações apontam para o fato de que há um significativo controle do chefe do estabelecimento reproduzindo diferenciações de gênero e geração refletidas na posição ocupada pelas esposas e filhos no processo de trabalho familiar agrícola.

Essas relações sociais de gênero e geração aparecem geralmente sobrepostas para produzir a diferenciação na forma com que os sujeitos constroem suas percepções acerca de

seus papéis no trabalho familiar agrícola. Do mesmo modo, vender a produção agrícola é também uma atividade que reproduz essa diferenciação.

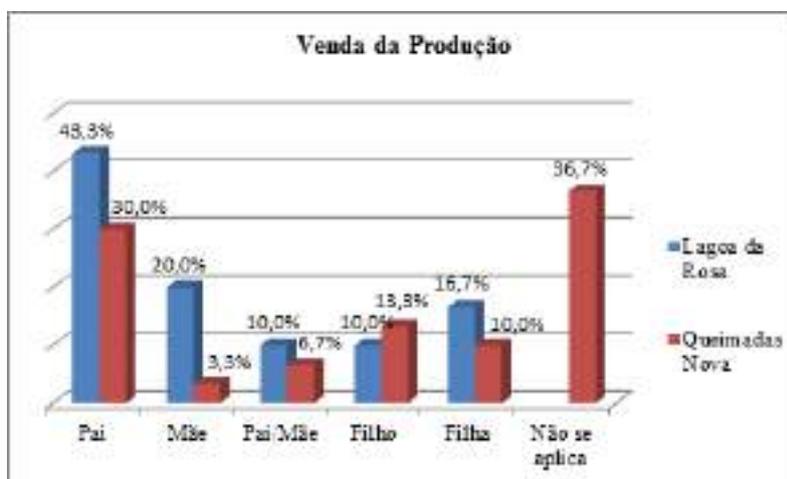


Gráfico 17: Participação em atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

As respostas dispostas no gráfico 17 mostra que o pai sozinho também é responsável por vender o produto do trabalho familiar agrícola em 43,3% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 30% destes em Queimadas Nova, seguidos das mães envolvidas com a venda da produção em 20% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa diferentemente de Queimadas Nova onde em menor número a mãe assume a venda em 3,3% dos estabelecimentos. Como se pode observar essa é uma tarefa pouco realizada por atuação conjunta entre pai e mãe nos estabelecimentos de Lagoa da Rosa 10% e em Queimadas Nova 6,7%.

A distribuição das respostas mostra que a venda da produção agrícola é pouco atribuída à responsabilidade dos jovens. Neste contexto, as moças em Lagoa da Rosa participam mais com 16,7% do que as moças em Queimadas Nova, responsáveis por realizá-la em apenas 10% dos estabelecimentos. Outros 10% correspondem ao filho ocupado nessa atividade em Lagoa da Rosa e mais intensamente em Queimadas Nova 13,3% referem-se aos filhos envolvidos com a prática da venda da produção.

A análise das informações dispostas no gráfico 17 levou a perceber que uma parte das unidades de produção da família localizadas em Queimadas Nova é voltada apenas para o consumo. Isto porque em 36,7% dos estabelecimentos os lavradores afirmaram que não vendem o que produzem apenas repartem a produção entre os familiares.

A organização da divisão interna do trabalho faz com que o pai seja o realizador da maioria dessas tarefas administrativas demonstrando sua autonomia em relação aos demais. Do mesmo modo, ocorre com a tarefa de comercialização.

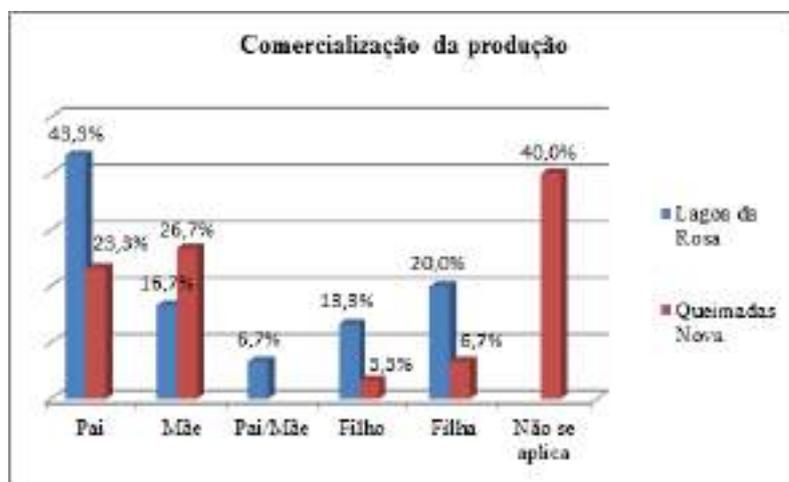


Gráfico 18: Participação em atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

As respostas sobre a realização da etapa de comercialização da produção dispostas no gráfico 18 apontam a responsabilidade dessa tarefa voltada para os lavradores adultos. Nesse contexto, as localidades se aproximam pelo fato de centralizar a realização dessa tarefa também na autonomia do pai em detrimento da mãe e dos filhos. Em Lagoa da Rosa eles estão afrente da atividade de comercialização em 43,3% dos estabelecimentos e em Queimadas Nova executam essa tarefa em 23,3% destes.

Em Lagoa da Rosa as mães participam em apenas 16,7% dos como responsáveis por ir à feira realizar a comercialização da produção de ferinha e beijus nas feiras livres e em Queimadas participam dessa etapa do trabalho em 26,7% destes. É interessante perceber que a comercialização se refere ao contato direto com o freguês, num ponto fixo das feiras livres ou dos mercados municipais e, neste contexto, pai e mãe 6,7% atuam pouco de forma conjunta, registrou-se apenas em Lagoa da Rosa essa relação.

Percebe-se que a responsabilidade pela comercialização da produção da família é também pouco vinculada ao papel do jovem lavrador. As filhas são responsáveis em realizá-la em 20% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em 6,7% dos estabelecimentos de Queimadas Nova. Apesar da pouca participação, ocupam mais essa posição do que os rapazes

que participam menos ainda em Queimadas Nova em 3,3% dos estabelecimentos em relação a Lagoa da Rosa onde estes são responsáveis por comercializar a produção em 13,3% destes. Em 40% dos estabelecimentos de Queimadas Nova a comercialização direta nas feiras não é realizada.

Tomadas em conjunto, comprar insumos, vender a produção e comercializá-la, é marcadamente uma responsabilidade que posiciona os lavradores adultos do sexo masculino no controle dessas tarefas em relação à mãe e aos filhos. Ao serem inquiridos quanto à pouca ocupação das esposas e filhas nessas três atividades administrativas realizadas fora do estabelecimento agrícola suas percepções (tanto delas como do pai) foi por vezes interposta pela ideia de que: *“se quiser ir vai, já é uma ajuda boa né! Mais e o quintal e a casa quem vai cuidar!”*; *“elas são boas de negociar, negocia até melhor que os homem mais é agente que vai mais”*. Desse modo, suas ausências na unidade de produção nos dias de venda e comercialização constantemente realizada em feiras locais às quartas, sábados e às vezes aos domingos comprometeria a dinâmica da organização social interna que atribui a estas papel reprodutivo. Igualmente, no âmbito das atividades administrativas, chama à atenção quanto ao poder de decisão em relação ao destino do que é produzido no estabelecimento.

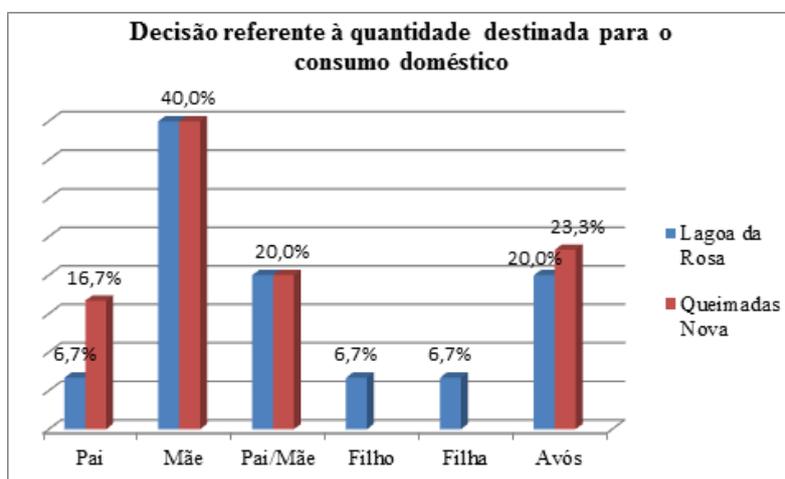


Gráfico 19: Participação nas atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados **“Aqui eu fui guerreira!”**: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

No gráfico 19, verifica-se que há maior participação dos adultos, sobretudo, das mulheres nas tomadas de decisões relacionadas à tarefa de separar o que será consumido. Isto porque, cabe às mães com o total de 40% decidir sobre a quantidade da produção a ser utilizada para o consumo doméstico em ambas as localidades. Percebe-se que mesmo havendo

participação do pai, essa é uma decisão sempre compartilhada com as esposas em 20% dos estabelecimentos nestas localidades.

Interessante perceber que decidir o que será destinado ao consumo da família também aparece como uma responsabilidade dos idosos em 20% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e 23,3% destes em Queimadas Nova. Nestas situações o gênero impõe ao pai uma condição de desfavorecimento em relação às suas esposas e avós, pois, sozinho ele é responsável por decidir em apenas 6,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em 16,7% destes estabelecimentos em Queimadas Nova.

A geração das mulheres adultas também impõe aos jovens de ambos os sexos, a sua participação limitada porque estes têm pouca autonomia para decidir sobre a porção da produção que será consumida pela família. Foi registrada sua participação (filho e filha) em apenas 6,7% dos estabelecimentos, apenas na localidade de Lagoa da Rosa. Ao mesmo tempo em que essa decisão é atribuição das esposas e das avós fica implícito que o poder de decisão está associado ao papel social generificado e reprodutivo que ambas possuem na hierarquia familiar. Outra tomada de decisão verificada foi em relação à quantidade a ser comercializada, conforme dados dispostos no gráfico 20.

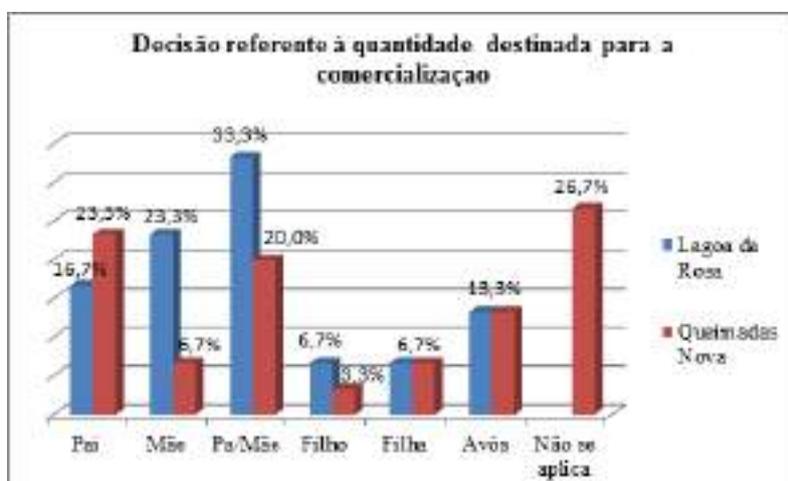


Gráfico 20: Participação nas atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “Aqui eu fui guerreira!”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

A decisão referente à quantidade que será comercializada é realizada pelo chefe do estabelecimento agrícola 16,7% em Lagoa da Rosa e 23,3% em Queimadas Nova. Além de se fazer por meio de decisões compartilhadas entre mãe e pai em 33,3% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 20% destes em Queimadas Nova.

Destaca-se que em Lagoa da Rosa a mãe sozinha 23,3% possui maior autonomia nessa tarefa em relação do que em Queimadas Nova onde elas são responsáveis por decidir sobre isso em apenas 6,7% dos estabelecimentos. Nota-se que em boa parte destes não se comercializa a produção da família 26,7%. Outros 13,3% referem-se aos idosos a autonomia para decidir quanto da produção alcançada no estabelecimento será destinada para a comercialização.

Os jovens pouco participam desta decisão, exceto, nos estabelecimentos em que eles já são os sucessores e assumiram a produção. Nessa situação, as filhas 6,7% em ambas localidades assumem a tarefa de dizer o que será comercializado ou não nos casos onde ocorreu o afastamento do pai por problemas de saúde. O filho participa menos, em Queimadas Nova 3,3 e em Lagoa da Rosa 6,7% destes são quem decidem.

No gráfico 20 têm-se a disposição das respostas sobre a atividade administrativa referente à decisão quanto a aplicação do capital gerado pela venda e comercialização da produção da família, visando melhorias para a propriedade.

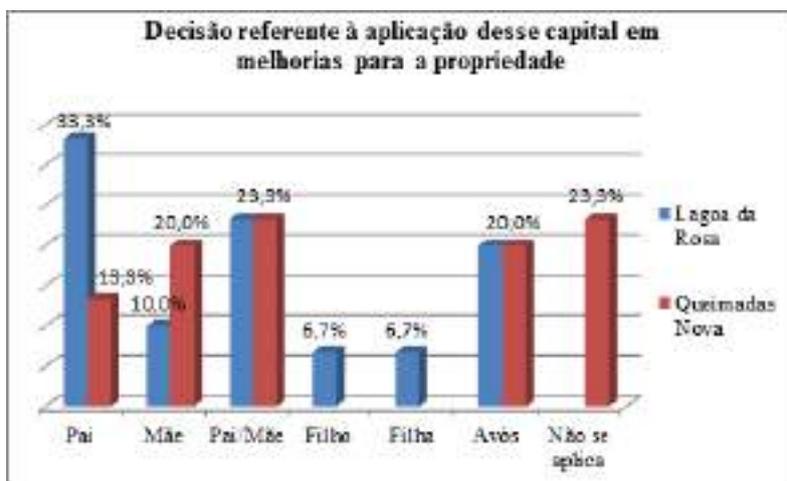


Gráfico 21: Participação nas atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Seja a tomada de decisão individual ou compartilhada, vê-se expressivamente o papel dos lavradores adultos na reprodução social dos estabelecimentos. Novamente a decisão é tomada pelo pai em 33,3% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e de forma menos expressiva em Queimadas Nova 13,3%. Observa-se que apesar dos adultos se destacarem ao tomar essa decisão, as mães sozinhas decidem menos que os pais em 10% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em 20% destes em Queimadas Nova.

Entretanto, destaca-se um índice relevante de 23,3% das decisões são tomadas de forma cumplice entre pai e mãe em ambas localidades, seguidos dos avós que possuem autonomia para decidir em que investir em termos de melhoria em 20% dos estabelecimentos em ambos contextos.

Essas informações distinguem a autoridade dos adultos e idosos em relação aos filhos e filhas quando das decisões administrativas nas unidades de produção da família, visto que os jovens de ambos os sexo 6,7% são pouco solicitados a intervir. Além disso, sua atuação nessas tarefas foi registrada apenas em Lagoa da Rosa.

Os entrevistados também contribuíram no sentido de entender suas participações em espaços públicos através do desenvolvimento de tarefas administrativas realizadas fora do estabelecimento agrícola.

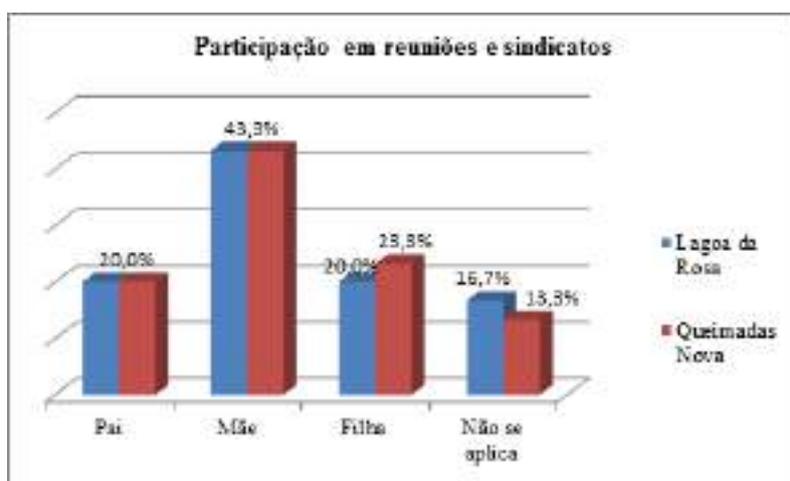


Gráfico 22: Participação nas atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Entre as atividades administrativas realizadas nos estabelecimentos agrícolas é notável uma condição mais favorável às mães e filhas quando da análise dos dados dispostos no gráfico 21. Percebe-se que elas participam mais das reuniões no Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR ou quando ocorrem esses eventos na Associação de Produtores Rurais.

Em 43,3% das famílias entrevistadas a mãe é quem representa o grupo nestes espaços públicos em ambas localidades, seguido das filhas que em 20% dos estabelecimentos da família em Lagoa da Rosa participam das reuniões. Em Queimadas Nova essa realidade é

semelhante, porém, as moças participam mais 23,3%. O pai foi citado como representante da família em 20% dos estabelecimentos em ambas localidades.

Porém, é possível de se verificar que no conjunto das atividades consideradas administrativas uma parcela importante de famílias não participa dessas atividades, conforme o gráfico 21. Em Lagoa da Rosa 16,7% das famílias de agricultores não participam e em Queimadas Nova 13,3% das famílias em não frequentam esses espaços públicos.

As participações dos lavradores que se articulam em espaços públicos, que não sejam as feiras ou mercados, posicionam as lavradoras adultas e jovens com maior autonomia para fazê-la. Em contraponto, reconhece-se a necessidade de esclarecer que a ênfase à participação feminina nestes espaços se deve às negociações de gênero porque na concepção dos esposos ou pais, suas ausências eventuais não comprometeriam a dinâmica produtiva.

Nota-se a construção social da diferença em discursos como, *“Eu parei de ir por casa do trabalho na casa de farinha que é de domingo a domingo, não sobra tempo ai a mulher é que vai pra associação”*<sup>40</sup>. Desse modo, a concepção que se tem é de que as mães e as filhas nas unidades de produção da família só ajudam no processo de trabalho.

Por outro lado, na concepção das lavradoras a negociação de gênero se constrói pelo seguinte discurso: *“Os homens são meio estranho, por isso a maioria deles não vai pra lá. Não tem paciência sabe!”*<sup>41</sup>. De igual modo, o discurso das lavradoras em relação ao pouco envolvimento dos esposos e pais nestes eventos públicos situa o gênero como construção social definidora dessas diferenças.

Assim, a forma como se organizam e atribuem o papel social de cada membro no desempenho das tarefas cotidianas impõe ao chefe do estabelecimento papel relevante, essencial e primário diante do processo de trabalho, pois, caso o pai se ausente para essas ocasiões comprometeria a dinâmica produtiva de seu estabelecimento. Observa-se como a diferença é instituída, naturalizada e legitimada pelo reconhecimento de ambos em relação à sua posição na divisão do trabalho.

---

<sup>40</sup> Dados do depoimento do senhor A. C. R, lavrador, 56 anos, fornecido em pesquisa de campo realizada em Governador Mangabeira, na localidade de Queimadas Nova através de entrevista em outubro de 2013.

<sup>41</sup> Dados do depoimento do senhor J. S. S, lavradora, 51 anos, fornecido em pesquisa de campo realizada em Governador Mangabeira, na localidade de Queimadas Nova através de entrevista em outubro de 2013.

Outra tarefa administrativa examinada nas respostas dos lavradores refere-se à solicitação de recursos financeiros e outros créditos rurais.



Gráfico 23: Participação nas atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados “**Aqui eu fui guerreira!**”: Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

Procurou-se saber quem realiza essa atividade e de acordo com o gráfico 21, vê-se que pouco desempenhada nas unidades de produção da família porque muitos lavradores não recorreram ainda a nenhum desses benefícios. Desse modo, em 40,0% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa a atividade de solicitação de créditos não se aplica. Realidade semelhante a de Queimadas Nova em que 46,7% dos estabelecimentos nunca solicitaram nenhum tipo de crédito para aumentar a capacidade produtiva da unidade de produção da família.

Nesta perspectiva, os dados sinalizam-se situações em que existe uma autonomia destes em função da pouca ou nenhuma dependência com o mercado porque os lavradores utilizam-se em sua maioria da base de recursos interna, quase sempre limitado à terra como recurso fundamental, pequenas ferramentas de uso cotidiano e mão-de-obra familiar.

Mesmo no contexto de uma agricultura familiar menos integrada ao mercado e menos intensa, do ponto de vista da produção, percebe-se que uma pequena parte destes estabelecimentos já recorreu a recursos financeiros, sobretudo, empréstimos em agências bancárias localizadas no centro urbano do município.

Quando ocorre essa necessidade em solicitar recursos financeiros e outros créditos, observa-se que é a mãe em 23,3% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa que o faz. Em Queimadas Nova a participação das mães nessa atividade administrativa é menos expressiva apenas em 13,3% destes. Ainda assim, elas participam mais que o pai que nessa atividade foi

o responsável por solicitar esse auxílio em 16,7% dos estabelecimentos de Lagoa da Rosa e em 13,3% dos estabelecimentos de Queimadas Nova onde, registrou-se também a participação nessa atividade de forma compartilhada entre pai e mãe em 6,7% dos estabelecimentos, diferentemente de Lagoa da Rosa.

Na atribuição dessa atividade aos jovens, a participação do filho é menos expressiva. Em ambas localidades eles foram apontados como os responsáveis por solicitar algum tipo de recurso financeiro em 6,7% dos estabelecimentos. As filhas são igualmente responsáveis por realizar essa tarefa em 13,3% destes estabelecimentos. Nota-se que essa decisão é autonomia centrada nos adultos, sendo que as mães possuem maior poder de realizá-las, seguido pai. Mas, é preciso reconhecer que as moças participam também desse processo num percentual relevante devido ao seu nível de escolaridade em relação aos jovens do sexo masculino.

Em relação à assistência técnica – a aquisição de ferramentas de trabalho, mudas de qualidade e o combate a pragas foram as mais citadas pelos lavradores como recurso já solicitado pela sua família.



Gráfico 24: Participação nas atividades administrativas nos estabelecimentos. Fonte: Banco de dados "Aqui eu fui guerreira!": Relações sociais de gênero e geração no processo de trabalho nas casas de farinha familiar/comunitária. Governador Mangabeira – Recôncavo Sul da Bahia. Elaborado por (Pinto, 2013).

A responsabilidade de solicitar este auxílio como se pode observar é atribuída aos lavradores adultos do sexo masculino, mas, as mães e filhas são importantes nessa etapa do trabalho familiar. Observa-se que também em um número importante de estabelecimentos os lavradores nunca buscaram assistência técnica para ajudar a aumentar a capacidade produtiva de sua unidade de produção. A situação é mais evidente em Queimadas Nova onde em 40%

dos estabelecimentos essa atividade não é realizada, seguido de 26,7% destes em Lagoa da Rosa.

Quando ocorre a solicitação destes recursos o responsável por solicitá-lo geralmente é o pai em 26,7% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e 23,3% em Queimadas Nova. Outros 23,3% representam relevante atuação da mãe nessa atividade em Lagoa da Rosa e um pouco menos expressiva é a participação das mães em Queimadas Nova 13,3% nessa atividade; seguido das filhas em 23,3% dos estabelecimentos em Lagoa da Rosa e em 13,3% dos estabelecimentos em Queimadas Nova. Trata-se ainda de uma atividade pouco desempenhada em associação entre pai e mãe, por isso, registou-se atuação conjunta entre pai e mãe em apenas 10% dos estabelecimentos visitados em Queimadas Nova.

Ao examinar o pouco envolvimento dos lavradores na realização de solicitação destes recursos técnicos como o uso de venenos para combater pragas, por exemplo, os lavradores informaram que *“só produzem para consumo de dentro de casa”*, ou que *“os filhos foram embora e não tem necessidade de comprar mais instrumentos para a propriedade”* ou que *“recebem o que precisam da vizinhança que produz em maior quantidade em troca de seu trabalho”*. Ou seja, não ocorrem essas decisões em parte dos estabelecimentos, uma vez que os lavradores não vendem nem comercializam a produção, só produzem para consumo da família demonstrando que a capacidade técnica e produtiva destes agricultores é limitada.

A discussão e os dados apresentados mostram que a divisão do trabalho nas unidades de produção da família reproduz uma divisão sexual e geracional do trabalho. Portanto, ao examinar a participação dos agricultores familiares no conjunto atividades agrícolas essenciais e atividades administrativas verifica-se que a divisão do trabalho no interior das unidades de produção da família, reflete a hierarquia familiar centrada nos adultos. Enquanto no conjunto das tarefas classificadas como atividades agrícolas acessórias e atividades reprodutivas ocorre com maior frequência a participação das mulheres e jovens.

Observou-se que tanto em Lagoa da Rosa quanto em Queimadas Nova, dependendo da finalidade dessas tarefas, os idosos e as mulheres também possuem certa autonomia para decidir frente ao grupo familiar. Sua participação no processo de trabalho agrícola extrapola a esfera doméstica, se bem que estas atividades reprodutivas continuem sendo da responsabilidade das lavradoras.

A participação feminina em atividades realizadas em espaços públicos, mas não constitui uma mudança social que possa efetivamente expressar a sua autonomia, pois, ao se buscar respostas sobre a sua maior participação, verifica-se que quando participam dos espaços públicos, geralmente faz-se mediante pedido do esposo ou do pai ao alegarem que estas “*sabem se desenvolver mais*” “*compreendem melhor o que se discute nestes espaços*” e “*têm mais paciência pra essas coisas*”.

Acredita-se, com base no contexto observado, que há maior participação feminina em espaços públicos através das atividades administrativas porque a sua situação é favorecida enquanto sujeitos sociais que mais se escolarizam em relação aos homens. Ainda assim, frente à condição generificada de seu papel social no contexto rural, a experiência empírica levou a afirmar que mesmo nessas condições, as lavradoras adultas e jovens continuam em maior número vinculadas ao contexto do trabalho familiar agrícola.

Por fim, a lógica como essa organização do trabalho familiar é constituída produz diferentes papéis sociais no âmbito do trabalho familiar agrícola. Estes são produzidos pela sobreposição de gênero e geração em todas as tarefas realizadas pelos sujeitos e isto possivelmente leva à divergências de posições. Neste contexto, os conflitos se acentuam pela insatisfação dos filhos e das mulheres ao assumirem, de modo geral, posições que são consideradas como ajuda ou sem relevância.

Verifica-se alterações nas dinâmicas de gênero e geração porque os idosos passaram a desempenhar certas atividades, pai e mãe passam a ter de trabalhar mais e juntos e as filhas participam de atividades administrativas consideradas relevantes na hierarquia familiar. Nesse contexto, as mães sozinhas atuam menos devido a sua maior inserção na pluriatividade e os jovens que ainda estão presentes não querem se envolver com o trabalho familiar agrícola essas questões aparecem na realidade social como mudanças sociais responsáveis por interferir nessa dinâmica, alterando certas posições na divisão do trabalho.

O esforço sociológico engendrado neste capítulo permitiu mostrar que as *relações de gênero e geração* influem ou determinam os *papéis sociais* desenvolvidos no processo de trabalho familiar agrícola, permitindo constituir as evidências nas hierarquias familiares enquanto *construção social* que se estabelece na reprodução das desigualdades de gênero e geração entre os agricultores familiares, ainda que face à mecanização.

É na relação social que se produzem as distinções nas formas de participação nas atividades cotidianas no universo do trabalho familiar agrícola. Considerando o conjunto dessas atividades, verifica-se que as diferenciações dos papéis sociais acomodam-se na hierarquia familiar, implicando em relações sociais que se legitimam pela afirmação e aceitação do papel destes no trabalho familiar agrícola em lento processo de reelaboração. Tendo em vista essas questões, no último capítulo dessa dissertação abordam-se os processos observados como fatores que produziram alterações nas relações de gênero e geração.

#### **4. DA PLURIATIVIDADE AO PROBLEMA DA NÃO SUCESSÃO GERACIONAL**

Neste capítulo se discute as mudanças sociais identificadas no âmbito do trabalho familiar agrícola. Expõe-se, desse modo, dois processos sociais que alteraram as dinâmicas de gênero e geração. O primeiro trata-se da pluriatividade na família dos lavradores, sobretudo, no que se refere à inserção das lavradoras no contexto do trabalho assalariado temporário. O segundo processo que será examinado ao longo deste capítulo é o problema da não sucessão geracional, quando se trata saída dos jovens lavradores do contexto de trabalho familiar agrícola para inserir-se no trabalho não-agrícola.

Entende-se como referência nessa abordagem que a não sucessão geracional está vinculada ao desejo dos jovens em se envolverem em atividades não-agrícolas seguindo outras carreiras profissionais. Quanto ao fato dos jovens estarem se tornando raros na agricultura familiar deve-se considerar de igual modo que suas ausências incidiram na família e no trabalho ocasionando impactos sociais importantes para o grupo doméstico.

Mannheim (1982), Spanevello (2008), Weisheimer (2009), Brumer (2008), Weller (2010) contribuem no entendimento do não envolvimento dos jovens no trabalho realizado pela família. Neste contexto, é preciso considerar que os jovens lavradores vivem o mesmo momento histórico que seus pais e na coexistência com a geração dos adultos e idosos desenvolvem experiências, constroem percepções e representações sociais no trabalho familiar. Por isso, as implicações das mudanças nas dinâmicas de geração devem ser apreendidas enquanto processo histórico e social.

Dando continuidade a esta abordagem, primeiramente procurar-se-á mostrar como se expressa a invisibilidade do trabalho feminino no cotidiano do trabalho mostrando que seu

papel social, por vezes desvalorizado, é o que alimenta a vontade individual destas em se envolver em atividades fora das unidades de produção da família.

Diante destas questões busca-se nas contribuições de Carneiro (1998) e Schneider (2001, 2003, 2006) a orientação teórica para compreensão da pluriatividade na agricultura familiar. Com isso, pretende-se situar o discurso sobre essa mudança social na família como estratégia ou mecanismo de reprodução social que produziu alterações nas relações sociais de gênero e geração no trabalho familiar agrícola.

A família e o trabalho familiar desde o início deste estudo se constituiu como unidade de análise. Conforme sugere Sérgio Schneider para compreender as dimensões do fenômeno da pluriatividade é preciso entender a família de duas formas. Ela pode ser estudada tanto como unidade de produção quanto como grupo doméstico por isso a pluriatividade incide, sobretudo, na dinâmica das unidades de produção da família repercutindo suas implicações para todo grupo. Na próxima seção do texto serão colocadas em evidência situações de subalternidade vivenciadas pelas mulheres apontando, posteriormente, para a pluriatividade como mudança social que alterou as diferenças de gênero e geração no grupo familiar.

#### **4.1 “Aqui fui guerreira!”: A construção social da invisibilidade do trabalho feminino.**

Em volta da “rumba” de mandioca é que se dispõem importantes horas de trabalho. Nesta etapa, em cada casa de farinha, cerca de cinco a sete mulheres se reúnem para realizar o processo de “raspação” da raiz de mandioca. A raiz é adquirida da própria roça ou por compra entre vizinhos e são depositadas no chão de barro batido da casa de farinha em quantidades suficientes para ocupar um dia inteiro de trabalho.

É em torno de cinco ou seis horas da manhã que as raspadeiras de mandioca vão para a casa de farinha de onde só retornam ao findar da tarde. Se necessário, adentram o entardecer e permanecem em sua lida até que a produção seja alcançada para o consumo ou para a comercialização. Ao passo em que as raízes são desnudadas e colocadas em caixotes plásticos, bacias ou carros de mão, os homens se encarregam em esvaziá-los levando as raízes para serem trituradas numa cevadeira, transformando-as em uma massa espessa para ser apertada em prensa hidráulica ou manual com o auxílio de uma viga de madeira para que a

manipueira<sup>42</sup> seja extraída e drenada até um depósito improvisado chamado de “barroca” bem ao lado da casa de farinha.

Esse processo deixa a massa “enxuta” para em seguida ser peneirada por duas ou três vezes, oportunidade em que são retirados os caroços aproveitados como ração animal. Só então, a massa é colocada no forno de barro aquecido para torrar e ficar sequinha. Nesta etapa, há quem não troque o rodo manual feito de madeira ou a vassoura de palha de licuri<sup>43</sup> pelas paletas de madeira dos fornos elétricos porque “*a farinha torrada no rodo ou na vassoura tem mais sabor*”<sup>44</sup>.

Por fim, dá-se a retirada da fornada quando o lavrador mais experiente do grupo autorizar. A farinha é então ensacada em caso de ser destinada à comercialização, do contrário é compartilhada em mantimentos entre os participantes. Trata-se de uma atividade laborativa coletiva e por isso, os gastos com a produção costumam serem divididos como a energia elétrica, a lenha ou a reposição de instrumentos de trabalho desgastados ou danificados.

Nessa breve descrição, o processo de trabalho remete a uma articulação cúmplice e solidária entre os indivíduos envolvidos. Neste contexto, a geração dos adultos viabiliza a reprodução social do grupo e a tradição do fazer da farinha, bem como, o gênero enfatiza a condição subalterna das mulheres, produzindo diferenciações rotineiramente travadas no âmbito do trabalho familiar agrícola.

O processo de trabalho realizado por esses lavradores não se resume apenas à descrição contida neste texto. Propositalmente, reproduz-se aqui a maneira como outras etapas do trabalho são percebidas pelos lavradores. Elas simplesmente não aparecem em suas concepções imediatas como trabalho porque a construção social elaborada a seu respeito é a de que não oferecem status nem reconhecimento aos sujeitos que as desenvolve.

---

<sup>42</sup> Trata-se de um líquido venenoso retirado no processo de prensagem da massa cevada. Este líquido é considerado “doentio” pelos lavradores porque ao cair acidentalmente nos olhos causa ardência, desconforto e prejudica a visão, porém, a EMBRAPA já desenvolve pesquisas sobre as potencialidades de uso desta substância como um valioso fertilizante natural que pode aumentar a produtividade da lavoura de mandioca entre outros benefícios.

<sup>43</sup> Palmeira típica do sertão nordestino. Esse arbusto de tamanho médio fornece folhas resistentes que de três em três são unidas e trançadas conforme o conhecimento dos lavradores produzindo a vassoura de palha. No período do verão, cachos de pequenos cocos conhecidos como licuris são extraídos da planta para que suas amêndoas sejam consumidas. Nas feiras do Recôncavo é comum encontrar “rosários” comestíveis feitos com as amêndoas. Estes rosários são geralmente confeccionados pelas lavradoras idosas.

<sup>44</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em novembro de 2013. Parte do relato de Geilson Rocha dos Santos, lavrador e atleta, 21 anos - Lagoa da Rosa. Trabalha na produção de farinha e beiju desde os 9 anos de idade, mas, por ocasião de sua vocação profissional para o atletismo reside atualmente no estado de São Paulo.

As mulheres raspadeiras de mandioca, por exemplo, estão inseridas em contextos mais amplos do trabalho da família, no entanto, não têm sua participação efetivamente valorizada por realizar tarefas que geralmente não conferem status social entre os lavradores. Por isso, na hierarquia familiar suas participações nestas tarefas não figuram como trabalho no sentido objetivo do conceito que Karl Marx instigou “atividade concreta”, “tempo socialmente necessário à produção do produto”, mas sim, como ajuda.

Dessa forma, as posições na hierarquia do trabalho familiar encontram-se inteiramente vinculadas à dinâmica de gênero e geração, produzindo a invisibilidade tanto do trabalho realizado pelas lavradoras quanto pelos jovens lavradores. Nestas condições, sua atuação por mais subalterna ou socialmente invisível em relação ao lavrador adulto está inculcada como *habitus* que se estabelece na relação social norteando suas percepções acerca destas obrigações acerca de sua posição limitada no grupo.

No que se refere à questão da invisibilização do trabalho das raspadeiras de mandioca como produto das diferenciações dos papéis socialmente construídos, Weber (1981) alude uma questão semelhante ao discutir sobre a situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas proximidades do Além-Elba – 1892 – Leste alemão.

O autor recorre às situações vividas pelos sujeitos em relação a uma tarefa do processo de trabalho – descasque – para explicar que por mais simples ou descomprometidas que pareçam, ali está se empregando “a maior parte do tempo de trabalho” (WEBER, 1981, p. 28). Uma vez que o descasque é a principal etapa do processo de trabalho familiar agrícola as mulheres deveriam ser, portanto, protagonistas no processo de trabalho, mas seu papel social é visto simplesmente como “ajuda” no contexto da produção de farinha.

A posição desfavorecida das mulheres raspadeiras de mandioca permanece mesmo após o processo de mecanização da produção de farinha. Frente à mecanização da produção, as mulheres deveriam ser substituídas pelas máquinas raspadeiras, no entanto, assim não ocorreu. A construção social do papel das lavradoras no grupo familiar reproduz concepções generificadas ao passo em que os homens não usam estes equipamentos e atribuindo às mulheres raspadeiras habilidades próprias de sua condição feminina para realização dessa etapa do trabalho, como se pode examinar no relato deste lavrador:

“ela tem mais agilidade do que os homens, aí ela tem esse excelente trabalho porque o homem é mais impaciente né! Então, a mulher tem esse papel na casa de farinha

de paciência, de amor pra fazer o beiju, pra coar a goma e pra raspar a mandioca bem limpinha, então, a mulher é muito importante numa casa de farinha, não só na raspção mais nessas coisas aí também [...] Hoje em dia o que é que o homem faz que a mulher não faz?. Se o homem faz beiju, a mulher também faz, se vai negociar na feira, a mulher negocia. Então, eu que não sou machista eu acredito até mesmo que a mulher tem mais facilidade na venda e na produção que os homens. Falar a verdade, eu não sou machista! ”. (Informação Verbal)<sup>45</sup>. (G. S. C, lavrador e atleta, 21 anos).

As informações aqui consideradas carregam uma série de indicadores da invisibilidade do trabalho das raspadeiras. Percebe-se que o “reconhecimento” não aparece no seu discurso como forma de qualificar sua importância ativa ao longo do processo de trabalho. Este se refere ao trabalho desempenhado pelas mulheres como justificativa socialmente compactuada entre os mesmos pela justaposição entre sua força de trabalho e sua condição generificada recorrendo à delicadeza no processo de desnuda da raiz como elemento que remontam à ideia de fragilidade, de ajuda. Essa é a principal referência que se construiu acerca do trabalho das mulheres.

Suas percepções acerca deste trabalho estão dispostas e fixadas nas suas referências familiares e experiência de vida. Ao reconhecer a importância das mulheres na atividade em outras etapas do processo e na raspção da raiz simplesmente pela delicadeza de suas habilidades nestas ocupações não se dá conta de sua elaboração generificada. Dessa maneira, reproduzem a invisibilidade do trabalho feminino por não ajustar suas competências à importância fundamental de seu trabalho no processo produtivo da farinha.

Apesar de jovem, o relato deste lavrador é muito representativo de sua experiência na lida com a sua mãe Dona Luciene. Aos nove anos Geilson foi inserido no processo de produção de beiju e farinha. Sua especialidade é o beiju e o beiju recheado com flocos de coco desidratado na quentura do forno de barro da casa de farinha de sua avó Dona Dionízia.

A sua participação ativa na produção de beijus para consumo e comercialização lhe rendeu importante reconhecimento entre a vizinhança que se refere a ele como o único jovem que permaneceria na atividade de produção de beiju e farinha porque, segundo os mesmos, ele tem vocação e gosta de trabalhar nesse ramo.

---

<sup>45</sup> Informação verbal coletada por meio da entrevista semi-estruturada em dezembro de 2013. Parte do relato do jovem lavrador Geilson dos Santos da Conceição, 21 anos, reconhecido entre os moradores como uma referência na produção de beijus na localidade de Lagoa da Rosa.

Ainda que a desnuda da raiz de mandioca seja uma das etapas do processo de trabalho familiar agrícola mais relevante para a produção, no entanto, as raspadeiras são submetidas a exaustivas horas de trabalho e que, por vezes não é remunerado muito menos reconhecido porque a sua força produtiva, neste contexto, é naturalizada como ajuda ao trabalho do marido. Segundo Brumer e Anjos (2008, p.09) “este papel, o qual também é assumido por outros membros “não chefe” da unidade produtiva como filhos e filhas, é subsumido como “ajuda”, com base na gratuidade própria às relações familiares”.

Em virtude dessas significações, apesar da relevância que o trabalho de desnuda da raiz de mandioca tem no processo de produção, os lavradores, sobretudo, os do sexo masculino não valorizam o trabalho feminino, invisibilizando-as no contexto produtivo. Desse modo, mesmo que o lugar da mulher raspadeira de mandioca esteja associado a atividades produtivas, ainda carrega as amarras de serem concebidas como ajudantes dos pais, dos esposos e de seus padrinhos na vizinhança.

Outra atividade relevante realizada pelas mulheres está representada neste registro de campo. Elas executam a tarefa de buscar lenha e palhas de licuri para confecção das vassouras para torrar a farinha.



Figura 27: Transporte manual de lenha e palhas de licuri: Uma das tarefas atribuídas às raspadeiras de mandioca. Fonte: Registro fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.

Essa tarefa é tão indispensável no processo de trabalho quanto o transporte das raízes realizado geralmente pelos homens. Entretanto, essa etapa do trabalho não é citada porque não confere status aos sujeitos que a realizam. Exceto, quando o transporte da lenha não é manual.

Usando carro ou carroça, a atividade é executada pelos lavradores do sexo masculino que são reconhecidos como importantes por transportá-las.

As diferenças de gênero impõem na relação social a desvalorização do trabalho feminino quando se verifica que ações como essas legitimam o fato de que “as atividades masculinas, opostas as femininas, sejam sempre reconhecidas como predominantemente importantes e os sistemas culturais detêm poder e valor aos papéis e atividades dos homens” (ROSVALDO, 1979, p. 35). Desse modo, mostra-se que a inserção das agricultoras no processo produtivo do trabalho é direcionada pela conformação do gênero latente no desempenho de suas atividades.

Alguns estudiosos apontam como um reflexo da condição subalterna do trabalho feminino o fato de que na agricultura, “o trabalho familiar ainda mantém desigualdades de gênero, privilegiando o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade” (SCHNEIDER; CASTILHO, 2010, p. 05). Na realidade social a dinâmica de gênero e de geração reproduz formas sociais de desigualdade expostas na realização dessas tarefas de forma diferenciada, cabendo às mulheres o trabalho manual.

O papel social da mulher lavradora não é simples muito menos fácil. Ele reflete a sua preparação voltada para o desempenho de certas atividades através dos processos de socialização na família. Elas carregam o peso das diferenças de gênero ao desempenharem atividades que ao serem consideradas sem relevância, não são percebidas como trabalho. Nessa relação social são postas quase sempre em situação de invisibilidade social em relação ao chefe dos estabelecimentos agrícolas. Entende-se que essa realidade vem sendo alterada ao passo em que as mulheres estão se tornando pluriativas.

#### **4.1.2 A pluriatividade como um processo de mudança social na família**

O conceito de pluriatividade vem sendo discutido desde a década de 1930 na Europa, principalmente em países como a França, onde o termo *part time farming* começou a adquirir repercussão no contexto acadêmico. Desse modo, a pluriatividade ou a agricultura de tempo parcial, tornou-se tema relevante nos discursos sobre as questões agrárias no mundo (NEVES, 1997; CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2001, 2003, 2006; DOURADO, 2010).

No entanto, sua abrangência tornou-se evidente tardiamente, uma vez que, só na década de 1970 e início de 1980 é que o foco das discussões se tornou compreensível entre os estudiosos. Neste contexto, o mundo rural passou a ser interpretado com base na dinâmica social dos processos engendrados na família. Estes, dos quais a pluriatividade aqui interessa, adquiriu visibilidade no contexto social, cultural e econômico em que vivem estas famílias.

É neste período, por volta da década de 1980, que essas questões cercaram os discursos dos estudiosos tendo em vista a expressão *pluriactivity* ou *pluriactivité* muito evocada na Europa para pensar este evento na agricultura. Atualmente, no Brasil o debate se expressa utilizando o termo pluriatividade (NEVES, 1997; CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2001, 2003, 2006; DOURADO, 2010).

Segundo Carneiro (1998), a pluriatividade é um fenômeno antigo. Suas novas expressões estão sendo pensadas no Brasil como uma das possibilidades de “novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados” (CARNEIRO, 1998, p. 56). Portanto, a pluriatividade é interpretada como um fenômeno mutável, dinâmico e permanente no sentido de que as famílias buscarão insere-se em diversos outros contextos de trabalho contribuindo para diversidade da agricultura familiar.

As contribuições do sociólogo Sérgio Schneider são relevantes na compreensão deste fenômeno entre os lavradores. Para Schneider (2001, 2003, 2006) no âmbito da pluriatividade é possibilitado o estabelecimento de relações de trabalho assalariado agrícola ou não agrícola realizado fora da unidade de produção da família em consonância com o trabalho desempenhado no interior dos estabelecimentos agrícolas.

Em sua interpretação, tais mecanismos corroboram com os processos de reprodução social destes, pois, o que se consegue arrecadar da pluriatividade por vezes é direcionado para satisfazer as necessidades da família, ou seja, contribuindo com o orçamento do grupo familiar ou para satisfazer os desejos pessoais dos sujeitos pluriativos.

Desse modo, a pluriatividade é considerada como um processo de mudança social originado na família. É uma estratégia individual ou coletiva que tem como objetivo articular a própria reprodução social do grupo. Como aponta Schneider (2006):

A combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família, caracteriza e define a pluriatividade, que tanto pode ser um recurso ao qual a

família faz uso como representa uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica (SCHNEIDER, 2006, p. 164).

Na realidade social, a busca por uma renda melhor e a penosidade do trabalho desenvolvido nas casas de farinha têm motivado a inserção destas mulheres no trabalho realizado fora das unidades de produção da família porque a maioria dos estabelecimentos agrícolas tem como característica o fato de não se basear no trabalho assalariado, no âmbito da pluriatividade isso lhe é possibilitado.

Associa-se a este movimento a situação subalterna que assumem no desenvolvimento do trabalho familiar agrícola como agravante para o envolvimento e permanência destas na pluriatividade. Por isso, na agricultura familiar local a pluriatividade se expressa pela significativa presença das mulheres adultas envolvidas em trabalho temporário assalariado.

Estes são indícios que levaram a percebê-lo como um fenômeno relevante para o grupo familiar, uma vez que as mulheres que se inserem no trabalho temporário manifestam expectativas positivas de sua permanência nesse trabalho ou retorno nas próximas turmas demandadas pela empresa empregadora.

O que se pretende demonstrar é algo para o qual Schneider já havia chamado a atenção quanto às influências deste fenômeno na agricultura familiar. Para ele, atualmente “parte das unidades de produção da família não depende mais exclusivamente do trabalho agrícola, pois seus membros ampliaram o orçamento doméstico através do recurso por meio de atividades realizadas fora da propriedade em tempo integral ou parcial” (SCHNEIDER, 2001, p. 164). Dessa forma, encontramos na pluriatividade das mulheres indícios dessa alteração que afetaram, sobretudo, as dinâmicas de gênero e geração.

Essa mudança apresenta-se como indicador de maior participação feminina fora das unidades de produção da família. Portanto, ao contrário do que pensávamos ser a introdução de mentalidades economicamente mais produtivas possibilitadas pela inserção da mecanização da produção, verifica-se no fenômeno da pluriatividade a constituição de novas formas de agir e pensar o contexto social.

Para Schneider, na família essas implicações podem vir a afetar e alterar o conteúdo da sua existência. Neste caso, as alterações foram sentidas na ausência de ocupação nas posições do trabalho atribuído às mulheres deixando uma lacuna que provocou significativas implicações na hierarquia familiar, mesmo que temporariamente.

As implicações sociais para o grupo se traduzem, sobretudo, nas alterações nas dinâmicas de gênero e geração, uma vez que, nos contextos estudados a pluriatividade é o fenômeno social que articula maior participação de mulheres adultas em outros contextos produtivos. Para Carneiro (1998) em outros espaços de convivência os sujeitos pluriativos é a possibilidade de ampliar suas redes de relações sociais.

Nesta perspectiva, Carneiro (1998) compreende em termos de mudança social proporcionada pela pluriatividade na agricultura familiar que:

[...]estamos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa do exôdo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante.(CARNEIRO, 1998, p. 58)

A presença da Danco empresa do ramo fumageiro que transpõem elementos de uma atividade agrícola dominante, por exemplo, absorveu a mão-de-obra dessas mulheres e isto demandou a ausência parcial das esposas nas unidades de produção da família. Por isso, entende-se que essa mudança exigiu do grupo social certas estratégias de organização do trabalho e da produção a par de novos mecanismos que possibilitam a reprodução social destes grupos.

Neste contexto, as mulheres se mobilizam como alternativa para diversificar suas fontes de recursos para a família. Mais que isso, estes sujeitos encontraram no trabalho temporário assalariado uma alternativa para se posicionar e explorar a agricultura familiar de acordo com as suas perspectivas e interesses promovendo, a reelaboração de seus papéis sociais frente ao grupo.

Em síntese, a pluriatividade é para a agricultura familiar local uma mudança social, que ampliou suas possibilidades das mulheres em participar de outros contextos de trabalho e de contribuir no orçamento da família. Além disso, ao se tornarem pluriativas, por um determinado período, as mulheres passam a estabelecer relações sociais em diferentes contextos de trabalho modificando o plano de visão social a respeito de seu papel no grupo doméstico.

No próximo tópico propõe-se pensar a participação das lavradoras em atividades temporárias fora da unidade de produção da família, refletindo a partir de suas perspectivas sobre as mesmas e de como os lavradores lidam com essas mudanças.

### 4.1.3 O trabalho feminino no contexto da pluriatividade

Para introduzir a discussão sobre a pluriatividade nestes universos rurais é importante situar primeiramente quanto à questão locacional para se entender porque este fenômeno se tornou mais evidente na localidade rural de Lagoa da Rosa do que em Queimadas Nova. Sabe-se que um dos fatores que pode aumentar a integração das unidades de produção da família ao mercado é a questão de qualidade do acesso tanto para escoamento da produção quanto para que as pessoas possam transitar entre um e outro contexto sem dificuldades.

Do ponto de vista espacial, foram as condições de acesso que beneficiaram a localidade de Lagoa da Rosa em relação a Queimadas Nova quanto a maior inserção das lavradoras na pluriatividade. Isto porque, a proximidade geográfica de Lagoa da Rosa com a rodovia BR 101, importante eixo rodoviário do país, favoreceu o deslocamento e a saída temporária das lavradoras para a localidade de Mão Divina onde se situa a Empresa Fumageira DANCO.

A DANCO é uma importante empresa nacional que há mais de 15 anos vem absorvendo a mão de obra dos lavradores para atuar no plantio, capeamento e colheita do fumo. De acordo com os interesses desta empresa, as atividades são realizadas geralmente no período de quatro a seis meses, concentrando-se principalmente nos meses de agosto até dezembro, conforme relatou os lavradores. Nesse período, a localidade de Lagoa da Rosa associa o trabalho familiar agrícola ao trabalho assalariado.

Desse modo, a inserção das lavradoras num contexto de trabalho agrícola assalariado corresponde a um dos arranjos pelos quais a agricultura familiar nessas localidades vem constituindo sua diversidade, por isso é tão relevante quanto a atividade desenvolvida nos estabelecimentos agrícolas familiares.

Conforme aponta o sociólogo Sérgio Schneider em seus estudos a pluriatividade é um fenômeno social na agricultura familiar que pode se estabelecer de diversas formas de acordo com os contextos sociais, históricos e econômicos. A pluriatividade se expressa por meio de algumas características elucidadas pelo autor:

As características da pluriatividade variam de acordo com o membro que a exerce, pois o exercício de atividade não agrícola acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou a posição na hierarquia da família de que a pratica (SCHNEIDER, 2001, 166).

Disto, decorrem significativas implicações quanto à ausência das mulheres raspadeiras de mandioca em virtude de sua participação pluriativa fora do estabelecimento da família, principalmente, nas casas de farinha, conforme menciona Dona Andreia ao ser inquirida sobre a participação feminina no trabalho agrícola a mesma respondeu: *“elas estão aqui sempre, só quando tem que trabalhar na Danco que diminui, elas vem menos sabe!. Mais quando a Danco termina elas vêm”*.

O discurso da lavradora evidencia o retorno destas lavradoras para o trabalho em seu estabelecimento no período de dispensa da empresa fumageira. Dessa forma, o engajamento pluriativo reduz, mas, não implica no desaparecimento das formas de ajuda mútua, pois, os estabelecimentos continuam desenvolvendo suas tarefas com a participação de outros membros da vizinhança ou da família como estratégia de reprodução social neste contexto de mudança.

Entretanto, Dona Andreia que na ausência de seu esposo comanda a produção de farinha tem percebido a inserção destas mulheres na Danco de forma negativa para a reprodução social de sua família porque afeta diretamente a capacidade produtiva de sua casa de farinha.

[...] o povo diz: Ah, não vou plantar mandioca porque não tá tendo rendo<sup>46</sup>, agente gasta tanto, trabalha e quando é no final da conta que ranca não tira o rendo que gastou. Aí eles pararam de plantar mandioca ai agora no dizer porque tá dando preço de novo vai voltar todo mundo pra prantar. Agora as mandiocas tá tudo saindo, mas muitos saiu para a Danco: Ah, eu vou parar de plantar mandioca e vou pra Danco que na Danco agente tira o lucro maior, aí muita gente foi pra Danco que é um salário mínimo. Teve muito freguês de Joquinha que prantava quando ele ia pra comprar mandioca aí eles dizia: Ah, parei de comprar mandioca. Tem muito freguês que despachou Joquinha porque parou de prantar mandioca (Informação Verbal)<sup>47</sup> (A. S. S., lavradora, 24 anos).

Examina-se na fala da lavradora, que absorve em sua casa de farinha um relevante número de raspadeiras, sua preocupação pela saída temporária do grupo de lavradoras que trabalham sob a forma de ajuda mútua em seu estabelecimento agrícola.

Em sua concepção fica evidente que a participação das lavradoras entre o trabalho assalariado temporário e o labor no âmbito da família repercutiu negativamente na dinâmica

<sup>46</sup> Termo nativo que corresponde à renda.

<sup>47</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Andreia de Santana dos Santos, lavradora, 24 anos, residente na localidade de Lagoa da Rosa.

da unidade de produção da família e, conseqüentemente, causou implicações ao grupo doméstico. Por outro lado, as lavradoras carregam o desejo de algo melhor inserindo-se em outros contextos produtivos. Quase sempre, aparece em suas falas que a inserção no trabalho não-agrícola lhes confere maior autonomia em relação ao grupo.

Essas mudanças são vistas por alguns lavradores como a oportunidade de aumentar a renda familiar e outros já enxergam as ausências temporárias das mulheres como uma ameaça às formas de ajuda mútua no trabalho familiar agrícola, sobretudo, quando se refere à produção de farinha, pois uma vez inseridas no trabalho assalariado, nestes períodos, as mulheres não aceitam os convites para trabalhar na casa de farinha onde as atividades ali realizadas demandam um envolvimento maior da família ou da vizinhança.

A Danco atrapalha porque muita gente aí não quer mais trabalhar na casa de farinha porque na Danco o dinheiro cai de quinze em quinze dias e é carteira assinada. E aqui na casa de farinha é só família, o trabalho é mais ajuda um pelo outro por isso o dinheiro é pouco. Aí quando a Danco acaba de tratar o fumo aí muita gente vem raspar mandioca. Só assim pra produção aumentar [...] Em janeiro e fevereiro é que começa a aumentar porque acaba o corte da Danco aí o pessoal aqui por perto vem trabalhar na casa de farinha de painho (Informação Verbal)<sup>48</sup>. (U. C. D, lavrador e estudante, 15 anos).

Vale ressaltar que o período deste estudo de campo – agosto a novembro – coincide com a redução das atividades nas casas de farinha ou nas lavouras, mesmo assim, pôde-se encontrar em torno de sete a dez participantes entre vizinhança e os membros da família envolvidos no trabalho nos estabelecimentos visitados, dependendo do potencial produtivo da unidade agrícola. Mas, para os lavradores, que sempre conviveram com essa realidade, essa média de participantes envolvidos na atividade laborativa é maior conforme o período de dispensa da Empresa Danco.

Em consonância com a dinâmica da vida social local a empresa DANCO na concepção dos lavradores é uma influência negativa em oposição aos discursos das lavradoras adultas que se referem à oportunidade de trabalhar na empresa como uma expectativa de mudança:

Eu arrumei serviço na Danco aí eu trabaiei dois anos lá. Comecei a trabaiair em 97, larguei minha menina com um ano e 2 meses e fui trabaiair. Levei esses dois anos lá de seis em seis meses me chamava. Agora eu quero vê se esse ano Deus me ajuda

<sup>48</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Ueslei da Conceição do Desterro, lavrador e estudante, 15 anos, residente na localidade de Lagoa da Rosa.

que eu consiga. É que eu não quero ficar só também na roça e na casa de farinha não (Informação Verbal)<sup>49</sup> (R. O., lavradora, 42 anos)

Seu discurso enfatiza a relevância da oportunidade de se envolverem no trabalho assalariado como alternativa ao trabalho familiar agrícola porque essa mudança figura as expectativas das lavradoras em aumentar a renda familiar e garantir a subsistência do grupo doméstico. Conforme aponta Schneider (2001) a pluriatividade se constitui desse modo “como estratégia ou mecanismo para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos em geral traduzidos na busca de renda mais altas ou trabalhos menos penosos que a atividade agrícola” (SCHNEIDER, 2001, p. 164).

Na realidade social duas implicações sociais justificam a inserção destas lavradoras como “negativo” para alguns lavradores. Primeiro porque comprometeu a produtividade na casa de farinha, haja vista que, na unidade de produção da família a principal mão-de-obra solicitada é a das lavradoras para o processo de raspção. Por outro lado, a segunda implicação social repercutiu na dinâmica social destes grupos porque nestes universos é a mulher que desempenha atividades reprodutivas e agrícolas acessórias no processo de trabalho.

Entre agosto a dezembro, período em que estão ocupadas no trabalho assalariado, como se configuram as ocupações no trabalho da família devido a suas ausências? Num contexto tipicamente generificado a questão é como lidar com essas mudanças. Para não afetar economicamente o estabelecimento os que ficam na unidade de produção da família passaram a desempenhar as tarefas que eram atribuídas às mulheres.

Examinando, o discurso dos lavradores, pode-se verificar que suas falas carregam elementos que sinalizam como as posições de gênero e geração no trabalho familiar estão sendo alterados.

Eu já imagino esse tempo ai porque cai mesmo a produção. O cara tem que fazer tudo e eu já tô nessa idade, o serviço na casa de farinha é pesado quem aguenta! Eu acho bom elas ir trabalhar fora porque já é uma ajuda trabalhar fichado, né. O problema é o trabalho de casa e a raspção que quem fica tem que fazer. Aí minha mãe! pela idade dela era pra tá raspando mandioca? Não era, mais, tem que ajudar né. Ela que faz o trabalho de casa a vezes, depois vem ajudar a raspar mandioca até a mulher chegar. Né fácil não. Eu não tiro a razão delas não mais vai chegar um tempo

---

<sup>49</sup> Informação Verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do fragmento relatado por Rosângela de Oliveira, lavradora, 42 anos, residente na localidade de Lagoa da Rosa.

que vai parar de produzir pra vender porque é uma ou outra que pega trabalho na casa de farinha nesse tempo de trabalho na Danco. (Informação Verbal)<sup>50</sup> (A. S. M, lavrador, 54 anos)

Essa mudança social é a principal divergência entre os lavradores no que se refere ao fenômeno da pluriatividade. Estes posicionamentos devem-se às mudanças produzidas pela ocupação das mulheres em outras atividades, deixando no contexto social, uma lacuna importante que levou a alterações nas posições de trabalho.

Nota-se que essas implicações são pensadas pelos sujeitos como um problema à medida que o trabalho realizado fora do estabelecimento agrícola impede que as mulheres estejam exercendo o seu papel na divisão do trabalho familiar agrícola.

Os lavradores afirmam que não tiram a razão delas quererem trabalhar, mas acreditam que vai chegar um tempo em que suas ausências poderiam vir a ocasionar para o grupo familiar o abandono da produção destinada à comercialização. Isto porque, na concepção dos lavradores, não tem mais quem ajude no período em que as mulheres investem boa parte de seu tempo no trabalho realizado fora da unidade de produção da família. Desse modo, estes acreditam que se não fosse a Danco, a casa de farinha seria mais frequentada pelas mulheres.

O fato é que a pluriatividade na visão dos homens compromete a dinâmica produtiva. De acordo com os seus conhecimentos, a mandioca uma vez colhida deve ser desnudada no mesmo dia para não “azedar” ou “fermentar” devido as suas propriedades este processo é acelerado. Além disso, as raízes de um dia para o outro adquirem coloração azulada comprometendo a qualidade do produto final.

A questão da pluriatividade nessa localidade é vista de forma divergente entre ambos os sexos não somente porque tem comprometido a dinâmica produtiva, mas, principalmente porque o papel subalterno desempenhado pelas mulheres passa a ser exercido por outros. Produzindo significativas alterações nas relações sociais de gênero e geração.

A forma como estes grupos encontraram para lidar com essas alterações internas na lógica familiar mobilizou maior envolvimento dos homens em todas as etapas do trabalho numa casa de farinha. Nos períodos de ausência da mão-de-obra feminina no trabalho familiar, os lavradores colhem, transportam, raspam, carregam as raízes para depositá-las nas

---

<sup>50</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato do Senhor Antonio dos Santos Macena, lavrador 54 anos, residente em Lagoa da Rosa.

cevadeiras, prensam, cessam, torram, ensacam e vendem a produção. As alterações nas dinâmicas de gênero obviamente aparecem na reorganização dos papéis sociais.

Os idosos, por exemplo, encaixados na nova forma de organizar o trabalho da família exercem boa parte de tarefas classificadas como reprodutivas. Foi observado que muitas avós substituem as mães no cuidado com os netos e ainda trabalham na lavoura e na casa de farinha como aparece neste fragmento: “*minha nora trabalha la na Danco e pros neto não ficar a toa eu chamo: vem cá menino me ajudar a capinar um caminho de roça, fico atrás deles senão, não quer nada com a vida*<sup>51</sup>”.

Cuidar dos netos, cuidar da casa, ir pra roça são igualmente reproduzidos no cotidiano dos mais velhos face à ausência da mulher na unidade de produção da família. Isto implica uma reelaboração significativa nos papéis sociais por ocasião da pluriatividade das mulheres.



Figura 28:Continuação do trabalho na unidade de produção da família após ter chegado da DANCO. Fonte: Registo fotográfico realizado pela autora em trabalho de campo, setembro de 2013.

A pluriatividade levou as mulheres a controlar o destino de sua participação no trabalho da família criando estratégias como ir para a lida na lavoura após o retorno do trabalho na DANCO. Muitas passaram plantar e colher menos direcionando apenas para o

---

<sup>51</sup> Fala de Dona Martinha Gonzaga dos Reis, lavradora, 68 anos. Informação coletada no campo através da observação participante, em setembro de 2013, em Lagoa da Rosa.

“gasto” segundo as informantes. Somente dessa maneira, continuam realizando o trabalho familiar agrícola aos sábados e domingos.

Segundo Schneider (2001), enveredar nos rumos da pluriatividade no âmbito da agricultura familiar é também uma “resposta às decisões individuais”. Por isso, esse fenômeno “representa muito mais que suplementação de renda, isso caracteriza e define a pluriatividade” (SCHNEIDER, 2001, p. 164).

De fato, a pluriatividade apresenta-se na realidade estudada como resposta às decisões individuais, sobretudo, quanto à sua condição generificada que limita e norteia a ação destas no grupo familiar, mas verificou-se também que a pluriatividade na agricultura familiar local está fortemente vinculada à ideia de adquirir maior renda. Ainda assim, não deixa de representar suas decisões individuais e o desejo de ampliar sua autonomia frente ao grupo.

Percebe-se isto presente em suas falas: *“eu quero mais é que a Danco me chame porque o rendo é garantido e aqui na casa de farinha não”*<sup>52</sup>; *“o marido não fala nada não, só reclama porque não me acha pra fazer as coisas”*<sup>53</sup>; *“os filho já ta tudo criado sabe se virar, qualquer coisa tem a vó deles que olha eles pra mim. E o pai não sai daqui não, tá pela casa de farinha, ele fica por lá mais ajuda mãe a olhar também”*<sup>54</sup>.

Em resumo, entende-se que a pluriatividade não seja um empecilho à reprodução social da agricultura familiar. Apesar das tensões geradas no interior do grupo familiar, entendemos ser essa mudança um aspecto positivo, pois enquanto sujeito participante dessa mudança as lavradoras constituem sua autonomia e buscam convencer o grupo familiar de que sua participação no trabalho realizado fora do âmbito do grupo doméstico corresponde melhor aos seus interesses na vida social.

Seja por via da renda mensal que estas passam a alcançar ou seja por via de maior oportunidade em estabelece-se em outros contextos de trabalho, as lavradoras adquiriram e incorporaram ao seu esquema de percepções novas perspectivas e concepções sobre o seu papel enquanto sujeito social numa sociedade em mudança.

---

<sup>52</sup> Informação coletada por meio da observação participante em setembro de 2013, em Lagoa da Rosa. Parte do relato de Dona Lindaura de Jesus dos Santos, lavradora, 31 anos.

<sup>53</sup> Informação coletada por meio da observação participante em setembro de 2013, em Lagoa da Rosa. Parte do relato de Dona Adenildes da Conceição Lopes, lavradora, 27 anos.

<sup>54</sup> Informação coletada por meio da observação participante em setembro de 2013, em Lagoa da Rosa. Parte do relato de Dona Rosângela de Oliveira, lavradora, 42 anos.

A pluriatividade proporciona essa mudança, atesta a possibilidade das lavradoras de crescimento individual. Mesmo que seja em curto período, essa mudança coloca em questão as relações sociais de gênero e geração que institui a sua posição social frente ao grupo na realização de atividades agrícolas consideradas socialmente irrelevantes.

Por fim, refletindo o gênero, em uma das oportunidades de campo uma senhora nos relatou “*a casa sem a mulher não vale de nada, a mulher faz tudo*” examina-se no sentido de sua fala uma implicação importante: a pluriatividade das mulheres. Enquanto um fenômeno novo à realidade social, a inserção destas no trabalho assalariado temporário foi examinado na realidade social como uma significativa mudança tem levado os demais membros da família a reorganizar suas formas de participação alterando a lógica interna da hierarquia familiar.

Neste contexto, além destas mulheres estarem inseridas por um período de 4 a 6 meses na pluriatividade, os jovens estão escapando da agricultura familiar, buscando em outros contextos de trabalho a realização de seus desejos e perspectiva de vida de acordo como o tópico a seguir ensaia.

#### **4.1.4 “Os jovens estão escapando”**

Desde o início da inserção da pesquisadora no universo dos lavradores em março de 2010 e mais recentemente em agosto de 2013, era recorrente ouvir a informação que introduz esse subcapítulo. Tais concepções deveriam então contrariar, em termos objetivos e práticos, o cerne do raciocínio, uma vez que inicialmente uma das hipóteses de trabalho perpassava justamente pela questão de maior permanência e envolvimento dos jovens lavradores no processo de trabalho familiar agrícola face à mecanização da produção de farinha.

De fato, a mecanização em ambas localidades por mais insuficiente que seja, inicialmente causou implicações sociais como a alteração da dinâmica produtiva local, aumentando do fluxo da produção e a individualização da participação em tarefas ao custo de uma mentalidade economicamente mais produtiva. A partir dessa situação, estava-se supondo ser essa realidade mais atraente aos olhos dos jovens lavradores.

Em depoimento fornecido no ano de 2010 pelo estudante e lavrador Rodrigo Alves, participante assíduo da casa de farinha comunitária em Lagoa da Rosa, sua fala remete à ideia de que a mecanização da produção de farinha seria, nessas condições, um importante evento

que possibilitaria alargar as oportunidades de maior renda e, contudo, de melhorias de condição material dos jovens lavradores. Este jovem lavrador relatou que:

Hoje ninguém mais perde tempo pra torrar farinha com vassoura não. Se eu for fazer isso oh meu Deus! Eu não ganho é quase nada. Aqui que o motor é elétrico, a cevadeira, forno elétrico, prensa parafusada tudo quem faz é as máquinas. É mais rápido, você tira sozinho trinta sacas brincando. Agora, desgasta a pessoa por demais porque o cara fica alí só abaixa, levanta, bota farinha, tira farinha tudo é muito rápido aí desgasta o cara. É pau viola! (informação verbal)<sup>55</sup>. (PINTO, 2010, p.60).

Diante dessas elaborações sociais acerca do processo de mecanização a hipótese inicial de que os jovens seriam mais participativos e envolvidos no processo de trabalho à medida que o desenvolvimento da produção se fizesse por meio da inserção de novas tecnologias, constituía-se como evento relevante que contribuiria para as possibilidades em relação às suas intenções de permanência o trabalho familiar agrícola.

Tendo em vista a atual realidade social vivida por estes lavradores, percebe-se que a mecanização da produção de farinha é de fato um recurso de uso cotidiano, principalmente, entre os lavradores mais jovens. Na casa de farinha mecanizada, duas razões são apontadas pelos jovens como atrativos para que continuem participando do processo de fabricação da farinha.

A primeira deve-se ao fato da produção ser alcançada mais rápido. Eles colocam a um só tempo vários baldes de massa no forno elétrico para torrar, tomando cuidado para não embolar ou passar do ponto. Em questões de minutos retiram as fornadas que serão ensacadas para aos sábados serem comercializadas por seus pais nas feiras livres.

A segunda razão para maior participação na casa de farinha mecanizada/comunitária é que alguns jovens geralmente gostam de realizar a tarefa de prensagem da massa para retirada da “água da mandioca”. Essa é uma tarefa pesada e exige muito esforço físico. Em torno de dois ou três jovens vão se revezando na realização dessa tarefa nas casas de farinha comunitárias. Essa é uma etapa importante, pois após a retirada total do líquido, a massa é direcionada para ser cessada e depois vai para o forno.

É curioso que os jovens reclamam de não querem mais continuar envolvidos nesse trabalho por causa do desgaste físico e da fadiga. Ao mesmo tempo, entre os jovens

---

<sup>55</sup> Informações mencionadas por Rodrigo Alves, estudante e lavrador, 18 anos, em pesquisa de campo, em Governador Mangabeira, em março de 2010.

encontrados na realização dessa tarefa, muitos alegam preferir fazê-la com a intensão de malhar e definir o corpo. Muitos deles na localidade já conhecem as intensões de que optar por trabalhar na prensa é um meio de buscar este objetivo.

Em suas percepções, realizar essa tarefa com o mesmo gasto de energia corporal numa casa de farinha tradicional, tendo em vista essa finalidade, é uma atividade que lhes causa acanhamento, haja vista que nestes espaços as mulheres e as jovens estão mais presentes. Neste sentido, o status daqueles que “malham” na casa de farinha mecanizada é diferente porque é um espaço de sociabilidade marcadamente masculinizado.

Neste contexto social, apesar dos jovens lavradores permanecerem trabalhando na produção de farinha estes não concebe a atividade realizada nestes espaços primeiramente como trabalho. Em suas representações sociais quando pensam essas atividades como trabalho, são tidas como cansativas e que não lhes possibilita ter acesso a uma renda melhor.

Mesmo no contexto da mecanização, as representações sociais dos jovens no trabalho fazem com que as atividades realizadas sejam vistas como um empecilho à sua realização pessoal, fazendo-se interessante só quando realizada como satisfação do desejo juvenil em cultivar o corpo e a imagem, por isso nota-se que cada vez mais a geração dos lavradores adultos lida com a forma desinteressada com que os jovens têm encarado o trabalho familiar agrícola. No próximo tópico, busca-se entender como figuram as representações sociais que estes elaboram acerca de seu modo de vida.

#### **4.1.5 Realidade vivida: Sonhos e perspectivas do jovem lavrador**

Na agricultura familiar a coexistência de gerações é uma característica fundamental destes grupos sociais. Neste contexto, existem certas dificuldades em estabelecer relações sociais sem que os sonhos e as perspectivas dos jovens lavradores não entrem em confusão com o modo de vida de seus pais. Na realidade social estudada as posições a este respeito estão geralmente vinculadas nos discursos destes sobre as tarefas que lhe são atribuídas e sobre a falta de autonomia num contexto social monopolizado pela geração dos adultos, sobretudo, pelo pai. Diante de seu papel social tão subalterno quanto o das mulheres, os jovens estabelecem diversos outros interesses na vida social, os quais na maioria das vezes não correspondem à forma como os pais vivem essa experiência.

Para uns o trabalho agrícola é importante para reproduzir a família e por isso, não questionam sua posição na divisão do trabalho, para outros apesar de ser a fonte de sustento da família ao longo das gerações, trabalhar no âmbito da agricultura familiar não é suficiente para a realização de seus sonhos e perspectivas. Dessa forma, poucos jovens vinculam seus sonhos à realidade vivida no meio rural.

Mas quem são estes jovens lavradores? Na tentativa de situar o entendimento sobre essa categoria social específica buscou-se nos trabalhos de WEISHEIMER (2009) contribuições que reforçam a perspectiva de abordagem acerca da realidade social. A posição deste autor é embasada na elaboração teórica sobre juventude entendendo-a como uma categoria relacional que se constitui com fundamento nas possíveis representações sociais em seu contexto histórico e social.

Para o autor, é a partir dessas referências que os jovens atribuem valor e sentido à vida social estabelecendo uma relação de pertencimento a determinados grupos de sua faixa etária. Desse modo, os jovens rurais são “indivíduos concretos que vivem os processos de socialização específicos. Constituem-se em sujeitos históricos cujas trajetórias implicam a transição da condição social de criança à vida adulta” (WEISHEIMER, 2009, p. 86).

Referindo-se às duas perspectivas pensadas por este autor, pode-se compreender quem é o jovem lavrador. Eles podem ser compreendidos tanto como “agentes” quanto como “atores”. Na condição de agentes estes jovens são verdadeiros sujeitos políticos capazes de na relação social promover mudanças no conteúdo de suas referências sociais. Neste contexto, observa-se constantemente a vinculação desse jovem às novas referências de valor e pertencimento WEISHEIMER (2009).

Como, “atores” atuam de maneira, geralmente, subalterna face ao grupo social familiar ao desempenhar no processo de trabalho e na relação social papéis socialmente elaborados, sob a influência do gênero e da geração WEISHEIMER (2009). Por isso, é possível de se verificar que as leituras dos jovens lavradores acerca de sua participação subalterna contribuem para o processo de fragmentação das relações sociais juvenis no trabalho familiar comprometendo o processo sucessório entre as famílias no meio rural.

Para os pais e avós no trabalho da casa de farinha mecanizada, embora os jovens não queiram permanecer nessa atividade, seu reconhecimento advém das habilidades destes em manusear as máquinas, ponto de vista que destoa da concepção dos jovens. Para estes, na casa

de farinha mecanizada o seu status está, sobretudo, relacionado às representações sociais acerca do culto ao corpo. Isto fica evidente na natureza de uma expressão muito utilizada por Mannheim “não contemporaneidade dos contemporâneos” (MANNHEIM, 1982 *apud* WELLER, 2007, p.03).

Desse modo, quando empiricamente constatou-se que as experiências juvenis estão quase sempre associadas às casas de farinha mecanizadas é porque a participação nestes espaços qualificava o jovem lavrador com um status social que o diferenciava dos demais jovens e adultos que participam das atividades nas casas de farinha tradicionais.

É o que acontece no processo de trabalho familiar através das tensões entre jovens e seus pais. Esses conflitos resultam pelo fato de que “diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes no mesmo período cronológico” (WELLER, 2007, p.03). Evidentemente, busca-se encontrar nas falas desses sujeitos os motivos que contribuem para a manifestação de diferentes concepções e representações sociais no trabalho familiar agrícola.

Assim, por exemplo, identificou-se na fala de um jovem lavrador sua opinião sobre o seu envolvimento e permanência no processo de trabalho familiar agrícola:

Eu tenho muita vontade de continuar aqui. Eu gosto de trabalhar com a terra, com a plantação, quero aumentar minha plantação. Meu negócio é por aqui mesmo. Eu não ligo de ficar aqui na roça não. Tem lavrador aí, é mais os menino novo que quando sai pra fora ele volta diferente, chega todo se achando, muda a voz, muda tudo, volta se achando. Mais eu gosto demais daqui. (Informação Verbal)<sup>56</sup> (R.S.S, 25 anos, lavrador).

Na fala de Ronei percebeu-se expressões de sua identidade de jovem lavrador ao afirmar que quando os jovens saem de seu contexto social e vivenciam outras experiências, eles voltam diferentes. Estes retornam entrelaçados aos símbolos de “urbanidade” com “gírias”, “roupas e tênis de marca” e mesmo os sotaques regionais são percebidos pelos jovens que permanecem inseridos no trabalho familiar como distanciamento das referências sociais acerca do modo de vida dos lavradores.

Nota-se que as representações sociais baseiam-se nas diferenças e remete ao fato de que os que ficam são opostos aos que saem “*Fulano foi pra São Paulo e voltou cheio de onda*”

---

<sup>56</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do relato do jovem Ronei Santana da Silva, lavrador, 25 anos, residente em Queimadas Nova.

*falando paulista”, “parece que perdeu a coisa com a roça”. “É difícil também você vê uma menina jovem trabaçando nisso aí, as meninas de hoje em dia é diferente”. Essa é uma representação social visivelmente posta em contradição com o modo de vida dos lavradores.*

Na região do Recôncavo os festejos tradicionais como o São João que cada vez mais vem passando por um processo de mercantilização e espetacularização através das festas privadas de camisa (CASTRO, 2008), estas se tornaram verdadeiros atrativos de lazer e meios de socialização para os jovens que residem no campo. O encontro com novos hábitos e gostos coloca o jovem rural frente aos desejos de consumo. A estética juvenil nas festas juninas é do ponto de vista sociológico um importante demarcador social desses desejos constituídos na relação com outros processos de socialização.

Em decorrência de situações como estas, quanto aos desejos pessoais os jovens lavradores do sexo masculino, principalmente, procuraram inserir-se no mercado de trabalho não agrícola visando, sobretudo, satisfazer às vontades individuais, como adquirir produtos culturalmente vinculados a sua imagem como verdadeiros rótulos das representações tecidas em outros contextos sociais.

De acordo com esta percepção, os jovens lavradores têm deixado com frequência o trabalho junto à família após completar 18 anos. Estes alimentam o sonho de ter um salário em troca de sua força de trabalho justificando que no trabalho familiar a demora da lavoura para obter uma renda e o seu papel social subordinado não lhe agradam. Os mesmos não se dão conta das condições de precarização do trabalho que podem encontrar aumentadas diante da pouca escolaridade caso partam para o trabalho não-agrícola. Isto porque, neste contexto, a baixa escolaridade entre jovens do sexo masculino é mais acentuada em relação às jovens.

Num caminho inverso, as jovens lavradoras veem na falta de opção lá fora o motivo de sua permanência. Estas buscam dar continuidade aos estudos e se profissionalizar em cidades próximas do município com o objetivo de ajudar a família enquanto não se estabelecem

Eu só ficaria aqui por falta de opção. Só se eu não tiver como conseguir outra coisa para me fazer dar continuidade a esse trabalho com minha mãe porque a minha expectativa é conseguir me tornar uma boa profissional, abrir novas decisões porque eu quero conseguir fazer minha faculdade e me formar em Fisioterapia ou Educação

Física no futuro. (Informação Verbal)<sup>57</sup>. (M.S.R. 20 anos, lavradora e monitora do Programa Mais Educação em Lagoa da Rosa).

As perspectivas das jovens lavradoras em relação à realidade vivida, em ambas localidades, estão fortemente associadas à melhor formação profissional para ajudar os pais pelo fato delas considerar que no trabalho familiar agrícola suas mães trabalham muito. O trabalho é cansativo e não oferece lucros que possam compensar o esforço dos mesmos.

Suas percepções, em grande medida, se devem ainda à forma como entendem o pouco interesse pela profissão de lavrador ao se posicionar diante do contexto social. Ambos questionam, sobretudo, as dificuldades enfrentadas no trabalho familiar agrícola por não corresponder as suas perspectivas de vida.

A mecanização não ajudou em nada, só no começo que era novidade a casa comunitária vivia lotada de jovem mais hoje não tem muito não. Porque se fosse por causa da mecanização a grande maioria dos jovens ainda estaria aqui e não é isso que acontece. Eles vão em busca de algo melhor, sai pra outras cidades até porque, não acha outras oportunidades sem ser esse trabalho aqui. (Informação Verbal)<sup>58</sup> (M.R.S. 20 anos, lavradora e monitora do Programa Mais Educação em Lagoa da Rosa).

Sua fala reporta indicadores de que ocorre o contrário do que se tentava sustentar como hipótese para a maior participação juvenil porque apesar da mecanização, as unidades de produção de família em sua maioria se conformam por resguardar a participação familiar no processo de trabalho desenvolvido sob o controle do pai e sem nenhuma autonomia. A construção dessa leitura se deve à invisibilidade social do jovem lavrador.

Nestas condições, o seu envolvimento no processo de trabalho é pensado como um problema que pode ser superado, em suas concepções, ao sair deste contexto social envolvendo-se em outras profissões, uma vez que na forma como o grupo social organiza o trabalho familiar, estes continuam a desempenhar tarefas subordinada. Nestes termos, a lógica da dinâmica laborativa não corresponderia exatamente aos sonhos e desejos da maioria dos jovens lavradores, aguçando a saída destes do processo de trabalho junto à família.

---

<sup>57</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do relato de Manuela Sales dos Reis, lavradora e monitora do Programa Mais Educação, 25 anos, residente em Lagoa da Rosa.

<sup>58</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do relato de Manuela Sales dos Reis, lavradora e monitora do Programa Mais Educação, 25 anos, residente em Lagoa da Rosa.

A ausência do reconhecimento do seu trabalho ainda é associada às considerações que estes elaboram sobre o trabalho na casa de farinha mecanizada familiar ou comunitária *“ainda continua sendo um trabalho muito exaustivo, muito esforçado”* e por isso muitos afirmam *“não quero continuar nessa vida igual aos meus pais”*.

Na opinião dos seus pais a mecanização é um elemento importante que facilitou o trabalho, mas em suas falas examinou-se que não desejam que seus filhos continuem reproduzindo seu modo de vida, envolvidos com insatisfação neste trabalho. Isto porque, assim como os filhos, os lavradores adultos entendem que o fator renda e o trabalho penoso são as principais dificuldades.

Nessas situações, procuram resolver as tensões que surgem pelo descontentamento e divergências de posições no trabalho familiar agrícola, aceitando a saída dos filhos como uma possibilidade de alcançar melhor oportunidade de vida, de acordo como aparece no discurso desta lavradora.

A mecanização ajudou muito! Ali é mais fácil né. Só que também os jovens só quer se dedicar ao emprego lá fora. Eles diz assim: Ah! Eu vou me dedicar a roça que não dá futuro? O futuro pra eles é lá adiante [...] Por isso que aqui não tem jovem mais não, jovem aqui acabou. Se gerasse emprego bom aqui eles tava por perto mais não gerou eles procura buscar lá fora né! Eu achava melhor ficar por aqui porque tá perto da família, mais lá fora tá na mão de Deus, mais se tivesse uma renda melhor aqui eu acho que aqui mesmo eles ficava. (Informação Verbal)<sup>59</sup>(M.G.B.P, 51 anos, lavradora).

Embora ela mencione em seu relato que a mecanização facilitou o trabalho na casa de farinha fica evidente que o problema é que a renda correspondente ao esforço para plantar, manter, colher, transformá-la em farinha e comercializá-la é muito baixa. Igualmente, num contexto marcado pelo poder do adulto a renda é por vezes administrada pelo chefe do estabelecimento e mesmo que a farinha produzida seja obtida usando raízes colhidas da lavoura que pertence ao jovem verificou-se que ao final, a produção é comercializada pelo pai e a renda é dividida.

Desse modo, nem mesmo o processo de mecanização do trabalho nas casas de farinha nem as mudanças sociais introduzidas a partir disso foram suficientemente capazes de assegurar a maior participação juvenil com mais autonomia nesse processo produtivo.

---

<sup>59</sup>Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em outubro de 2013. Parte do relato de Dona Maria da Glória Barros de Paula, lavradora, 51anos, residente em Queimadas Nova.

Esses dilemas atravessam a realidade social vivida pelos jovens lavradores de ambos os contextos estudados. Por conta disso, os jovens estão escapando do trabalho familiar agrícola ao desvincular-se dos grupos familiares atraídos por outros setores do trabalho. Essa decisão individual tem o objetivo de ampliar as possibilidades de satisfação de um grupo geracional que tem buscado outras referências culturais, sociais incorporando em suas representações sociais valores de uma categoria que vivencia o contexto social do trabalho familiar agrícola diferentemente dos demais membros da família.

O desinteresse dos jovens que ainda permanecem junto à família é visto de forma negativa pelos lavradores adultos, conforme compreende o senhor Joquinha.

Colé! de jeito nenhum, é bem pouco, é difícil, não tem não (*jovens*). Eles não quer nada com isso não, nem pense. É o peso que afasta eles, é pesado o serviço. Mais mesmo assim (*mecanização*) não tem jeito tem peso é do começo ao fim. Facilitou muito mais só que muitas coisas ainda pega no pesado. Aqui mesmo tem muitos meninos que quando tá puro mesmo que vem. Depois que pega um dinheirinho não vem mais, é só interesse. Mais jovem pra fazer isso não tem não. Vai chegar um tempo que vai ficar difícil. A mandioca mesmo, muita gente deixou de plantar só tá plantando mesmo esse povo mais velho porque os mudemos já foi. Agente mesmo busca em Santo Amaro esses lugar aqui pra dentro tudo agente pega mandioca, depois de Cruz das Almas. As pessoas daqui também vende Ave Maria se não fosse isso já tinha parado tudo aqui. (Informação Verbal)<sup>60</sup>. (J. S. S. 31 anos, lavrador).

Sem generalizar – é que são recorrentes em suas falas – esse é o entendimento que os lavradores adultos têm sobre a participação dos jovens no processo de trabalho realizado na casa de farinha mesmo após o processo de mecanização da produção.

Suas percepções refletem uma realidade associada ao pouco compromisso ou responsabilidades socialmente vinculadas à geração dos jovens lavradores ao responder a seguinte pergunta: *O senhor acredita que a mecanização da produção ajuda na permanência das novas gerações envolvidas com esse trabalho?* Enfático em seu discurso fica evidente como que o jovem lavrador tem se envolvido no trabalho familiar agrícola tecendo relações de intenso conflito geracional.

Assim como Dona Dionísia respondeu para a mesma questão “*Qual é minha fia? Acho que não tá não, quem tá mermo é os idosos porque os jovem só quer é trabaia fora, os jovens muderno num quer nada não minha fia!*” Verifica-se, nas percepções dos adultos

---

<sup>60</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato do senhor Joquinha, lavrador, 31 anos, residente em Lagoa da Rosa.

quanto a influência de visão de mundo entre os jovens lavradores alteraram as suas referências sociais encontrando-se desconexa dos seus pais e avós.

Os impasses travados neste contexto social figuram a forma como os jovens lavradores, sobretudo, os rapazes se posicionam em relação ao trabalho familiar agrícola gerando tensões no grupo familiar porque em suas representações sociais os jovens manifestam claramente o desejo de não continuar envolvidos na agricultura familiar.

A recorrência com que essas expectativas juvenis se estabeleceram implicou na convivência conflituosa entre as gerações de lavradores. Portanto, a saída dos jovens da lida na roça conforma-se num impasse geracional que será pensado a seguir como um problema na agricultura familiar local.

#### **4.1.6 O problema da não sucessão geracional**

Os processos de sucessão geracional se constituem pela continuidade dos indivíduos envolvidos no trabalho familiar agrícola. Conforme foi apresentado no capítulo 1, a maioria dos estabelecimentos agrícolas foi acessada por meio de herança, transmitida de geração em geração. Dessa maneira, entende-se que as gerações compactuam saberes na formação de uma nova geração de lavradores e esse é um dos aspectos centrais da sucessão geracional que “é marcado pelo processo de socialização dos filhos desde crianças nas atividades agrícolas do estabelecimento” (SPANEVERELLO, 2008, p.44).

Na agricultura familiar acredita-se que geralmente a sucessão geracional seja marcada pela expectativa de que o filho mais velho venha a ser o sucessor do dono do estabelecimento e ele é preparado para isso junto com a família. Além disso, segundo Weisheimer (2009) um dos motivos que levariam os jovens agricultores a dar continuidade ou não à sucessão geracional estaria diretamente relacionado aos seus projetos profissionais voltados para o contexto social em que se desenvolve o trabalho familiar.

O posicionamento de Weller (2010) sobre essas mudanças sociais é o de que “a saída dos antigos portadores de cultura também é positiva na medida em que suscita a memória ou a recordação social, tão importante quanto o esquecimento daquilo que deixou de ser significativo ou necessário” (WELLER, 2010, p.06). As mudanças nas relações sociais no meio rural são como reflexos dos processos sucessórios. Portanto, a sucessão é evento

imprescindível para a manutenção e continuidade da categoria dos lavradores no trabalho familiar.

Nos processos de sucessão geracional o candidato a sucessor aprende as técnicas de trabalho, é inserido em atividades *acessórias ajudando* os seus pais, ao passo em que vão adquirindo as habilidades e competências específicas do *saber da roça* para tomar o controle do estabelecimento, ou seja, trata-se de uma “preparação para o trabalho adulto” (SPANVELLO, 2008, p. 45), tal como ocorreu na família do senhor Joquinha.

Ele é o sucessor responsável pelo o estabelecimento agrícola anteriormente administrado por seu pai na localidade de Lagoa da Rosa. O senhor Joquinha faz parte da segunda geração de sucessores de uma das famílias da vizinhança. Agora trabalha, gerencia a produção e todas as outras etapas do processo de trabalho realizadas em seu estabelecimento são coordenadas por ele.

Essa casa de farinha é minha porque meu pai não aguenta mais não. Ele trabalhou toda vida nisso, com certeza vem de geração em geração, foi ele mesmo que me ensinou. Desde 1986 que ele tem casa de farinha, desde 86. São três filhos que trabalha com casa de farinha, cada um tem a sua. Uma é aqui em Lagoa da Rosa e duas é lá no Encruzo. (Informação Verbal)<sup>61</sup> (J.S.S, 31 anos, lavrador).

Observa-se na fala do senhor conhecido como Joquinha que a continuidade desse trabalho deveu-se à sucessão pela saída de seu pai do controle desse estabelecimento. Neste caso, por conta da idade e problemas de saúde relacionados à própria trajetória de vida envolvido no trabalho familiar agrícola, sobretudo, em relação ao trabalho realizado na casa de farinha que é considerado cansativo, conforme justifica seu sucessor.

Neste contexto, a sucessão geracional enquanto processo de reprodução social para a geração de agricultores é marcada pela “retirada paulatina das gerações mais idosas da gestão do estabelecimento e a formação profissional de um novo agricultor (a)” (STROPASOLAS, 2006, p.26). Desse modo, outros agentes sociais passam a assumir as funções desempenhadas pelos pais dando continuidade aos saberes e ao trabalho familiar.

No entanto, quando se refere ao seu possível substituto nas expectativas do senhor Joquinha identificam-se algumas limitações quanto à sucessão em seu estabelecimento: “*meu*

---

<sup>61</sup>Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato do senhor Joquinha, lavrador, 31 anos, residente em Lagoa da Rosa.

*filho mesmo não quero que fique dentro disso aqui não. O serviço é muito pesado. Eu quero que ele conheça outras coisas, outra profissão”.*

As limitações na sucessão geracional em seu estabelecimento expressam-se em suas percepções quanto à sua participação desgastante e penosa na realização dessas atividades. Segundo ele, continua participando porque “*não tem jeito*”. Sua intervenção manifesta o desejo de não ter o seu único filho como sucessor.

Apesar de possuir um estabelecimento responsável por uma produção dinâmica – muito superior à produção na casa de farinha comunitária da localidade de Lagoa da Rosa – com o auxílio da mecanização este lavrador insere no mercado cerca de 2000 mil litros de farinha por semana. Sendo assim, ele é um importante produtor de farinha tanto para o mercado quanto para consumo. Nem mesmo o seu potencial produtivo o faria reproduzir-se através da socialização de suas experiências nesta profissão em relação ao filho.

Não ao acaso sua esposa tem a uma percepção semelhante quando se trata da continuidade e reprodução de sua família na agricultura familiar. Quanto a isto ela relata:

Eu acho assim que se fosse no caso de não tiver outro jeito aí tem de tá envolvido, mas, pro futuro do meu filho eu não queria casa de farinha mais não porque é bastante trabalhoso e tem vez assim que a gente pega uma semana tem o rendo, mas na outra semana não tem rendo nenhum. Tem vez que a gente tem que tirar do que a gente ganhou numa semana pra colocar em cima do que a gente perdeu porque tem vez que não tem o rendo certo. Aí eu acho assim que se o meu filho quando tivesse maior eu queria que ele tivesse outro trabalho a não ser casa de farinha porque casa de farinha não é muito bom não a gente trabalha porque é o sustento da gente mas dizer que é trabalhoso é. Aí eu queria se fosse assim - se não tiver jeito né!, aí tem que tá envolvido aí. Mais se tiver outro jeito aí eu queria que fosse outra coisa melhor pra ele. Estudar, fazer faculdade, assim pra ter um rendo melhor porque não é fácil não. Casa de farinha a gente trabalha porque não tem jeito, mas é trabalhoso. Se ele quiser aí é o querer dele, porque Joquinha era assim com o pai. Ele tinha vez que largava o estudo pra tá enfiado na casa de farinha aí com isso ele foi crescendo foi crescendo e ficou ali naquele meio, aí desde novo é assim. (Informação Verbal)<sup>62</sup>. (A.S.S., 24 anos, lavradora).

Nota-se que suas perspectivas são as mesmas quando se trata do processo sucessório em seu estabelecimento em relação à geração de seu filho. Suas elaborações reportam ao fato de que seu esposo continuou nessa atividade porque foi aprendendo paulatinamente as técnicas de produção ajudando o pai quando era jovem.

---

<sup>62</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato da senhora Andeia de Santana dos Santos, lavradora, 24 anos, residente em Lagoa da Rosa.

Foi por meio dessa troca de saberes que o mesmo aprendeu e vem dando continuidade ao trabalho na casa de farinha. Entretanto, quando se trata de ensinar o seu filho a lavradora compactua a ideia de intervir na formação de um sucessor preferindo que este não reproduza a mesma vida que seus pais.

Ao provocar essa situação os lavradores dizem que a produção de farinha não gera a renda necessária comparada ao grande esforço que estes empregam no desenvolvimento do trabalho. No âmbito do trabalho familiar agrícola, a renda alcançada não é satisfatória ao final dos dispendiosos gastos com a sua produção do ponto de vista econômico (energia, insumos, matéria-prima) e físico (penosidade do trabalho), por isso desejam que seu filho busque outra profissão.

É importante lembrar que neste contexto, a continuidade na realização dessas tarefas pelos pais sempre aparece representada na percepção da necessidade de reprodução social da família apenas como uma forma de sustento.

A gente não tem outra coisa pra fazer tem que fazer isso mesmo. O que me representa é isso mesmo que já vem de muito tempo que a gente trabalha com isso. É muito importante porque a gente não tem outra coisa pra fazer tem de fazer isso mesmo é daqui que eu tiro o sustento da minha família com certeza. Gosto! tem que gostar. (Informação Verbal)<sup>63</sup> (J. S. S, 31 anos, lavrador)

Além de ser visto como fonte de sustento, na realidade social o que os mantém ainda dando continuidade ao trabalho familiar agrícola é a falta de opção. Diferentemente dos jovens lavradores que veem na falta de opção a oportunidade para sair do seu contexto social. Diferentemente dos jovens que não enxergam o trabalho apenas como forma de sustento.

Sendo assim, verificou-se na realidade social investigada que os jovens não compactuam da ideia de permanecer realizando este trabalho em virtude do papel social que têm na hierarquia familiar e das representações sociais que elaboram em torno disto. Na concepção de Weisheimer (2009) isto pode ser visto como um impasse atual da reprodução social da agricultura familiar. Acrescenta que sua compreensão passa por:

[...] analisá-la no quadro das transformações de referências históricas, sociais, culturais e econômicas a partir das quais recebem sua forma e informam seu conteúdo. As formas socialmente estabelecidas para interpretar tais conteúdos serão

---

<sup>63</sup> Informação verbal coletada por meio de entrevista semi-estruturada em setembro de 2013. Parte do relato do senhor Joquinha, lavrador, 31 anos, residente em Lagoa da Rosa.

sempre e necessariamente reapropriadas e ressignificadas pelo contato original da nova geração (WEISHEIMER, 2009, p. 70).

Considerando os lavradores como uma única geração sociológica que coexiste o mesmo tempo social, percebe-se que os jovens acrescentam à sua identidade de lavrador referências díspares dos seus pais e estas fundamentam o desejo do jovem de não mais permanecer realizando suas tarefas no estabelecimento agrícola mesmo face à mecanização. Diante destes impasses o trabalho familiar vem passando por algumas alterações na organização hierárquica dos papéis sociais.

Tanto em Queimadas como em Lagoa da Rosa o *habitus* familiar da socialização do trabalho agrícola é questionado e recusado pela geração de jovens lavradores à medida que estes reproduzem aspirações vinculadas a outros espaços de socialização como a escola, “a rua” como se referem à cidade nessas localidades. Neste contexto, “emergem conflitos dos jovens com a ordem social já estabelecida, estes revelam as contradições mais agudas da própria organização social”. (WEISHEIMER, 2009, p.68). Portanto, duelam concepções discrepantes da realidade vivida entre as gerações de agricultores, principalmente quando os pais tem de lidar com a saída dos jovens do trabalho da família ao serem atraídos pelo trabalho não-agrícola.

Anita Brumer (2008) fazendo referência a Patrick Champagne (1986) cita que “a recusa dos filhos de suceder aos pais é, em primeiro lugar, recusa do modo de vida dos pais, a crise de reprodução sendo aqui uma crise de identidade social”. Isso significa que, nas representações sociais de muitos jovens do meio rural, a desvalorização da atividade agrícola tradicional se estabelece por não corresponder aos desejos e expectativas vividas.

Essas e demais divergências apresentadas na relação trabalho e família tem contribuído para o estabelecimento conflituoso das perspectivas de vida destes sujeitos. Para Weisheimer (2009) “este estranhamento, possibilitado pelo contato original das sucessivas gerações com a cultura criada e acumulada socialmente permite que novos valores e comportamentos sejam facilmente incorporados pela juventude” (WEISHEIMER, 2009, p. 68).

As implicações dessa relação desconexa se constituíram em ambos os contextos num impasse geracional preocupante quanto à reprodução social destes na agricultura familiar

porque os pais ao reconhecer o fundamento de seu desânimo na profissão têm aceitado e incentivado a saída destes do trabalho familiar.

Embora o trabalho não-agrícola em que os jovens rurais estão se inserindo nas capitais seja realizado sobre condições semelhantes quanto à penosidade, a saída dos jovens para investimento nestes contextos intensificou-se devido à maior renda. Boa parte deles, apesar da pouca escolaridade, está sendo recrutada para ocupar as ofertas de vagas no trabalho relacionado à construção civil impulsionado em todo o país com as obras de requalificação urbana relacionadas, por exemplo, aos projetos Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e as obras para a Copa do Mundo.

Neste contexto, a formação de uma nova geração de lavradores para assumir o trabalho familiar agrícola nas unidades de produção da família, em ambos os contextos, não está ocorrendo porque os jovens, sobretudo, não querem continuar envolvidos no trabalho familiar preferindo o trabalho não-agrícola. Com isso, em ambos os universos de pesquisa observou-se que estes já não estão presentes e os que estão inseridos no trabalho familiar não manifestam interesses em relação ao desenvolvimento das atividades diárias.

O entendimento dessas concepções passa pela compreensão de que como agentes os jovens lavradores se posicionam diante de um contexto social onde, eles atuam geralmente com atores de forma subalterna porque a maioria dos estabelecimentos é controlada pelos adultos e que não lhes resta alternativas até que possam sucedê-los a não ser desempenhar papéis secundários.

Como agentes os jovens lavradores têm cada vez mais se interessado em estabelecer outras relações sociais, sobretudo, em outros contextos de trabalho, em outras experiências profissionais provocando implicações sociais relevantes para o grupo, as quais repercutiram na organização dos papéis sociais no trabalho.

Sendo assim, ao lidar com a constante saída dos filhos dos estabelecimentos agrícolas os pais têm buscado resolver o problema por meio de estratégias de trabalho que se expressam pela participação compartilhada entre pai e mãe em várias etapas do trabalho. Além disso, comprometeu a dinâmica de trabalho envolvendo todos os membros da família em etapas importantes do trabalho familiar agrícola. Acentuando-se nestas situações a permanência ou o retorno dos idosos que diretamente colaboram na realização de atividades anteriormente atribuída aos jovens.

Há, portanto, um problema de reprodução social dos agricultores familiares porque ambas as gerações compartilham de visões negativas sobre o modo de vida e sobre a profissão produzindo um impasse geracional. Isto porque, além dos jovens não desejarem reproduzir o modo de vida de seus pais, estes também não querem que seus filhos reproduzam esse modo de vida. Nestas condições, examinou-se no contexto social e nas percepções destes sujeitos a preocupação de que não haveria sucessores e isto, por certo comprometeria a reprodução social na agricultura familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais de gênero e geração apresentaram-se nesta pesquisa como construção social e histórica incorporada no trabalho familiar agrícola através dos processos de socialização na família. Enquanto construção social, estes elementos formam percepções individuais ou coletivas acerca dos papéis sociais dos lavradores e como *habitus* são socialmente instituídas entre seus pares. Neste contexto, apontou-se para o trabalho realizado e para a família como unidades de análise relevantes à compreensão das diferentes posições ocupadas pelos sujeitos no processo de trabalho familiar.

Desse modo, através da reflexão sociológica elaborada nesta pesquisa buscou-se contribuir para o debate acerca de fenômenos sociais que ocorrem no campo. Portanto, tratou-se de uma pesquisa social qualitativa que objetiva a compreensão destas dinâmicas enquanto processo social que requer contínuo exercício de reflexão.

As entrevistas semi-estruturadas, observação participante e questionários, conferiram ao estudo originalidade, uma vez que, a discussão posta em evidência foi construída por meio de dados e informações coletadas de forma direta em unidades de produção da família nas localidades rurais de Lagoa da Rosa e Queimadas Nova no município de Governador Mangabeira, região do Recôncavo da Bahia. No total, 60 famílias contribuíram respondendo aos questionários, 30 famílias em cada localidade. E, como mostrou-se ao longo do trabalho, optou-se por adensar o olhar sobre o fenômeno – através das entrevistas e observação participante – em 4 casas de farinha onde, boa parte dos membros das famílias se reúnem no processo de trabalho.

O primeiro capítulo constituiu a caracterização da agricultura familiar local e de seus agentes, necessário à compreensão do trabalho familiar agrícola. Em ambas as localidades os dados empíricos da pesquisa apontaram para a constituição de uma forma social de produção baseada no trabalho familiar que articula a terra, o trabalho não assalariado e a mão-de-obra dos membros da família como estratégia de reprodução social.

Neste âmbito, os lavradores desenvolvem o trabalho em propriedades de terra em sua maioria adquiridas por meio de herança e caracterizadas por serem de pequena extensão territorial, geralmente correspondentes a 1 tarefa de terra. Considerada como patrimônio é em

pequenas propriedades que o lavrador desenvolve sistemas produtivos diversificados, característico da agricultura familiar com destaque para a cultura agrícola da mandioca.

Conforme se procurou mostrar, a forma social de produção nestes contextos é pouco intensiva do ponto de vista produtivo, diversificada, atrelada parcialmente ao mercado e que investe, sobretudo, no trabalho da família utilizando-se, na maioria das vezes de recursos internos. Essas características estão presentes também em estabelecimentos que possuem técnicas de produção mecanizada.

Neste contexto, houve melhorias produtivas por meio da mecanização incorporada nas casas de farinha tradicionais contribuindo para o desenvolvimento de práticas agrícolas economicamente mais produtivas assim como, através das casas de farinha comunitárias. Ambas aumentaram a integração ao mercado de forma parcial, porém, insuficiente ao se verificar que junto às políticas de incentivo à mecanização não se ofereceu melhorias nas condições de vinculação destes ao mercado, por isso muitos agricultores ainda são sufocados pela ação dos atravessadores.

Essas melhorias seriam necessárias, para que o agricultor pudesse iniciar a sua produção e colocá-la em circulação nos mercados locais e regionais sem interferência destes agentes, gerando recursos para melhoria de suas terras e de seus instrumentos de trabalho. Dessa forma, é preciso para a agricultura familiar local que as políticas públicas devam ter caráter continuado, viabilizando a capacidade de produção, a melhoria da qualidade dos produtos da agricultura familiar e as condições de acesso ao mercado.

No capítulo 2 mostrou-se que o trabalho familiar agrícola estudado é caracterizado por não ser pago com salário porque sua singularidade reside no fato de ser um trabalho ofertado, recebido e retribuído simbolicamente através das partilhas, dos digitórios ou da ajuda mútua, em ambos os contextos de produção.

Sendo assim, considerou-se que o processo de trabalho é orientado sob a noção da dádiva em que a relação de confiança liga uns aos outros e reforçam as relações de reciprocidade. O trabalho e o produto do trabalho são sempre trocados em ambos os contextos produtivos o que leva a afirmar que as relações de reciprocidade qualificam a relação social destes grupos.

Examinou-se que a dádiva entre os agricultores figura uma troca descomprometida com o retorno. Estes presenteiam sem expectativa de gerar a obrigação no outro em retribuir.

Por essa característica em destaque, considerou-se que entre os lavradores as relações de reciprocidade assumem forma simétrica e se estabelece num contato face a face.

As relações de reciprocidade entre esses grupos se estrutura ao nível das relações de parentesco e são carregadas de símbolos e marcadas pela noção de prestígio e reconhecimento do lavrador em relação à família e lugar onde vive. As relações de reciprocidade permeiam também os contextos de produção mecanizados. Nestes, os lavradores associam à dádiva a um pagamento em moeda, sem que este descaracterize o trabalho familiar ou desconstrua a lógica da mutualidade entre seus pares.

Considerou-se no capítulo 3 que a maneira como cada sujeito é posicionado na divisão do trabalho reproduz na hierarquia familiar situações de gênero e geração. Concluiu-se que ao se estabelecer a divisão de tarefas, as famílias posicionam o *homem adulto* em condição de desenvolver as atividades agrícolas tidas como essenciais para a reprodução social do grupo familiar bem como atividades de natureza administrativa da qual, possa vir a depender a reprodução dos estabelecimentos agrícolas.

Gênero e geração são temas problematizados ao serem reproduzidos nessas atividades e naturalizados no cotidiano destes sujeitos, uma vez que se percebe a participação dos jovens e das mulheres no processo de trabalho como condição vinculada às construções sociais que se elaboram sobre os sexos e a idade. Estes, geralmente encontram-se envolvidos em atividades agrícolas acessórias ou em atividades reprodutivas, podendo realizar ou conduzir atividades essenciais e administrativas apenas em casos onde a sucessão geracional tenha ocorrido.

As diferenças de gênero e geração se sobrepõem ainda em determinadas etapas do processo de trabalho, ao atribuir às esposas ou às filhas papéis que forjam a sua maior participação em espaços públicos. Forjam porque não deixa de refletir à condição subalterna destas, uma vez que para além do que se expressa como indicadores de maior participação feminina, acredita-se que os lavradores reproduzem a condição generificada do trabalho feminino ao alimentar a ideia de que, até certo ponto, suas ausências nas unidades de produção da família para participar destes eventos não comprometem a dinâmica produtiva de igual forma caso fosse o chefe da família que tivesse de se ausentar para participar destas atividades.

Essas informações refletem um universo que reproduz situações de gênero, geração e relações de poder. Uma vez reproduzidas, corroboram para que no processo produtivo na casa de farinha, o trabalho das mulheres seja considerado “ajuda”, assim como, o trabalho do jovem lavrador. Nesta concepção, não trabalham, apenas auxiliam os esposos e seus pais. Por isso, considera-se que na hierarquia familiar a condição generificada coloca o trabalho feminino em situação de invisibilidade social.

. Portanto, no trabalho familiar agrícola o desempenho social de mulheres e homens, jovens e adultos é reproduzido como naturalmente inerente ao sexo ou à idade destes. Neste jogo, a dominação masculina se sobrepõe às experiências gerocêntricas, reproduzindo no processo de trabalho diferenças sociais entre os sujeitos. Nestes universos, a insatisfação da posição social no processo de trabalho e as situações que decorrem disto produzem tensões e conflitos no grupo, levando às mudanças sociais que alteraram as dinâmicas de gênero e geração.

Nestas situações, procurou-se no contexto da agricultura familiar o entendimento sobre os impactos da mudança social. Os resultados deste trabalho, nos mostraram que as mudanças sociais que alteraram as dinâmicas de gênero e geração foram propiciadas pelo fenômeno da pluriatividade das mulheres e pela maior inserção dos agricultores jovens no trabalho não-agrícola.

Neste contexto, as relações sociais passam por um processo de alteração ao evidenciarmos a saída do jovem lavrador insatisfeito com a pouca renda, pela sua condição subalterna no processo de trabalho e vinculação de seus sonhos a outras perspectivas de vida.

O fato dos jovens estarem se tornando raros na agricultura familiar local apresenta-se como uma mudança que é enfrentada pelo grupo através da reorganização do processo de trabalho onde pai e mãe procuram atuar de forma mútua na realização das tarefas por causa da diminuição do trabalho de todos os membros da família ou passaram a contar com a contribuição ou permanência do trabalho dos mais velhos.

Mesmo com as estratégias criadas como forma de suprir a saída dos filhos do trabalho familiar agrícola, considerou-se essa mudança como um problema que compromete a reprodução social da categoria dos lavradores pela ausência de sucessores. Isto porque, a realidade social mostra que os lavradores buscam solucionar estes problemas porque também

não querem que seus filhos reproduzam o seu modo de vida por entender que o processo de trabalho é realmente cansativo e gera pouca renda para os filhos.

Outra importante mudança social verificada mostra que, ao seu modo, o trabalho familiar agrícola é dinâmico e se reinventa por meio da pluriatividade das mulheres ao associar o trabalho assalariado temporário com o trabalho nas unidades de produção da família.

Na realidade estudada, a pluriatividade é uma mudança social que se caracteriza por ocorrer sazonalmente e o grupo de agricultores envolvidos é composto por mulheres adultas que trabalham de forma parcial fora do estabelecimento agrícola. A atividade em que estão inseridas em regime parcial e temporário é registrada em carteira de trabalho e é assumida num período curto em torno de 4 a 6 meses, demandando 8 horas de trabalho por dia.

As mulheres lavradoras encontraram na pluriatividade a oportunidade de estabelecer sua autonomia no grupo familiar contribuindo diretamente com o orçamento da família e por isso, ao associar o trabalho assalariado com o trabalho familiar buscaram estratégias de produção direcionadas apenas para o consumo. Isto tem levado as mulheres a desenvolver o trabalho agrícola apenas após a lida na empresa DANCO ou aos sábados e domingos, reduzindo temporariamente a sua participação no processo de trabalho nas unidades de produção da família.

Com isso, verificou-se que esta mudança foi sentida pelo grupo social dos lavradores como uma mudança negativa porque comprometeu a capacidade produtiva da família, produzindo alterações e divergências de posições de gênero e geração porque novos papéis sociais foram atribuídos aos sujeitos.

Em suas ausências as tarefas socialmente constituídas como “ajuda”, “sem status social” ou “subalternas” passaram a ser desempenhadas pelos esposos ou donos dos estabelecimentos agrícolas. Neste contexto, os idosos dentro de suas possibilidades, encontram-se inseridos na realização de atividades reprodutivas em substituição das mulheres no período de trabalho na DANCO.

Não se sabe exatamente os impactos da pluriatividade na vida dessas mulheres. De que forma gerem a renda percebida no trabalho realizado fora do estabelecimento agrícola e não se tem o conhecimento sobre até que ponto as mulheres pluriativas adquiriram autonomia no

grupo social. Avaliar profundamente estas questões exige um esforço reflexivo possível de ser realizado posteriormente em outros estudos.

Enquanto tema problematizado este trabalho trata de uma questão atual aos debates acadêmicos no Brasil e é recente, sobretudo, em relação à região do Recôncavo da Bahia. Ainda que a sociedade tenha hoje um novo olhar sobre o gênero, a pluriatividade apresenta-se como fenômeno que altera parcialmente a condição generificada da mulher no trabalho familiar, pois, verifica-se que ao serem dispensadas pela empresa contratante as mulheres voltam a realizar as mesmas tarefas nas unidades de produção da família.

Por fim, considera-se que ambos os fenômenos sociais que alteraram as relações sociais de gênero e geração atestam a capacidade da agricultura familiar de reinventar-se no contexto atual. Com efeito, dado que cada sujeito elabora suas representações sociais sobre o trabalho familiar agrícola jugou-se relevante à compreensão da realidade constituída a partir de suas percepções sociais sensíveis ao olhar do cientista social.

Para completar, ao se apropriar das representações sociais no trabalho e na sociabilidade como perspectiva de compreensão do fenômeno ampliaram-se as possibilidades de estudar demandas que são criticadas pela profundidade subjetiva dos dados, porém ao seguir essa possibilidade investigativa tornou-se a pesquisa mais valiosa, haja vista que foram os sentidos com que os sujeitos desenvolvem seu trabalho baseado numa referência familiar, como estes se relacionam num contexto de produção, ora tradicional ora mecanizada e como compartilham suas experiências cotidianas na casa de farinha que incitaram este estudo.

## REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

AGUIAR, Vilênia Pôrto, ROSA, Edenilse Pelegrini da. **Sistemas de produção e gênero na agricultura familiar**. Florianópolis, agosto de 2008. Disponível em [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Porto\\_Aguiar-Pellegrini\\_da\\_Rosa\\_03.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Porto_Aguiar-Pellegrini_da_Rosa_03.pdf). Acessado : 08/11/12.

AMARAL, Luis. **História geral da agricultura brasileira no tríplice aspecto: Político, Social e Econômico**. 2ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1958.

BAHIA. Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais. **Os “novos mundos rurais” baianos**. Salvador, 2001.

BAIARDI, Almicar; GAMA, Erasto Viana Silva, et al. **O estado da arte dos sistemas de produção da agricultura**. Cabaceiras do Paraguaçu/Ba, 2011.

BAUER, Martin W. ; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p, 17-36.

BARICKMAN, B. J. . **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOURDIEU. Pierre. **O Poder Simbólico**. Memória e sociedade. Tradução de Fernando Tomaz. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. **Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição**. Fundação Casa Jorge Amado. Salvador, 1998, p. 103-156.

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 11, nº 12, janeiro-junho, 2008: p. 06-07.

CANDIDO, Antonio. **As formas de solidariedade (1964). In Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V. 1. Organização Clifford Andrew Welch [et al]. – São Paulo: Editora UNESP, Brasília. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 193-201.

CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: Novas identidades em construção**. Estudos, Sociedade e Agricultura, 1998, p. 53-75. Disponível em biblioteca virtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze.htm. Acessado em 06/02/2014.

CASTRO, Jânio Roque Barros. **Da casa à praça pública: a espetacularização das festas juninas no espaço urbano**. Salvador, 2008.

CASTILHO, Carolina Braz de. SCHINEIDER, Sergio. **Gênero, trabalho rural e pluriatividade**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda . (Org.)

Gênero e Geração em Contextos Rurais. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/774.pdf> Acessado:08/11/12

CHAYANOV, Alexandre V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J Graziano da. ESTOLCKE, Verena (orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=264&nw=1>

Acesso em 09 de abril de 2013, às 20:03h.

COUTINHO, Andrea Lima Duarte. **Farinhada e comensalidade no semi-árido Baiano: hábitos alimentares e identidade sertaneja**. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador, 2012.

DOURADO, Ana clara Gonçalves. **O agricultor familiar no desenvolvimento da pluriatividade**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre, 2010.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude**. Revista Sociedade e Estado, Volume 25, nº 2, 2010, p. 185-204. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200003> Acessando em 24/02/13.

FORQUIN, Jean-Claude. **Relações entre gerações e processos educativos: transmissões e transformações**. São Paulo, 2003.

FUKUI, Lia de Freitas Garcia. **A “riqueza do pobre”. Relações entre pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros**. In Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato. Delma Pessanha Neves (Org.) São Paulo: Editora UNESP, Brasília. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 289 – 322.

ETENE, **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**. Ano 4, nº 5, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** – 5. Ed – 8 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Maria Augusta Salim. **Estudo de caso: reflexão sobre paradigmas**. UNI revista – Vol.1, nº 1: 19-22, janeiro, 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Senso demográfico**. 2011.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados socioeconômicos dos municípios da Bahia**, 2011.

JARDIM, Silvia Regina Marques. **Juventude rural e gênero: escritas de meninas sobre o seu cotidiano no assentamento Bela Vista do Chibarro**. Araraquara, São Paulo. VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural Porto de Galinhas, Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/08/GT9B-Silvia-Regina-Marques-Jardim.pdf> Acessado em 08/11/12

LAMARCHE, Hugues. Agricultura familiar: comparação internacional: VII: do mito à realidade. (Coord.). Tradução: Frédéric Bazin. **Por uma teoria da agricultura familiar**. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 1998, p.302-333.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: Questões, métodos e processos**. 3ª. Ed. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MCCALLUM, Cecília. **Alteridade e sociabilidade Kaxinauá: perspectiva de uma antropologia da vida diária**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Volume 13, nº 38, São Paulo, 1999, Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300008>. Acessado em 17/09/12.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Argonautas do Pacífico Ocidental: **um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. Prefácio de Sir James George Frazer; Traduções de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendonça: revisão de Eunice Ribeiro Durham. – 2 ed. – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Tradução de João Maia. 4ª Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1964.

\_\_\_\_\_ Karl. **Introdução ao pensamento sociológico**. Coletânea de textos organizados por Ana Maria de Castro e Edmundo Fernandes Dias 18ª Edição – São Paulo, Centauro, 2005.

\_\_\_\_\_ Karl; ENGLES, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 1ª Ed. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: Uma estratégia de pesquisa**. 2. Ed. – 2 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar e mercado de trabalho**. Estudos, Sociedade e Agricultura. 1997, p. 7-24. Disponível em [biblioteca.virtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/delma8.htm](http://biblioteca.virtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/delma8.htm). Acessado em 06/02/2014.

OLIVEIRA, Rosy de. **A casa de farinha. O Barulho da terra: Nem Kalunga nem Camponeses**. Editora Progressiva, Curitiba, 2010: p. 150-156.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **O “fazer-se” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos**. Pensamento plural. Pelotas [4]: 9, 1 – 15, 2009. Disponível em [periodicos.ufpel.edu.br](http://periodicos.ufpel.edu.br). Acessado em 13 de julho de 2013.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. Revista Sociologia e Política. Curitiba, V. 18, nº 36, p. 15-23, 2010.

PINTO, Elizangela Santana. **Das casas de farinha familiares às casas de farinha comunitárias: principais modificações nas relações produtivas e socioculturais na zona rural de Governador Mangabeira/BA**. Universidade do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, setembro de 2010. (Monografia).

PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. [Portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf](http://Portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf)

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROSVALDO, Michele Zimbalist. **A mulher, a cultura e a sociedade: Uma revisão teórica**. Terra e Paz, 1979: p. 33-60.

SPANEVERELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, 2008.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

\_\_\_\_\_, Eric. **A ajuda mútua rural, entre intercâmbio e reciprocidade**. I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20AJUDA%20M%C3%9A%20TUA%20RURAL,%20ENTRE%20INTERC%C3%82MBIO%20E.pdf>. Acessado em 11/01/14.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2003.

\_\_\_\_\_, Sérgio. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 51, fevereiro de 2003: p. 99-121.

\_\_\_\_\_, Sérgio [et al]. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. In A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2006, p. 137-165.

\_\_\_\_\_, Sérgio. **A pluriatividade como estratégia de reprodução social na agricultura familiar no Sul do Brasil**. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2001, p. 164-184. Disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/378.pdf>. Acessado em 06/02/2014

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Revista Educação e Realidade. vol. 20. Porto Alegre, 1995.

SEI, Superintendência dos Estudos Econômicos e Sociais. **Mapa do Recôncavo Sul**. Bahia: Salvador, 2007.

SILVA, Luis Carlos Borges. **A Vila e o Coronel – Poder Local na Vila de Cabeças. (1930-1962)**. Monografia de Especialização, 2004.

SINDICATO dos trabalhadores rurais de Governador Mangabeira. **Mapa sem escala do município de Governador Mangabeira**. Bahia: Governador Mangabeira, 2001.

STROPASOLAS, Luiz Valmir. **Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar**. Agriculturas, v. 8 - n. 1, março de 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/08/artigo-5.pdf>. Acessado em 13/11/12

KUHN, Thomas S. **As estruturas das revoluções científicas**. 9ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

TEMPLE, Dominique. **As origens antropológicas da reciprocidade**. Tradução de Eric Sabourin, 2009, Disponível em [http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad\\_2&id\\_article=29](http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=29). Acessado em 09/01/14.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Braudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. **Processos Sociais agrários**. Caxambu, Minas Gerais, 1996: 02-15.

\_\_\_\_\_, Maria de Nazareth Braudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, nº 21, outubro, 2003: 42-61.

\_\_\_\_\_, Maria de Nazareth Braudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Aléml-Elba – 1892. **A questão agrária**. (Org.) José Graziano da Silva e Verena Stolcke. Editora Brasiliense, 1981: p. 13-57.

\_\_\_\_\_, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. 4ª. Ed. São Paulo, Centauro, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. Revista Sociedade e Estado. Volume 25, nº 2, 2010.p. 205-224. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200004>. Acessado em 10/10/13

WOORTMANN, Ellen F. Teorias do campesinato. **Herdeiros, Parentes e compadres: Colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo – Brasília. Editora HUCITEC, 1995, p.29-66.

\_\_\_\_\_. Ellen F. **A comida como linguagem**. Habitus – Goiânia. Vol. 11. nº 1, p. 5 – 17, jan/jun., 2013.

VEIGA, José Eli da. **Agricultura Familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 13, nº3, 1996.

ZALUAR, Alba. Antropólogos e os pobres: uma introdução metodológica e afetiva. In: CARDOSO, Ruth. **A máquina e a Revolta**. São Paulo, editora Brasiliense, 1985, p. 9-33.

ZALUAR, Alba. Antropólogos Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In: CARDOSO, Ruth. **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1986, p. 107-127.

## OUTRAS FONTES

AGUIAR, Neuma. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. **Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino**. Editora Rosa dos Tempos. 1997: p. 13-65

CEPEA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. [www.cepea.esalq.usp.br](http://www.cepea.esalq.usp.br).

ENGLES, Frederich. O problema camponês na França e na Alemanha. **A questão agrária**. (Org.) José Graziano da Silva e Verena Stolcke. Editora Brasiliense, 1981: p. 59-80.

\_\_\_\_\_. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**.

Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm> Acessado em 23/12/12.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil**.

**Retratos da juventude brasileira** (título provisório). São Paulo. Instituto Cidadania . Editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

SORJ, Bila. **Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 15, nº 43, p. 25-34, 2000.

STADTLER, Hulda. **Relações de gênero e violência no campo e na agricultura familiar**.

Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Hulda\\_Stadtler\\_03.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST3/Hulda_Stadtler_03.pdf). Acessado em 20/11/12.

SUAREZ, Mireya. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. **A problematização das diferenças de gênero e a antropologia**. Editora Rosa dos Tempos. 1997: p. 31-47.